

# Temas Gerais em Psicologia

Bárbara Anzolin  
Daniele da Silva Fébole  
(Organizadoras)





## TEMAS GERAIS EM PSICOLOGIA

---

**Bárbara Anzolin  
Daniele da Silva Fébole  
(Organizadoras)**

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Conselho Editorial**

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho  
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior  
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto  
Universidade Federal de Pelotas

Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua  
Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior  
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Lina Maria Gonçalves  
Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa  
Faculdade de Campo Limpo Paulista

Profª Drª Ivone Goulart Lopes  
Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez  
Universidad Distrital Francisco José de Caldas/Bogotá-Colombia

Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

2017 by Bárbara Anzolin e Daniele da Silva Fébole

© Direitos de Publicação  
ATENA EDITORA  
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 8430  
81.650-010, Curitiba, PR  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

Revisão  
*Os autores*

Edição de Arte  
*Geraldo Alves*

Ilustração de Capa  
*Geraldo Alves*

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

T278

Temas gerais em psicologia / Organizadoras Bárbara Anzolin,  
Daniele da Silva Fébole. – Curitiba (PR): Atena, 2017.  
212 p. ; 414 kbytes

ISBN: 978-85-93243-13-4  
DOI: 10.22533/ed.at.243134  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia.

1. Psicologia. I. Anzolin, Bárbara. II. Fébole, Daniele da Silva.  
III. Título.

CDD-150

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93243-13-4



9 788593 243134

## **Apresentação**

A proposta deste livro é desafiadora: reunir temas gerais em psicologia. Primeiro por desafiar o caminho historicamente traçado pela profissão que é hegemonicamente clínico, classificatório e avaliativo; segundo por localizar a psicologia em diversos contextos.

Os capítulos exploram múltiplas possibilidades de atuação da psicologia e constroem discussões sobre diferentes temáticas com referenciais teóricos distintos, compondo um cenário de pluralidade e provocação.

A primeira parte, denominada 'Psicologia e subjetividade', reúne textos que versam sobre o processo de construção das relações cotidianas e fenômenos que as atravessam, abrangendo temas como autonomia a respeito da própria vida; perdas coletivas e elaboração de luto; discursos sobre a adolescência; suicídio entre jovens e adolescentes; e relações familiares e rejeição materna e abuso sexual infantil. Os textos apresentam não apenas uma leitura psicológica sobre os fenômenos, mas também relatos de experiência e propostas de atuação profissional.

A seção intitulada 'Psicologia, gênero e sexualidade' nos convida a reflexão acerca das construções normativas de gênero e sexualidade que circunscrevem nossas possibilidades de vida. Ao problematizar a naturalização dessas normas, problematiza também teorias e métodos de trabalho psicológicos que são pautados, sobretudo, em um modelo de ciência sexista e heteronormativo.

A terceira parte, 'Psicologia: ciência e sociedade' traz leituras da ciência psicológica sobre alguns processos sociais como a produção da violência na sociedade capitalista; o uso de substâncias psicoativas e sua inter-relação com o contexto social; criminalidade e pobreza; e a institucionalidade do político, ou seja, olhar para o funcionamento político como uma instituição. Ademais há uma discussão sobre método e o distanciamento entre teorias.

Por fim, em 'Psicologia e formação' apreciamos trabalhos que discutem lacunas e possibilidades na formação em psicologia e de professores e professoras no Brasil e também a importância da representação discente nas reuniões de departamento.

Cada capítulo nos acena a um sobrevoo sobre uma temática ou experiência, instigando nossa curiosidade, de leitoras e leitores, para aprofundar conhecimentos. Este conjunto de possibilidades nos mostra a amplitude de atuações da psicologia e denuncia a necessidade e urgência de um comprometimento ético e político da nossa profissão com as mudanças sociais.

*Bárbara Anzolin  
Daniele da Silva Fébole*

## **Sumário**

Apresentação.....04

### **Parte 1 Psicologia e subjetividade**

#### Capítulo I

Considerações iniciais sobre a autonomia decisória do idoso diante de seus tratamentos oncológicos

*Giovana Kreuz e Maria Helena Pereira Franco*.....08

#### Capítulo II

27/01/2013 – Santa Maria, RS: relato de experiência sobre trabalho voluntário

*Maria Eduarda Freitas Moraes e Cezar Augusto Vieira Junior*..... 16

#### Capítulo III

Práticas discursivas em psicologia do desenvolvimento e a produção da adolescência

*Ana Priscilla Christiano*.....22

#### Capítulo IV

Suicídio de jovens e adolescentes: o que o sentimento de despertencimento tem a ver com isso?

*Paulo Vitor Palma Navasconi e Lucia Cecilia da Silva*.....33

#### Capítulo V

O fantasma da rejeição materna e seus impactos no desenvolvimento emocional: um estudo de caso

*Vivian Rafaella Prestes e Regina Perez Christofolli Abeche*.....47

#### Capítulo VI

O abuso sexual infantil sob um olhar psicanalítico: desdobramentos em experiências traumáticas

*Émily Laiane Aguilár Albuquerque*.....65

### **Parte 2 Psicologia, gênero e sexualidade**

#### Capítulo VII

Os impactos da violência à identidade da mulher

Jainny Beatriz Silva Duarte, Wilsilene Pereira Gomes, Zelinda da Silva Nonato Reis e Simone Jörg.....85

### Capítulo VIII

O trabalho dos profissionais de psicologia no processo transexulizador: reflexões e possibilidades

*Bárbara Anzolin*.....93

### Capítulo IX

Sexismo e homofobia: uma análise do discurso em músicas nacionais

*Daniele da Silva Fébole*.....100

## **Parte 3 Psicologia: ciência e sociedade**

### Capítulo X

Psicologia histórico-cultural e o debate acerca do abuso de substâncias psicoativas

*Vanessa Beghetto de Oliveira Penteado e Giovana Ferracin Ferreira*.....107

### Capítulo XI

Razão dialética, violência e drogas: compreensões existencialistas

*Sylvia Mara Pires de Freitas, Rose Ani Jaroszuk, André Henrique Scarafiz e Lucia Cecília da Silva*.....114

### Capítulo XII

A produção da violência na sociedade capitalista: apontamentos críticos acerca da relação entre violência estrutural, criminalidade e pobreza

*Bárbara Anzolin, Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva Batista, Aline de Deus da Silva e Elisandra Cristina Dal Bosco*.....157

### Capítulo XIII

Análise institucional da gestão pública municipal: algumas formas e impasses do funcionamento de uma prefeitura

*Marita Pereira Penariol e Silvio José Benelli*.....165

### Capítulo XIV

Método em psicologia: apontamentos sobre a apropriação construcionista de vigotski

*Eduardo Moura da Costa e Silvana Calvo Tuleski*.....175

## **Parte 4 Psicologia e formação**

### Capítulo XV

Relato de experiência, formação generalista e psicologia

*Maria Eduarda Freitas Moraes e Cezar Augusto Vieira Junior*.....182

Capítulo XVI

Resoluções e vivências acerca da representação discente

*Cezar Augusto Vieira Junior e Maria Eduarda Freitas Moraes*.....187

Capítulo XVII

Refletindo sobre alguns desafios à formação de professores no Brasil

*Mayra Marques da Silva Gualtieri-Kappann, Alonso Bezerra de Carvalho e Jair Izaias Kappann*.....193

Sobre as organizadoras.....207

Sobre os autores.....208

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A AUTONOMIA DECISÓRIA DO IDOSO DIANTE DE SEUS TRATAMENTOS ONCOLÓGICOS

---

Giovana Kreuz  
Maria Helena Pereira Franco

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A AUTONOMIA DECISÓRIA DO IDOSO DIANTE DE SEUS TRATAMENTOS ONCOLÓGICOS

### **Giovana Kreuz**

Psicóloga, Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ, Doutoranda em Psicologia Clínica na PUCSP, bolsista CNPq, Maringá-PR, Brasil. giovana\_k@yahoo.com.br

### **Maria Helena Pereira Franco**

Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP, com pós doutorado pela University College London, Professora Titular na PUC-SP, Autora e organizadora de vários livros, fundadora e docente do Instituto 4 Estações em SP, referência nos estudos de Luto no Brasil, tradutora oficial de Colin Parkes no Brasil. São Paulo –SP.

**RESUMO:** A Longevidade aumentada é um desafio para os países em desenvolvimento, visto que muitos idosos apresentam incapacidades funcionais culminando em perda da independência para atividades diárias e também sofrem a ocorrência de doenças graves, como o câncer. O conceito de velho e velhice ocupa novos modelos estando ainda em transição para efetivo reconhecimento social e familiar acerca da autonomia de decisão concernente a quem envelhece. Diante deste quadro, as decisões para gerir a própria vida e escolher sobre seus tratamentos oncológicos pode não ser reconhecida ou respeitada pelos familiares ou equipes de saúde. O presente texto aborda uma reflexão sobre a percepção da autonomia decisória de idosos com câncer acerca de seus tratamentos oncológicos. O estudo desenvolveu-se por meio de pesquisa de campo realizada com cinco idosos em tratamento oncológico e traz os resultados parciais das entrevistas aplicadas, recebendo destaque a configuração das autonomias autocentrada e compartilhada. Abordamos o reconhecimento da autonomia de vontades, resguardada a preservação do idoso de risco ou dano, mas mantendo a relação de respeito às suas decisões independente do grau de dependência ou independência que apresente e da idade, sendo um direito inegável a quem envelhece.

**PALAVRAS-CHAVE:** Idoso. Psicologia. Autonomia decisória.

A expectativa de vida aumentada é uma realidade mundial que foi lentamente absorvida, permitindo que estratégias de reconhecimento e apoio ao idoso fossem gradativamente implementadas em países longevos mais desenvolvidos. No Brasil estamos atravessando os desafios da longevidade de maneira acelerada, ou seja, não contamos com recursos claros para assegurar acesso à serviços de saúde e cuidados, assim como, não dispomos de mecanismos de assistência social que garantam dignidade a quem envelhece. No entanto, tal realidade não é novidade, já mencionada com propriedade nas

palavras do geriatra e gerontólogo Alexandre Kalache em 1987. Sua preocupação mantém-se, em grande parte, como um desafio atual:

Em termos práticos, este tipo de processo de envelhecimento defronta países como o Brasil, com um duplo encargo na área da saúde: por um lado a importância crescente de doenças crônicas entre as causas de mortalidade (desde o início da década de 60 que as doenças cardiovasculares passaram a ser o primeiro grupo entre as causas de mortes no Brasil, seguido, atualmente, por neoplasias). Por outro lado, as marcas do subdesenvolvimento permanecem presentes, sobretudo, em termos de morbidade por doenças infecciosas e parasitárias ou pela importância que a subnutrição continua ocupando entre nós (KALACHE, 1987, p.219).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil conta com cerca de 22 milhões de idosos, ou seja, quase 14% da população brasileira atual é representada por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. As estimativas apontam que em 2025 serão 32 milhões de idosos, ocupando o 6º lugar no *ranking* mundial de países longevos. De acordo com tal progressão, em 2050, a população idosa será de 30% do total de brasileiros. Tais dados revelam a necessidade de repensarmos a equação tempo de vida X qualidade de vida, pois no quadro atual cerca de 35% das pessoas com 50 anos ou mais, apresentam algum tipo de incapacidade para a realização de tarefas simples do cotidiano, necessitando de apoio ou ajuda de terceiros. O câncer figura como a segunda principal causa de morte no Brasil, e sua incidência aumenta com a idade, ou seja, a idade é um fator de risco para a incidência e mortalidade por câncer, na verdade 11 vezes maior em pessoas com 65 anos ou mais (INCA, 2015).

Diante da necessidade de cuidados, os idosos podem contar com serviços especializados de cuidadoria e acesso á serviços de saúde – o que nem sempre é possível devido aos altos custos que tais serviços acarretam no orçamento, restando o cuidado familiar. Assim, geralmente os cuidados com pessoas idosas são realizados por pessoas da família, mais comumente pelas filhas e cônjuges, predominando cuidadoras do sexo feminino, sendo que estas realizam o cuidado de maneira não remunerada, muitas vezes sem nenhum preparo técnico, assumindo no todo ou em parte a responsabilidade pelas decisões em relação ao ente idoso (ARAUJO; FERNANDES, 2015; CARVALHO, 2015).

No entanto, a velhice também vem se configurando um como período que apresenta idosos ativos, vigorosos e, com a expectativa de vida que se prolonga cada vez mais, podem fazer planos futuros e empreender novas metas. São idosos que experimentam a tecnologia no cotidiano e usufruem do avanço da medicina, passam a enfrentar doenças crônicas e recidivas de maneira expressivamente mais esperançosa, pois com maior frequência as doenças antes fatais são agora controláveis – como alguns tipos de câncer. Diante deste quadro, compreender de que maneira os idosos percebem e aplicam sua autonomia para decidir sobre suas questões de vida, morte, doença/tratamentos parece uma questão importante.

Se o idoso está revestido de características contemporâneas – um novo jeito de ser velho – então, como o próprio idoso percebe sua autonomia (ou a falta dela) no que tange suas decisões de tratamento? Ser velho e doente incorre em duplo luto por estar diante das perdas gradativas do processo de envelhecimento e pela perda do reconhecimento da autonomia decisória sobre si mesmo e sua vida. Assim, construímos a proposta deste texto, objetivando apresentar as considerações iniciais sobre a percepção que os idosos oncológicos possuem acerca da própria participação na tomada de decisões sobre seus tratamentos. Para isso, realizamos uma pesquisa de campo qualitativa, realizada por meio de coleta de informações com a aplicação de entrevistas individuais do tipo semiestruturada aos cinco idosos participantes; e posteriormente, aplicamos os instrumentos de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) e interpretação dos sentidos, preconizados por Minayo (1998, 2008, 2011). Com base nos resultados, aqui apresentados parcialmente, intentamos esta breve explanação da situação do idoso no Brasil, destacando os desafios que a longevidade aumentada interpõe, sendo a questão da autonomia o recorte escolhido para o presente texto. Abordarmos o reconhecimento da existência de um idoso que pode expressar suas vontades e ter suas decisões respeitadas, independente do grau de dependência ou independência que apresente.

Historicamente a representação de velho e velhice ocupa diferentes posições nos diversos sistemas sociais vigentes em cada época. Aquele que envelhecia era visto como o ancião ou o velho decadente, sua condição era representada pela degradação, decrepitude, inutilidade e isolamento social (BEAUVOIR, 1990). O Idoso e a definição de idoso, na atualidade, reveste-se de novos conceitos e multidefinições, ainda imprecisas, para a abrangência de suas diferenças marcantes na trajetória de desenvolvimento humano até então concebida. No século XXI são muitas configurações distintas para aqueles que chamamos de idosos. A estruturação do Estatuto do Idoso passou a destacar a condição do Idoso na história e no cotidiano, trazendo importantes reflexões no âmbito das ciências da saúde e sociais, aqui no Brasil.

Desde então, existem indagações que perpassam a idade que define o idoso; as condições que configuram um idoso; a auto definição do idoso para sua condição; as representações sociais do idoso – para ele próprio e para a sociedade. O aspecto cronológico do envelhecimento, a idade, é um aspecto concreto e inevitável e em muitas culturas e, na lei Brasileira, é o que demarca a categoria ou *status* do cidadão. Consta na Lei Brasileira a regulamentação sobre os sujeitos com 60 anos ou mais, e estes devem considerados e tratados com direitos e privilégios que competem àqueles chamados Idosos. Direitos que nem sempre são de fato respeitados.

Se existem dificuldades para configurar quem é o idoso; ainda mais complexo seria debruçar-se sobre a pergunta que Prade e Santos (2012) mencionam como: “Quem é o idoso com câncer?” (PRADE; SANTOS, 2012, p.135).

O idoso com câncer pode sofrer o impacto deste atributo ao ser considerado incapaz de gerir sua própria vida; insuficiente para tomar suas decisões acerca da doença, dos tratamentos e do curso de sua vida; ser considerado como alguém com melhores condições de aceitar a finitude e a morte e assim não receber os cuidados necessários; enfim, ser estigmatizado pela condição de envelhecimento (inevitável) e de adoecimento (visto como crônico e/ou incurável).

O envelhecimento, a doença grave estigmatizada e a situação de frequente hospitalização podem culminar na exacerbação da passividade, impotência e despersonalização; o idoso passa a ser tratado de forma infantilizada e suas vontades não sendo expressas ou respeitadas. A autonomia deve ser preservada em todas as fases do desenvolvimento, principalmente quando está ameaçada – como é o caso dos idosos, especialmente quando estão doentes (KOVÁCS&VAICIUNAS, 2008). Na intenção de proteção, predomina um cuidado paternalista que priva quem envelhece de compreender sua situação real de saúde e, considerando seus recursos psíquicos, poder organizar-se para enfrentar a doença e tomar suas decisões de adesão ou recusa para os tratamentos, incluindo toda trajetória de vida e finitude, assim, muitos idosos são “poupados” da revelação diagnóstica.

Para Debert (2012) a nova imagem do idoso revela a precariedade de mecanismos para lidar com a velhice tardia e não garante o exercício pleno dos direitos de cidadania e o reconhecimento do idoso como um ser autônomo.

O idoso ainda é considerado socialmente como um ser que declina para a morte. Especificamente o idoso com câncer, muitas vezes, parece suscitar na família e nas equipes de saúde uma especial atenção para o cuidado dos aspectos físicos (próprios do envelhecimento e da doença), e pouca atenção para os aspectos emocionais – uma vez que parece imperar a ideia de que ele “estaria melhor preparado” para aceitar a morte e muitas vezes é esquecido pela família e pela equipe de saúde como um sujeito que pode participar da tomada de decisões sobre os planos para seus tratamentos. No senso comum, o idoso é aquele que já viveu tudo o que tinha para viver, já cumpriu sua jornada de vida e, conseqüentemente, estaria pronto para morrer (BOEMER; ZANETTI; VALLE, 1999 apud PAIVA, 2009), assim, o reconhecimento de sua autonomia de decisão pode ser negligenciada diante de tratamentos tão complexos como os oncológicos fazendo com que a equipe de saúde ou a família assumam as decisões sem consultar os idosos.

As entrevistas, no entanto, permitiram elencar percepções muito interessantes que revelam a posição e o papel do idoso da atualidade. Decorrem deste conteúdo muitas nuances de autonomia, percorrendo desde um modelo de autonomia autocentrada até a possibilidade de uma autonomia compartilhada entre o idoso, a família e a equipe, parecendo ser este o modo mais aprimorado de decisão. A autonomia autocentrada ou autonomia liberal está ligada ao contexto de independência e gerência da própria vida de maneira autônoma, mas autocentrada, ou seja, as decisões caberiam somente ao idoso, assim,

tendo sua execução relacionada predominante ou exclusivamente à sua vontade. A autonomia compartilhada abraça uma flexibilidade maior, pois descreve um tipo de relação que se estende aos familiares e equipe de saúde ou outros envolvidos, permitindo discussão e alargamento da tomada de decisão, que neste contexto de saúde pode inclusive ser tomada por outro, sem desrespeitar a vontade do idoso.

Em relação à percepção de autonomia pelos próprios idosos, o ato decisório pode estar relacionado às condições necessárias para cuidar das próprias coisas, como as tarefas consigo mesmo, os afazeres domésticos, a execução laboral, as próprias finanças. Assim, o ato de realizar escolhas pode estar associado ao fato de viver a experiência de uma internação sem acompanhante ou morar sozinho/com o cônjuge, mas mantendo a chefia ou liderança do lar, ou seja, sem depender dos outros. Desse contexto decorre também a percepção de se sentir autônomo diante das decisões no que concerne à doença, realizando suas escolhas pertinentes ao tratamento. Os idosos entrevistados apresentam adaptação na tomada de decisões, realizando discussões prévias com a família e a equipe médica e, então, fazendo valer suas decisões quanto aos tratamentos oncológicos. Assim, o conceito de autonomia compartilhada pode abranger, além da capacidade de decidir por si mesmo após a discussão das melhores alternativas para todos os envolvidos, também a possibilidade de delegar as decisões ou necessitar de ajuda para executar as decisões tomadas, sem perder o senso de autodeterminação (KREUZ, 2017).

Neste aspecto a valorização da vontade do ser humano, em qualquer idade do ciclo vital, deve considerar que a pessoa é a protagonista principal de sua própria existência e do momento psicológico, físico e terapêutico que está vivendo, ou seja, deve ser incentivada a reconhecer a autonomia para tomar as decisões sobre si mesmo (OLIVEIRA; ALVES, 2010). Especificamente a autonomia do idoso com câncer é um tema recente que apresenta desafios dentre os quais estão a questão da comunicação diagnóstica e prognóstica sem a pseudoproteção e omissão da verdade a quem envelhece; o oferecimento de espaço para a discussão e reconhecimento de suas vontades em relação a realização ou recusa de tratamentos; a implantação de Diretivas Antecipadas de Vontade/Testamento Vital de maneira séria e efetiva nos serviços de saúde, com amplo esclarecimento que se estende também aos familiares. O levantamento de tais questões aguça a reflexão, tão importante e necessária, neste momento histórico em que as pessoas estão tornando-se cada vez mais longevas e provavelmente desenvolverão doenças crônicas – o que torna a questão da autonomia na tomada de decisão uma realidade pungente e cada vez mais presente.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. N. F.; FERNANDES, M. J. P. Perfil de cuidadores de idosos no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENVELHECIMENTO HUMANO, Campina Grande, 2015, **Anais**, vol. 2, n. 1, p. 1-12. Disponível em: <[http://www.editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO\\_EV040\\_MD2\\_SA11\\_ID1826\\_25072015161043.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV040_MD2_SA11_ID1826_25072015161043.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BARDIN, Laurence. (2011). **Análise de conteúdo**. (Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro). São Paulo: Edições 70.

BEAUVOIR, Simone. (1908-1986). **A velhice**. (Tradução de Maria Helena Franco Monteiro). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOEMER, Magali Roseira; ZANETTI, Maria Lúcia; VALLE, Elizabeth R. Martins do. (1991). A ideia de morte no idoso – uma abordagem compreensiva. In: CASSORLA, Roosevelt. (Coord.). **Da morte: estudos Brasileiros**. São Paulo: Papyrus.

CARVALHO, J. C. A família e as pessoas com experiência de doença mental. **Revista Portuguesa de enfermagem de saúde mental**. Porto-Portugal, n. 14, p. 6-8, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.19131/rpesm.0099>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

DEBERT, Guita Grin. (2011). **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. 1edição, 2 reimpressão – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp.

INCA - Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Estimativa 2016: incidência de câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios. 2002. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 1/7/2012. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

KALACHE, Alexandre. Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 217-220, 1987. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1987000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1987000300001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 23 Jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1987000300001>.

KOVÁCS, Maria Julia; VAICIUNAS, Nancy. (2008). Ciclo da existência: envelhecimento – desenvolvimento humano e autoconhecimento. In: KOVÁCS, Maria Júlia. **Morte e existência humana: Caminhos de cuidados e possibilidades de intervenção**. São Paulo: Grupo Gen, p.96-111.

KREUZ, Giovana. Autonomia decisória do idoso com câncer. Percepções do idoso, da família e da equipe de saúde. **Tese de Doutorado em Psicologia Clínica**, PUCSP, São Paulo: 2017, 151p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2011). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 30ed., Petrópolis, RJ: Vozes, p.61-77.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (1998). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5º ed. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2008). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11º ed. São Paulo: HUCITEC.

OLIVEIRA, Iglair Regis de; ALVES, Vicente Paulo. (2010). **A pessoa idosa no contexto da bioética: sua autonomia e capacidade de decidir sobre si mesma**.

REVISTA **Kairós gerontologia** 13(2), ISSN 2176-901X, São Paulo, p.91-98.

PRADE, Cristiane Ferraz; SANTOS, Francisco Carlos Gomes dos. (2012). Aspectos psicológicos: o idoso, o câncer e o sentido da vida. In: GLIGLIO & KARNAKIS. **Oncogeriatría: uma abordagem multidisciplinar**. São Paulo: Manole.

PAIVA, Lucélia Elizabeth. A morte nas diferentes fases do desenvolvimento humano. In: SANTOS, Franklin Santana. **Cuidados Paliativos: discutindo a vida, a morte e o morrer**. São Paulo: Atheneu, 2009.

## **Capítulo II**

**27/01/2013 – SANTA MARIA, RS: RELATO DE  
EXPERIÊNCIA SOBRE TRABALHO VOLUNTÁRIO**

---

**Maria Eduarda Freitas Moraes  
Cezar Augusto Vieira Junior**

## 27/01/2013 – SANTA MARIA, RS: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE TRABALHO VOLUNTÁRIO

### **Maria Eduarda Freitas Moraes**

Universidade Federal de Santa Maria  
Santa Maria – Rio Grande do Sul

### **Cezar Augusto Vieira Junior**

Universidade Federal de Santa Maria  
Santa Maria – Rio Grande do Sul

**RESUMO:** No dia 27 de janeiro de 2013 ocorreu na cidade de Santa Maria (Brasil) um incêndio em uma boate que vitimou 242 pessoas e deixou mais de 600 feridos. Neste contexto, houve uma grande mobilização da sociedade para prestar auxílio e acolher os feridos e seus familiares durante o período de internação hospitalar. O presente trabalho tem o objetivo de relatar a experiência de estudantes de Psicologia que atuaram como voluntários durante o processo de reconhecimento dos corpos e velório coletivo, além do período de internação dos feridos até a sua alta hospitalar. As atividades realizadas consistiram principalmente em acolhimento aos familiares das vítimas e feridos, auxílio na busca por informações, alimentação e hospedagem. A partir desta experiência, foi possível a elaboração do luto, principalmente pelos voluntários, e a construção de uma rede de apoio aos feridos e suas famílias. Uma relação de confiança foi construída entre os voluntários e os internados, o que possibilitou o suporte para enfrentar as situações adversas decorrentes da tragédia.

**PALAVRA-CHAVE:** Acolhimento. Internação hospitalar. Trabalho voluntário.

## 1. INTRODUÇÃO

No dia 27 de janeiro de 2013 ocorreu na cidade de Santa Maria (Brasil) um incêndio em uma boate que vitimou 242 pessoas e deixou mais de 600 feridos. Neste contexto, houve uma grande mobilização da sociedade para, em um primeiro momento, atender as famílias que perderam algum familiar e, depois, prestar auxílio e acolher os feridos e seus familiares durante o período de internação hospitalar. O presente trabalho tem o objetivo de relatar a experiência de estudantes de Psicologia que atuaram como voluntários durante o processo de reconhecimento dos corpos e velório coletivo, além do período de internação dos feridos até a sua alta hospitalar.

A equipe que realizou estas atividades formou-se espontaneamente, contando com cinco pessoas no primeiro momento. Através de convites a pessoas próximas e da divulgação por meio das redes sociais, o grupo foi crescendo e chegou a contar com mais de trinta pessoas durante as primeiras semanas após a tragédia. O trabalho foi, então, dividido em escalas para organizar adequadamente as atividades. Pequenas equipes de cinco voluntários

cobriam turnos previamente agendados, como manhã, tarde, noite e madrugada, buscando manter a disponibilidade do grupo para quaisquer demandas que surgissem.

## 2. MÉTODO

O método empregado para atingir o objetivo consiste em sintetizar conversações dialógicas que aconteciam entre os voluntários. Neste sentido, a ferramenta do diário de campo (MALINOWSKI, 1997 [1967]) foi usada como instrumento com a finalidade de registrar conversas, situações e sentidos de voluntários, bem como momentos nos quais esses eram compartilhados.

Aqui são postas em evidência as experiências vivenciadas pelos participantes da atividade, no sentido proposto por Bondía.

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. (Bondía, 2002, p. 21).

## 3. REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS

A Organização das Nações Unidas define a atividade voluntária como não incluindo benefícios financeiros, além disso “é levada a cabo atendendo à livre e espontânea vontade de cada um dos indivíduos e traz vantagens a terceiros, bem como ao próprio voluntário.” (2001, *Apud* FERREIRA; PROENÇA; PROENÇA, 2008, p. 44). Considerando a legislação brasileira, encontra-se a *Lei Federal nº 9.608/98, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências* (1998), a qual define o voluntariado em seu artigo 1º:

atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Nesta perspectiva, podemos vislumbrar diferentes motivações e benefícios que podem surgir frente à prática do voluntariado. A nossa experiência de atuação enquanto voluntários consistiu em fazer visitas regulares às vítimas internadas com o intuito de proporcionar atenção e companhia, e também tentando reduzir o afastamento social ocasionado pela longa internação no hospital. O apoio prestado aos familiares de vítimas mostrou-se de crucial importância, visto que muitos se encontravam bastante fragilizados em virtude do sofrimento que passavam. A população local, em geral, apresentou um sentimento de compartilhamento em relação à tragédia, desejando amparar

familiares e vítimas. Assim, a partir desse sentimento, buscamos interferir nos rumos proporcionados pela situação.

O trabalho voluntário teve duração de 55 dias e configurou um tipo específico de voluntariado, pois não se ligou a Organizações Não Governamentais e a órgãos públicos, sendo que a equipe de voluntários formou-se para atender exclusivamente as demandas da tragédia. A equipe de voluntários se concentrou, durante a maior parte deste período, no hospital da cidade onde havia o maior número de vítimas internadas e as atividades realizadas consistiram principalmente em acolhimento aos familiares das vítimas e feridos, auxílio na busca por informações, alimentação e hospedagem para os familiares que residiam em outras cidades, ou mesmo para vítimas que receberam alta hospitalar e precisavam retornar à cidade para realizar exames médicos.

Neste contexto, reconhecemos que o voluntariado produziu repercussões e afetamentos em nós. Para tanto, podemos mensurar que o evento de 27/01/2013 afetou a cidade de Santa Maria como um todo. As pessoas com as quais tivemos contato, muitas vezes, se encontravam em momentos de desamparo. Todavia, não buscamos patologizar esses momentos, entendendo-os como necessários diante do contexto vivenciado.

A necessidade de não atentar para o luto através de um olhar patologizador já foi assinalada por Freud em luto e melancolia (1996 [1915]), quando indica que embora o luto mude a atitude que se tem frente à vida, isso não implica considerá-lo patológico, haja vista que o luto normal deve superar a perda do objeto. Desta forma, convergimos para o proposto por Freud (1996), pois também acreditamos que as perdas também podem vir a se reestabilizar com o tempo, de acordo com as possibilidades de cada pessoa.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir desta experiência, foi possível a elaboração do luto, principalmente por parte dos voluntários. Além disso, foi construída uma rede de apoio aos feridos e suas famílias. Desenvolveu-se uma relação de confiança entre os voluntários e os internados, uma vez que o voluntariado proporciona uma proximidade entre pessoas com valores e interesses similares, o que possibilitou o suporte para enfrentar as situações adversas decorrentes da tragédia.

Sendo assim, os resultados advindos da experiência convergem para o que indica Castro (2012) quando afirma que o voluntariado possibilita o desenvolvimento de cunho social, além de mostrar-se como uma oportunidade para que os participantes venham a desenvolver e exercitar habilidades como liderança e comunicação interpessoal. A principal motivação para esta modalidade de trabalho pode ser obtida através das situações de gratificação

vivenciadas nas relações afetuosas, além da valorização da autoimagem e da aprendizagem social.

## REFERÊNCIAS

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p.20-28. Jan./Abr. 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9608/98**: dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm)>. Acesso em: 17 mar. 2015.

CASTRO, Carolina Fernandes de. **O trabalho voluntário dentro de um clube de serviço**: atitude pró-social analisada à luz da psicologia individual e social. 2012. 78p. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Psicologia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012.

FERREIRA, Marisa; PROENÇA, Teresa; PROENÇA, João F. As motivações no trabalho voluntário. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, Lisboa, v.7, n.3, p.43-53. Jul./Set. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpbq/v7n3/v7n3a06.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia [1915]. In: \_\_\_\_\_. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**: Edição Standard Brasileira. v. XIV. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 245-263.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Um diário no sentido estrito do termo** [1967]. Rio de Janeiro: Record, 1997.

**ABSTRACT:** On January 27 of 2013 a nightclub fire that victimized 242 people and wounded more than 600 took place in the city of Santa Maria (Brazil). In this context, there was a big mobilization from society to provide assistance and embracement to the injured and their relatives during the period of hospitalization. The present study has the objective of reporting the experience of psychology students who worked as voluntaries during the process of body identification and collective funeral, in addition to the period of hospitalization up to hospital discharge of the wounded. The conducted activities consisted mainly of embracement to the victim's and injured's relatives, assistency in the search for

information, feeding and shelter. From this experience, the elaboration of the mourning, primarily by the voluntaries, and the construction of a support network to the wounded and their relatives was made possible. A relationship of trust was built between the voluntaries and the hospitalized, which allowed the support to face the adverse situations caused by the tragedy.

**KEYWORDS:** Embracement. Hospitalization. Voluntary Work.

## **Capítulo III**

### **PRÁTICAS DISCURSIVAS EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA ADOLESCÊNCIA**

---

**Ana Priscilla Christiano**

# PRÁTICAS DISCURSIVAS EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA ADOLESCÊNCIA

**Ana Priscilla Christiano**

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR campus Londrina,  
Departamento de Psicologia  
Londrina – PR

**RESUMO:** Este texto problematiza as verdades produzidas sobre a adolescência atual. Os interlocutores teóricos ofereceram condições para que estas problematizações surgissem, em meio a pesquisas realizadas por estudantes do curso de Psicologia da PUCPR campus Londrina - durante a disciplina de Psicologia do Desenvolvimento. É possível afirmar que é necessário realizar nos cursos de formação de psicólogos a desconstrução da imagem dos sujeitos adolescentes produzidos pelos discursos dos especialistas e instalada no senso comum. A perspectiva foucaultiana - que indica que a adolescência deve ser entendida como uma categoria de vida construída à medida que o sujeito adolescente foi forjando - pode auxiliar nestas problematizações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Práticas discursivas; Psicologia do Desenvolvimento; Adolescência.

## 1. INTRODUÇÃO

A Psicologia do Desenvolvimento é uma disciplina constante nos cursos de graduação em Psicologia e em Pedagogia. Historicamente, no Brasil, resultou do desdobramento da disciplina de Psicologia Educacional nos cursos de formação de professores das Escolas Normais, durante a primeira metade do século XX. Autores como Santos (1948) e Fontoura (1959) que publicaram obras sobre a Psicologia Educacional, defendiam que esta englobava três áreas de estudos que estavam em processo de constituição: a Psicologia da Criança, a Psicologia da Aprendizagem e Psicologia Diferencial.

Tradicionalmente, a Psicologia da Criança ocupou-se das discussões que se iniciaram no final do século XIX sobre sua “evolução” - detalhando as fases e as especificidades do desenvolvimento infantil. À medida que os discursos sobre a Psicologia da Criança se especializaram, passaram a abranger outros momentos da vida do ser humano como a adolescência, a vida adulta e a velhice como podemos observar nas publicações de Bee (1997) e Shaffer (2005).

Atualmente, apesar das discussões - a respeito do desenvolvimento humano - estarem em transformação, não é incomum que a disciplina de Psicologia do Desenvolvimento aborde esses momentos da vida sob uma ótica evolucionista em que a criança e o adolescente são vistos como seres em

processo de amadurecimento em diferentes aspectos - afetivos, cognitivos, emocionais, sociais - rumo à vida adulta. Ao mesmo tempo, também são abordados temas que tratam das características comuns a cada “fase” da vida, naturalizados como sendo comuns a todos os seres humanos daquela faixa etária. Dentre estas características estão desde aquelas relacionadas aos aspectos físicos e neurológicos, como também comportamentais, sociais, cognitivos e emocionais.

Entretanto, os manuais comumente - que servem como referência para as leituras que embasam a disciplina de Psicologia do Desenvolvimento - pouco problematizam a própria existência da adolescência como uma fase da vida forjada em meio à produção de práticas discursivas e não discursivas que engendraram saberes sobre o ser humano a partir do século XIX - período em que a Psicologia se constituiu como ciência independente.

Estes saberes assumiram - pelas mãos dos estudiosos das áreas de Psicologia, Educação, Medicina - efeitos de verdade que legitimaram quem é o adolescente de hoje e, ainda, define-o como sujeito - que pensa, sente, fala - e como objeto - que deve ser educado, contido, entendido, direcionado.

Considerando isso, faz-se necessário lançar um olhar problematizador para a perspectiva naturalizante sobre a forma como o adolescente foi produzido, enquanto sobre ele se organizavam os saberes da Psicologia do Desenvolvimento.

Partindo do princípio de que as práticas discursivas e não discursivas produzidas sobre o adolescente e sua adolescência forjaram-no ao longo do século XX, fez-se necessária uma desconstrução das verdades instituídas e legitimadas sobre o adolescente moderno. Foi considerado, então, que um a universidade é bom espaço para esta desconstrução e constituição de novas possibilidades de olhar para o adolescente e, ainda, que a disciplina de Psicologia de Desenvolvimento tem muito a contribuir com isso.

Desta forma, a autora deste texto - que também ministra esta disciplina no curso de graduação em Psicologia PUCPR campus Londrina - se propôs a desenvolver - para o trabalho com esta disciplina - uma metodologia de ensino que possibilitasse uma desconstrução daquilo que os jovens estudantes do curso tomavam como verdades a respeito deste momento da vida do ser humano que se convencionou chamar de adolescência - período da vida que se estende dos doze aos dezoito anos, aproximadamente.

A proposta da disciplina, então, foi propor aos estudantes que realizassem, ao longo do semestre, uma pesquisa qualitativa exploratória que respondesse a seguinte questão: A adolescência é natural ou construída?

Este texto relata os resultados das pesquisas realizadas e apresentadas em sala de aula pelos grupos de estudantes organizados pela professora.

## 2. A PESQUISA COMO FACILITADORA DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Antes de tudo, cabe aqui explicar que a “pesquisa” pode ser entendida, segundo Demo (2006), como princípio científico - que, por sua vez, muitas vezes acaba se resumindo a produção técnica de conhecimento - ou, também, como princípio pedagógico. Esta última a entende como um modo de educar por meio do questionamento e do saber pensar de forma problematizadora sobre a realidade histórica e social da qual o estudante faz parte.

A possibilidade de trabalhar com pesquisa como metodologia de ensino-aprendizagem surgiu em meio a algumas constatações empíricas do cotidiano universitário como, por exemplo, o distanciamento que muitos estudantes relatam ter das práticas de pesquisa ao longo do curso de graduação, assim como a resistência que apresentam, cotidianamente, à introdução de novas metodologias que se distanciam do ensino tradicional e que exijam mais autonomia e criatividade no processo de construção do conhecimento acadêmico-profissional.

Em contrapartida, a sociedade atual tem mostrado que o profissional que sai da Universidade deve, ao mesmo tempo, ter conhecimento suficiente para lidar com as mais diferentes exigências do mercado de trabalho e ainda características como autonomia, proatividade e criatividade que o habilitariam a não ser um mero reproduzidor daquilo que aprendeu na academia, mas sim um profissional capaz de inovar, criar novas demandas e mesmo de se recriar como sujeito.

Associado a esta demanda ainda há a necessidade de formar, não só um trabalhador que atenda as demandas mercadológicas, mas também que seja capaz de refletir criticamente sobre seu papel no mundo, inclusive problematizando as demandas que chegam até ele e buscando novas formas de ser e viver no mundo atual.

Para formar estes jovens muitas metodologias de ensino são postas em operação na tentativa de garantir que ele - ao mesmo tempo em que se apropria do conhecimento sistematizado sobre determinada disciplina - também crie condições subjetivas de questionar o próprio conhecimento adquirido.

Segundo Martins e Varani (2012, p.650) o que caracteriza o trabalho docente é o ensino que pode ser entendido como um:

conjunto de atividades planejado prévia, intencional e sistematicamente, cujo desenvolvimento visa socializar com os discentes conhecimentos, habilidades, valores, visões de mundo, hábitos e atitudes historicamente produzidos pela humanidade, bem como a desenvolver as suas capacidades sensório-motoras e cognoscitivas, os paradigmas ético-políticos que os orientam e as possibilidades que têm de aplicar o aprendido e exercitado na escola em diferentes espaços e contextos históricos.

Para garantir que este ensino se efetive muitos modelos teórico-metodológicos são desenvolvidos e vão desde aqueles identificados com o ensino mais tradicional que envolvem memorização e repetição, ou ainda aqueles que buscam adequar os indivíduos a sua realidade de forma a-crítica, até aqueles que propõem capacitar os estudantes para atuarem como agentes de mudança de sua própria realidade e, também, dos grupos sociais dos quais faz parte (MARTINS; VARANI, 2012).

Dentro desta última perspectiva, uma alternativa foi apontada por Demo (2006). Este teórico propôs que um caminho de ensino-aprendizagem só levaria o estudante rumo a um processo emancipatório de construção de um pensamento crítico sobre o mundo e sobre si, se fosse atravessado por práticas de pesquisa, que aqui pode ser entendida como uma estratégia metodológica de promoção de aprendizagem. Nesta perspectiva:

o que faz da aprendizagem algo criativo é a pesquisa, porque a submete ao teste, à dúvida, ao desafio, desfazendo tendência meramente reprodutiva. Aprender, além de necessário, sobretudo como expediente de acumulação de informação, tem seu lado digno de atitude construtiva e produtiva, sempre que expressar descoberta e criação de conhecimento, pelo menos a digestão pessoal do que se transmite. Ensinar e aprender dignificam na pesquisa, que reduz e/ou elimina a marca imitativa. (DEMO, 2006, p. 43).

Para este mesmo autor, melhor do que aprender pela imitação é aprender pela pesquisa, pois somente esta conseguiria transformar o processo de aprendizagem em algo criativo e produtor de conhecimento reflexivo, a medida que coloca o estudante em diálogo com a realidade da qual faz parte. Assim, dialogar com a realidade pode ser a “definição mais apropriada de pesquisa, porque a apanha como princípio científico e educativo. Quem sabe dialogar com a realidade de modo crítico e criativo faz da pesquisa condição de vida, progresso e cidadania” (DEMO, 2006, p.44).

Foi seguindo esta perspectiva que a realização de uma pesquisa ao longo do semestre foi proposta para os estudantes da disciplina de Psicologia do Desenvolvimento, abrindo caminho para uma visão integral que considerasse os múltiplos aspectos que interferem na constituição do sujeito adolescente.

Desta forma, a sala foi dividida em grupos de quatro pessoas que deveriam desenvolver uma metodologia de investigação que os levasse a responder a questão proposta pela professora, elencando diferentes formas de conhecer os múltiplos fatores associados à constituição da adolescência moderna.

Após a leitura de textos introdutórios e discussões em sala de aula definiu-se como objetivo geral da pesquisa identificar e analisar os diferentes discursos que circulam em torno da “adolescência”. Para tanto foi feito - por todos os grupos de estudantes - primeiramente, um levantamento de material bibliográfico que tratasse da adolescência, não só como um período do desenvolvimento

humano, mas também como uma categoria de estudos composta por diversos discursos constituídos historicamente.

Após a leitura do material e construção do referencial teórico da pesquisa, respaldada em autores como César (2008), Birman (2006) e Foucault (2014) cada grupo desenvolveu uma metodologia específica.

Um grupo realizou um levantamento de manuais de Psicologia do Desenvolvimento e fizeram uma comparação entre os aspectos e as formas que a adolescência foi abordada.

Outro grupo buscou nos estudos de neurociências e fisiologia as explicações para alguns aspectos comuns aos adolescentes evidenciando a influência do meio e a interação com o organismo.

Outro ainda realizou uma roda de conversa com cinco adolescentes de idades entre doze e dezoito anos solicitando a eles que respondessem se achavam que a adolescência era natural ou construída.

O último grupo buscou na transgeracionalidade as respostas para a questão norteadora da pesquisa. Juntamente com a professora criaram uma entrevista semiestruturada que foi aplicada em quatro famílias. Foram entrevistadas quatro mulheres de cada família que foram divididas em três categorias: 1ª geração (idosas entre 73 e 83 anos), 2ª geração (adultas entre 42 e 53 anos) e 3ª geração (adolescentes entre 13 e 17 anos). Os dados obtidos nestas entrevistas foram postos, juntamente com a professora, em relação com o referencial teórico e possibilitaram a problematização dos discursos sobre a adolescência que as estudantes-pesquisadoras tiveram contato. A discussão a seguir relata os resultados da pesquisa deste último grupo e algumas reflexões que podem ser feitas sobre eles.

### **3. UMA DISCUSSÃO POSSÍVEL SOBRE A PRODUÇÃO DA ADOLESCÊNCIA NA MODERNIDADE**

Para a discussão dos dados obtidos durante as pesquisas o livro de César (2008) serviu como ponto de partida, já que trazia uma visão da adolescência como um período produzido através dos saberes de diversos teóricos, desde o final do século XIX, e que sugere que a melhor forma de desnaturalizar esta categoria, historicamente produzida, é interrogar os discursos que circulam em torno da temática, na atualidade.

Esta proposta da autora respalda-se nos estudos de Michel Foucault. De acordo com a perspectiva de Foucault (2014), desde a Modernidade um conjunto de práticas discursivas e não discursivas sobre o ser humano tem se organizado, classificando-os em categorias de análise e intervenção: a criança, o adolescente, o idoso, o louco, o indivíduo perigoso para a sociedade. Este conjunto de práticas assume - de tempos em tempos - efeitos de verdade sobre os sujeitos dos qual falam e acabam legitimando formas de compreender, explicar e intervir na vida e no corpo destes sujeitos, dentre os quais estão os

adolescentes. Estes saberes, reconhecidos como verdades, forjam o adolescente moderno e oferecem respaldo para a construção de formas de conhecimento cada vez mais detalhados que acabam por defini-lo.

Ao mesmo tempo também se organizam técnicas de condução que levam a produção daquilo que passa a ser reconhecido como normal e esperado para o adolescente - surge, assim, o sujeito disciplinado e alvo da biopolítica. Se o sujeito disciplina é aquele em que o poder disciplinar incide sobre seu corpo - observando-o, conhecendo-o, detalhando-o e intervindo diretamente sobre ele, na biopolítica este sujeito passa a ser visto em conjunto - o grupo. A condução da vida da população como um todo a ser gerenciado.

Sobre os discursos, Foucault (2008, p. 30) defende que um conjunto de discursos é sempre um conjunto finito e “efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas”, o que nos permite perguntar, diante de um enunciado, como foi que ele, e não outro, apareceu.

Segundo ele, os discursos de um determinado estrato histórico formam regularidades discursivas que de tempos em tempos promovem dispersões, a medida que sobre eles são produzidos novos discursos que mudam o rumo das construções teóricas sobre os objetos. Nesta perspectiva o discurso é visto como um conjunto “em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (FOUCAULT, 2008, p.61).

A proposta do autor, então é realizar suas análises considerando que os enunciados são diferentes entre si, mas pertencentes a uma mesma formação discursiva, pois mesmo que haja unidade, esta deve ser analisada como um conjunto de regras positivadas. Por isso é importante descrever a coexistência de saberes dispersos e também heterogêneos, o sistema que rege sua repartição, “como se apoiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de seu revezamento, de sua posição e de sua substituição” (FOUCAULT, 2008, p.39)

O adolescente, em suas diferentes manifestações comportamentais, emocionais, cognitivas, psíquicas passa a ser explicado por “experts” de áreas da saúde, educação e ciências humanas. Estas explicações influenciam diretamente na forma como os pais, professores e os próprios adolescentes veem suas experiências, suas transformações e ainda interferem na interpretação de todas estas manifestações como algo anormal ou perigoso, o que justificaria a visão naturalizada da adolescência como fase de conflitos e rebeldia que hoje circula, tanto entre a população em geral, como entre muitos estudiosos. Interrogar estes discursos abre a possibilidade de que novas formas de pensar e agir se organizem.

Dentre estes discursos está o de Birman (2006) que afirmou que não deve-se adotar uma leitura exclusivamente psicobiológica das idades da vida, pois nesta perspectiva estas idades seguiriam um padrão regulado pelos registros biológicos e psíquicos que explicariam a duração e a sequência temporal de cada um dos períodos. Esta dimensão biológica considera que há

uma sucessão de fases, desde o nascimento até a morte, com características em comum e bastante demarcadas em cada uma destas fases.

O autor não tira a importância do registro biológico, entretanto, defende que ele deva ser relativizado e contextualizado pois é atravessado por outros registros institucionais e sociológicos como a educação, o trabalho e a família que, apesar de serem construídos historicamente, nos discursos atuais, sobre a adolescência, foram colocados como consequência de um certo funcionalismo regulado pelo determinismo biológico. Birmam (2006) afirma que foi pelo apagamento desta dimensão histórica que o modelo biológico foi naturalizado e banalizado.

Já César (2008) caracteriza a adolescência como uma fase de ajustes necessários em relação aos parâmetros estabelecidos de maturidade. Estas adequações são, muitas vezes, interpretadas como crises que os adolescentes passariam. Como Birmam (2006) a autora não tira a importância do registro biológico, mas defende que considerar a adolescência como uma etapa da vida marcada pela ideia de crise significa insistir em uma maneira de investigação científica que naturaliza seus aspectos, deixando de lado seu caráter histórico. Isso comprometeria a reflexão da adolescência e marcaria o adolescente como um sujeito em conflito com o mundo e consigo. Além disso, sua compreensão se daria respaldada na existência de uma “essência do sujeito” que fecharia a possibilidade de organização de novos discursos menos normalizadores sobre a temática.

Desta forma, é possível perceber que ambos autores evidenciam em seus discursos sobre a adolescência, a importância da desconstrução da imagem desses sujeitos adolescentes que se instalou no senso comum. A perspectiva foucaultiana com a qual os dois teóricos se identificam, nega a existência deste sujeito adolescente como sendo o mesmo no mundo inteiro, mas entende que sobre eles muitos discursos têm sido produzidos e estão em circulação em uma relação de forças. Nesta constante tensão entre aquilo que se diz e aquilo que é feito no cotidiano é que ora algumas palavras e práticas são reconhecidas como corretas e verdadeiras, ora outras é que assumem este *status*.

Durante as entrevistas realizadas foi possível identificar as tensões entre estes discursos advindos de sujeitos de diferentes idades e dentre aqueles pronunciados pelas entrevistadas e o que autores como Birman (2006), César (2008) e Foucault (2014) trazem.

Ao responderem as questões, os sujeitos da 1ª geração trouxeram pontos de vista semelhantes no que se referiu a: suas profissões, já que eram do lar; sobre seus sonhos durante a adolescência, que eram estudar e se formar; sobre seus deveres, dentre os quais estavam principalmente cuidar da família e estudar; sobre a relação com os pais, que foi relatada como sendo sempre de respeito e atravessada por grande rigor. Os entrevistados apresentaram respostas semelhantes quando o tema foi a rebeldia. Segundo eles a rebeldia estava associada a falta de educação, responder para os pais, mostrar a língua para os pais, não acatar as normas e regras estabelecidas e nenhuma das

entrevistas relatou identificar-se com estas características pois, como uma delas relatou: “...em suas casas não havia espaço para isso”(sic), mas quando indagados sobre os comportamentos caracterizados hoje e antes como rebeldes, os entrevistados foram unânimes em responder que as diferenças são gritantes, o que deixa claro que o que era rebeldia para a avó não é considerado rebeldia para a neta.

Já os sujeitos da 2ª geração apresentaram diferenças entre si nas profissões que declararam, como enfermeira ou engenheira agrônoma e entre as mulheres da primeira geração que se autodeclararam do lar; na forma como entendiam o namoro e na liberdade que tinham para sair e se relacionar com outras pessoas, mas mantiveram respostas muito próximas das mulheres idosas no que se refere aquilo que durante a adolescência esperavam para o futuro: casar, estudar, cuidar da família e apresentaram conceitos sobre a rebeldia muito próximo daqueles ditos pelas mulheres idosas, deixando claro que também não passaram por esta “fase” quando adolescentes. Duas delas, assim como as idosas, justificaram a ausência de rebeldia, durante a adolescência, pelo tratamento enérgico dado pelos pais as suas primeiras manifestações de desrespeito.

Pelas entrevistas com as adolescentes da 3ª geração foi possível constatar grande semelhança entre aquilo que foi dito por suas avós e mães. As atuais adolescentes relataram possuir as mesmas ambições, expectativas para a vida adulta que as mulheres das outras duas gerações entrevistadas. O mesmo aconteceu com sua noção de deveres e de explicações para o que consideram rebeldia. Entretanto, os discursos sobre a relação com os pais, as situações de namoro e de relacionamento com amigos estiveram marcados por diferenças contrastantes tanto em relação as idosas, quanto em relação as mulheres adultas.

Quando solicitados a definir a adolescência os entrevistados da 1ª geração trouxeram palavras como: trabalho, inocência, responsabilidade, liberdade. Os da 2ª geração disseram: responsabilidade, maravilhosa, felicidade, formação. Já para os adolescentes da 3ª geração ela pode ser definida como: diversão, tranquilidade, maneira (legal), chata.

Quando indagados se a adolescência era uma fase natural ou construída, duas idosas responderam que era construída e duas que era natural. Para três mulheres adultas é natural e para uma é construída. Já dentre as adolescentes, três acreditam que é natural e uma disse que é construída e também natural.

Estes relatos permitem concluir que os acontecimentos deste estrato histórico afetaram diretamente os discursos sobre a adolescência, que, mesmo pertencendo a uma mesma regularidade discursiva, apresentam movimentos dispersivos a medida que são entendidos e interpretados de formas diferentes nas três gerações entrevistadas. Assim, as atuais características comportamentais atribuídas a este período da vida humana, ainda que estejam mais relacionadas a questão cultural do que a questão biológica, como apontaram os teóricos referenciados, ainda é muitas vezes relatada como uma

“fase natural” de conflitos e crises. As respostas dadas pelas pessoas entrevistadas evidenciaram como estes discursos acabaram naturalizando aquilo que compõem a adolescência e acabam por desconsiderar as múltiplas possibilidades de se viver este período.

## REFERÊNCIAS

BEE, H. L. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BIRMAM, J. Tatuando o desamparo. In: Cardoso, M. R. (org). **Adolescentes**. São Paulo: Editora Escura, 2006, p. 25-43.

CÉSAR, M. R. **A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12 ed. São Paulo: Cortez. 2006.

FONTOURA, A. A. **Psicologia educacional: 1ª parte - Psicologia da criança**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1959.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

KNOBEL, M.; ABERASTURY, A. **Adolescência Normal**. Um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

MARTINS, M. F.; VARANI, A. Professor e pesquisador: considerações sobre a problemática relação entre ensino e pesquisa. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 12, n. 37, p. 647-680, set./dez., 2012.

SANTOS, T. M. **Psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Livraria Boffoni Editora, 1948.

SHAFFER, D. R. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Cengage learning, 2005.

**ABSTRACT:** This text problematizes the truths produced about the current adolescence. The theoretical interlocutors provided the conditions for these

problems to arise, in the midst of researches carried out by students of the Psychology course of the PUCPR Londrina campus - during the course of Developmental Psychology. It is possible to affirm that it is necessary to carry out in the courses of formation of psychologists the deconstruction of the image of the adolescent subjects produced by the speeches of the specialists and installed in the common sense. The Foucaultian perspective - which indicates that adolescence must be understood as a constructed category of life as the adolescent subject was forging - can help in these problematizations.

**KEYWORDS:** Discursive practices; Developmental Psychology; Adolescence.

## **Capítulo IV**

### **SUICÍDIO DE JOVENS E ADOLESCENTES: O QUE O SENTIMENTO DE DESPERTENCIMENTO TEM A VER COM ISSO?**

---

**Paulo Vitor Palma Navasconi  
Lucia Cecilia da Silva**

## SUICÍDIO DE JOVENS E ADOLESCENTES: O QUE O SENTIMENTO DE DESPERTENCIMENTO TEM A VER COM ISSO?

**Paulo Vitor Palma Navasconi**

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Maringá - Paraná

**Lucia Cecilia da Silva**

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Maringá – Paraná

*"Como desistir de quem você é? Isso não significa a própria morte? E quantas vezes nós morremos esse mês?"*

Kayla Lucas França (2016)

**RESUMO:** O texto apresenta resultados de um estudo que teve por objetivo compreender a possível relação entre o sentimento de “despertencimento” e o comportamento suicida em jovens e adolescentes. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica que reuniu 42 publicações brasileiras sobre suicídio na faixa etária de 12 a 24 anos. Constatou-se a necessidade de compreensão do fenômeno adolescência e do suicídio de modo contextualizado, diferenciando-se de uma perspectiva universalista. O sentimento de despertencimento aparece como elemento importante no contexto do suicídio em jovens e adolescentes, visto que, é na presença do outro que o adolescente passa a adquirir sentido e significado para sua existência. No processo de isolar-se, o jovem e o adolescente pode construir ideias suicidas, uma vez que, a partir das suas vivências e experiências de não pertencimento, de desamparo e amor não correspondido, pode apresentar desejo e ideias de morrer, chegando em alguns casos à tentativa e ao suicídio de fato. Aponta-se para a necessidade de uma escuta e acolhimento de jovens e adolescentes que vivenciam o sentimento de despertencimento, e junto a isso, a necessidade de ações preventivas e estudos interdisciplinares com objetivo de compreender o fenômeno de maneira contextualizada, social e histórica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Morte. Isolamento. Jovem. Adolescentes. Revisão bibliográfica.

Kayla França, transfeminista não-binária não se reconhecia pertencente como homem nem como mulher, ela transbordava por isto, “não cabia nessas caixinhas tão pequenas”. No dia 03/02/2016 Kayla pula da janela de seu apartamento, em São Paulo, e nos deixa este depoimento postado em uma de suas redes sociais.

Assim como Kayla existem inúmeras pessoas, e aqui em específico pessoas trans, que não se identificam com a realidade na qual encontram-se inseridas, bem como, com os papéis sociais que foram impostos a elas. As taxas

de suicídio em pessoas trans são alarmantes, no entanto, poderíamos evitar essa realidade. Vidas como a de Kayla e de outras pessoas que existem e (re)xistem numa sociedade machista, racista, segregacionista, misógina, transfóbica e elitista que favorece para o sofrimento psíquico e para o que denominamos por sentimento de despertencimento.

Haja vista que estamos inseridos em um sistema que não aceita as diferenças, logo torna-se difícil se ver pertencente, e nisto, a morte pode deixar de ser uma possibilidade certa da existência que chegará a seu tempo, para tornar-se uma saída. Resistir numa sociedade que julga, oprime e violenta seja psicológica, física ou simbolicamente, e que conseqüentemente não respeita e sufoca os sentimentos das pessoas não é nada fácil. Kayla tinha razão ao afirmar: “quantas vezes nós morremos esse mês”. Esta afirmação passa a ter todo sentido e representatividade quando se refere a esta sociedade que mata pessoas trans, LGBs, mulheres, negros/as, pobres e favelados/as todos os dias mas que permanece com suas mãos hipocritamente limpas.

Não temos por objetivo neste trabalho discutirmos a interseccionalidade de gênero e suicídio, mesmo sabendo de sua importância, todavia, iniciar este texto com o trecho do depoimento de Kayla não foi por acaso. A intenção é mostrar pelo que sofrem os jovens e adolescentes brasileiros que idealizam, tentam e cometem o suicídio.

Imaginemos que você neste exato momento tem novamente seus 10 anos de idade, você liga a TV e se depara com uma cena de um filme no qual mostra vários adolescentes e jovens se divertindo com vários amigos/as, semelhantes àquelas cenas de filmes dos anos oitenta. Você observa atentamente as cenas, cada movimento, cada fala e conforme vai passando as cenas você pode ficar deslumbrado com o que está vendo, ou então pode achar muito estranho, assustador ou qualquer coisa do tipo, ou seja, o que você vê pode não fazer nenhum sentido para você.

Imagine que noutro momento, à mesa do jantar, você escuta seus pais ou familiares falando que “fulano/a” não é a mesma pessoa”, “agora virou rebelde”, “é coisa de aborrecente”, “ainda bem que isso passa”. Além desses, você presencia outros comentários depreciativos em relação à chamada “fase difícil”. Isso é experienciado como algo confuso e até mesmo ruim.

Por fim, numa terceira cena você novamente encontra-se em frente a uma televisão, no entanto, agora está assistindo um telejornal e nele está transmitindo as notícias locais de sua cidade, numa dessas notícias mostra várias crianças e adolescentes trabalhando e inseridas em situações de extrema vulnerabilidade e risco. Em seguida, o repórter alerta sobre as crescentes taxas de violência e desemprego na faixa etária da juventude. Também assiste a uma reportagem sobre gravidez precoce e outra sobre o culto ao corpo jovem.

Percebe-se a quantidade de informação e de realidades expostas nesses exemplos? Falar sobre adolescência e juventude demanda-nos um olhar crítico e contextualizado. As exemplificações que trouxemos podem ser lidas de diferentes maneiras, no entanto, é perceptível que elas encontram-se

atravessadas por diversos fatores como os mercadológicos, sociais, políticos, econômicos, raciais, de gênero, psicológico, culturais, dentre outros.

Por este motivo, optamos iniciar este texto com o trecho do depoimento de Kayla, justamente para sinalizarmos que o que se pensa como algo intrínseco à pessoa, ou seja, “ela/e cometeu o suicídio porque estava num momento de fraqueza”, “porque ela/e não suportou”, e dentre outras conjecturas que nos fazem construir a ideia de que foi unicamente a pessoa que não foi capaz de ressignificar seus sentimentos, medos e angústias. Neste texto temos por objetivo apresentar algumas reflexões acerca do fenômeno suicídio na adolescência e na juventude, introduzindo algumas questões sobre o comportamento suicida na realidade brasileira e sua possível relação com o sentir-se não pertencente, questões estas para as quais a psicologia necessita lançar um olhar mais abrangente.

Em estudo que realizamos (NAVASCONI; SILVA, 2013), constatamos uma possível relação entre o suicídio em jovens e adolescentes e o sentimento de despertencimento, sentimento este, característico da sociedade contemporânea. Propusemo-nos a investigar como essa relação aparece na literatura especializada que aborda a temática do suicídio no Brasil. Neste trabalho temos por objetivo apresentar os resultados desse estudo, como forma de contribuir no esclarecimento do suicídio na adolescência e na juventude.

O referido estudo foi de caráter teórico-bibliográfico, e se pautou por analisar referências, como livros e publicações em periódicos científicos, buscadas principalmente em bancos de dados *online*. Exploramos referências que pudessem nos subsidiar no esclarecimento de uma possível relação entre o sentimento de “despertencimento” e suicídio em jovens e adolescentes.

Os bancos de dados online selecionados para a busca foram: *Scientif Eletronic Library Online - Scielo* ([www.scielo.br](http://www.scielo.br)), *Portal de Pesquisa da Biblioteca Virtual de Saúde – BVS* (<http://bvsalud.org/>) e o portal de *Periódicos Eletrônicos de Psicologia* (PePSIC). Foram selecionados 42 títulos cujo tema central dizia respeito ao suicídio de jovens e adolescentes, abrangendo a faixa etária de 12 a 24 anos. Foram estabelecidos os seguintes critérios para se compor o material de estudo: a) material escrito em língua portuguesa; b) artigos que caracterizam jovens e adolescentes, compreendidos na faixa etária de 12 a 24 anos; c) estudos qualitativos ou quanti-qualitativos; d) artigos completos. Buscou-se o aprofundamento dos conteúdos trazidos nos artigos elegendo-se referências bibliográficas que eles próprios traziam. Entendemos que o estudo realizado traz em boa medida como o suicídio de jovens e adolescentes está sendo compreendido pelos estudiosos brasileiros.

## 1. SOBRE A ADOLESCÊNCIA E A JUVENTUDE

Há diferentes teorias e saberes que buscam compreender e explicar o fenômeno da adolescência nas perspectivas biológica, psicológica e social,

todas com objetivo de compreender como a adolescência se manifesta e suas possíveis características. Para efeitos de orientação às políticas públicas, a adolescência corresponde ao momento que vai dos 12 aos 18 anos e a juventude de 19 a 24 anos, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Organização Mundial da Saúde, respectivamente. A população brasileira, na faixa etária entre 10 e 24 anos é de 51 milhões ou 37% da população total (PORTAL DA SAÚDE SUS, 2013).

Os estudos tradicionais acerca da adolescência, na maioria das vezes, tendem a compreendê-la como uma fase problema, onde aparecem diferentes crises, e junto a isso, tendem afirmá-la como sendo uma fase universal e preparatória ao mundo adulto, no qual passam a existir algumas cobranças, responsabilidades e deveres a serem cumpridos. Segundo Frota (2007) na maioria dos estudos sobre adolescência é possível encontrá-la relacionada a um negativo período de crise, ainda aos moldes do início da psicologia do desenvolvimento.

Stanley Hall considerava que a adolescência era a retirada dramática das crianças do paraíso da infância, constituindo-se, deste modo, num período de crises, tempestades e tormentas. E é desta forma que ainda hoje muitos teóricos têm se detido a falar sobre a adolescência: uma fase difícil, geradora de crises, um foco de patologias, um poço de sofrimentos para os jovens e suas famílias (FROTA, 2007, p.157).

Todavia, entendemos que o fenômeno da adolescência deva ser compreendido no tempo e espaço ao qual pertence. Queremos com isso dizer, que a despeito da adolescência ter suas características, sejam elas quais forem, tais características são assinaladas a partir de um campo social econômico, histórico, político, ou seja, a partir do campo que produz o homem seja qual for a sua fase de desenvolvimento. O próprio surgimento do conceito de adolescência é histórico. Segundo Coutinho (2005) este conceito tem origem recente na história social do Ocidente, e seu sentido atual só passou ser definido no final do século XIX. A adolescência surge na cultura ocidental no momento em que se apresenta a consolidação do indivíduo e da individualidade.

Pensar sobre a adolescência e aquilo que lhe diz respeito requer pensar também numa sociedade que enfatiza o indivíduo e o individual, e que a partir disso valoriza certas atitudes e comportamentos. Por exemplo, atualmente a adolescência e a juventude se encontram em evidência na sociedade e isso é claro no material oferecido pela mídia. A juventude é tida como o melhor momento da vida, com todo o futuro pela frente, idealizada de tal forma que as pessoas mais velhas tendem a ser desvalorizadas. Quanto a adolescência, tende-se evidenciá-la de maneira ambígua, visto que, se em um momento os meios de comunicação enaltecem os adolescentes, em outro, também os estigmatiza apresentando-os como seres em crise, fúteis, agressivos, inconstantes, deprimidos, delinquentes, desorientados, não sabendo lidar com as questões “típicas da fase”, chegando a utilizar outra palavra para designá-la,

qual seja, o termo “aborrecente” (ROCHA E GARCIA, 2008, p.6). De um lado, a adolescência é enaltecida, de outro, é um estorvo, aborrece e incomoda.

Aprender a viver num mundo assim não é fácil; às vezes o adolescente não encontra o suporte necessário para conseguir superar dificuldades de sua intimidade ou de suas relações interpessoais e recorre a comportamentos autodestrutivos, entre eles, o suicídio.

## **2. SOBRE O SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA E NA JUVENTUDE**

O suicídio é um fenômeno de importância psicológica, social, cultural, econômica, biológica, entre outros aspectos, sendo assim, por se referir ao um fenômeno abrangente, este apresenta diferentes conceituações. Uma delas, defendida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), afirma que o suicídio corresponde a um ato deliberado, intencional, de causar a morte a si mesmo, ou em outras palavras, é um ato iniciado e executado deliberadamente por uma pessoa que tem a clara noção (ou uma forte expectativa) de que dele pode resultar a morte, e cujo desfecho é esperado (WHO, 2013). Apesar de não existir uma definição única, a maioria das definições do suicídio apontam que há necessariamente um desejo consciente de morrer e a noção clara do que o ato executado pode resultar, assim como se verifica na definição proposta pela OMS.

Desde 1990 a taxa de suicídio na faixa etária de 13 a 24 anos vem aumentando em todo o mundo. O Brasil apresenta baixa taxa de mortalidade por suicídio, em média 4,9 na população total, e 5,1 entre os jovens, em relação a taxa mundial de 16 casos por 100.000 habitantes. Contudo, as taxas vêm aumentando nos últimos anos e aparecendo com novos aspectos, como áreas com taxas extremamente altas e áreas de suicídio étnicos ou culturais (WAISELFISZ, 2011). Na faixa etária entre 15 e 19 anos o suicídio aumentou em 24,2% entre os anos 2000 e 2012 (WAISELFISZ, 2013).

Sobre a idade mais crítica para ideações e tentativas de suicídio Borges e Werlang (2006), Rodrigues, Nogueira, Antolini, Berbara e Oliveira (2006), Ficher e Vansan (2008), Werlang, Borges e Fensterseifer (2005) encontraram em seus estudos que isso é mais frequente por volta dos 15 anos. Esses autores salientam que esses adolescentes, nas suas amostras, estavam sob maior risco e tendiam a sentir-se desesperançosos e depressivos, a superestimar os reveses e a ter dificuldades de encontrar soluções para seus problemas. Nas últimas décadas a juventude e a adolescência ganharam maior visibilidade no que se refere a programas de políticas públicas o que confere maior atenção governamental a esse período do desenvolvimento humano. O total de crianças e adolescentes (0 – 19 anos) na população brasileira atingiu cerca de 63 milhões de pessoas segundo IBGE (2010). Na faixa etária entre 10 e 24 anos estão 51 milhões de pessoas, o que corresponde a 37% da população brasileira (PORTAL

DA SAÚDE SUS, 2013) e segundo a UNICEF (2012) o Brasil tem 35 milhões de adolescentes com idade entre 10 e 19 anos.

Esta população encontra-se em profundas desigualdades socioeconômicas, de gênero, raciais e sociais, pois há no país graves problemas educacionais, de moradia, de oportunidades de trabalho e de lazer e, conseqüentemente, grandes desigualdades nas formas de adoecimento e morte. Essas desigualdades acabam por se revelar na capacidade de o jovem obter reconhecimento de seus direitos elementares, tais como, educação, nutrição, moradia, boa saúde física e mental, trabalho, lazer, entre outros (MINAYO, 1999). Para corroborar tal apontamento, tomemos apenas os dados da UNICEF (2012) relativos aos brasileiros que entram para a escola: de cada 100 estudantes que entram no ensino fundamental, apenas 59 terminam a 8ª série e apenas 40, o ensino médio. A evasão escolar e a falta às aulas ocorrem por diferentes razões, incluindo violência e gravidez na adolescência.

Segundo Cassorla (1991) e Bertolote (2012) não há uma única causa para o suicídio, pois este é um evento que ocorre como culminância de uma série de fatores presentes ao longo da história do indivíduo. Frazão, Almeida e Sampaio (2006) afirmam que o suicídio refere-se a “autodestruição” por um ato deliberadamente realizado para conseguir esse fim. A tentativa de suicídio, segundo os autores, é um ato de autodestruição iniciado, mas não acabado. Já segundo Meleiro e Bahls (2004) há na tentativa de suicídio um comportamento potencialmente autolesivo, porém não fatal e com evidências de que a pessoa pretendia a morte voluntária.

Por sua vez, a ideação suicida é o pensamento ou a intenção de suicídio não havendo a efetuação da tentativa de suicídio. Neste sentido, ainda segundo Meleiro e Bahls (2004) a ideação suicida consiste em pensamentos, ideias, ou rumações sobre o próprio suicídio, sobre o morrer ou estar morto, ou ameaças claras ou abertas de suicídio.

As ideações de suicídio estão no plano da idealização isto é, do pensamento, sem haver o planejamento ou ação. Diferente do que se pode compreender por plano suicida, uma vez que neste a pessoa encontra-se decidida a por fim à própria vida. No plano, a ideação de morrer encontra-se presente e o indivíduo passa a tramar a sua própria morte, planejando-a com detalhes tais como, método a ser utilizado, local, horário etc. Com isso, a pessoa pode passar ao ato e conseguir ou não a sua consumação. No entanto, os/as autores citados alertam que um ato suicida pode acontecer sem que a pessoa idealize, planeje o método a ser utilizado, local e horário, podendo acontecer de modo impulsivo, podendo ser fatal ou não.

De acordo com Rigo (2013) para se tentar elucidar a motivação para o suicídio é preciso levar em conta três fatores: os precipitantes, que são os fatores atuais e externos ao sujeito, os internos que dizem respeito à sua história de vida e aos transtornos mentais preexistentes e, por fim, o contexto sociocultural do ato. Desse modo, segundo a autora, quando um elemento atual dispara a ocorrência de um sentimento devastador capaz de provocar um suicídio, é,

geralmente, porque ele reedita uma situação anterior de sofrimento, potencializando-a e tornando intolerável o momento atual. Nesses casos, o suicídio se torna uma saída, ou seja, uma possibilidade de aliviar a dor e o sofrimento.

Deste modo, a pessoa que tenta ou idealiza o suicídio estaria tentando fugir de uma situação ou de um sofrimento intenso que se encontra situado às raias do insuportável. Tal sofrimento é descrito como uma angústia intensa, um desespero, mas muitas vezes é indescritível com o vocabulário. A fim de aliviar o desespero e essa angústia/tristeza incomensurável, a morte passa ser vista como uma solução. Cassorla (1991) assinala que na verdade não se deseja a morte, mas sim, acabar com o sofrimento.

### **3. SOBRE O SENTIMENTO DE DESPERTENCIMENTO**

A análise da bibliografia mostrou que ao vivenciar o processo mais intenso da construção de sua identidade, o adolescente tende a desprender-se vagarosamente do seu círculo familiar, procurando pertencer a outros grupos, estabelecendo novos vínculos sociais e afetivos. Todavia, nem sempre os novos laços sociais são satisfatórios ou mesmo não chegam a ser concretizados, provocando no jovem e/ou adolescente um sentimento de não pertencimento, ou de despertencimento. Essas publicações sugerem que a vivência deste sentimento está relacionado a outros, como sentimentos de não reconhecimento, não aceitação e amor não correspondido.

De acordo com Perdigão (1995) o sujeito simplesmente compreende que existem no mundo outras consciências além de si próprio, sem a necessidade de qualquer prova a esse respeito, esse é o “mundo vivido”. Sendo assim, a convicção e consciência da existência do outro passa ser um dado imediato na vida de qualquer sujeito, o outro é um ser que me vê enquanto sujeito, assim como eu o vejo. Nessa direção, podemos pensar a respeito da presença do outro na vida do/a jovem ou adolescente, e junto a isso, que tipo de mensagem o “outro” estaria passando para este/a jovem/adolescente? Que outro seria este que cria a possibilidade de vivenciar o sentimento de pertencimento ou de despertencimento?

Se pensarmos em níveis de macro relações, pode-se compreender o “outro” para além de um ente querido, de um amigo e, neste sentido, pode-se entender que este “outro” se caracteriza e se personifica enquanto instituições, meios midiáticos que preservam e transmitem certos valores que influenciam na a sensação e sentimento de não pertença à realidade na qual jovens e adolescentes encontram-se inseridos.

Sendo assim, retomando as indagações que realizamos anteriormente: que mensagem estas “instâncias” estariam passando para os/as jovens e adolescentes inseridos/as na atualidade? Que papel este outro estaria cumprindo na vida dos/as jovens e adolescentes? De amparo? De desamparo?

Pode-se pensar que o sentimento de pertencimento refere-se ao que podemos denominar de sentir-se bem integrado a um grupo (familiar, por exemplo), a ter boas relações afetivas e sociais, a sentir-se apoiado, principalmente nos revezes da vida e nas fragilidades pessoais. De maneira geral, o adolescente apresenta comportamentos suicidas quando não estão se sentindo suficientemente amados e compreendidos e quando se sentem frustrados. O “sentimento de despertencimento” em um jovem ou adolescente, faz com que na maioria das vezes ele se sinta como um “nada”, desprovido de valor e importância, acabando muitas vezes por se isolar. Neste ponto Henriques (2010) pontua que a partir da dificuldade de relacionar-se e de se sentir amado, o sujeito acaba por se isolar, evitando relações interpessoais, se refugiando na solidão.

Nesse processo de isolar-se é que o adolescente passa a elaborar as ideias suicidas como forma de lidar com o sofrimento psicológico advindo do sentir-se não integrado, não correspondido. Além do isolamento, o adolescente que vivencia o “sentimento de despertencimento”, seja no contexto familiar ou em outros grupos sociais, passa a se sentir diferente também, e até mesmo deslocado daquilo que é socialmente estipulado como um jeito comum e normal da pessoa ser. É importante salientar que os vínculos afetivos, a sensação de estar integrado a um grupo ou comunidade podem ser considerados fatores de proteção ao suicídio (ARAUJO, VIEIRA E COUTINHO, 2010).

Outro aspecto enfatizado pela bibliografia analisada é que sociedade apresenta diversos discursos segundo o qual o indivíduo tem de estar em constante gozo/satisfação, dentro de um padrão de estética, rodeado de amigos, ser amado por todos entre outras “necessidades”. Desse modo, este adolescente ou jovem que já estaria vivenciando um intenso sofrimento, teria, ainda, de suportar e construir arranjos para lidar com as cobranças que lhe são dirigidas e que muitas vezes, não conseguem suportar, se sentem cobrados e não conseguem oferecer uma resposta, e visualizam a morte como única saída (RIGO, 2013). Observa-se aqui a ambiguidade presente nas expectativas sociais: a adolescência é esperada como uma fase difícil, mas também como uma fase feliz, plena de gozo e realizações.

Outro aspecto importante abordado na literatura investigada, se refere aos casos em que o/a adolescente ou jovem se depara com o insucesso da tentativa de suicídio. Segundo Vieira, Freitas e Pordeus (2009), ele/a acaba por enfrentar reações de indignação, surpresa, estranhamento, incompreensão, podendo isso intensificar o sentimento de não pertencimento em relação a sua família e/ou grupos sociais. Podemos dizer que começa um círculo vicioso. O/a jovem que tenta o suicídio não se sente acolhido, pelo contrário, muitas vezes é rejeitado e estigmatizado, e isso reforça seu já anterior sentimento de isolamento e despertencimento, levando-o a novas tentativas.

Nesta perspectiva, caso este/a jovem que tenta o suicídio necessite fazer uso de atendimento médico, este/a pode passar a se sentir envergonhado, culpado, constrangido, querendo e tentando descobrir o porquê do insucesso de sua tentativa de suicídio. Sem falar que este/a jovem, ao chegar ao serviço de

emergência, pode se defrontar-se com um ambiente despreparado para seu atendimento, quase sempre recebe atendimento de uma equipe que o aborda com preconceito, com olhares depreciativos e julgamentos, o que faz impactar e intensificar ainda mais o sentimento de desamparo e de não aceitação.

Vieira, Freitas e Pordeus (2009) assinalam que após o atendimento emergencial a equipe, por vezes, apresentam comportamentos que condenam o/a adolescente deixando-o/a ainda mais acuado/a e intensificando seu sentimento de menosprezo. Em relação aos profissionais da área da saúde, Hildebrandt, Zart e Leite (2011) também concordam que eles tendem a apresentar certa incompreensão em relação à pessoa que tenta o suicídio, pois as equipes estariam comprometidas com o ato de salvar vidas, e quando um adolescente busca voluntariamente se matar, passa a gerar sentimentos de aversão e de hostilidade nesses profissionais. É comum o adolescente ser representado pelos profissionais como “aquele menino/a que está querendo chamar a atenção”, ou pode-se ouvir seguintes expressões “eu sofri e sofro e não me matei”, “este sujeito merece ficar aí, vamos atender quem realmente merece”, entre outras expressões. O que os profissionais revelam não é diferente daquilo que as pessoas, em geral, pensam sobre os suicidas. Que querem chamar a atenção, que são fracos por não aguentarem as dificuldades da vida, o que vai reforçando o círculo vicioso que mencionamos anteriormente.

Concordamos com o ponto de vista apresentado por Dutra (2011) segundo o qual não é simples buscar uma resposta ou um motivo que levou um jovem a querer se matar. Para a autora não existe um motivo, mas, sim, motivos que levam alguém ao suicídio, e estes, como já mencionado, vão se configurando ao longo de sua constituição, ao longo da sua história de vida, que necessariamente passa pela vida social, e vão se apresentando nos sentidos e nos modos de ser que constituem a existência do adolescente ou do jovem. Por isso, como afirma a autora, o suicídio significaria antes de tudo um sofrimento psíquico/social.

Em relação ao aspecto social, podemos dizer que a sociedade capitalista possui características importantes às quais podemos relacionar com o sentimento de “despertencimento”. Ela se caracteriza pela desigualdade, pela opressão, segregação, exploração, junto a isso é marcada pelo individualismo e pela competitividade. Por si só, já é uma sociedade que prima muito mais pela desagregação que pela agregação, pelo despertencimento que pelo pertencimento. É uma sociedade que obedece a lógica da exclusão.

#### **4. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS**

Ao finalizar o estudo, é possível afirmar que o sentimento de despertencimento é um elemento importante a ser considerado no fenômeno do suicídio de jovens e adolescentes, já que é a partir da presença e da continência do outro que os adolescentes e jovens passam a atribuir significados e sentidos

para suas vidas, na medida em que reconhecem-se como pessoas dignas de valor e apreço. Neste ponto, podemos entender o “outro” para além do sujeito isolado, e sim um “outro” que se caracteriza pelo grupo e/ou instituições, ou seja, figuras que possam favorecer a construção do sentimento de pertencimento a diversas relações e grupos, a pertencer a uma vida que valha a pena.

Entendemos que a tendência é negar este olhar e modo de compreensão e construir discursos muitas vezes pautados no saber científico que serve para uma ideologia de controle de comportamentos, de corpos, de sexualidade, por exemplo, favorecendo que os sujeitos encontrem-se na situação de intenso sofrimento, ainda que mortos-vivos, em “caixinhas tão pequenas”, como disse Kayla.

Cabe-nos, enquanto profissionais da psicologia, desenvolvermos uma escuta acolhedora, sem julgamentos, na tentativa de entender e pensar com outros profissionais e em vários contextos, nas possibilidades de ação em busca da superação do sofrimento de nossos jovens e adolescentes.

Consideramos que é urgente que políticas públicas, ou outros tipos de iniciativas, possibilitem atenção integral ao jovem e ao adolescente, de forma que ele use sua criatividade e que usufrua das artes, do esporte; que ele se integre em grupos e comunidades em torno de objetivos comuns, que ele possa também oferecer uma contrapartida a esses programas, atuando no que mais gosta, sentindo-se reconhecido, valorizado e útil. É fundamental que o adolescente se mantenha na escola, que tenha oportunidade de uma formação cultural e profissional, que usufrua de atividades de lazer, que possa conversar sobre suas angústias e incertezas em todos os cenários da vida, sem se sentirem menores por isso.

Há de se pensar em estudos que possibilitem prevenção imediata e de longo prazo, no entanto, que não fiquem apenas no plano acadêmico ou no plano das ideias. Há que se abrir espaço para intervenção e acompanhamento sem que os atendidos sofram preconceito. Ao mesmo tempo, é preciso desconstruir a concepção de que não é bom falar sobre suicídio principalmente com jovens e adolescentes. É preciso que todos se informem e se eduquem para abordar temas difíceis, mas necessários.

Acreditamos na necessidade e na possibilidade de rupturas com concepções preconceituosas que acabam por culpabilizar unicamente o indivíduo por suas mazelas e dificuldades de toda ordem. Assim, faz sentido pensar que uma sociedade que isola o indivíduo só pode produzir sentimentos de não pertencimento fazendo-o buscar, isoladamente, soluções para esse sofrimento. Não seria esse tipo de sociedade ela própria “aborrecente” e suicida?

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. VIEIRA, K. F. L & COUTINHO, M. P. L. Ideação suicida na adolescência: um enfoque psicossociológico no contexto do ensino médio. **Psico-USF (Impr.)** vol.15 no. 1 Itatiba Apr. 2010.

BERTOLETE, J. M. **O Suicídio e sua prevenção**. São Paulo. Ed. Unesp, 2012.

BORGES, V. R., & WERLANG, B. S. G. Estudo de ideação suicida em adolescentes de 15 a 19 anos. **Estudos de Psicologia**, 11(3), 345-351, 2006.

CASSORLA, R. M. S. **Do Suicídio**: Estudos Brasileiros. Campinas – SP: Papyrus, 1991.

COUTINHO, L. G. A adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social. **Revista de Psicanálise**. p. 13-19 ano XVII, n. 181. Março, 2005.

DUTRA, E. Pensando o Suicídio sob a Ótica Fenomenológica Hermenêutica: Algumas Considerações. **Revista da Abordagem Gestáltica** – XVII(2): 152-157, jul-dez, 2011.

FICHER, A. M. F. T. VANSAN, G. A. Tentativas de suicídio em jovens: aspectos epidemiológicos dos casos atendidos no setor de urgências psiquiátricas de um hospital geral universitário entre 1988 e 2004. **Estud. psicol.** (Campinas) [online]. 2008, vol.25, n.3, pp. 361-374.

FRAZÃO, P., ALMEIDA, N., COSTA, S., SANTOS, N. & SAMPAIO, D. Atalhos, trilhos e caminhos: Estudos de Follow-up dos Adolescentes e Jovens Adultos que recorreram ao Núcleo de Estudos do Suicídio. **Psychologica**, 41, 205-220. 2006.

FROTA, A. M. M. C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e pesquisas em psicologia**, UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p. 147-160, abr. 2007.

HENRIQUES, G. O isolamento existencial e a psicopatologia. **Aná. Psicológica** v.28 n.4 Lisboa out. 2010.

HILDEBRANDT, L. M; ZART, F & LEITE, M. T. A tentativa de suicídio na percepção de adolescentes: um estudo descrito. **Rev. Eletr. Enf. [Internet]**. abr/jun;13(2):219-26. 2011.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Vamos conhecer o Brasil/ nosso povo**. 2010.

MELEIRO, A. M. A. S & BAHLS, S. C. O comportamento suicida. **Suicídio estudos fundamentais**. São Paulo: Segmento Farma, 2004.

MINAYO, M. C. S. **Juventude, violência e cidadania**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

NAVASCONI, P. V. P.; SILVA, L. C. Suicídio e tentativa de suicídio em jovens: o que diz a bibliografia especializada a partir da década de 90. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2013. 53 p. **Relatório de Pesquisa (PIBIC/AF/IS-CNPq-FA-UEM)**.

PERDIGÃO, P. **Existência e liberdade. Uma introdução à filosofia de Sartre**. Porto Alegre: L&PM, 1995.

PORTAL SAÚDE SUS. **MS promove debate sobre saúde sexual e reprodutiva**. 2013.

RIGO, S. C. **Suicídio**: uma questão de saúde pública e um desafio para a psicologia clínica. CFP: O suicídio e os desafios para a Psicologia. Brasília, 2013.

ROCHA, A. P. R & GARCIA, C. A. A adolescência como ideal cultural contemporâneo. **Psicologia ciência e profissão**, 28 (3), 622-631, 2008.

RODRIGUES, R. S. et al. Suicídio em jovens: fatores de risco e análise quantitativa espaço-temporal (Brasil, 1991 – 2001). **RevBrasMedFam e Com**. Rio de Janeiro, v.2, nº 7, out / dez 2006.

UNICEF. O FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2012. **Infância e adolescência Brasileira**.

VIEIRA, L. J. E. S; FREITAS, M. L. V & PORDEUS, A. M. J, et al. “Amor não correspondido”: discursos de adolescentes que tentaram suicídio. **Ciênc. saúde coletiva** vol.14 no. 5 Rio de Janeiro Nov./Dec. 2009.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2013**: Homicídios e juventude no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2013.

WERLANG, B.S.G. BORGERS, V.R., & FENSTERSEIFER, L. Fatores de risco ou proteção para a presença de ideação suicida na adolescência. **Revista Interamericana de Psicologia**, Porto Alegre, PUCRS, 39(2), 259-266, 2005.

WHO. **Global Health Estimates Summary Tables**: Projection of deaths by cause, age and sex. Geneva: World Health Organization, 2013. Acesso em [http://www.who.int/healthinfo/global\\_burden\\_disease/en/](http://www.who.int/healthinfo/global_burden_disease/en/)

## **Capítulo V**

### **O FANTASMA DA REJEIÇÃO MATERNA E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL: UM ESTUDO DE CASO**

---

**Vivian Rafaella Prestes  
Regina Perez Christofolli Abeche**

## O FANTASMA DA REJEIÇÃO MATERNA E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL: UM ESTUDO DE CASO

Sabíamos, naturalmente, que houvera um estágio preliminar de vinculação com a mãe, mas não sabíamos que pudesse ser tão rico e tão duradouro, e pudesse deixar atrás de si tantas oportunidades para fixações e disposições  
Freud, 1933

**Vivian Rafaella Prestes**

Universidade Paranaense

Maringá – Paraná

**Regina Perez Christofolli Abeche**

Universidade Estadual de Maringá

Maringá - Paraná

**RESUMO:** O presente artigo analisa o caso de uma mulher que tem a marca da rejeição materna em seu psiquismo e, para isso, fundamenta-se na teoria psicanalítica para a compreensão de alguns aspectos. Ao expor a história de vida dela, encontraram-se elementos que auxiliaram no levantamento de hipóteses sobre a forma como se relaciona com o mundo. Percebe-se que, para a entrevistada, seu posicionamento diante da vida tem como característica alguns sentimentos e defesas decorrentes das dificuldades que encontrou na vinculação com sua mãe, situação, portanto, que teve grande impacto na construção de sua subjetividade. Assim, a maneira que se coloca para ser amada acaba repetindo os padrões internalizados de tal relacionamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** estudo de caso; rejeição materna; relacionamento materno

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte de uma dissertação de mestrado desenvolvida entre 2013 a 2015 na Universidade Estadual de Maringá. Nesta ocasião, foi investigada a história de vida de duas mulheres sendo que uma delas, a qual tem o nome fictício Rosa, é o caso exposto neste trabalho. Dessa forma, objetiva-se analisar um caso a fim de correlacionar a pesquisa, a teoria psicanalítica e a prática clínica. O estudo de caso, então, tem por função servir como estratégia de pesquisa em que serão discutidos os processos subjetivos que circunscrevem as queixas e sintomas do indivíduo aqui examinado a fim de compreender a psicodinâmica e arranjos afetivos que Rosa contempla em sua vida.

O trabalho é fundamentado na proposta de Freud (1937/1996) sobre a construção de caso. De acordo com o autor, o propósito da construção em

análise é o de evitar uma mera explicação do fenômeno inconsciente por meio de interpretações isoladas. Ao invés disso, a construção exige a organização dos dados do paciente, ou seja, de todo material que ele oferece pelo seu discurso, sintomas e repetições para, então, apontar ao paciente os conflitos e conteúdos inconscientes. No caso de Rosa, foi possível, por meio da investigação da posição em que ela se coloca quando se relaciona afetivamente com os outros, atrelar sua história de vida com o seu sofrimento, compreendendo, então, sua psicodinâmica.

Além disso, a ideia de trabalhar com um estudo de caso vêm ao encontro da proposta da psicanálise que foi criada e é constantemente repensada a partir da prática, seja ela em consultório ou em qualquer instituição. É por intermédio da prática que se pode confirmar, refutar e/ou reformular a teoria. Ambas - teoria e prática – complementam-se e Safra (1993, p. 120) ratifica que

A articulação teórica sem referência à clínica corre o risco de aproximar-se das manifestações de pensamento delirante. A clínica sem a conceitualização teórica pode perder-se na indisciplina de uma prática onipotente e sem rigor metodológico.

A metodologia utilizada foi a pesquisa com o método psicanalítico que, segundo Figueiredo e Minerbo (2006), requer a presença do psicanalista em atividade analítica e, independentemente da pesquisa ter como campo de estudo a clínica ou algum fenômeno social, o objeto será sempre o inconsciente. Para acessar essa instância psíquica, atentou-se no discurso de Rosa, isto é, nas palavras utilizadas por ela, naquilo que era dito, não dito e mal-dito, as brincadeiras (chistes) e atos falhos. Isso auxiliou na integração das informações de sua história e no entendimento do seu funcionamento psíquico.

A pesquisa com o método psicanalítico suscita críticas particularmente daqueles que seguem o positivismo. Como salienta Silva (1993), para que o conhecimento produzido seja aceito como “verdade”, ainda que momentânea, requer que, ao ser reaplicado nas mesmas condições de antes, o resultado seja o mesmo obtido outrora, ou seja, o conhecimento precisa ser universal. Sob a ótica da psicanálise, como se sabe, reaplicar o conhecimento não garante ter o mesmo desfecho, pois cada indivíduo tem uma história singular marcada por suas peculiaridades. A autora sublinha que sujeito e objeto não estão separados. Textualmente encontra-se:

a relação S-O substitui-se assim pela relação S-S, ou seja, entre dois sujeitos, cada um com uma parte consciente comunicando-se “oficialmente” com o consciente do outro, e uma parte inconsciente de cada um utilizando-se de seu estilo peculiar de interação, que passa despercebido (SILVA, 1993, p. 17).

Trabalhar com essa metodologia não é sinônimo de ser anticientífico, ou mesmo de sermos guiado pela intuição, mas de adotarmos uma metodologia que venha ao encontro das especificidades dessa área do saber e,

consequentemente, desse objeto, o inconsciente. Por isso, ainda segundo a mesma autora, a ciência só se desenvolve quando abdicamos da procura pela Verdade, a qual ela escreve com letra maiúscula para representar o conhecimento absoluto. Silva (1993, P. 19) afirma: “Vemos assim que a neutralidade científica é um dos mais caros mitos da modernidade, e mesmo o conceito de verdade objetiva, universal e atemporal vai cedendo lugar à noção de construção assinada e datada [...]”. Ao se tratar de psicanálise, o próprio Freud (1923/1996) assevera que

A psicanálise não é, como as filosofias, um sistema que parta de alguns conceitos básicos nitidamente definidos, procurando apreender todo o universo com o auxílio deles, e, uma vez completo, não possui mais lugar para novas descobertas ou uma melhor compreensão. Pelo contrário, ela se atém aos fatos de seu campo de estudo, procura resolver os problemas imediatos da observação, sonda o caminho à frente com o auxílio da experiência, acha-se sempre incompleta e sempre pronta a corrigir ou a modificar suas teorias (p. 264).

Quer dizer, a psicanálise não tem a pretensão de construir uma verdade inquestionável, já que conhecimento e a ciência estão em constante movimento, por isso, permanece constantemente inacabado.

Ainda sobre a metodologia, especificamente as entrevistas realizadas com Rosa, seguiu-se da seguinte forma: após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido e a explicação da pesquisa, foi feita uma pergunta disparadora a ela, a saber: conte-me sobre a sua história. A entrevistada foi orientada a falar por associação livre, isto é, a falar tudo o que lhe viesse à mente, sem se preocupar com julgamentos. Freud (1923/1996) faz uma nota específica sobre a associação livre e nela descreve que tal regra conduz o sintoma ao pensamento e lembrança a ele relacionado, isto é, percorre um caminho inverso até chegar ao conteúdo inconsciente. O autor explica que o encadeamento dos pensamentos não é algo mecânico, mas segue certa “atração” entre os elementos associados.

## **2. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CASO**

O caso diz respeito a uma mulher de cinquenta e um anos a qual pelo nome fictício Rosa. Ela tem cinco filhos, sendo um menino e quatro meninas. Na época da entrevista, em 2014, vivia com o marido e duas enteadas. Quando Rosa completou quinze dias de vida foi adotada pelos padrinhos que eram vizinhos de sua mãe biológica. Os pais adotivos, na ocasião da adoção, já tinham um casal de filhos mais velhos que Rosa. A família adotiva era, nas palavras dela, muito *pobrezinha*, por isso, desde os oito anos de idade, ela trabalhava cuidando de outra criança. Seu registro de nascimento manteve o nome da mãe biológica, já o pai biológico, segundo informações que recebeu, era casado e por isso não constava seu nome no documento. Na certidão de nascimento de Rosa consta

o nome de um homem como seu genitor, mas ela diz que o desconhece, pois, aos sete anos de idade, conheceu outra pessoa que se apresentou a ela como pai. Sobre essa situação, Rosa comenta: “*você viu que confusão? Então é coisa assim, muito confusa pra sua cabeça, é coisa que eu nunca nem tentei entender*”.

Ao ser questionada sobre como sabia, aos três anos, que a mãe biológica era sua mãe, Rosa responde: “*minha madrinha [que é sua mãe adotiva] ela sempre me falou que ela era minha mãe e minha mãe adotiva sempre me levava onde ela [mãe biológica] morava pra mim ver ela, mas ela não fazia conta de me ver. A minha madrinha levava porque achava que ela tinha que me levar*”. Isso nos leva a pensar que essas duas pessoas diferentes representam a mesma figura no inconsciente. Freud denominou esse mecanismo de condensação, um dos modos de funcionamento do inconsciente. Neste caso, as duas pessoas – mãe adotiva e mãe biológica – têm um ponto em comum – são mães de Rosa – e está analogia entre as duas personagens pode ser o motivo de a entrevistada referir-se a uma e a outra sem distinção.

### 3. A MARCA DA REJEIÇÃO MATERNA

Rosa, ao longo das entrevistas, repete a história do impacto que sentiu ao ser abandonada. Diz: “*minha mãe não me quis*” e que tal abandono ficou gravado em sua memória. Freud (1905/1996) afirma que o indivíduo escolherá o objeto de amor baseado nas experiências edípicas. Nas palavras do autor: “[...] a criança aprende a **amar** outras pessoas que a ajudam em seu desamparo e satisfazem suas necessidades, e o faz segundo o modelo de sua relação de lactente com a ama e dando continuidade a ele” (p. 210, grifo do autor). Freud (1915/2004) afirma que o objeto da pulsão, a qual busca satisfação, não é qualquer um, mas tem características peculiares demarcadas pela história infantil. Isto é, o inconsciente é seletivo na escolha do parceiro amoroso.

A entrevistada tem três irmãs mais velhas as quais foram cuidadas pela avó materna. Relata: “*as três mais velhas, acima de mim, foi a minha vó que criou*”. Sublinha-se a expressão “acima de mim” por revelar o seguinte raciocínio: quem está acima assume, geralmente, uma posição superior, isto é, uma situação mais elevada. Portanto, Rosa se sente “abaixo”, identificando-se como inferior quando comparada às irmãs, já que estas puderam ser criadas por um parente próximo, a avó, enquanto a entrevistada foi doada para um casal de vizinhos.

Ainda sobre a mãe biológica, conta que: “*ela sempre frisou, assim, que ela não gostava de mim porque eu sou preta, porque as minhas irmãs são tudo branquinha que nem você... minha mãe biológica sempre frisou isso, ‘eu não gosto daquela nega’. E ela é da minha cor... das filhas todas a que se parece com ela sou eu*”. Novamente, é notada a rejeição sentida por Rosa, visto que ela acredita que suas irmãs “sobem um degrau acima” dela por serem brancas. Há

um preconceito desvelado pela mãe biológica, o qual soma, uma vez mais, com a posição ínfera e de menos valia em que Rosa se posiciona. Além disso, é importante observar a comparação feita por Rosa entre ela e sua mãe, já que, de todas as filhas, é ela quem se parece com a genitora. Os irmãos biológicos reconhecem a semelhança e comentam com a mãe: “*a única filha que se parece com você é ela, acho que é porque você não gosta dela*”. Rosa é parecida com a mãe, entretanto, em quais aspectos? A semelhança anunciada pela entrevistada não se reduz à aparência física ou à cor da pele. Se inverter a ordem da frase proferida por Rosa, ainda que ela remeta ao discurso dos irmãos, o que não exclui seu próprio raciocínio, nota-se o seguinte: por você (mãe biológica) não gostar dela (Rosa) é que ela se parece com você. Logo, a entrevistada se identifica com a genitora pela característica do “não gostar”. Essa hipótese será confirmada mais adiante.

Ao continuar com a narrativa, Rosa lembra que aos três anos de idade, sua mãe *legítima*, como ela a chama, foi embora para outra cidade. Quatro anos depois a mãe *legítima* retorna a passeio, mas para rever os pais adotivos de Rosa, e não ela, conforme sua interpretação. Depois disso, voltou a ver a mãe biológica quando tinha dezesseis anos. Descreve que, nessa idade, a mãe quis levá-la embora, porém, ela não aceitou porque estava se sentindo rebelde. Em associação, diz que “*eu nunca me senti amada*”, isto é, o comportamento qualificado como *rebelde* era a consequência de não se sentir amada. Rosa relata: “*se seu pai e sua mãe não quis você, por que que os outros ia te amar, se quem deveria te amar, não te amou?*” Mesmo quando recebe carinho das pessoas, “*você acha que não é um carinho sincero, não é um amor sincero... mesmo que o amor seja sincero, a gente não sente isso... isso aí você leva pro resto da vida*”. Percebe-se que, inicialmente, Rosa se sente rejeitada e indesejada, e, depois, compreende tais sentimentos como sinônimos de não ser amada. Ao constatar isso, questiona o que esperar das pessoas, pois acredita que o fato de não ter sido amada por quem deveria amá-la – os pais biológicos – estabelece a condição de não ser amada por mais ninguém, como expressa na frase “*por que que os outros ia te amar?*”. A fantasia que sustenta esse pensamento parece ser: não fui amada porque não tenho valor. Em outras palavras, agregando as ideias anteriores, pode ser que Rosa encontre a justificativa do abandono e desamor em seu sentimento de inferioridade.

Freud (1933/1996), na conferência sobre a feminilidade, verifica ser comum a menina recriminar a mãe por não tê-la amado o suficiente, ainda que tal informação não tenha respaldo na realidade, pois a demanda de amor da criança é insaciável, ou, nas palavras do autor, “As exigências de amor de uma criança são ilimitadas; exigem exclusividade e não toleram partilha” (p. 123). Rosa, contudo, tenta legitimar tal teoria no abandono real da mãe. O mesmo autor, na conferência *Ansiedade e vida instintual* (1933/1996), pontua que “Se uma mãe está ausente ou retirou seu amor de seu filho, este não tem mais certeza de que suas necessidades serão satisfeitas e talvez seja exposto aos mais angustiantes sentimentos de tensão” (p. 91). Mais adiante, reparar-se-á

que fará parte da subjetividade de Rosa a incerteza de perder o objeto que supõe ser amada.

Rosa, à época da entrevista, disse que se reencontrou com a mãe biológica na casa de um conhecido da família. Conta que, quando ela chegou, *“fui pro lado dela, cumprimentar ela... você sabe, assim, quando você vai cumprimentar a pessoa e a pessoa sai de lado, assim, faz de conta que nem te viu... aí eu comecei a chorar”*. E depois diz que *“é muito dolorido, mesmo eu não gostando dela, não tendo amor de mãe... de filha por ela, é muito dolorido. Você imaginar, assim, que a pessoa que era pra ter te amado te rejeitou e te rejeita até hoje”*. Sinaliza-se o ato falho cometido por ela: “mesmo não tendo amor de mãe...” em seguida corrige para “amor de filha”. Como Freud (1901/1996) aponta, o ato falho é uma via de expressão do inconsciente. O que se evidencia na fala da entrevistada é a afirmação de que ela não tem amor de mãe. Vale lembrar que ela tem cinco filhos. Este conteúdo, a princípio inconsciente, foi confessado na última entrevista. Dedicamos um item, “a mãe que tive e a mãe que sou”, para demonstrar o significado dele.

Sobre os pais adotivos, Rosa diz: *“eu me sentia amada, principalmente pela minha mãe, meu pai era mais seco, mas minha mãe, nossa, me defendia de tudo e de todos. Ela foi uma mãezona, aí quando a minha irmã casou, eu tinha sete anos, aí foi que ela me deixou um pouco de lado... porque como a outra era filha única dela, então, minha irmã casou e foi embora pro Mato Grosso, daí ela ia visitar minha irmã e me deixava com a minha cunhada, meu irmão, meu pai, e ela ia pro Mato Grosso”*. Entendemos com essa frase que a entrevistada se sentiu amada pela mãe “até que” a irmã se casou, ocasião que demandou a ida da mãe para o estado em que a filha residia. Na ausência da mãe adotiva, Rosa comenta: *“eu sentia saudade da minha mãe. Eu chorava muito, muito, muito, porque eu tinha muita saudade dela. Daí foi indo, foi indo, até que eu acostumei”*. Até que se acostumou a que? Podemos supor a continuação “acostumei a ser abandonada”, ou, ainda, “acostumei em não ser amada”, já que os eventos se repetiam – o abandono da mãe biológica e o abandono da mãe adotiva toda vez que ela viajava e passava algumas semanas longe. Em outro momento, Rosa comenta que, sobre os pais adotivos, *“eu não tenho o que dizer, eu acho que fui amada, eu acho que fui amada...”*, isto é, ela supõe que foi amada, mas permanece a incerteza.

Percebe-se que o marido de Rosa carrega traços semelhantes aos de seu pai adotivo, como, por exemplo, ambos terem o hábito de ingerir bebidas alcoólicas. Todavia, seu companheiro também manifesta características parecidas com a da mãe de Rosa, notadas como quando ela se refere à mãe adotiva como “*pobrezinha*” e usa o mesmo adjetivo para descrever quando conheceu o atual marido. Além disso, vimos que a entrevistada diz que quem deveria amá-la – pais biológicos – não a amou, então, por que outras pessoas a amaria? Repete uma frase muito semelhante ao falar do marido: *“o seu marido que tinha que te amar, que tinha que gostar de você, ficar tratando como se você fosse vagabunda”*, ou seja, o marido que deveria amá-la, não demonstra. Diante

disso, percebemos que Rosa está mais fixada em um período pré-edípico que edípico. Em *Sexualidade feminina*, Freud (1931/1996) comenta que há muitas mulheres as quais se fixam na ligação original à mãe e nunca atingem a mudança de objeto para o sexo masculino.

O marido de tal mulher destinava-se a ser o herdeiro de seu relacionamento com o pai, mas, na realidade, tornou-se o herdeiro do relacionamento dela com a mãe. [...] o relacionamento dela com a mãe foi o original, tendo a ligação com o pai sido construída sobre ele [...] (p. 239).

O relacionamento de Rosa com sua mãe foi marcado por constantes rejeições, sentidas por ela até os dias de hoje. Em suas palavras: “*é muita coisa que eu guardo na minha memória, eu não sei por que, mas é muita coisa que ficou armazenado do meu passado*”. Os traços desse vínculo estão inscritos em seu inconsciente que a faz repetir vivências nas quais ela se sente desvalorizada e desqualificada, como se ela estivesse tentando (com)provar a si mesma que, se sua mãe não a quis, é porque ela não é boa e, talvez, merecesse ser abandonada. Rosa faz o movimento em que quer ser amada, corroborando com o que Freud (1933/1996) revela ao dizer que a mulher tem mais necessidade em sentir-se amada que em amar, porém, por não ter tido essa experiência original – ser amada pela mãe – acaba fazendo escolhas que repetem esse vínculo primordial.

Rosa permanece na eterna demanda de se sentir amada e valorizada. Tenta encontrar o amor o qual acredita não ter recebido de sua mãe e tal posição a mantém em extremo sofrimento, pois o amor do outro nunca será o amor que ela procura, ou, de modo específico, o amor do outro nunca será o suficiente ou o adequado. Por isso, diz que não consegue amar o outro, quem quer que seja, bem como não consegue amar a si mesma. Supõe-se que ela não consegue afastar-se do marido porque, ao se imaginar sozinha (medo anunciado por ela), teria que se deparar com o desamparo. Para permanecer viva, o arranjo que Rosa encontrou foi pela via do sofrimento. Sua lógica é construída com base no pretérito que não se afasta do presente. Pode ser resumida em: quanto mais eu sofro, mais posso ser amada, logo, existo. Nesse caso, há uma aliança clara entre Eros – ser amada – e Tânatos – sofrer.

#### **4. OS RELACIONAMENTOS AFETIVOS**

Aos dezessete anos, Rosa conhece um homem e engravida. A notícia não foi bem recebida pelo pai dela, que a expulsou de casa. Ela foi acolhida por uma família de amigos. O pai da criança “*sumiu*”, e ela cria o filho Antônio sozinha. Quando ele completa nove meses de vida, Rosa se envolve com outro homem e engravida novamente e, dessa vez, foi a mãe adotiva que não a aceitou. Ela relata: “*dessa vez minha mãe me mandou embora*”. Diz: “*como se um fosse*

*pouco né, eu arrumei mais um filho*". Comenta que entrou em "pânico" e "eu não queria ter a menina". Corrige que, quando não quis levar adiante a gravidez, ainda não sabia o sexo da criança, no entanto, a primeira informação revelada deve ser considerada por se tratar de uma associação livre, portanto, um conteúdo inconsciente que evidencia um traço de dificuldade com o sexo feminino. Rosa conta sobre a tentativa de abortar a filha, "aí depois vem aquela culpa né". "Aquela" é um pronome demonstrativo, isto é, refere-se a uma culpa específica, uma culpa por existir, ideia desenvolvida mais adiante. O pai da criança, chamado pelo nome fictício de Tom, era casado, mas disse que cuidaria da filha se Rosa não a quisesse.

Durante a gestação, trabalhou na casa de uma professora cuidando de suas filhas e da casa. Por conta do trabalho, o filho Antônio foi morar com uma mulher a qual recebia uma quantia de dinheiro de Rosa para cuidar dele. A senhora para quem Rosa trabalhava sugeriu que, se ela quisesse, conhecia um casal disposto a adotar a criança que ela estava esperando. Ao lembrar-se do dia em que a filha nasceu, diz não recordar se o Brasil ganhou ou perdeu a Copa, ou seja, não sabe se foi um dia feliz ou triste, sinalizando a ambiguidade do sentimento para com a criança. Quando o bebê completou dezesseis dias, Rosa a entregou para a mesma mulher que cuidava do seu filho e diz: "e daí eu não quis dar a menina... a mesma coisa que minha mãe fez comigo? Eu não vou fazer com ela". Contudo, fez. A idade que a criança constava (dezesseis dias) é muito próxima à idade que Rosa foi adotada (quinze dias). A entrevistada tenta acreditar que não repetiu com a filha a história que ela passou com a mãe biológica, porém, ainda que mantivesse contato com a menina, Rosa entregou para que outra mulher fosse responsável pelos cuidados maternos. Comenta que essa filha "até hoje" tem problema de rejeição "também". "Também", neste caso, é um advérbio que indica uma comparação, há uma equivalência entre a filha e a entrevistada. Pode-se reformular a frase de Rosa da seguinte maneira: "Minha filha, assim como eu, tem problema de rejeição", mais especificamente, rejeição materna.

Quando sua filha completou um ano de idade, a entrevistada diz: "eu achava que precisava de alguém" para ter uma casa e criar seus filhos, demonstrando que não se sentia capaz de realizar tal tarefa sozinha, talvez por não se sentir "boa" sozinha, pois Rosa pensa que uma mulher "sozinha", ou seja, solteira, é desvalorizada, principalmente quando tem filhos. Foi então que conheceu (procurou?) outro homem que, em suas palavras, gostava dela e disse que a ajudaria a cuidar dos filhos. Decidiram morar juntos e logo se casaram, mesmo com a família dele não a aceitando com o argumento de que era mãe solteira. Conta que, antigamente, as pessoas classificavam uma mulher nessas condições de "biscate e prostituta", "como se você fosse vagabunda que não valesse nada. Mesmo que trabalhasse e cuidasse dos filhos, você não tinha valor". A mulher, ainda que cumprisse com os cuidados dos filhos e tivesse um ofício, era julgada de biscate, prostituta e vagabunda porque não tinha um homem, isto é, para Rosa, a mulher solteira, nessas condições – ser mãe –, era

depreciada socialmente independente de suas qualidades. Ainda que essa informação tenha sustentação na realidade objetiva, importa, para a psicanálise, a identificação do sujeito com o discurso, ideias e valores sociais.

Sobre o relacionamento do casal, a entrevistada diz que o marido era ciumento e a proibia de sair de casa. Quando ele chegava do trabalho, era comum agredi-la fisicamente. Conta que *“ele era uma pessoa boa no começo (...) depois de oito meses ele começou a me bater. Eu apanhava sem saber o porquê eu tava apanhando”*. Após algum tempo apanhando, Rosa passou a desmaiar quando ele se aproximava para bater. Um sair de cena, como se fosse uma tentativa de fugir da realidade para não ter que pensar nem agir nessa situação, quer dizer, é um recurso encontrado para não ter nenhuma atitude quando ela apanhava, garantindo a manutenção do vínculo violento, mas também dando um basta nas agressões, já que o marido parava de bater. Tal situação fazia o marido levá-la ao hospital, foi quando o médico questionou o motivo da crise recorrente, mas Rosa nada dizia: *“eu ficava calada. Eu tinha medo de falar”*.

Uma das vezes que a entrevistada foi ao hospital, o médico, preocupado, insistiu para que ela contasse o que havia acontecido, caso contrário, ela poderia morrer. A ameaça de morte foi recebida com bastante impacto ao ponto que, ao sair do hospital, ocorre a seguinte situação: o marido reclamou de algumas roupas que não haviam sido lavadas ao passo que Rosa responde: *“se você quiser, você vai e lava”*. Ela acreditou que, caso não falasse ou não tivesse alguma atitude frente às agressões que lhe eram direcionadas, o que nos faz pensar que a atuação ao responder o marido *“se você quiser, você vai e lava”* foi uma expressão de vida. A reação do marido foi explosiva, como era de se esperar, haja vista o padrão de comportamento dele, e bateu em todas as partes do corpo da esposa. Houve um movimento a favor da vida, quando ela enfrenta o marido, ainda que numa atuação, no entanto, talvez Rosa esperasse que ele interpretaria sua frase como uma *“afronta”* e, possivelmente, repetiria o comportamento agressivo. Eros e Tânatos compondo um mesmo ato. Após a surra, a entrevistada, então, ingeriu uma cartela de remédios para dormir, fato que a fez adormecer por bastante tempo – novamente sai de cena, como no desmaio –, até que um dia, sob efeito do medicamento, ouviu o marido falar para o pai dele: *“mas você me fez judiar tanto dela pra você me pedir a casa?”*. Rosa confessa acreditar que seu marido a espancava porque os pais dele queriam que ela fosse embora da casa que moravam, uma vez que pertencia ao sogro.

Certo dia, ainda machucada, a sobrinha da entrevistada foi visitá-la e informou aos pais adotivos de Rosa sobre seu estado, *“mas ninguém foi lá, ninguém foi lá saber o que tinha acontecido”*. Tempos depois, a entrevistada foi levar os filhos para serem vacinados e decidiu pedir ajuda ao pai, porém, ele disse: *“não tem como eu te ajudar”*, já que ele morava de favor na casa do filho. Novamente, sente-se desamparada e como a família não podia apoiá-la, *“falei, vou fazer o que... e daí ninguém podia me ajudar, que que eu ia fazer?”*, continua: *“não tinha o que eu fazer, eu aguentei onze anos... apanhando”*. Rosa busca no

pai um olhar que reconhecesse seu sofrimento e a ajudasse a sair de tal situação, porém, ele demonstra estar impotente para qualquer auxílio, deixando a entrevistada sem recursos para pensar na mudança, pois, como evidenciado em sua fala, “não tinha o que fazer, eu aguentei onze anos...”. Mas, a mãe morava na mesma casa que o pai, apesar de estarem em cômodos diferentes, por que não endereçou tal pedido a ela? Uma hipótese pode ser que Rosa faz o movimento de se afastar da mãe, acreditando que a capacidade de oferecer a solução para o problema deveria vir do pai. Sobre a relação entre os pais adotivos, eles dormiam em quartos separados desde quando a adotaram. Rosa os descreve como um casal sem desejos um pelo outro, já que nunca presenciou uma cena de carinho entre eles. A decisão de não dormirem juntos foi baseada na traição do pai que se envolveu com uma vizinha.

Durante os onze anos de casamento, Rosa teve três filhas com o marido. Por motivos de trabalho, o casal se mudou para Mato Grosso, onde ela continuou apanhando: “*quando era a primeira filha minha, eu apanhei até os oito meses... ele me batia sem motivo, eu apanhava sem sabe o porquê eu tava apanhando*”. Diante das recorrentes brigas e agressões, tentou o suicídio ao tomar veneno para matar insetos. Isso ocorreu “*quando eu tava grávida da minha primeira filha*”. Nota-se, por duas vezes, o ato falho da entrevistada quando considera essa gravidez sendo a espera da primeira filha – ela não diz que é a primeira filha com esse marido –, evidenciando a dificuldade em reconhecer a primeira filha, aquela que foi rejeitada desde a notícia da gravidez. Reforça a ideia de dificuldade em lidar com o sexo feminino, pois Rosa, ao tentar o suicídio, ensaia o infanticídio. Ao se matar, estaria matando a criança também. Depois de pouco tempo, engravidou da segunda filha. Passados três meses que a criança nasceu, a entrevistada engravidou de novo, mas, antes de completar a gestação, ela volta ao Paraná e o marido a acompanha dois meses depois.

Certo dia, quando Rosa voltava para sua casa com os filhos, avistou uma fumaça. Falou para o filho Antônio: “*a vó deve ta queimando lixo*” e em seguida desconfia que era a sua casa que pegava fogo. Narra que perdeu tudo, “*televisão, fogão... parece que colocaram gasolina*”. Após alguns anos, a sogra pediu perdão e confessa ter ateado fogo na casa. A entrevistada respondeu a ela da seguinte forma: “*eu tenho mais é que agradecer a senhora ter pohnado fogo na minha casa*”, já que este fato, segundo a sua interpretação, foi o responsável por tê-la feito conquistar outra casa, como será exposto adiante.

Por não terem onde morar naquele momento, a sogra mata algumas galinhas e disponibiliza o galinheiro para Rosa e o marido residirem. Paralelamente, ela pede ajuda a um pastor que, coincidentemente, tem uma nora que conhecida a entrevistada, a qual diz, nas palavras de Rosa: “*olha pastor, ela é uma menina muito sofrida desde criança. A gente estudou junto, era muito humilde na escola... Muito carente e teve uma série de problemas e casou pra ver se mudava de vida, mas continuou sofrendo*”. O casamento, então, tinha como pretensão uma mudança, pois não se pode ignorar o fato de que essa fala, ainda que esteja representando um terceiro, veio da entrevistada.

Então, a igreja se mobiliza e compra um terreno, escolhido por Rosa, para executar a edificação de sua casa, com a ajuda do pastor. Sobre o pastor, ela diz: *“o pastor foi um pai... tudo o que eu sou hoje eu devo a ele e a esposa dele”*. Pai, para ela, tem o significado de ser aquele que ajuda, que oferece as coisas, diferente do pai adotivo que não pôde ampará-la quando ela pediu auxílio. Rosa elegeu o pastor como pai, mas, como veremos adiante, rejeitou o bom pai quando não se apropriou da casa que ele concedeu, talvez por não se sentir merecedora, devido ao sentimento inconsciente de culpa.

Após uma briga com o marido, que resultou em agressões físicas por parte dele, ela decide se mudar para a casa em construção, mas quase finalizada, faltava apenas a instalação elétrica. Porém, ao avisá-lo sobre seu propósito, acaba convidando-o para ir com ela. Fala: *“eu to mudando, se quiser vir, você vem, se não quiser, você fica com a sua mãe”*. Rosa o intima: ou eu, ou sua mãe. Seu esposo, então, resolve morar com ela na casa cedida pela igreja. Todavia, ele *“continuava me batendo do mesmo jeito”*. Muitas vezes, depois das agressões, o pastor conversava com ele, que ia embora para a casa da mãe, mas logo após retornava à casa de Rosa, que o aceitava. Não só aceitava-o, como dizia que, apesar da casa não ser dele – já que a residência estava no nome do pastor, mas com usufruto para a entrevistada – ele ficava lá *“se ele quisesse”*. O desejo dela parece ser o desejo dele, isto é, Rosa assentia e autorizava à permanência do marido na casa, sabia que ele *“queria”* ficar lá, pois, caso contrário, teve oportunidades para voltar a morar com a mãe. Relata: *“eu não dependia mais dele pra morar em lugar nenhum”*, mas dependia dele para morar em algum lugar, ou seja, parece que necessitava da presença dele (ou de algum outro homem) para conseguir ter uma família e uma casa.

Ao questionar o porquê Rosa o aceitava de volta, ela responde que, *“no fundo eu tinha dó dele também... Uma mulher sozinha não tinha valor”*. Tinha dó dele, assim como tinha dó dela mesma, pois, como veremos adiante, ela se identifica com o marido no desamparo. Apesar de dizer estar cansada por ser chamada de biscate e vagabunda, ela não queria ficar só, como relata: *“e daí eu tinha medo de ficar sozinha de novo”*. De novo, uma repetição que a deixa com medo, pois já experimentou o estar só quando a mãe a abandona, quando o pai do primeiro filho foge e, por fim, quando o pai da primeira filha não a assume por ser casado. A entrevistada continua: *“eu falo pra você, hoje eu não dependo de ninguém pra viver e eu tenho medo de ficar sozinha”*. Rosa afirma que não depende de ninguém no quesito financeiro, pois consegue viver com seus esforços, mas o medo da solidão e de não ter valor (uma mulher sozinha não tinha valor) aponta que ela depende de alguém para sobreviver emocionalmente.

Passados alguns meses, o marido vai trabalhar no garimpo e Rosa sofre um acidente que a deixa com as mãos e o rosto queimado, fato que a deixou impossibilitada de continuar trabalhando, já que fazia serviços domésticos na casa de algumas pessoas. Neste momento, descreve que passou necessidades: *“aí eu comecei a praticamente me humilhar pras pessoas me dar trabalho”*. Seu marido não a ajudava financeiramente há algum tempo, então, liga para ele que

diz: “*se vira, você já é mulher suficiente pra dar conta do recado*”. Identifica esse dia como o que deixou de gostar dele, quer dizer, quando ele a coloca, uma vez mais, em uma situação de abandono. Deixa de gostar quando o marido aponta que ela não precisa dele, porque, na verdade, ele é quem não precisa dela. Diante disso, a primeira decisão de Rosa é ir a um baile. Lá, ela reencontrou o pai da primeira filha, Tom, e sentiu “*reacender o sentimento*”.

Com vergonha de pedir ajuda financeira a Tom, e necessitando de dinheiro para suas necessidades básicas, bem como a de seus filhos, a entrevistada conta no terceiro encontro que, quando o marido mandou ela se virar, por ser mulher suficiente, ela conheceu uma senhora que a chamou para ir a uma casa de prostituição para conseguir algum dinheiro: “*falei, então vamo. Mais perdida do que eu já tava, aí eu fui*”. De acordo com as informações expostas, é possível pensar que ela se sentiu perdida por estar sozinha. Foi ratificar seu (des)valor vivendo em um prostíbulo. Todavia, seu primeiro cliente percebeu sua inexperiência e desamparo, orientou-a a ir embora de lá e ofereceu dinheiro para impulsioná-la a tal decisão. Depois disso, disse que nunca mais voltou para essa profissão e agradeceu por ter aparecido um “anjo” que interditou aquela incursão.

Por que a escolha em ser prostituta? Essa questão renderia um estudo à parte devido a sua complexidade. Alguns dados da vida de Rosa, no entanto, permitem supor que a escolha pela prostituição, ainda que não tenha se realizado concretamente, denota uma repetição, mesmo que inconsciente, do que foi sua mãe biológica. Em uma das entrevistas, Rosa conta que seu irmão “*de sangue*” gostaria de saber quem era seu pai, entretanto, tal informação lhe era inacessível, pois a mãe biológica (mãe de Rosa, portanto) também não sabia quem era. Lembremos que a entrevistada conheceu um homem que se apresentou como seu pai biológico, mas no seu registro de nascimento constava um nome que ela nunca soube de quem era. Parece que a única informação que tinha certeza era a de que seu pai foi casado enquanto se envolvia com sua mãe. Tais informações sugerem que a mãe foi mulher de vários homens, evidenciando uma identificação de Rosa com essa mãe da qual ela luta para se esquivar, mas repete alguns comportamentos. Assemelha-se à mãe também no fato de ter vários filhos com diversos homens, evidenciando uma repetição.

Rosa se relacionou com Tom por dois anos, ele estava casado durante esse tempo e não podia assumi-la, apesar dela nunca ter manifestado esse desejo durante as entrevistas. Novamente, parece que a entrevistada repetia a história de sua mãe e se contentava em ser a “outra”. Não há dúvida do teor edípico nessa situação, já que, ao se relacionar com um homem casado, pode representar o desejo da filha em ser a “namorada” do pai, desejo característico do complexo de Édipo. Supomos que, além disso, a relação também tinha um caráter maternal. Ela define o vínculo entre eles da seguinte forma: “*ele era meu amante, era meu amigo, era uma pessoa especial mesmo. Era bem diferente do outro [marido], não tinha nada a ver, me ajudava muito também [financeiramente]. Nunca brigamos, a gente era muito amante, amigo, nunca*

*brigamos*". Uma pessoa que lhe ouvia, orientava e ajudava financeiramente. Esta situação vai ao encontro da afirmação de Freud (1917/2013): "A mulher só reencontra sua sensibilidade amorosa numa relação interdita, que deve ser mantida em segredo [...]" (p. 379).

Quando o ex-marido voltou do garimpo, ele assinou o desquite e "a primeira coisa que ele fez foi ir pra zona, tirou uma mulher da zona e depois de um tempo ela teve um filho". Divorciada, ela continuou se envolvendo com Tom, até que a esposa dele engravidou. "Eu falei pra ele que se fosse de uma menina, eu deixava ele... eu tinha ciúmes, eu não queria que fosse uma menina". Quando descobriu que ele seria pai de uma menina, como prometido, ela termina o relacionamento.

Pouco tempo depois conheceu seu atual marido quando começou a passar em frente à casa dele. Ele tinha duas filhas e, segundo Rosa, "ele queria uma pessoa pra ajudar ele a cuidar das filhas, é o que eu entendo até hoje". A entrevistada parece localizar no outro um desejo seu, haja vista, de acordo com o exposto até aqui, ela ter se relacionado com o ex-marido por querer alguém que a ajudasse a cuidar dos seus filhos. Diz que ele era bem "pobrezinho" e que, no início, não gostava dele, mas, com o tempo, passou a ter afeição devido à convivência que mantinham. Certa ocasião, o atual marido, sabendo do envolvimento que Rosa teve com Tom, chegou a brigar com ele por ciúmes. Ela fala: "foi uma briga feia entre os dois maridos". Dois maridos, relação poligâmica. Descreve o esposo da seguinte maneira: "antes de eu conhecer meu marido, ele era pobre, pobre, pobre... você tinha pena até de olhar pra ele, de tão pobrezinho que ele era... a casa tinha rato, era suja... ele não tinha calçado, roupa, nada, nada. Quando ele veio pra minha casa eu joguei todas as roupas dele fora, fui na loja e comprei tudo novo... vamos dizer que eu fiz de cachorro, gente. Eu mudei a vida dele". Por cinco anos relata que foi muito feliz, chegou a desconfiar de tal situação e falou para sua irmã: "acho que a felicidade que é boa demais, dura pouco", expressando seu desejo, afinal, a felicidade era uma condição estranha, por ser pouco experimentada. Até que descobriu estar sendo traída: "aquilo ali me feriu de morte". Rosa identifica que a traição do outro lhe fere de tal forma que se assemelha à morte. O marido desejou outra mulher, provavelmente reavivando o sentimento de ser rejeitada, marca tão singular ao longo da história da entrevistada. Eles brigaram, houve agressões físicas e Rosa teve que ir ao hospital. Lá, as enfermeiras chamaram policiais os quais a fizeram se sentir humilhada: "eu acho que se eu fosse uma prostituta, que seu eu morasse numa casa de prostituição, eu não merecia aquele tratamento". Tom ficou sabendo do ocorrido e ofereceu ajuda a Rosa. Comprou-lhe uma passagem de ônibus para outra cidade esperando que ela se mudasse e recomeçasse a vida. Ela fala: "eu tinha vergonha de sair na rua com a cara toda machucada. Já tinha apanhado tantos anos do outro, agora arruma outro pra apanhar de novo?". Há a compulsão à repetição, expressão da pulsão de morte, reconhecida pela entrevistada.

Poucos dias depois dela estar na nova cidade, seu marido descobriu o local que residia e foi atrás. Reatam o relacionamento e Rosa fala: “*não sei se aceitei [o marido] porque eu gostava, não sei se porque eu tava com dó das meninas [filhas dele], porque hoje eu acho que eu tinha mais dó das meninas do que dele... eu tinha dó porque a mãe delas abandonou...*”. Uma vez mais a entrevistada se identifica com a situação vivida pelo outro, no caso, suas enteadas, pois, como elas, Rosa também foi abandonada pela mãe. Relata que, até aquele momento, as brigas e humilhações entre o casal continuavam: “*hoje ele é muito ruim pra mim, muito egoísta... ele me humilha, diz ‘eu tenho nojo de olhar pra sua cara, tenho raiva de você, tenho vergonha de sair com você’*”.

Sobre a vida sexual do casal, Rosa conta: “*ele me procura, eu falo assim, você quer? Você usa, só que você não me peça nada em troca porque eu não tenho mais sentimento nenhum*” repete a mesma ideia em outro momento ao falar de quando o marido a procura: “*você quer? Então você usa*”. Reclama que marido a trata como prostituta, chamando-a de biscate e vagabunda durante o ato sexual. Mas, afinal, o que caracteriza uma prostituta não é justamente oferecer seu corpo para o prazer do outro, sem, necessariamente, envolver seus sentimentos em tal comportamento? Rosa parece que se identifica com o adjetivo que o marido lhe dá. Ela detalha sua reação a essa situação com ira, mas o ato sexual continua, mesmo com ela chorando. Queixa-se de sua vida, mas comenta: “*eu não consigo sair de casa, não sei por quê. Porque mesmo com tudo que ta acontecendo, eu continuo reformando a minha casa...*”. Relata que tem pena do marido, “*porque ele foi uma pessoa que aos treze anos ele perdeu o pai e a mãe, acho que aos dez ele perdeu a mãe e treze ele perdeu o pai... ele ficou sozinho... Ele trabalhou na roça também como eu... A história dele é mais ou menos parecida com a minha*”. Ao se assemelhar com o marido no abandono, no ficar sozinho sem pai e mãe, a entrevistada permanece ao seu lado, em um vínculo de dependência emocional, pois seu companheiro reflete sua história e esse traço de desamparo os une.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Freud, durante muito tempo, atribui à relação da menina com o pai o fator responsável pelo desenvolvimento da feminilidade dela. Entretanto, ao final de sua obra, notadamente nos textos *Sexualidade feminina* (1931/1996) e a conferência 33 *Feminilidade* (1933/1996), conclui que a conquista da feminilidade deriva muito mais do desdobramento da vinculação da filha com a mãe ou quem a represente, marcando seu futuro como mulher. Observa-se que foi esse vínculo o responsável pelos desenlaces que Rosa pôde construir, demarcando uma saída possível diante do conflito psíquico. Percebe-se, também, que o sentimento de culpa expressado pela entrevistada acaba configurando sua psicodinâmica.

Sua psicodinâmica é destacada como mais arcaica, utilizando mecanismos psíquicos que dividem o mundo em “bom” e “mau”. Tenta se diferenciar da mãe biológica, mesmo com todos os irmãos apontando as semelhanças físicas entre elas. Luta para destoar da mãe em aspectos relacionais, mas repete os mesmos caminhos dela – “abandonou” os primeiros filhos aos cuidados de outra pessoa e se sente prostituta com o marido e com os policiais. Todo esforço parece sucumbir quando percebe que, a modo de uma herança, repete algumas escolhas da mãe biológica.

A culpa de Rosa remete a algo existencial, uma culpa por existir, já que não teve o investimento libidinal de sua mãe biológica e, ainda que o tenha recebido de sua mãe adotiva, carrega a marca da rejeição e abandono inicial.

A forma como ela se posiciona no mundo faz com que se aproxime reiteradas vezes das vivências primordiais, re-sentindo o medo de perder o amor do objeto. Em última análise, Rosa não tolera a situação do “estar só” por associá-la, mesmo que inconscientemente, ao abandono. Ela remonta, por meio de situações atuais, o desamparo precoce que vivenciou com a mãe.

Essa situação se repete, por exemplo, com os filhos, pois, para que continuasse trabalhando, deixou-os aos cuidados de outra pessoa, repetindo ativamente algo que experimentou passivamente. Rosa possui uma carência narcísica, quer se sentir amada e, para isso, submete-se ao outro, sacrificando, por vezes, a si mesma.

O poderio materno se apresenta desde o início da vida do indivíduo, acarretando-lhe repercussões decisivas em sua estruturação psíquica. Tamanha é a sua importância que tais efeitos podem prolongar-se em profundas marcas no inconsciente. A mãe é uma figura cheia de contradições nas interpretações infantis, ora é sedutora, estimulando as áreas genitais do infante durante o ato da higiene, ora é símbolo do amor “incondicional”. Ela pode ser fonte das primeiras angústias, representando as primeiras e mais intensas ameaças de desamor. Pode ser a geratriz, mas também a destruidora e vingativa. Pode ser deusa ou demônio. Cabe à criança ter recursos psíquicos – provenientes dessa relação ambivalente com a mãe – para conseguir lidar com as diversas faces de uma mãe e, a partir disso, desde que o vínculo tenha sido investido, predominantemente, pelo amor, a menina conseguirá construir um caminho rumo à feminilidade possível. Ao contrário, se interpretar e vivenciar situações extremas de rejeição e abandono conviverá com as insígnias dessa relação que se apresentará como um fantasma e que se manifesta pelo modo de se relacionar com o outro.

## REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, L. C., MINERBO, M. **Pesquisa em Psicanálise**: algumas ideias e um exemplo. In: *Jornal de Psicanálise, Instituto de Psicanálise*. Vol. 39, nº 70, pp. 257-278. São Paulo, 2006

FREUD, S. (1901). Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. In: **Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. J. Salomão, trad., vol. 06. Rio de Janeiro: Imago, 1996

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Edição Standart Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. J. Salomão, trad., vol. 07, pp. 117-231. Rio de Janeiro: Imago, 1905.

FREUD, S. (1915). Pulsões e destinos da pulsão. In: **Obras Psicológicas de Sigmund Freud: escritos sobre a psicologia do inconsciente**. L. A. Hanns, trad., vol. 01, pp. 133-173. Rio de Janeiro: Imago, 2004

FREUD, S. (1917). O tabu da virgindade. In: **Obras completas**. P. C. de Souza, trad., vol. 09, pp.365-387. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

FREUD, S. (1923[1922]). Dois verbetes de enciclopédia. In: **Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. J. Salomão, trad., vol. 18, pp. 245-268. Rio de Janeiro: Imago, 1996

FREUD, S. (1931). Sexualidade feminina. In: **Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. J. Salomão, trad., vol. 21, pp. 231-251. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1933[1932]). Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise – conferência XXXIII “Feminilidade”. In: **Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. J. Salomão, trad., vol. 22, pp.113-134. Rio de Janeiro: Imago, 1996

FREUD, S. (1933[1932]). Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise – conferência XXXII “Ansiedade e vida instintual”. In: **Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. J. Salomão, trad., vol. 22, pp.85-112. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1937). Construções em análise. In: **Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. J. Salomão, trad., vol. 23, pp. 275-287. Rio de Janeiro: Imago, 1996

SAFRA, G. O uso de material clínico na pesquisa psicanalítica. In: **Investigação e psicanálise**. M. E. L. da, Silva, coord, pp. 119-132. São Paulo: Papirus, 1993

SILVA, M. E. L. da. Pensar em psicanálise. In: **Investigação e psicanálise**. (M. E. L. da, Silva, coord., pp. 11-25). São Paulo: Papirus, 1993

**ABSTRACT:** This article analyzes the case of a woman who has the mark of maternal rejection in her psyche and for this, it is based on psychoanalytic theory for the understanding of some aspects. In exposing her life story, we found elements that helped to raise hypotheses about how it relates to the world. It is perceived that, for the interviewee, her position in the face of life has as a characteristic some feelings and defenses arising from the difficulties she encountered in the relationship with her mother, situation, therefore, that had great impact in the construction of its subjectivity. Thus, the way one poses to be loved ends up repeating the internalized standards of such a relationship.

**KEYWORDS:** case study; Maternal rejection; Maternal relationship.

## Capítulo VI

### O ABUSO SEXUAL INFANTIL SOB UM OLHAR PSICANALÍTICO: DESDOBRAMENTOS EM EXPERIÊNCIAS TRAUMÁTICAS

---

Émily Laiane Aguilar Albuquerque

## O ABUSO SEXUAL INFANTIL SOB UM OLHAR PSICANALÍTICO: DESDOBRAMENTOS EM EXPERIÊNCIAS TRAUMÁTICAS

**Émily Laiane Aguiar Albuquerque**

Universidade Estadual de Maringá-UEM

Maringá – Paraná

**RESUMO:** A pesquisa teve como objetivo abordar o tema do trauma em abuso sexual infantil, de modo a entender quais implicações estão envolvidas no desenvolvimento psíquico, cujo fenômeno acontece em situações desfavoráveis para a criança, a partir do pensamento ferencziano, freudiano e de pensadores contemporâneos. A partir de relatos de vítimas de abuso sexual encontrados na internet, pretendeu-se correlacionar os relatos das vítimas com o embasamento teórico e metodológico psicanalítico, utilizando os textos dos autores Sándor Ferenczi e Sigmund Freud, além de outros autores psicanalistas contemporâneos. A proposta visou sanar dúvidas sobre traumas oriundos de abusos sexuais infantis, na tentativa de preencher lacunas e ambiguidades sobre o tema relatado.

**Palavras-chave:** Trauma; Abuso Sexual Infantil; Psicanálise.

### 1. INTRODUÇÃO

Segundo Ferenczi (1933/1987), os pacientes que sofreram abuso sexual se tornam vítima da repetição traumática das cenas do abuso sexual no seu psiquismo. O autor reitera que a criança abusada pode vir a internalizar o agressor, o que ocorre quando a criança sente medo da força e da autoridade do adulto, o que ocasiona uma perda da consciência que a faz perder a repulsa e a resistência ao agressor, retirando qualquer tipo de defesa contra o desprazer.

De acordo com Laplanche e Pontalis (2001), o trauma ou traumatismo psíquico pode ser definido como algo que aconteceu na vida do sujeito que se determina pela sua intensidade, quando o sujeito não consegue reagir a algo de forma adequada devido aos transtornos e efeitos patogênicos permanentemente longos provocados na organização psíquica. No sentido econômico, “o traumatismo caracteriza-se por um afluxo de excitações que é excessivo em relação à tolerância e a capacidade do sujeito de dominar e elaborar psiquicamente estas excitações” (LAPLANCHE, 2001, p. 522).

Malgarim e Benetti (2010) afirmam que o abuso sexual infantil afeta também o desenvolvimento cognitivo e emocional das vítimas; de acordo com o tipo de experiência sexual vivenciada pela criança, são determinadas as diferentes consequências no desenvolvimento psíquico e cognitivo do abuso. Essas crianças acabam apresentando sintomas de ansiedade, pesadelo, problemas escolares, isolamento, entre outros, devido ao abuso sexual e ao

transtorno de estresse pós-traumático. As autoras apontam que as experiências da sexualidade traumática estão relacionadas com os sentimentos e as atitudes consequentes das vivências sexuais, consideradas inapropriadas para o desenvolvimento evolutivo do sujeito e das relações que se estabelecem com o abusador. Assim, “a experiência de submissão ao poder do adulto gera uma experiência ainda mais traumática e invasiva, pois a vítima não consegue visualizar meios de reverter a situação do abuso na qual está envolvida.” (MALGARIM; BENETTI, 2010, p. 04)

Os desdobramentos da experiência traumática em crianças vítimas de abuso sexual acometem, principalmente, crianças que conhecem seus agressores, pertencentes ao mesmo grupo familiar. Conforme diz Ferenczi:

Mesmo crianças pertencentes a famílias respeitáveis e de tradição puritana são, com mais frequência do que se ousaria pensar, vítimas de violências e de estupros. São ora os próprios pais que buscam um substituto para suas insatisfações dessa maneira patológica, ora pessoas de confiança, membros da mesma família (tios, tias, avós), os preceptores ou o pessoal doméstico que abusam da ignorância e da inocência das crianças. (FERENCZI, 1933/1987, p. 124)

A partir, portanto, de um marco teórico como esse, esta pesquisa tem como objetivo abordar o tema do trauma em abuso sexual infantil, de modo a entender quais implicações estão envolvidas no desenvolvimento psíquico. Para isso, pretende relacionar ideias psicanalíticas com relatos de abusos sexuais relatados por suas próprias vítimas e que estão disponíveis na internet.

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa extraclínica fundamentada na psicanálise, que leva em conta conceitos tais como trauma, clivagem e abuso sexual infantil. Serão analisados relatos de abusos sexuais - postados na internet, a partir de teorias psicanalíticas presentes em diversos textos. Após uma busca por depoimentos de pessoas que sofreram abuso sexual infantil, foram encontrados diversos relatos na internet. Selecionamos os depoimentos que estavam mais bem detalhados e publicados nas matérias chamadas: “#ChegaDeSilêncio – 104 histórias de leitores que sofreram abuso sexual e/ou estupro” e “#ChegaDeSilêncio – Mais 154 relatos de leitores que sofreram abuso sexual e/ou estupro”, ambos publicados no site da Revista Superinteressante. A partir disso, dentre os 258 relatos, foram selecionados depoimentos de acordo com o tema que propusemos trabalhar: o abuso sexual infantil, o abuso sexual infantil em casos de incesto e o abuso sexual infantil em mulheres.

Nesse sentido, a proposta de metodologia cuja temática da pesquisa psicanalítica se encontra fora do contexto clínico, é denominada de psicanálise aplicada, ou psicanálise extraclínica. Isso diz respeito à interpretação psicanalítica aplicada a produções culturais e fatos sociais, isto é, trata-se do uso

da psicanálise fora das paredes (muros) do consultório. Nesse caso, os depoimentos analisados estão na internet estão fora do consultório.

Conforme Rosa e Domingues (2010), o método científico da psicanálise fora do contexto da clínica, é chamado por Freud de psicanálise aplicada, por Laplanche de psicanálise extramuros e, por Lacan de psicanálise em extensão. O estudo da psicanálise em um contexto empírico, para Rosa e Domingues (2010) exige um maior rigor na aplicação conceitual. Além disso, entende-se que a pesquisa psicanalítica de fenômenos e práticas que ocorrem fora de um consultório poderá contribuir em possíveis elucidações sobre as dimensões inconsciente presente do mundo em que vivemos, que é um mundo de relações entre pessoas.

## **2.1. Procedimentos**

Primeiramente foi feita uma busca de textos pertinentes. Em seguida, procedeu-se a vários fichamentos e a uma discussão das ideias dos autores.

Feito isso, selecionou-se relatos de abuso. Os relatos escolhidos foram categorizados em temas psicanalíticos. Os resultados dessa análise, então, foram apresentados em itens cujo título é cada uma das categorias propostas pela análise.

A busca de textos foi feita por meio de bases informatizadas (SciELO, Pepsic, Portal da Capes). Já a busca de relatos de abusos foi feita por meio de buscadores comuns, como o Google e outros. A seleção dos relatos foi realizada levando em conta a possibilidade de serem eles verdadeiros, postados em sites que estavam amparados por instituições não governamentais e fundações. Mas não só isso, levou-se em consideração que era preciso que o relato contivesse material subjetivo suficiente para sua análise.

## **3. DISCUSSÃO**

### **3.1. Compreensão da formação traumática em Sigmund Freud e Sándor Ferenczi**

Entre 1895 e 1905, o conceito de trauma em Sigmund Freud se configurou, primeiramente, a partir dos estudos sobre a histeria, sob influência das ideias de Breuer. Freud, ao escrever a primeira tópica relaciona o trauma à ideia de sedução na tentativa de explicar a origem das neuroses. Ele entendia que a histeria se constituía a partir das experiências emocionais, atribuindo as lembranças de cenas reais de sedução à etiologia das neuroses. Pois, acreditava que não era o evento em si que age traumáticamente, mas a lembrança das cenas reais que adquirem um significado traumático. Segundo Prado e Carneiro (2005) o trauma, pode acontecer devido a fatores externos que

invadem o ego, deixando-o saturado de energia libidinal, não havendo a possibilidade de descarregá-la.

Entre 1905 a 1920, Freud propõe a assim chamada segunda tópica e abandona as ideias influenciadas por Breuer. Pois, percebe que as cenas de sedução infantil nem sempre acontecem na realidade, podendo ser decorrência de fantasias. De acordo com Prado e Carneiro (2005) foi a partir da elaboração da metapsicologia psicanalítica, que Freud passa a entender as cenas de sedução como resultado de reconstruções da fantasia, fortalecendo, a ideia de que a fantasia pode substituir a cena real traumática. Assim, a situação traumática passou a ser compreendida como fruto de fantasias, podendo envolver o desencadeamento de pulsões sexuais, juntamente com a luta do ego contra elas, sob a tentativa de negá-las.

Nesse sentido, para compreender o trauma, é preciso antes entender a origem das fantasias inconscientes, e qual é o funcionamento psíquico de cada pessoa, tendo em vista que o trauma está relacionado com o excesso de excitação no psiquismo. Por exemplo, uma situação de angústia proveniente do trauma, estaria relacionada à uma experiência de desamparo por parte do ego diante de um excesso de excitação. Estudando as neuroses traumáticas, Freud, a partir de 1937, relata que a angústia excessiva no interior do psiquismo, ocorre devido ao aumento de estímulos internos e externos que acabam atravessando o escudo protetor do ego. Esses estímulos em excesso no psiquismo, resultam em energia não-ligada, que não consegue entrar numa cadeia associativa, bloqueando, assim, o processo de simbolização, consequentemente ocasionando um excesso de angústia.

Segundo Ferenczi (1987/1933) o trauma pode levar a pessoa ao desamparo psíquico, que ocorre devido à falta de investimentos para com o objeto. Como forma de defesa, quando a realidade externa é angustiante, o psiquismo faz uma clivagem das impressões traumáticas, eliminando as memórias provenientes do trauma. Assim, o fator externo provocaria uma situação traumatizante no psiquismo, modificando-o, segundo Ferenczi (1992/1928), o excesso de excitações pulsionais, provocaria a suspensão do processo de interiorização e de introjeção objetual. Caso o sujeito não consiga se adaptar as necessidades do mundo externo, produzindo um sentido ao que foi vivenciado, o processo de introjeção e de transcrição psíquica acaba não acontecendo.

O desamparo psíquico em decorrência do trauma, também pode desencadear outro mecanismo de defesa, a introjeção da figura do agressor. Isso ocorre, devido à ausência de um cuidado e proteção, bem como pela falta de investimentos e pela excitação excessiva da energia não-ligada, provocando, assim, a identificação do sujeito com o agressor. Dessa forma, como defesa, o ego se molda conforme a figura do agressor, substituindo o vazio da não-representação mantendo a situação de ternura com o objeto. Segundo Moreno e Junior (2012) o trauma também pode levar a uma falta de comunicações conscientes, em que o ego, de maneira primitiva, cinde entre uma parte que imita

a figura do estranho e em outra parte que repete a reação emocional excessiva que se experimentou.

Além disso, as situações traumáticas podem advir de uma confusão entre a linguagem de adultos e crianças. Conforme descreve Ferenczi (1987/1933) com relação a criança, a linguagem estaria sendo desenvolvida sob forma de brincadeira e a sedução caracterizaria a linguagem da ternura, cuja organização sexual e psíquica estaria anterior à sexualidade adulta, isto é, não apresentando fins genitais. Entretanto, os adultos não reconhecem a linguagem infantil, respondendo sob forma de linguagem diferente da de ternura, sob a linguagem da paixão.

Nesse sentido, Ferenczi (1987/1933) afirma que quando a criança possui uma experiência real e incompreensível para sua capacidade subjetiva, ocorre o processo de negação. Já, para o adulto, essa negação incompreensível, é chamada de desmentido. O trauma, assim, constituiria duas situações, a vivência real e a violenta, podendo ser vivenciadas pela criança, e a negação dessa experiência, podendo ser vivenciada pelo adulto, devido a incompreensão entre a linguagem diferenciada do adulto e a da criança. Após passar pela experiência traumática, a criança, como consequência, sofre a clivagem narcísica, em que a atividade psíquica fica suspensa, estado em que as resistências e as percepções se encontram suspensas, incapazes de serem elaboradas.

Assim, o traumático, pode ser entendido como um choque imprevisto que se apresenta ao psiquismo como uma espécie de anestésico, fazendo-o desconectar-se da percepção, suspendendo toda sua atividade psíquica. Além de inviabilizar a possibilidade de novos investimentos objetivos e de futuras realizações pulsionais. Nesse estado, Ferenczi (1992/1934) descreve que não há possibilidade de defesa, sendo necessário, que o impacto pulsional fosse elaborado e metabolizado em relação ao objeto externo. Tendo em vista que as impressões não são percebidas, pode ocorrer a repetição do trauma por via não representacional, resultando, numa inacessibilidade do trauma por meio da memória, até mesmo em nível inconsciente.

Uma forma de tratamento para a situação traumática descrita acima, conforme Ferenczi (1987/1933), seria a possibilidade do paciente de vivenciar novamente essa experiência traumática no setting terapêutico, para que fosse possível percebê-la e, posteriormente, inscrevê-la na cadeia associativa do psiquismo. Porquanto, devido a clivagem, o conteúdo traumático não se encontra no campo representacional, permanecendo conservado de forma intensa.

### **3. 2. Ressonância do traumático no psiquismo**

É possível compreender o trauma, em termos econômicos, como um excesso de excitações no psiquismo, em que não há possibilidade de elaboração

destas excitações, resultando em uma lacuna no processo de simbolização e tendo como defesa, a incorporação fantasiosa do objeto. Conforme Abraham e Torok (1972), o sujeito que não consegue representar e investir libido no objeto, torna-se o próprio objeto, que permanece o mesmo ao ser clivado. Essa representação do objeto incorporado provoca no interior do sujeito uma cripta ao seu redor, com a finalidade de reconstruir o momento traumático devido a incapacidade de figurabilidade representacional. Assim, há a formação de um escudo, que evita a elaboração da experiência excessiva, debilitando a organização psíquica.

Além disso, a ausência de representações ocorre como mecanismo de defesa, porque o espaço está sendo ocupado pela incorporação do objeto perdido, em que o sujeito ao perder o investimento do objeto, o incorpora, alucinando em si a presença de algo sem sentido, para não ter de fazer uma elaboração real, afetiva e verbal da experiência traumática vivida. Essa fantasia de incorporação objetal, é considerada uma “enganação” inconsciente, visto que é a única maneira do sujeito de se reparar, mantendo uma situação que não pode ser perdida, mas que, ao mesmo tempo, produz um vazio de sentido no psiquismo.

De acordo com Abraham e Torok (1972) a ausência de sentido no psiquismo acaba sendo um problema na família. Esse fenômeno ficou conhecido como momento transgeracional, devido a lacuna de sentidos que são transmitidas de uma geração para a próxima, não há inteligibilidade, nem esclarecimentos do que aconteceu para as futuras gerações. Visto que, a próxima geração não tendo conhecimento dos traumas reais acontecidos no passado, nem das fantasias, acaba produzindo um vazio de sentido na família toda. Por exemplo, o conteúdo excessivo que não pôde ser significado pelos pais, concomitantemente, acaba não podendo ser significado quando transmitido pelos filhos, e assim, sucessivamente.

Os pais que sofreram algum tipo de trauma, cujas percepções e palavras estão encriptadas no psiquismo, passarão para à cadeia de representações da criança sob a forma de ausências e rupturas. Assim, deixando as percepções e palavras impossíveis de serem assimiladas e significadas. Também, o narcisismo dos filhos acaba debilitado por não saberem lidar com as rupturas e ausências transmitidas pelos pais. É possível dizer, que o modo de funcionamento do trauma é uma negatividade no psiquismo, uma forma de vazio ou fantasma no mundo intrapsíquico. E que, trabalha de maneira parecida com a da pulsão de morte, como uma lembrança negativa e silenciosa, que não será, tão facilmente, recordada. O trauma seria uma lembrança familiar que foi apagada, uma ausência e inacessibilidade, provocando na criança uma falta de simbolizações e a desestruturalização psíquica (ABRAHAM; TOROK, 1975, p. 411-439 apud MORENO; JUNIOR, 2012, p. 47-61).

Enquanto negatividade psíquica, o traumático opera de forma silenciosa no psiquismo, bem como o trabalho da pulsão de morte. De acordo com Freud (1940/1938) o trauma infantil, impede a possibilidade de ligações e de

recordações do conteúdo traumático, não restando lembranças no ego, apenas danos precoces. Produzindo, também, efeitos não estruturantes, causando uma suspensão de toda atividade no psiquismo e uma desconexão com a percepção.

Segundo Ferenczi (1992/1934) o vazio traumático, em sua negatividade, impossibilita a inscrição de conteúdos no psiquismo, produzindo uma fissura e a ausência de tópicos, conseqüentemente, a não representação dos conteúdos. Com a fragmentação do psiquismo, uma nova formação egóica é formada, na qual a psique é restabelecida, ou seja, a neoformação do ego ocorre devido a não-representação do trauma. Além disso, o trauma, após uma situação de perturbação violenta demais, impossibilitaria uma estruturação das pulsões.

### **3. 3. Relação da sexualidade adulta e a sexualidade infantil**

Segundo Calvi (1999) a experiência de uma sedução real da criança por parte do adulto danifica traumáticamente a constituição do psiquismo, podendo levar à inúmeras conseqüências conforme a história da criança e seus aspectos subjetivos. Entende-se o conceito de trauma como algo, caracterizado por sua intensidade, que ocorre na vida do sujeito debilitando-o a responder aos estímulos de forma adequada, isto é, de maneira que o sujeito consiga tolerar as excitações, acolhendo-as e elaborando psicicamente o afluxo excessivo de excitações. A experiência clínica de Calvi (1999) revela que em todos os casos que ela atendeu de abuso sexual infantil, o caráter traumático, desencadeou efeitos de compulsão à repetição, tendo esse processo origem inconsciente. Os pacientes atendidos repetiam suas experiências antigas, motivados de que se tratava de algo promovido pelo momento atual, sem se lembrarem de sua experiência original.

O traumatismo infantil pode ser entendido em dois tempos, de acordo com Calvi (1999), tudo o que se inscreve no inconsciente acontece numa relação de ao menos dois acontecimentos, que estão separados no tempo e que permite ao sujeito reagir de forma diferente à primeira experiência. Assim, se constitui o autotraumatismo, que desconstrói a dicotomia entre fatores exógenos e endógenos, passando a ser, tudo endógeno e exógeno no que concerne ao psiquismo. Nesse sentido, a experiência traumática infantil - em que o corpo da criança é usado para satisfação sexual de um adulto - fica inscrita sob a forma de um pictograma, cujo impacto causado provoca tamanha angústia que há a tentativa de apagar da memória o ocorrido com o intuito de não causar mais sofrimento, ficando essas memórias inscritas no psiquismo.

A recusa inconsciente do sujeito em reconhecer os acontecimentos traumatizantes, é um mecanismo de defesa conhecido como denegação ou desmentido, contudo se este mecanismo for muito utilizado acaba danificando o psiquismo. Conforme Calvi (1999), é frequente no caso do abuso sexual, a vítima e/ou aqueles que presenciaram ou escutam sobre o abuso, mas que não acreditam nesse fato acabarem recorrendo ao desmentido. Nesse caso, no desmentido, a

percepção da realidade é considerada inexistente, como algo que aconteceu nunca tivesse acontecido. Assim, acaba danificando o eu, visto que ataca a capacidade do eu de reconhecer a percepção externa e interna, de se perceber como próprio numa sensação corporal e de aceitar algo como existente.

O silêncio das crianças ou dos pais, fruto do mecanismo de defesa, pode ser trabalhado em análise por meio do espaço de fala, criada pelo analista que ouve o sujeito sem desconsiderá-lo, não julgando os atos proibidos pelas leis da cultura, criando um espaço de recordações e possíveis elaborações desses fatos na análise. Podendo, assim, proporcionar ao paciente novos posicionamentos à sua subjetividade, com recomposições, reordenamentos, fatos que não são mais silenciados, nem ratificados a partir do mundo dos adultos, portanto, evitando que a história do traumático possa se repetir. Também, segundo Dolto (2002) a psicanálise infantil, pode utilizar-se de desenhos e modelagens - além da escuta de vários não-ditos da história da criança - para colocá-la num campo de linguagem e num campo transferencial onde as suas representações são compreendidas e reelaboradas. Assim, por meio da análise, a criança poderá colocar em palavras ou em forma de brincadeiras suas angústias e os muitos não-ditos de seus traumas, de sua história de vida.

#### **4. RESULTADOS**

A fim de discutirmos os desdobramentos traumáticos em vivências de abuso sexual infantil, analisaremos, a partir de autores da psicanálise, alguns relatos anônimos que contam histórias pessoais de vítimas que sofreram abuso sexual infantil. Inicialmente, discorreremos sobre a forma como o abuso sexual infantil é vivenciado pela criança; abordaremos as vivências do abuso sexual infantil incestuoso; bem como analisaremos as vivências do abuso sexual, especificamente, nos casos em que as vítimas são mulheres, conseqüentemente, discutiremos os efeitos traumáticos dessas vivências.

##### **4. 1. O abuso sexual infantil a partir de uma ótica psicanalítica**

A relação de afeto entre a criança e o adulto, segundo Ferenczi (1933/1992), pode provocar uma “confusão de línguas”. Com relação a criança, o afeto é nutrido sob forma de brincadeira, de fantasias lúdicas na relação com o adulto, esse tipo de afeto caracterizaria a linguagem da ternura. O adulto, caso tiver predisposição psicopatológica, não reconhece a linguagem infantil, e pode confundir a relação lúdica com a criança com a relação sexual de dois adultos, respondendo sob a forma de linguagem da paixão, e não sob a forma da linguagem infantil da ternura. Essa “confusão de linguagem” entre o adulto e a criança pode ser melhor compreendida a partir do seguinte relato de experiência:

[...] Quando eu tinha por volta dos 6 anos, fui abusada pelo meu irmão parte de pai. Ele ia todos os sábados visitar meu pai e acabava aproveitando da minha inocência para abusar de mim. Na época, eu era a caçula de 4 irmãos parte de pai e filha única de minha mãe. Então, esse era o único que me dava atenção e brincava comigo, só que por algum tempo eu já não entendia mais as “brincadeiras” dele. Ele sempre me ameaçava e falava que se eu contasse ninguém iria acreditar. Mesmo não entendendo nada, eu sabia que aquilo estava errado. Minha mãe diversas vezes já desconfiou, mas nunca teve coragem de contar a ela. Ele me forçava a fazer sexo oral nele e muitas vezes fazia em mim. Isso durou 3 anos. Odiava os sábados, e mesmo evitando ficar perto dele, ele sempre tinha um jeito de me abordar. Ele até tentou abusar de uma prima nossa que tinha a minha idade. Nunca mais ela quis ir brincar lá em casa. As coisas parou quando eu comecei a ficar mais perto da minha mãe. Até estranhavam porque as vezes eu não ia falar com ele. Nos mudamos de cidade e ficamos anos sem nos ver. Na adolescência, quando comecei a entender o que ele fazia comigo, acabei me tornando uma pessoa difícil de socializar, frustrada, com dificuldades no aprendizado, fiquei com depressão e acabei desenvolvendo a tricotilomania [...] (SUPER INTERESSANTE, 2015).

Ferenczi (1933/1992) afirma que a criança quando sofre uma experiência real de abuso sexual, esta experiência é incompreensível para sua capacidade subjetiva, não podendo ser processada psiquicamente, o que acaba desencadeando o processo da negação da experiência real. Segundo Moreno e Junior (2012) após passar pela experiência traumática, a criança, como consequência, acaba tendo sua atividade psíquica suspensa, tendo uma espécie de ruptura no psiquismo. Assim, o trauma, constitui-se como uma angústia sem nome e sem simbolização, incapacitando a vítima de realizar assimilações, associações e de ter acesso a cadeia representacional, em que não há a possibilidade de novas elaborações.

A vivência do abuso sexual na infância se caracteriza, segundo Carneiro e Prado (2005), como um trauma ativo, que permanece no psiquismo da vítima por muito tempo. Esse trauma ativo no psiquismo pode acabar sendo expresso por meio da agressividade, podendo ter diferentes manifestações, como, por exemplo, quadros de depressões, atuações, quadros psicopáticos, psicossomáticos, enfim, manifestações que são expressas por meio da ação da pulsão de morte, como pode ser visto nos seguintes relatos anônimos:

[...] Quando eu era criança (eu era pequena, não me lembro da idade certa, mas aconteceu por mais de uma vez) o irmão da minha avó abusou de mim. Ele começou me mostrando revistas pornográficas, mostrava várias que guardava debaixo do colchão, me ensinou a me tocar e depois de um tempo esperava quando tinha oportunidade de ficar sozinho comigo para me tocar e esfregar o pênis em mim, como se estivesse me viciando em atos libidinosos. Nunca pude contar a ninguém porque ele era esquizofrênico, idoso e ninguém acreditaria em mim. Nunca tive coragem de contar a ninguém da minha família porque uma vez minha mãe me flagrou enquanto me masturbava e apanhei muito. Fiquei com certo receio da aproximação dos homens e nunca consegui desenvolver vínculo amoroso com nenhum. [...] desenvolvi depressão, tentei me matar, nunca consegui contar a ninguém [...] (SUPER INTERESSANTE, 2015).

No relato acima, a vítima acabou desenvolvendo depressão e teve tentativas de suicídio, bem como não conseguiu contar para ninguém sobre o que lhe aconteceu. Desta forma, Moreno e Junior (2012) afirmam que o traumático se aproxima do funcionamento da pulsão de morte no psiquismo, uma vez que não há representação psíquica possível das pulsões de morte no inconsciente, o que causa ruptura e silêncio. Além disso, a situação traumática se reproduz nas relações estabelecidas, ainda que de forma sutil, como o isolamento e a indisponibilidade para possíveis relacionamentos, principalmente, amorosos, o que fica explícito no relato acima, pois a vítima diz que nunca mais conseguiu desenvolver vínculos amorosos com nenhum outro homem.

Em alguns casos o evento traumático permanece “desconhecido” pela vítima para que ela se proteja da vivência angustiante. Conforme Ferreira (2015), a vítima do abuso sexual infantil, em termos de economia psíquica, não se esquece totalmente do evento traumático, este permanece fora do processo mental, se caracterizando como uma não-representação. Cabe ao trabalho terapêutico ter o papel de propiciar a fala da vítima sobre a vivência do abuso sexual, a fim de subjetivar o acontecimento, atribuir palavras ao que é da ordem do indizível, uma vez que, na maioria dos casos de abuso infantil a vítima não conta para ninguém, como pode ser visto, nos seguintes relatos:

[...] Antes dos acontecimentos eu sempre era descrita como uma criança engraçada, extrovertida, gostava de socializar, não tinha vergonha de falar com ninguém e como geralmente toda criança inocente e pura não tinha medo de nada, enxergava sempre o bem das pessoas, era bem dedicada nos estudos e risonha, isso até os mais ou menos os meus 7 anos, mas a partir desse tempo muita coisa mudou; meus pais eram separados e eu morava com a minha mãe, minha tia, meu tio, meu irmão e meu primo, filho dessa minha tia; eu não me lembro de tanta coisa, são mais cenas de flashback's na minha cabeça. Esse meu primo e eu éramos muito próximos, eu considerava ele como um irmão, um dia ficamos sozinhos em casa e ele com seus 14 anos meio que começou a me introduzir no mundo sexual, me lembro que nesse dia ele não me tocou, mas me mostrou uma revista de kama sutra, e eu criança, pura, via mas não entendia nada daquelas coisas, até que os dias foram passando, e sempre que a gente ficava só em casa ele queria me mostrar mais e mais, daí vem os flashes na minha cabeça, hoje

eu sinto dor no coração de pensar sobre, era ele tirando minha calcinha e meio que me levando a fazer sexo com ele, eu não entendia o que estava acontecendo e acabei deixando, mas eu achei aquilo estranho, definitivamente não era algo normal na minha cabeça, mas acabou acontecendo várias vezes, e eu passei a me sentir culpada, mas nunca tive coragem de contar a ninguém [...] com o tempo me tornei um pessoa tímida, fechada, que tem medo de socializar demais com as pessoas e que só confia nos homens próximos, raramente saio sozinha de casa, pois tenho medo [...] (SUPER INTERESSANTE, 2015).

[...] Tenho 20 anos, e não me lembro muito bem, mas devia ter por volta dos 6 anos, só lembro que fui abusada pela minha prima. Isso mesmo, por outra mulher. Eu não entendia aquilo e ficou por muito tempo apagado da minha mente, só há poucos anos que fui lembrando e então entendendo o que passei. Ela vinha até minha casa (lembrando que ela deve ser uns 7 anos mais velha) e me chamava para ir ao

quarto com ela. Lá, ela tirava minha roupa, falava que era médica e passava a mão em mim. Certo dia, ela me colocou para dormir na mesma cama que ela e embaixo das cobertas, para ninguém ver, ela me fez chupar seus seios e colocou a mão na minha vagina. Senti um a dor imensa e comecei a chorar. Depois disso não me lembro demais nada e só agora fui entender que isso era um abuso. Nunca tive coragem de compartilhar com ninguém. (SUPER INTERESSANTE, 2015).

Os relatos acima indicam que as vítimas não conseguiram falar sobre o abuso sexual, e que, o fato de terem “apagado da mente”, como foi dito anteriormente, é um mecanismo de defesa para que se consiga suportar o acontecimento. Segundo, Ferreira (2015) é preciso falar sobre o abuso sexual, atribuir palavras ao que está apenas como flashbacks na consciência, como foi relatado: “[...] eu não me lembro de tanta coisa, são mais cenas de flashback’s na minha cabeça [...]” (SUPER INTERESSANTE, 2015).

Assim, o processo terapêutico pode contribuir para a escuta da vítima, principalmente, em casos em que a criança nunca contou para ninguém por medo de não acreditarem nela. O terapeuta ao ouvir os relatos de experiência de abuso e fornecer uma escuta necessária contribui para a diminuição da negação da experiência do abuso sexual, bem como ajuda o paciente na elaboração de memórias que aparecem sob a forma de flashbacks, vivências corporais e sintomas somáticos.

#### **4. 2. O incesto e o abuso sexual em menores**

A contribuição da psicanálise sobre o estudo do abuso sexual em menores, segundo Mouammar (2012) inicia-se na medida em que há uma maior compreensão sobre a sexualidade humana. Primeiramente, entendendo que o homem possui uma natureza instintiva, própria da sua espécie, que o iguala dos outros animais. Estes instintos necessitam serem “domesticados” para que seja possível um convívio social. Assim, há uma interdição das pulsões sexuais no homem, constituindo a humanidade, a civilização. De acordo com Freud (1905/1996) a pulsão sexual existe desde a infância, diferentemente do que os outros pensadores achavam no século XIX, que ela só passaria a existir a partir da adolescência. A pulsão é independente de seu objeto, ela se utiliza do objeto para atingir seu objetivo final, tendo como meta descarregar o excesso de estimulação e obter o prazer sexual.

As necessidades sexuais do homem, conforme Mouammar (2012), estão atreladas a sua animalidade, as pulsões sexuais, que têm início desde a infância. Porém, ao longo do desenvolvimento psicosexual necessitará de uma interdição das pulsões com o intuito de construir “diques” contra a pulsão sexual. Freud (1905/1996) afirma que a interdição ajuda na construção social da moralidade, da vergonha, do asco, da compaixão e da autoridade. Nesse sentido, para que o homem se constitua como tal, precisará abrir mão da sua

condição animal para pertencer a uma coletividade, com um estreitamento de vínculos, entre um indivíduo e o outro, sendo a própria coletividade constitutiva para o homem, dotando-o de uma singularidade.

De acordo com Mouammar (2012), o incesto seria a ausência da interdição da pulsão sexual. A autora explica que as pulsões sexuais são inatas, e inicialmente, polimorfa, cuja gratificação sexual se sucede no indivíduo de forma autoerótica e narcisista, onde o outro é apenas objeto para a sua satisfação, não existindo um prazer compartilhado. É nesse momento que o Complexo de Édipo, para a psicanálise, desempenha uma função essencial, é por meio dele que o indivíduo constitui sua personalidade, além escolher seu objeto de amor e ter acesso a própria genitalidade, também, é nesse momento que é constituído o Supereu.

Assim, o incesto com menores de idade consiste em uma real e explícita vivência “das fantasias de desejo e posse do objeto de amor presentes no chamado Complexo de Édipo por meio de um ser humano perverso que por sedução e violência impõe a outro que é de sua família a ação incestuosa” (MOUAMMAR, 2012, p. 13). A solução do Complexo de Édipo é a interdição do incesto por meio do recalque da pulsão e da repressão social, tanto no sentido exterior quanto no sentido simbólico dessa construção. Pois, ao barrar as pulsões do indivíduo, este se constrói como sujeito racional e lhe é introjetado a Lei (regida por normas sociais). Logo, para que o ser humano viva em um meio social, é necessário que na fase adulta haja uma contensão das pulsões.

Com relação as crianças vítimas do incesto, Mouammar (2012) afirma que mesmo quando a vivência do abuso sexual infantil estiver presente apenas no campo das fantasias edípicas, a criança experimenta uma vivência real do abuso. O que pode levar a uma ausência de Leis sociais, como, por exemplo, a proibição do incesto. De tal modo, a criança abusada sexualmente pelo pai, mãe, padrasto, madrasta, irmão, irmã não possui o direito de pertencer a uma Lei de igualdade para todo ser humano, essa criança é um sujeito excluído desse campo simbólico. A fim de exemplificar melhor, mostraremos relatos anônimos escritos e publicados na internet por meio de pessoas que foram abusadas pelos seus familiares:

Quando eu era criança minha mãe não gostava de sair de casa e nem convivia com a família dos meus avós. Mas eu gostava de sair e sempre que possível passava os finais de semana e feriados viajando com meus avós. Num desses finais de semana, houve uma reunião da família da minha avó materna, e eu fui com meus avós para a tal festa. No meio da tarde, meu primo mais velho convidou eu e um outro primo para ir brincar no açude. Acho que meus primos deviam ter entre 12 e 14 anos, e eu tinha 9. Eu não tinha levado biquíni, então tirei a camisa e fiquei só de calcinha (e era comum eu e meus primos ficarmos de roupa de baixo e até sem roupa um na frente do outro, crescemos juntos). Meus primos foram mais pro fundo do açude, onde eu não dava pé, então fiquei brincando sozinha na beira do açude. Um tio-avô meu chegou e se ofereceu pra me levar mais pro fundo, junto com meus primos, e eu aceitei bem faceira. Eu e meus primos continuamos brincando, enquanto eu estava no colo desse tio. Nisso, chega minha

tia, mãe desses primos, e nos convida para ver um bicho morto do outro lado do açude. Eu, que adorava água, não quis sair do açude e pedi para ficar mais um pouco. Meus primos e minha tia foram ver o tal bicho morto e eu fiquei sozinha com o homem. Eu não quero, não gosto e não consigo dizer o que ele fez comigo durante esse tempo, e não sei quanto tempo durou. Só sei que eu estava no fundo do açude e se soltasse dele me afogava, o que fez tudo ser ainda mais cruel. Em algum momento meus primos e vários parentes voltaram para a beira do açude contar do bicho morto, e eu sai da água meio sem entender o que tinha acontecido [...] (SUPER INTERESSANTE, 2015).

[...] Fui abusada por um tio aos 6 anos. Eu não sei dizer se houve a “finalização” do ato do estupro, pois é como se eu tivesse apagado completamente da minha memória o ato, lembro apenas de flashes. Ele morava em outro estado, junto com a maior parte da minha família, então minha mãe, eu e meu irmão costumávamos viajar para lá sempre que possível, para reencontrar os familiares. Tudo aconteceu na segunda viagem (na primeira eu ainda era um bebê de colo). Estávamos na casa da minha avó, eu, minha mãe, meu irmão e esse tio. Em um determinado momento minha mãe e minha avó decidiram ir ao mercado, meu irmão quis ir junto, eu não quis, não lembro bem porque, mas por algum motivo de criança mesmo, por estar cansada, algo do tipo. Então assim que eles saíram meu tio começou a me assediar, passando a mão em mim, língua, enfim...Eu estava paralisada, não entendia o que era aquilo, enquanto fazia ele dizia “ta tudo bem” “não tem nada demais” “isso é algo bom”, e eu não fazia ideia do que fazer, apenas chorava, paralisada. Na época não contei nada a ninguém, pois acreditei nele, afinal, era meu tio, sempre me diziam que podia confiar na família, pois é tudo o que temos. Então apesar de me sentir muito mal, decidi ficar calada, tinha medo que brigassem comigo. Depois já com 15 anos eu finalmente compreendi o que tinha acontecido, mas ainda sentia muito medo e sinto até hoje, eu me sentia suja, e culpada. Acreditava que eu havia deixado ele ruim, que ele não era o culpado, mas eu, sempre eu. E, infelizmente, ainda não consegui tirar esse peso. Ainda não consigo falar disso com a minha família. Esse acontecimento me marcou de uma forma que eu não sei se conseguirei me recuperar um dia. Ele reflete na minha autoestima e em todos os meus relacionamentos. Sinto como se o projetasse em todos os homens, não me sinto segura [...] (SUPER INTERESSANTE, 2015).

[...] Tudo aconteceu por volta dos 5 anos de idade e acredito que tenha durado até por volta dos 7 anos. Todos os domingos minha família, meus pais e irmão iam visitar as nossas avós que moravam próximas. Na casa da minha vó paterna morava com ela um sobrinho, na época deveria ter em torno de uns 40 anos e se mostrava muito atencioso, gostava de brincar, só que suas brincadeiras iam muito além.... Lembro que ele tocava minhas partes íntimas, forçava a minha mão para que lhe tocasse, esfregava seu órgão sexual em mim, praticava sexo oral em mim. Na época não entendia bem o que estava acontecendo, mas sentia culpa e medo de contar porque no fundo sabia que aquilo era errado, sentia medo de parecer conivente com tudo. Ele também fazia ameaças, dizia que se eu contasse meu pai mataria ele e iria para a cadeia, então eu ficava com mais medo ainda. Lembro que quando chegava os finais de semana eu chorava muito porque não queria visitar minha avó, também tive episódios de infecção urinária. Algumas vezes ele visitava minha casa e aproveitava para passar a mão em mim escondido. Esses episódios só acabaram com o falecimento da minha avó, com isso ele se afastou [...]. Meus pais morreram sem saber dessa história, nunca contei porque fui induzida a ter medo das

consequências, sentir culpada. Já contei para algumas pessoas próximas que pareceram não acreditar em mim (SUPER INTERESSANTE, 2015).

Os três relatos descritos acima, apresentam como característica comum o fato da vítima do abuso incestuoso ser uma criança. Fica evidente que o adulto ao explorar a criança, coloca-a em uma situação de vulnerabilidade, segundo Fuks (2010), o adulto visa obter prazer mantendo sobre a criança uma exploração baseada em uma relação de poder, se aproveitando do fato da criança não ter condições para consentir a ação sexual. Ao entrar na adolescência e até mesmo na fase adulta, algumas vítimas de abuso incestuoso acabam tendo dificuldades de confiança, de baixa autoestima e implicações negativas em relacionamentos futuros, como foi relatado acima: “Eu não sei se conseguirei me recuperar um dia. Ele reflete na minha autoestima e em todos os meus relacionamentos. Sinto como se o projetasse em todos os homens, não me sinto segura [...]” (SUPER INTERESSANTE, 2015). Isso acontece, de acordo com Fuks (2010), porque a criança ao se relacionar sexualmente com adultos abusadores, principalmente, quando se trata de membros da família, acaba rompendo o vínculo de confiança e de segurança com a família, podendo levá-la ao isolamento, implicando em dificuldades de confiança e de se relacionar, bem como a inibição de atividades sexuais na vida adulta.

Além disso, foi possível observar nos relatos anônimos que as vítimas não contam sobre o abuso ou, se contam, demoram anos para falarem. Funks (2010) afirma que as crianças que não contam sobre o abuso na época em que aconteceram, devido ao medo de perder o afeto do adulto abusador, por medo de que os familiares não acreditem nelas ou as culpem pelo que ocorreu, bem como por medo das ameaças feitas pelo abusador.

A partir disso, Dolto (2002) ressalta a importância do papel da psicanálise no sentido de abrir, por meio da terapia, um campo transferencial que possibilite uma fala verdadeira e sucessiva permitindo elaborações de seu passado traumático e possíveis reconfigurações da imagem inconsciente do corpo. Conforme Mouammar (2012) a clínica psicanalítica doltoniana, permite um espaço analítico para as crianças vítimas de incesto que se configura em um espaço de fala, permitindo colocar por meio de palavras a violência silenciosa do incesto, diante de um outro que a escuta e auxilia a criança nas elaborações psíquicas.

#### **4. 3 As mulheres e o abuso sexual**

De acordo com Bettina Calvi (1999), a experiência da sedução infantil entre o adulto homem e o corpo da menina-futura mulher inicia-se através do campo do olhar. O olhar sexual do adulto para a menina inaugura um espaço intersubjetivo de silêncio, apesar de ser apenas um olhar ele acaba implantando na subjetividade da menina uma codificação do corpo, fazendo com que ela se

sinta culpada por possuir um corpo atrativo de olhares. Nesse sentido, a condição traumática da construção do significado sexual na menina reside, inicialmente, na posse de atributos corporais. O adulto homem contribui na introdução de um corpo estranho na subjetividade feminina, sexual, possível de ser “provocador”.

A maioria dos casos de abuso sexual infantil, especificamente, em mulheres, possuem caráter traumático e podem apresentar como efeito a compulsão à repetição. Segundo Calvi (1999), a compulsão à repetição tem origem no inconsciente, tratando-se de ocasiões que a vítima acaba se colocando em situações penosas, repetindo experiências já vivenciadas anteriormente, sem recordar a experiência original, acreditando que o que está acontecendo com ela é algo plenamente motivado pela realidade atual, como pode ser visto nos seguintes relatos:

Quando eu tinha 9 anos, minha mãe arrumou um marido. E toda vez que minha mãe saía de casa ele me levava para cama dela e fazia o que queria e o que não queria comigo. Um dia resolvi contar para ela e, ela disse era mentira que ele não tinha feito aquilo comigo, minha avó percebia que tinha alguma coisa errada comigo, mas eu me calei achando que ela também não ia acreditar, juntei umas roupas e tentei sair de casa, mas meu tio viu eu saindo e me levou de volta para casa, minha mãe deu um tempo do marido, mas quando deu por mim ele estava lá outra vezes, dentro da minha casa e minha mãe ainda me obrigou a pedir desculpa para ele por ter inventado aquela situação, mas não foi mentira, passei anos sendo abusada até que um dia ela separou dele. Cresci frustrada e rebelde, fiz as piores coisas da minha vida fui mãe aos 14 anos, me prostitui aos 18 anos já tinha 3 filhos cada um com um pai [...] (SUPER INTERESSANTE, 2015)

[...] Fui violentada aos 08 anos por três primos em um sítio do meu avó. Enquanto estava sendo violentada, meu irmão mais velho estava sendo segurado por outros primos e apanhou muito. Contamos o ocorrido para meus pais e infelizmente meu pai foi contra mim, disse que eu havia procurado tudo aquilo.... As únicas pessoas que ficaram do nosso lado foram minha mãe e minha avó.... Passei por três cirurgias, tamanha violência sofrida. Desde então me sentia a pessoa mais impura da face da terra [...] Quando eu tinha 15 anos conheci o pai do meu filho, depois de um tempo minha mãe faleceu e eu com medo do meu pai fui morar com este namorado... Quando eu tinha 17 anos, engravidei do meu filho e este meu namorado se transformou. Eu apanhava todos os dias e quando não queria ter relações era pega a força.... Grávida e sendo violentada [...] Um dia meu pai me chamou para ir dormir na casa dele, pois teria uma festa no dia seguinte lá... No meio da madrugada, acordo com meu pai dentro do quarto tocando meus seios, dei um pulo da cama e perguntei o que era aquilo. Ele respondeu: Sempre tive curiosidade para ver o que seus primos fizeram à você [...] (SUPER INTERESSANTE, 2015)

A compulsão à repetição que submete as mulheres vítimas de abuso sexual pôde ser vista nos relatos acima, em que as mulheres após terem sido abusadas sexualmente, acabaram, de forma inconsciente, se colocando em situações penosas de vulnerabilidade, repetindo, assim, experiências anteriores. Pois, tanto a primeira mulher, que teve seu primeiro filho com 14 anos e depois

começou a se prostituir, quanto a segunda mulher que acabou se relacionando com um homem que fazia sexo com ela sem o seu consentimento. Calvi (1999) salienta que há possibilidade de reconstrução dessas vivências traumáticas, por meio da recordação dolorosa de sensações, do espaço de fala e da elaboração, permitindo a essas mulheres modificarem sua subjetividade e, conseqüentemente, retirá-las da forma de atuação da compulsão à repetição na qual estavam submetidas.

No caso da adolescência o psiquismo está em constituição, cada pessoa acaba atravessando momentos diferentes, com trabalhos subjetivos próprios a cada uma, conforme o momento em que se encontram. Entretanto, quando o desconhecido e imprevisto surge no aparelho psíquico, este pode, dependendo do caso, aceitar, negociar, desmentir, enfim, ele pode ter diferentes maneiras de reagir ao que surge, ao que é novidade (CALVI, 1999, p. 71).

Sendo assim, em casos que a pessoa, como uma forma de mecanismo de defesa, se recusa a reconhecer a realidade de uma experiência traumatizante, como, por exemplo, o abuso sexual, o psiquismo é danificado. O Eu não consegue reconhecer uma percepção, aceitar algo como existente, suas capacidades acabam não sendo desenvolvidas, tendo como efeito o silêncio das vítimas, a ausência de recordações inteiras sobre a vivência do abuso sexual. Como defesa as mulheres se empenharam a esquecer durante muito tempo a experiência traumática. Assim, a terapia pode ser um agente organizador dos mecanismos para que a vítima tenha acesso as suas memórias, aos elementos mais profundos de sua própria história libidinal. Retirando o Eu dos mecanismos de defesa do silêncio e dispondo livremente o acesso às recordações dotadas de emoções, com prazeres e sofrimentos, permitindo uma nova volta à subjetividade feminina, com novos posicionamentos e elaborações.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir desses resultados encontrados concluímos que o abuso sexual infantil sob a ótica de autores psicanalíticos pode acarretar à vítima efeitos traumáticos, dependendo da sua constituição psíquica, da forma como essa experiência angustiante reverberou em seu meio social, e principalmente, da possibilidade de simbolização da experiência traumática, pois, a ausência de representações, da possibilidade de simbolização pode comprometer o psiquismo, resultando em zonas psíquicas desconectadas (Prado e Carneiro, 2005).

Observou-se que o tema proposto, está longe de se esgotar, pretendemos trazer um pouco de contribuição aos leitores acerca do traumatismo psíquico nas vítimas que sofreram o abuso sexual infantil, além de abrir possibilidades para o desenvolvimento de novas pesquisas no campo da psicanálise centradas nos traumas em decorrência do abuso e seus diversos desdobramentos. Pois, embora tenha ocorrido diversas mudanças na contemporaneidade, como

recursos legais e assistenciais para a proteção de crianças vítimas de violência sexual, psicológica e física, os casos de abusos ainda continuam acontecendo e em grande quantidade.

Nesse sentido, há a necessidade de um trabalho multidisciplinar em diversas áreas do conhecimento, como, por exemplo, cabe ao Judiciário a luta para que as políticas públicas em defesa da criança “sejam efetivas e humanizadas, com um Estado que procure ser democrático, com isso, se entendo que, nesse Estado todos estão submetidos à mesma lei, uma lei de igualdade para todos. É a única forma de não se cair numa perversão da lei” (MOUAMMAR, 2012, p. 18). Assim como, cabe à Psicologia possibilitar às vítimas um espaço terapêutico de escuta, podendo ser expandido por meio de um tratamento psicanalítico.

Sendo assim, cabe à Psicologia, a função de conseguir um espaço analítico para que as crianças ou adultos que foram vítimas de abuso sexual infantil, de incesto ou de qualquer outro tipo de violência física e psicológica tenha a possibilidade diante de um outro que a escuta, de colocar em palavras a vivência sofrida e, ao mesmo tempo, adquirir novas elaborações psíquicas. Deste modo, o psicólogo pode criar condições para as vítimas terem a possibilidade de reconstrução dessas vivências traumáticas, permitindo a essas vítimas modificarem sua subjetividade e, conseqüentemente, retirá-las do estado de sofrimento e do sentimento de culpa.

## REFERÊNCIAS

ABRAHAM, N. O fantasma de Hamlet ou o IV ato, precedido pelo entreato da 'verdade'. In\_\_\_\_\_. **A casca e o núcleo**. São Paulo, p. 411 - 439, 1975.

ABRAHAM, N. Luto ou melancolia. In\_\_\_\_\_. **A casca e o núcleo**. São Paulo:  
Escuta.

CALVI, B. **A problemática do abuso sexual infantil em psicanálise: o silêncio das mulheres**. Estilos da clínica. v. 4, n. 6, p. 64 - 71, 1999.

DOLTO, F. **A Imagem Inconsciente do Corpo**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FERENCZI, S. Elasticidade da técnica analítica. In: Obras completas. **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 25 - 36.

FERENCZI, S. Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: FERENCZI, S. **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1987. p. 97 - 106.

FERENCZI, S. **Reflexões sobre o trauma**. In: FERENCZI, S. **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 109 - 117.

FERREIRA, M. Z. **Sedução, Trauma e Tradução nas Vivências de Abuso Sexual Incestuoso**: psicanálise e literatura de testemunho. Maringá: 2015, p. 01 - 92.

FREUD, S. Esboço de Psicanálise. In: \_\_\_\_\_. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Tradução James Strachey. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Fuks, L. B. **Abuso sexual de crianças na família: reflexões psicanalíticas**. In C. P. França (Org.), **Perversão: as engrenagens da violência sexual infanto-juvenil**. Rio de Janeiro: Imago, 2010.

LAPLANCHE, J. & P. **Vocabulário da Psicanálise**. 4 ed, São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 522 - 523.

MARGARIM B. G; BENETTI, S. P da C. O abuso sexual no contexto psicanalítico: das fantasias edípicas do incesto ao traumatismo. **Revista Aletheia**. Canoas. v. 33, p. 123 - 137, 2010.

MENDES, A. P. N; FRANÇA, C. P. Contribuições de Sándor Ferenczi para a compreensão dos efeitos psíquicos da violência sexual. **Psicologia em estudo**. v. 17, n. 01, p. 121 - 130, 2012.

MORENO, M. A. M.; JUNIOR, N. E. C. Trauma: o avesso da memória. **Ágora**. Rio de Janeiro. v. 15, n. 1, p. 47 - 61, 2012.

MOUAMMAR, C. C. C. Abuso sexual infantil e incesto: a ética da escuta na clínica de Françoise Dolto. **Impulso**. Piracicaba, v. 22, n. 55, p. 09 - 19, 2012.

PRADO. M. do C. C. de A.; CARNEIRO, T. F. Abuso sexual e traumatismo psíquico. **Interações**. v. 10, n. 20, p. 11-34, 2005.

Revista Super Interessante on-line. Editora abril, 2015. Disponível em: <http://super.abril.com.br/blogs/superblog/chegadesilencio-104-historias-de-leitores-que-sofreram-assedio-eou-abuso-sexual/>. Acesso em 29 jul. 2015.

Revista Super Interessante on-line. Editora abril, 2015. Disponível em: [http://super.abril.com.br/comportamento/chegadesilencio-mais-154-relatos-de-leitores-que-sofreram-abuso-sexual-eou-estupro](http://super.abril.com.br/comportamento/chegadesilencio-mais-154-relatos-de-leitores-que-sofreram-abuso-sexual-eou-estupro/). Acesso em 29 jul. 2015.

**Abstract:** The research aimed to address the theme of trauma in child sexual abuse, in order to understand what implications are involved in psychic development, whose phenomenon occurs in situations unfavorable for the child, from Ferenczian thinking, Freudian and contemporary thinkers. Based on reports of victims of sexual abuse found on the internet, it was intended to correlate the victims' reports with the theoretical and methodological basis of psychoanalysis, using the texts of the authors Sándor Ferenczi and Sigmund Freud, in addition to other contemporary psychoanalytic authors. The proposal aimed to resolve doubts about traumas from child sexual abuse, in an attempt to fill gaps and ambiguities on the subject.

**Keywords:** Trauma; Child Sexual Abuse; Psychoanalysis.

## **Capítulo VII**

### **OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA À IDENTIDADE DA MULHER**

---

**Jainny Beatriz Silva Duarte  
Wilsilene Pereira Gomes  
Zelinda da Silva Nonato Reis  
Simone Jörg**

## OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA À IDENTIDADE DA MULHER

### **Jainny Beatriz Silva Duarte**

Graduada do Curso de Psicologia, Faculdade Guanambi-FG  
Guanambi-BA

### **Wilsilene Pereira Gomes**

Graduada do Curso de Psicologia, Faculdade Guanambi-FG  
Guanambi-BA

### **Zelinda da Silva Nonato Reis**

Graduada do Curso de Psicologia, Faculdade Guanambi-FG  
Guanambi-BA

### **Simone Jörg (Coordenadora)**

Psicóloga, Professora universitária, Pesquisadora. Mestre em Psicologia Social pela PUCSP e Doutoranda em Psicologia Social pela PUCSP

**RESUMO:** A violência é um grande problema e sua ordem tem levado muitas pessoas a se questionarem e buscarem compreender a essência do fenômeno da violência. Considerando-a através de um contexto histórico, ela está interligada nas formas desiguais das relações humanas, onde há uma dominação, quando uma pessoa apropria do direito da outra e a submete aos seus caprichos. Este estudo objetiva-se atender a uma demanda que vem crescendo no município de Guanambi, diante a necessidade de se ter um atendimento psicológico às vítimas de violência contra mulher. Esta pesquisa caracteriza-se por um estudo qualitativo descritivo, que buscará compreender os principais impactos da violência à identidade da mulher de acordo com a questão de gênero. Participarão deste estudo, mulheres na faixa etária dos 18 aos 55 anos, que são atendidas na delegacia de Guanambi. Os dados serão coletados por meio de uma entrevista semiestruturada, com perguntas pertinentes à temática com o uso de um gravador e consentimento por parte das entrevistas através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a análise dos dados serão construídas categorias de análise a partir da emergência temática da fala integral das entrevistadas com base nos sentidos atribuídos pelos sujeitos em sua narrativa, na análise documental e embasamento teórico. Espera-se com este trabalho, atender estas mulheres de uma forma completa, entender que estas possuem o direito de viver bem, longe de agressões, em espaços que garantam sua autonomia e bem estar, com a criação de um Centro de Referência para mulheres vítimas de violência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência de Gênero. Políticas Públicas. Relações Humanas.

A violência é um grande problema e sua ordem tem levado muitas pessoas a se questionarem e buscarem compreender a essência do fenômeno da violência, sua natureza, suas origens e meios apropriados para preveni-la da

sociedade, ela é considerada um acontecimento biopsicossocial e seu espaço de criação é a vida na sociedade. Considerando a violência precisaríamos adentrar no contexto histórico ao qual ela está envolvida e perceber que ela se intercrucza com problemas da política, da economia, da moral, do Direito, da Psicologia, das relações humanas e institucionais, além do plano individual (MINAYO, 1994).

Considerando a violência através de um contexto histórico, ela está interligada nas formas desiguais das relações humanas, onde há uma dominação quando uma pessoa apropria do direito da outra e a submete aos seus caprichos, num jogo de mandos e desmandos. Analisando este fenômeno, observamos que ele está ligado também numa construção em que o sexo masculino é valorizado culturalmente como sexo forte, e o sexo feminino como um sexo frágil, onde as mulheres devem ser submissas aos homens. Este olhar esta penetrado na sociedade e foi formado ao longo dos anos e tornou-se parte do discurso universal (RANGEL & OLIVEIRA, 2010).

Segundo Santos (2008), no final da década de 70, a violência contra mulher tem sido tema de discussão entre os movimentos feministas e muitas mulheres no Brasil. Este processo pode ser caracterizado pela institucionalização das demandas em três aspectos: primeiro a criação das delegacias da mulher em meados dos anos oitenta, segundo dos Juizados Especiais Criminais na década de noventa e por último o surgimento da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha.

A violência contra mulher começou a ter visibilidade no Brasil a partir dos anos oitenta e iniciativas foram tomadas a partir desta problemática, onde podemos destacar a criação do SOS Mulher, em 10 de outubro de 1980, um grupo de combate à violência contra mulher; em 1985 foi a vez da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, sendo este um órgão consultivo que promove políticas sociais para eliminar qualquer tipo de discriminação e contribuir na efetivação de condições de igualdade e exercício de cidadania. A partir deste ponto de partida, em seguida foram criadas as Delegacias Especializadas em atendimento à mulher (DEAM's), a primeira delas no estado de São Paulo no ano de 1985 e em 1990 já existiam um número de 200 em todo Brasil (BIELLA, 2005).

Este estudo objetiva-se atender a uma demanda que vem crescendo no município de Guanambi e que foi trazido pelo Coordenador da Delegacia aos estagiários do curso de Psicologia da Faculdade Guanambi, diante a necessidade de ser ter um atendimento psicológico às vítimas de violência contra mulher. Através da reconstrução histórica da violência de gênero, será analisado de forma sistemática como esta se apresenta na cidade de Guanambi, quais os possíveis impactos que esta violência provoca na vida das mulheres vítimas, visando oferecer possibilidades de intervenção que possibilitem a autonomia e a construção de espaços que resgatem sua integridade física e psíquica.

Esta pesquisa caracteriza-se por um estudo qualitativo descritivo, que buscará compreender os principais impactos da violência à identidade da mulher de acordo com a questão de gênero. Participarão deste estudo mulheres na faixa etária dos 18 aos 55 anos que são atendidas na delegacia de Guanambi, para levantar queixas das agressões sofridas e que são acompanhadas pelo plantão psicológico da Faculdade Guanambi.

Os dados serão coletados por meio de uma entrevista semiestruturada com perguntas pertinentes à temática, com o uso de um gravador e consentimento por parte das entrevistas através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que será elaborado segundo os aspectos relativos à Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. A instituição participante desta pesquisa, a Delegacia assinará um termo de Autorização para Coleta de dados.

Para a análise dos dados serão construídas categorias de análise a partir da emergência temática da fala integral das entrevistadas com base nos sentidos atribuídos pelos sujeitos em sua narrativa, na análise documental e embasamento teórico.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A violência contra mulher está presente na história da humanidade, variando com o contexto histórico, econômico e cultural, estando presente nas relações sociais e são percebidas de maneiras diferentes de acordo com a diversidade cultural. Revela-se como um problema para a sociedade a partir dos movimentos feministas que se iniciaram nos anos 60 e o reconhecimento dos direitos femininos como direitos humanos. É um fenômeno que ainda persiste, principalmente nas relações desiguais entre homens e mulheres, as quais são geradas pelas construções de papéis que privilegiam o homem e reprimem a mulher (RANGEL & OLIVEIRA, 2010).

Conforme Nobre & Barreira (2008), com aproximação dos policiais com os grupos vulneráveis e com os movimentos sociais, deu-se a criação das Delegacias Especiais de Atendimento à mulher (DEAMs), uma luta do movimento feminista contra a violência de gênero. Estas passaram a ser responsáveis pelo registro e apuração dos crimes contra mulher, com a prevenção e enfrentamento da violência, fazem parte de um processo que garantiu os direitos, proteção social e acesso à justiça para as mulheres.

Segundo a lei 11.340/2006, toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia ou orientação sexual necessita ter seus direitos fundamentais assegurados e todas as formas para viver sem violência, preservando sua saúde física e mental, com oportunidades para desenvolver-se moralmente, intelectualmente e socialmente, com os direitos e condições para exercer seus direitos à vida, à segurança e à saúde. Esta lei tornou-se importante, pois deu visibilidade aos direitos da mulher como direito humano fundamental

(MENEGHEL et al., 2013). A lei Maria da Penha vai muito além da punição e da coerção, e exerce uma função social que possui a capacidade da transformação pela educação dos papéis, visando reconhecer as diferenças e diminuir as desigualdades de gênero. Desta forma as políticas que privilegiam as mulheres vítimas de violência procura se esforçar no combate aos efeitos da violência, com a prevenção, atenção, proteção e garantia dos direitos e ações que punem os agressores. (MARTINS, 2009).

A violência contra a mulher para ser compreendida é necessário levar em conta as relações de gênero, entre homens e mulheres e a construção social, política e cultural destes papéis na sociedade, ela é um fenômeno relacional e social que acontece na violação dos corpos e da saúde psicológica das mulheres. Sendo fundamental para seu enfrentamento a ação do estado e da sociedade para promover mudanças culturais, educativas e sociais. Para que estas ações aconteçam é imprescindível observar as dimensões que estão em torno da desigualdade social, como raça/ etnia, geração, orientação sexual, identidade de gênero e classe (BRASIL, 2011).

A violência contra a mulher é considerada como uma conduta de discriminação, agressão e coerção, que cause dano, morte, constrangimento, como sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, político, e acontece em espaços públicos ou privados. Outro fato a ser considerado é que a violência de gênero é considerada como violência sofrida pela mulher pelo fato dessa vítima ser mulher, sem ser considerado raça, classe social, religião, idade, ou qualquer outra condição (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

Considera-se então que a identidade do indivíduo e sua auto consciência forma-se desde a infância num processo de interação e que exige desta pessoa a capacidade de auto referir-se. A identidade constitui na linguagem quando refiro-me em primeira pessoa, nesta perspectiva o conceito identidade deve ser entendida como percepção e concepção de si que se concretiza em operações linguísticas e comunicativas de autorreferenciação (NETO & LIMA, 2014).

O momento da denúncia é importante, pois a mulher admite que sofre a violência e necessita de ajuda. Muitas têm receio em denunciar seus agressores, pois temem as agressões perpetuarem, pois estes saem impunes, mesmo após a denúncia. As vítimas de violência após realizarem estas denúncias o fazem para intimidá-los, retiram depois a queixa e não levam o processo adiante, é importante que elas tomem esta posição, mesmo que depois voltem atrás, pois elas saem da condição de oprimidas e submissas e revelam que sofrem agressão e que precisam de ajuda. É necessário que haja um bom acolhimento, orientação sobre seus direitos e apoio social, jurídico, familiar e psicológico para enfrentar o problema, sendo fundamental que esta mulher tenha uma mudança em sua consciência de dominada e que pode sair dessa relação, desde que acredite e lute para enfrentar estes problemas para sair da situação de violência (ARAÚJO, 2008; ARAÚJO & MATTIOLI, 2004, p. 33).

Ainda segundo Cortez & Souza (2013), muitos fatores estão ligados às mulheres manterem uma relação onde haja violência, como o ideal de

casamento que dure eternamente, está no sonho de qualquer mulher de qualquer nível social, o desconhecimento da lei Maria da Penha, instabilidade emocional do ex-marido, crença religiosa sobre a manutenção do relacionamento, vergonha de vir à tona a violência e o insucesso do casamento, deixa claro a ideia de que é dever da mulher resolver o problema e manter a relação conjugal, para manter o apoio e segurança. É possível notar como o discurso religioso, jurídico e do senso comum influenciam no desequilíbrio das relações e da permanência de práticas tradicionalistas de gênero que fortalecem o domínio masculino e cobram da mulher a passividade para lutar pelo casamento e não resolver judicialmente tal problemática e não expor publicamente o ocorrido.

Cada violência provoca mudanças e danos ao desenvolvimento físico, cognitivo, social, moral e emocional. As causas físicas que esta violência causa, são inflamações, contusões, hematomas, que deixam marcas profundas, como limitações no movimento motor, traumatismos e deficiências físicas, dentre as causas físicas, há também as psicológicas, como insônia, pesadelos, falta de concentração, falta de apetite e problemas mais sérios, como depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático, uso de álcool e drogas e até mesmo tentativas de suicídio (KASHANI & ALLAN, 1998 apud FONSECA & LUCAS, 2006).

Nossa proposta é olhar para essas mulheres e atendê-las de uma forma completa, entender que estas possuem o direito de viver bem, longe de agressões, em espaços que garantam sua autonomia e bem estar, que possam devolver a estas a vontade de viver, trabalhando com os principais impactos desta violência, por isso percebemos ser necessário no município de Guanambi um Centro de Referência para mulheres vítimas de violência, que possam cuidar destas de uma forma única.

## REFERÊNCIAS

BIELLA, J.L. **Mulheres em situação de Violência-Políticas Públicas, Processo de Empoderamento e a Intervenção do Assistente Social**. 2005.81 f. Monografia (Especialização em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. – Brasília: **Secretaria de Políticas para as Mulheres**, 2011. 46 p.

Conselho Federal de Psicologia. Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência / **Conselho Federal de Psicologia**. - Brasília: CFP, 2012 Gênero na psicologia:

articulações e discussões/ organizado por Darlane Silva Vieira Andrade e Helena Miranda dos Santos. – Salvador: CRP-03, 2013. 196 p.: il.

CORTEZ, M. B.; SOUZA, L. **Mulheres de classe média, relações de gênero e violência conjugal**: um estudo exploratório. Rev. Gerenc. Polit. vol 12, n. 24, 2013. Disponível em:  
<http://www.scielo.org.co/pdf/rgps/v12n24/v12n24a03.pdf>. Acesso em: 30 set. 2014.

FONSECA, P. M.; LUCAS, T. N. S. **Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas** [TCC]. Salvador, Fundação Baiana para o desenvolvimento das ciências. 2006. Disponível em <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2014

MARTINS, C. B.A. **Violência Doméstica e a Função Social da Lei Maria da Penha**. 2009. 80 f. Monografia (Especialização em Direito). Centro Universitário do Distrito Federal. Brasília, DF, 2009.

MATTIOLI, O. C.; ARAUJO, M.F. (Orgs.). **Gênero e Violência**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

MENEGHEL, S, N; MUELLER, B; COLLAZIOL, M; E QUADROS, M, M. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**: temas livres. vol.18, n.3, p.691-700, 2013. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n3/15.pdf>>. Acesso em: 30 agost. 2014.

MINAYO, M. C. S. **A violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Rio de Janeiro, Cadernos de Saúde Pública, 10(suplemento 1), p.07-18, 1994. Disponível em  
<<http://www.observatorioseguranca.org/pdf/aviolenciasociaisobaoticadasaudepubblica.pdf>>. Acesso em: 20 ago 2014.

NETO, J.V.G.; LIMA, A.F. **Fundamentação linguística do Conceito Identidade Pessoal**: Contribuições de Jürgen Habermas para a Psicologia Social. Revista FSA, Teresina, v. 11, n. 1, p. 346-364, 2014. Disponível em <<http://www2.fsanet.com.br/revista>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

NOBRE, M.; BARREIRA, C. **Controle social e mediação de conflitos**: as delegacias da mulher e a violência doméstica. Porto Alegre, Sociologias, ano 10, nº 20, p. 138-163, 2008. Disponível em:<  
<http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/20031/11622>>. Acesso em: 20 agost. 2014.

RANGEL, C. M. F. R. B. A.; OLIVEIRA, E. L. **Violência contra as mulheres:** fatores precipitantes e perfil de vítimas e agressores. Santa Catarina, Fazenda Gênero 9- diásporas, diversidades, deslocamentos. 2010. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277848018\\_ARQUIVO\\_fazendogenero\\_Celina\\_Elzira.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277848018_ARQUIVO_fazendogenero_Celina_Elzira.pdf)>. Acesso em 20 set. 2014

SANTOS, C.M. **Da Delegacia da mulher à Lei Maria da Penha:** Lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. Centro de Estudos Sociais. Oficina do CES. 301. 2008. Disponível em <[http://www.ces.uc.pt/cesfct/md/RCCS\\_89\\_Cecilia\\_Santos.pdf](http://www.ces.uc.pt/cesfct/md/RCCS_89_Cecilia_Santos.pdf). Acesso em 16 fev. 2015>

**ABSTRACT:** Violence is a major problem and its order has led many people to question and seek to understand the essence of the phenomenon of violence. Considering it through a historical context, it is interconnected in the unequal forms of human relations, where there is a domination, when one person appropriates the right of the other and submits it to its whims. This study aims to meet a growing demand in the municipality of Guanambi, in view of the need to provide psychological assistance to victims of violence against women. This research is characterized by a qualitative descriptive study, which will seek to understand the main impacts of violence on the identity of women according to the gender issue. Participating in this study are women aged between 18 and 55 years, who are attending the Guanambi police station. The data will be collected through a semi-structured interview, with questions pertinent to the theme with the use of a tape recorder and consent by the interviews through the Informed Consent Term. For the analysis of the data will be constructed categories of analysis based on the thematic emergency of the integral speech of the interviewees based on the meanings attributed by the subjects in their narrative, in the documentary analysis and theoretical basis. It is hoped by this work, to attend to these women in a complete way, to understand that they have the right to live well, far from aggressions, in spaces that guarantee their autonomy and well-being, with the creation of a Reference Center for women victims Of violence.

**KEYWORDS:** Gender Violence. Public policy. Human relations.

## **Capítulo VIII**

### **O TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NO PROCESSO TRANSEXULIZADOR: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES**

---

**Bárbara Anzolin**

# O TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NO PROCESSO TRANSEXULIZADOR: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES

**Bárbara Anzolin**

Universidade Paranaense – UNIPAR/Campus de Umuarama-PR

**RESUMO:** O presente artigo trata de uma reflexão acerca do processo de avaliação e acompanhamento psicológico para o processo transexualizador, suas implicações sociais e éticas. Tem por objetivo estudar documentos, produções e discussões sobre os referidos processos, refletir os diferentes tipos de avaliação psicológica e as possibilidades para as demandas trans, bem como contribuir para a luta pela despatologização da transexualidade e promoção de saúde e autonomia para o referido público. Parte-se de uma perspectiva crítica em psicologia, que compreende as questões sobre sexualidade como construções sociais e os profissionais de psicologia como responsáveis por suas práticas e produções. O artigo é oriundo de estudos e pesquisa teórico bibliográfica e documental. Tendo como referência a luta pela despatologização da transexualidade, buscou-se apresentar algumas reflexões sobre o trabalho da Psicologia com a realidade das pessoas trans e as possibilidades de intervenção para uma atuação profissional reflexiva, comprometida ética e política com os Direitos Humanos, com a promoção de saúde e qualidade de vida das pessoas trans e com a promoção da autonomia destas pessoas sobre o próprio corpo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação Psicológica. Processo Transexualizador. Sexualidade.

## 1. GÊNERO E NORMATIZAÇÃO SOCIAL

Um dos elementos centrais do “código moral” da sociedade é a sexualidade, e sobre ela são construídas verdades, conhecimentos diversos sobre o lícito e o ilícito. Tomando-se a norma do desenvolvimento sexual como construção social e histórica, em função da reprodução, do povoamento e da força de trabalho, ela acaba por penetrar nas condutas, e assim também nos discursos, exercendo poder sobre os corpos e relações (FOUCAULT, 1988/1999). Um dos sistemas reguladores é o de gênero (BUTLER, 2003), culturalmente são estabelecidas condutas, atividades, roupas e outras coisas de meninas e de meninos. Usualmente vincula-se, no momento do nascimento ou antes, o gênero ao sexo. Este sistema sexo/gênero/desejo estabelece que se uma pessoa nasce macho, seu gênero deve ser masculino e seu desejo heterossexual, se uma pessoa nasce fêmea, deve ser feminina e seu desejo também heterossexual (PERES, 2011).

No entanto, nem todas as pessoas se identificam com o gênero que lhe é atribuído. Há uma classificação que propõe o entendimento de pessoas

cisgêneras e transgêneras, cisgênera ou “cis” é a pessoa que se identifica com o gênero que lhe é atribuído quando do nascimento, transgênera ou “trans” é a pessoa que se identifica com o gênero oposto àquele que lhe foi atribuído (JESUS, 2012). Ainda, dentre as pessoas transgêneras estão aquelas que desejam realizar procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual, nomeadas pela biomedicina de transexuais, e aquelas que assumem uma performance de gênero sem, no entanto, desejarem modificar sua genitália cirurgicamente, socialmente conhecidas como travestis.

As construções históricas e sociais binárias de gênero – masculino/feminino – tornam ininteligível o que foge deste padrão (BUTLER, 2003). As pessoas trans por constituírem um grupo ininteligível “experimentam situações de exclusão em diversos contextos da vida social, seja da família, escola, trabalho e, até mesmo, no livre trânsito pela cidade” (RASERA; TEIXEIRA; ROCHA, 2014, p. 291).

Assumindo que estas situações permeiam, também, os contextos de saúde, que há relações de poder no discurso hegemônico biomédico patologizante, problematiza-se neste trabalho a atuação do psicólogo na avaliação e acompanhamento de pessoas trans para as cirurgias de redesignação sexual junto às equipes multidisciplinares, suas implicações éticas e sociais.

O presente estudo objetivou: a) estudar e conhecer documentos, produções e discussões com relação a avaliação e acompanhamento psicológico de pessoas trans para a realização das cirurgias de redesignação sexual; b) estudar e refletir os diferentes tipos de avaliação e documentos psicológicos e discutir as possibilidades para a demanda trans; c) contribuir para a desnaturalização das questões sociais de gênero e despatologização da transexualidade e; d) contribuir para a promoção de saúde, autonomia e qualidade de vida de pessoas trans.

Para isso foram estudados: o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM –; a Classificação Internacional de Doenças – CID; a resolução 1.955/2010 do Conselho Federal de Medicina – CFM –; a portaria 2.803/2013 do Ministério da Saúde; a Nota Técnica do Conselho Federal de Psicologia – CFP; o Debate realizado pelo CFP no eixo de Gênero e diversidade sexual à luz dos Direitos Humanos, intitulado “Uma conversa sobre despatologização das identidades trans”; aulas e livros sobre o processo de avaliação psicológica, seus diferentes tipos e abordagens teórico-metodológicas; e cartilhas do CFP sobre Avaliação Psicológica e sobre Psicologia e diversidade sexual.

Como norte para a realização deste trabalho, tomaram-se as contribuições, reflexões e propostas da Psicologia Social Crítica sobre produção científica, que propõe comprometimento ético e político ao invés de neutralidade (LIMA; JUNIOR, 2014, p. 8). No que tange à metodologia, o trabalho vale-se da leitura de bibliografias e documentos (GIL, 2008) supracitados para reflexão e discussão.

## 2. PSICOLOGIA E O PROCESSO TRANSEXUALIZADOR

Muitos grupos de militância trans e de profissionais lutam atualmente pela despatologização da transexualidade, por liberdade de escolha e tomada de decisões com relação ao próprio corpo. Leonardo Tenório (2013), ativista trans, comenta sobre o DSM e o CID, que inicialmente incorporaram o transexualismo como categoria diagnóstica psiquiátrica e atualmente apresentam mudança de perspectiva, o DSM V alterou o termo “transtorno de identidade de gênero” para “disforia de gênero”, apesar manter o diagnóstico, para “garantir assistência” e há proposta de mudança também no CID11, com a retirada da transexualidade do capítulo de psiquiatria e inclusão em novo capítulo: “condições relacionadas à saúde sexual” como “Incongruência de gênero”.

Com relação ao que a medicina brasileira propõe hoje sobre a cirurgia de redesignação sexual, percebe-se a base cisnormativa e a linguagem patologizante na resolução 1955/2010 do CFM, que dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução do CFM nº 1.652/02, colocando como critérios diagnósticos dois anos de disforia de gênero e 21 anos como idade mínima para realização das cirurgias. Análoga à resolução, a portaria 2.803/2013 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre o processo transexualizador, estabelece idade mínima de 18 anos e máxima de 75 anos para iniciar acompanhamento, exigindo acompanhamento mensal durante o mínimo de dois anos no pré-operatório, e por até um ano no pós-operatório.

Diferindo da resolução 1955/2010 do CFM e da portaria 2.803/2013 do MS em alguns aspectos, a Nota Técnica do CFP sobre o processo transexualizador<sup>1</sup> e demais formas de assistência às pessoas trans orienta que a “assistência psicológica não deve se orientar por um modelo patologizado ou corretivo da transexualidade e outras vivências trans” (CFP, p. 3). Todavia, apesar de não patologizar a transexualidade, a nota coloca a psicoterapia como compulsória, concordando com a portaria 2.803/2013 do MS e com a resolução 1955/2010 do CFM.

Marco Prado (2013), da comissão de Direitos Humanos do CFP e representante do referido Conselho no debate sobre a despatologização das identidades trans, comenta que é importante considerar a atuação da psicologia com a avaliação psicológica e suas implicações. Afirma que o profissional deve avaliar não do lugar do diagnóstico, com laudo, como produção biopolítica, como peça jurídica de decisão sobre a vida das pessoas, e sim com base nos Direitos Humanos.

Apesar desta discussão refletir o modelo biomédico como base para o psicodiagnóstico, existem outras concepções teórico metodológicas de psicodiagnóstico, como o modelo compreensivo, (OLIVEIRA, 2013), (Ancona-Lopez, 1984), o fenomenológico (CUPERTINO, 2002), dentre outros que não necessariamente vinculam o processo a alguma patologia. Além disso, há outros

tipos de avaliação psicológica, como a avaliação de potencial, psicopedagógica, organizacional e preliminar, cada uma com objetivos e olhares diferentes (OLIVEIRA, 2013).

### 3. CONVITE A REFLEXIVIDADE

Diante das breves exposições, e diferentes posicionamentos, opta-se por considerar a avaliação psicológica um processo de conhecer (OLIVEIRA 2013), de ser apoio. No entanto, apesar desta possibilidade, questiona-se a própria ideia de avaliação, uma prática psicológica tradicionalista e normatizadora, que trabalha com padrões, portanto também trabalha com desvios.

Ainda que o psicodiagnóstico seja pensado por muitas/os profissionais (psicólogas/os, psiquiatras, endocrinologistas e outras/os das equipes) e clientes, usualmente aponta-se a avaliação de potencial para realização de cirurgias. É imprescindível esclarecer às pessoas cada passo dos atendimentos psicológicos, elas têm o direito de saber a que elas serão submetidas e porquê. Para o processo transexualizador, enquanto for compulsória a avaliação e acompanhamento sugere-se um processo interventivo, informativo e reflexivo, construindo com as pessoas uma relação de corresponsabilidade para tomada de decisões e planejamento futuro. Bem como para engajamento político e luta contra o preconceito, discriminação e patologização.

Defende-se neste trabalho, com as reflexões expostas até aqui, uma postura profissional reflexiva, política e comprometida com os Direitos Humanos e Sexuais, com a promoção de saúde e qualidade de vida das pessoas trans e com a promoção da autonomia destas pessoas sobre o próprio corpo. O posicionamento é contrário à psicoterapia compulsória e aos olhares tradicionalmente normatizadores da Psicologia.

A partir deste estudo considera-se que é preciso ampliar estudos e debates, ressignificar conceitos e metodologias, inclusive de trabalho, que ainda estejam restritas à patologização da vida, à heteronormatividade e ao binarismo de gênero, uma vez que a própria patologização é uma violência e fonte de sofrimento e agravo à saúde (SOUZA, 2014).

### REFERÊNCIAS

- ANACHE, A. A. Notas introdutórias sobre os critérios de validação da avaliação psicológica na perspectiva dos Direitos Humanos. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Ano da Avaliação Psicológica: Textos geradores**. 1 Ed. Brasília-DF: Conselho Federal de Psicologia, 2011, p. 17-20.
- ANCONA-LOPEZ, M. Contexto geral do diagnóstico psicológico. In: TRINCA, W. **Diagnóstico Psicológico: a prática clínica**. São Paulo: EPU, 1984. p. 1-13

BRASIL. C. F. M. **Resolução CFM nº 1.955/2010**. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 set 2010a. Seção 1, p.80-1.

BRASIL. C. F. M.. **Resolução nº 1.482/97**. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1997/1482\\_1997.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1997/1482_1997.htm)>. Acesso em: 07 jan. 2010.

BRASIL. C. F. P.. **Resolução n. 007/2003**. 2003. Disponível em: <[http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003\\_7.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf)> Acesso em: 09 jan. 2015.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CUPERTINO, C. M. B. O psicodiagnóstico fenomenológico e os desencontros possíveis. In: ANCONA-LOPEZ, M. **Psicodiagnóstico: processo de intervenção**. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 135-178.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 2: o uso do prazeres**. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT. M. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JESUS, F. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2a ed. Brasília, DF, 2012.

LIMA, A. F.; JUNIOR, N. L. Sobre a(s) metodologia(s) de pesquisa em Psicologia Social Crítica. In: **Metodologias de Pesquisa em Psicologia Social Crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 7-12.

OLIVEIRA, M. A. C. **O Processo de Avaliação Psicológica**. Curitiba: SAPIENS Instituto de Psicologia, 12 e 13 abr. 2013. Aula ministrada aos alunos da turma 2 de Avaliação Psicológica.

PERES, W. S. Tecnologias e programação de sexo e gênero: apontamentos para uma Psicologia política Queer. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos**. Brasília-DF: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

PERES, W. S. **Travestis:** corpo, cuidado de si e cidadania. In: Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. 2008. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST61/Wiliam\\_Siqueira\\_Peres\\_61.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST61/Wiliam_Siqueira_Peres_61.pdf)> Acesso em: 07 jan. 2015.

RASERA, E.; TEIXEIRA, F. B.; ROCHA, R. M. G. Construcionismo social, comunidade e sexualidade: trabalhando com travestis. In: **Construcionismo Social:** Discurso, Prática e Produção do Conhecimento. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2014. p. 289-301

SOUZA, V. S. **Perspectiva bioética sobre a transgenitalização no Brasil:** autonomia e estigmatização do transexual. Salvador: VS, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16122/1/Victor%20Santos%20de%20Souza.pdf>> Acesso em: 17 fev. 2015.

**ABSTRACT:** This paper deals with a reflection on the process of evaluation and psychological accompaniment for the transexualization process, its social and ethical implications. Its objective is to study documents, productions and discussions about these processes, to reflect the different types of psychological assessment and the possibilities for trans demands, as well as to contribute to the struggle for the depathologization of transsexuality and health promotion and autonomy for the aforementioned public. It starts from a critical perspective in psychology, which includes questions about sexuality as social constructs and psychology professionals as responsible for their practices and productions. The paper comes from theoretical studies and bibliographical and documentary research. Having as reference the struggle for the depathologization of transsexuality, we sought to present some reflections about the work of Psychology with the reality of trans people and the possibilities of intervention for a reflexive, committed ethical and political work with Human Rights, with the health promotion and life quality of trans people and with the autonomy promotion of these people on their own body.

**KEYWORDS:** Psychological assessment. Transexualizer Process. Sexuality.

## Capítulo IX

### SEXISMO E HOMOFOBIA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO EM MÚSICAS NACIONAIS

---

Daniele da Silva Fébole

# SEXISMO E HOMOFOBIA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO EM MÚSICAS NACIONAIS

**Daniele da Silva Fébole**

Universidade Estadual de Maringá

Maringá - PR

**RESUMO:** Neste trabalho realizo uma análise do discurso de quatro músicas nacionais: “Camaro Amarelo” (Munhoz e Mariano), “Trepadeira” (Emicida), “Ela dá pra nós” (Mr Catra), “Bruto, Rústico e Sistemático” (João Carreiro e Capataz), problematizando seus conteúdos a partir de um aporte teórico que tem gênero, sexismo e biopoder como seus estruturantes. Foi visto que as formas binárias que os gêneros masculino e feminino são encarados atualmente impedem não somente a transição entre um gênero e outro, mas alimentam hierarquizações sexuais e relações de poder desiguais e estas por sua vez estigmatizam um ideal de mulher que a aprisiona dentro de uma lógica, impedindo-a de viver sua sexualidade e de ser dona de seu próprio corpo. Por fim, considero que a heterossexualidade compulsória restringe o desejo e a relação com ele a uma única forma – heterossexual - estigmatizando e oprimindo as diversidades sexuais, e como nas relações de saber/poder são utilizados mecanismos de controle social que instituem formas de vida voltadas a interesses contextuais e históricos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Diversidade Sexual. Sexualidade.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo verificar os tipos de discursos que se proliferam em algumas canções nacionais onde suas letras apontam preconceitos como a homofobia e o sexismo. Para tanto, foram trabalhadas teorias sobre gênero, sexualidade e feminismo, uma vez que entendo que os pilares destes preconceitos supracitados se dão, sobretudo, na hierarquização de gêneros e na heterossexualidade compulsória.

Entendo, ainda, que esses tipos de produções artísticas expressam opiniões e são meios de comunicação, e como tais não estão isentas de influências históricas e culturais que a atravessam e modelam seus discursos. Estes, por sua vez, transformam a realidade em que estão inseridos, sendo ao mesmo tempo produtor e produto das relações de poder estabelecidas em um dado contexto social.

Ao considerar músicas para o conteúdo da análise do trabalho, parto do conceito de arte como processo, ação e criação. Em outras palavras,

[...] a arte é um fazer. Mas é um fazer específico. Ou seja, ‘é um tal fazer que, enquanto faz, inventa o por fazer e o modo de Fazer’. É uma atividade na qual execução e invenção caminham paralelamente,

simultaneamente e de modo inseparável”. (FRYZE-PEREIRA, 1994, p. 17).

Desse modo, a arte na sua própria produção se reinventa e se recria, podendo ser uma forma de resistência e de reconstrução do social, ou, como veremos nesse trabalho um meio de ecoar preconceitos e levar ao público que a “consome”, violência e discriminação em forma de ritmos e rimas.

Para análise foram escolhidas quatro músicas nacionais, de gêneros diversos, que apresentam letras potencialmente preconceituosas. Pelo método foucaultiano de Análise do Discurso encontrou-se matrizes discursivas que remetem a determinados tipos de produção de saberes e estes oferecem alicerce aos preconceitos, ainda que baseados na opressão pelas relações de poder.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Neste trabalho buscou-se através da análise de algumas canções nacionais, explicitar discursos que veiculam na mídia atual e que disseminam o sexismo e a homofobia. Essas letras não só reproduzem ideais preconceituosos como também produzem sujeitos que disseminam esses ideais. As músicas agridem diretamente as mulheres e a diversidade sexual, mostrando como ainda no imaginário social a mulher tende a ser vista como um objeto para uso do homem e da sociedade e a heteronormatividade vigente.

Foram selecionadas quatro músicas que são: “Camaro Amarelo” (Munhoz e Mariano), “Trepadeira” (Emicida), “Ela dá pra *nóis*” (Mr Catra), “Bruto, Rústico e Sistemático” (João Carreiro e Capataz). Estas foram analisadas por meio da Análise do Discurso de Michel Foucault. Para Foucault (1987, 1989, 1996) o discurso é produto e produtor de verdades, além de linguagem ele é ação, e como tal capaz de produzir mudanças, dentro de seu poder instituinte ou ainda de enrijecê-las, privilegiando o instituído.

Na teoria de Foucault, a história e as relações de poder ocupam lugar central. Deste modo, ao analisar as músicas buscou-se encontrar as relações de poder/saber que se estabelecem e que instituem modos de agir e se relacionar com os corpos. Spink (2013) aponta uma diferença importante entre *discurso* e *práticas discursivas* onde o *discurso* remete às regularidades linguísticas e a institucionalização da linguagem ou de sistemas de sinais de tipo linguístico. Essa institucionalização pode se dar tanto no macro dos sistemas políticos e disciplinares como no micro a nível restrito de grupos sociais. Já as *práticas discursivas* dizem respeito “[...] aos momentos de ressignificações, de rupturas, de produção de sentidos, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade” (SPINK, 2013, p. 26), elas produzem sentidos no cotidiano e sustentam práticas sociais gerando, portanto, consequências.

Deste modo, a *produção de sentido* se trata de um fenômeno sociolinguístico e busca entender tanto as práticas discursivas quanto os repertórios utilizados nessas produções. Para tanto, ela é mais bem compreendida em três dimensões: linguagem, história e pessoa. A linguagem remete, sobretudo, as práticas discursivas. A dimensão histórica exige que se trabalhe, como aponta Spink,

[...] na interface de três tempos históricos: *tempo longo*, que marca os conteúdos culturais definidos ao longo da história da civilização; o *tempo vivido*, das linguagens sociais aprendidas pelos processos de socialização, e o *tempo curto*, marcado pelos processos dialógicos (SPINK, 2013, p. 31, grifos no original).

Compreende-se que na dimensão histórica se faz presente, sobretudo, a presença dos discursos em sua relação com as práticas discursivas para, por fim, relacionar-se com a última dimensão, a da pessoa, que diz respeito ao caráter relacional da produção de sentidos e coloca o enfoque na dialogia presente nesse constante relacionar-se com o universo.

Desta forma, ao ser trabalhada a análise dos discursos em sua dimensão mais macro não serão desconsideradas as práticas discursivas e as produções de sentido no cotidiano, pois, compreende-se que ambos se relacionam impreterivelmente de modo a produzir realidades.

Para realizar essa relação nas letras das músicas foram encontradas palavras e/ou frases que compunham uma matriz de análise, são estas: as categorias de gênero, o sexismo e o biopoder.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As teorias feministas, de gênero e da sexualidade possuem grande proximidade em relação aos seus estudos: o direito ao corpo e ao prazer. Estes direitos foram e ainda são em larga escala vedados às mulheres e as pessoas que não são heterossexuais.

Entende-se por gênero as características sociais que definem o que é ser homem e ser mulher. São características físicas, emocionais e de condutas. As mulheres são destinados os traços de feminilidade, como roupas que modelam o corpo, maquiagens, salto alto e estas devem ser sentimentais, inseguras, seres frágeis. Essas diferenças construídas socialmente legitimam o sexismo, uma vez que causam hierarquizações entre os sexos.

Narvaz e Koller (2006) afirmam que gênero é um efeito da linguagem, produzido e gerado a partir de discursos, e não a partir da biologia, e, portanto, fruto das relações sociais e das relações de poder estabelecidas.

Historicamente essa diferenciação entre os sexos e a atribuição de características a cada um deles partindo do sistema binário e essencialista, colocou a mulher, em especial, em uma posição de submissão em relação ao

mundo masculino e a sociedade em geral. Swain (2001) descreve em seu trabalho que a representação das mulheres no Ocidente, elas “[...] vêm sendo diabolizadas ou santificadas, e essas expressões compõem a noção de uma natureza sexuada selvagem, rebelde, má, cuja domesticação resultaria na imagem da ‘boa’, da ‘verdadeira’ mulher” (p. 69). Assim, ao ‘universo’ feminino, cabe à obediência, a maternidade e a complementação do homem, costela de Adão nos tempos modernos.

Puderam-se observar essas relações nas músicas analisadas, uma vez que nelas as mulheres eram criticadas por terem uma sexualidade ativa, por exemplo, na música “Trepadeira”, a personagem da história era vista como alguém sem valor, que não merecia respeito, pelo fato de se relacionar com vários homens, pois se entende que a mulher deve almejar o casamento e ser fiel a ele.

Em outras duas músicas, “Camaro Amarelo” e “Ela dá pra nós”, mercadorias, objetos e mulheres se confundem, uma vez que são encarados como objetivos alcançados pelo mesmo meio: dinheiro, carros, roupas de marca. Ao homem é destinada a ideia de detentor do poder, pois pode escolher entre muitas mulheres caso possua um “camaro amarelo”, ou ainda que a mulher “dá” pra quem é patrão. É a objetificação da mulher e o consumismo atrelado ao consumo de pessoas que resulta, entre outras coisas, no machismo da sociedade.

Sobre a homofobia, o que foi observado diz respeito à forma como a sexualidade é encarada, ainda, na sociedade: atrelada ao sexo e a reprodução. A homossexualidade é vista como “indecência”, de acordo com a música “Bruto, rústico e sistemático”, sem qualquer motivo aparente. Olhando para os discursos que permeiam e controlam o dispositivo sexualidade, percebe-se a presença da ideia médica de doença e biopolítica de controle demográfico, necessário para a manutenção do capitalismo e para a domesticação dos corpos, produzidos para servir a ideologia de produção e acúmulo de capital.

#### **4. CONCLUSÕES**

De acordo com o que foi analisado sobre gênero, sexualidade, pode-se perceber a presença do sexismo e da homofobia em diferentes escalas nessas letras. Foi visto que as formas binárias que os gêneros masculino e feminino são encarados atualmente impedem não somente a transição entre um e outro, mas alimentam hierarquizações sexuais e relações de poder desiguais e estas por sua vez estigmatizam um ideal de mulher que a aprisiona dentro de uma lógica, impedindo-a de viver sua sexualidade e de ser dona de seu próprio corpo.

A heterossexualidade compulsória restringe o desejo e a relação com ele a uma única forma, estigmatizando e oprimindo as diversidades sexuais, apontando como nas relações de saber/poder são utilizados mecanismos de

controle social que instituem formas de vida voltadas a interesses contextuais e históricos.

## REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FRYZE-PEREIRA, J. A. Os limites da arte: a abertura para a psicologia. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v.14, n.1-3, p. 14-21. 1994.

NARVAZ, M. G; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p.647-654, 2006.

SPINK, M. J & MEDRADO, B. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2013. p. 23-41.

SWAIN, T. N. Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas “femininas”. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 67-81, 2001.

**ABSTRACT:** In this paper I do an discourse analysis of four national songs: “Camaro Amarelo” (Munhoz e Mariano), “Trepadeira” (Emicida), “Ela dá pra nós” (Mr Catra), “Bruto, Rústico e Sistemático” (João Carreiro e Capataz), questioning its contents from a theoretical contribution that has gender, sexism and biopower as its structures. It has been found that the binary forms in which the male and female sexes are faced with today not only hinder the transition from one gender to another, but also foster unequal sexual hierarchies and power relations, and consequently, it stigmatize an ideal of a woman who imprisons her within a logic, preventing her from living her sexuality and her own body possessing. Finally, I consider that compulsory heterosexuality restricts the desire and the relationship with it to a single - and heterosexual - form by stigmatizing and oppressing the sexual diversities, and as in the knowledge / power relations, mechanisms of social control are used to establish forms of life aimed to contextual and historical interests.

**KEYWORDS:** Gender. Sexual Diversity. Sexuality.

## **Capítulo X**

### **PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E O DEBATE ACERCA DO ABUSO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS**

---

**Vanessa Beghetto de Oliveira Penteado  
Giovana Ferracin Ferreira**

# PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E O DEBATE ACERCA DO ABUSO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

**Vanessa Beghetto de Oliveira Penteado**

Universidade Estadual de Maringá

Maringá-Paraná

**Giovana Ferracin Ferreira**

Universidade Estadual de Maringá

Maringá-Paraná

**RESUMO:** O presente trabalho foi desenvolvido a partir de dois objetivos centrais: o primeiro deles consiste em compreender como o tratamento para abuso de álcool e outras drogas é abordado no decorrer da história. O segundo objetivo consiste em sistematizar brevemente elementos e conceitos da psicologia histórico-cultural que ajudam a compreender tanto o uso e abuso de substâncias, como também a ação do psicólogo inserido nesse contexto e atuando no campo da saúde mental. O trabalho foi constituído prioritariamente por pesquisa teórico bibliográfica, a partir das contribuições de autores atuais e autores da psicologia histórico-cultural que versaram sobre esta temática. Buscou-se estabelecer relações entre os mesmos, proporcionando um embasamento teórico que posteriormente foi utilizado na prática profissional de estágio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde Mental; Atuação do Psicólogo; Psicologia Histórico-Cultural

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é derivado de debates teóricos e intervenções práticas relativos ao estágio obrigatório supervisionado do quinto ano de psicologia da Universidade Federal do Paraná. O estágio foi realizado durante o ano letivo de 2014, pelas estagiárias Giovana Ferreira e Vanessa Beghetto, orientado pela Professora Melissa de Almeida.

Apesar de estar diretamente relacionado com a experiência de estágio acima referida, o trabalho será constituído prioritariamente por pesquisa teórico bibliográfica. Para tanto utilizamos contribuições de autores atuais que versaram sobre esta abordagem, buscando estabelecer relações entre estes autores, proporcionando um embasamento teórico que posteriormente foi utilizado na prática profissional.

Dentro dos inúmeros recortes possíveis, foram priorizados dois objetivos centrais dado a relevância assumida perante a atuação do psicólogo no campo da saúde mental: o primeiro deles consiste em compreender como o tratamento para abuso de álcool e outras drogas vem sendo abordado no decorrer da história e as diversas concepções vigentes que permeiam a ideologia presente

em tais formas de tratamento. O segundo objetivo consiste em sistematizar brevemente elementos e conceitos da psicologia histórico-cultural que ajudam a compreender tanto o uso e abuso de substâncias, como também a ação do psicólogo inserido nesse contexto.

## 2. DISCUSSÃO

Historicamente é possível constatar que o homem, das mais diversas culturas e épocas, procurou estados alterados de consciência. Há registros do uso de drogas desde a antiguidade, principalmente em rituais de passagem, ou seja, em etapas de transição da vida. Nesse sentido, a curiosidade e a necessidade de transcender a experiência imediata parece fazer parte da história do desenvolvimento da humanidade (SILVEIRA, 2008).

Nesse sentido, é possível concordar com Santos (2008) quando afirma que a “guerra às drogas” provém de uma concepção idealista de que é possível construir uma sociedade totalmente livre das drogas. A concepção de que a abstinência é a única meta aceitável aos usuários de drogas provém desse ideário de que é possível erradicar as drogas nas sociedades. Essas noções permeiam políticas e intervenções, e por esse motivo provocam a exclusão de grande parte dos usuários de substâncias químicas por não aceitar outras formas de consumo, e metas sub-ótimas que não englobem necessariamente a abstinência (SANTOS, 2008).

É seguindo essas noções que surge a redução de danos, no Reino Unido, na década de 20. Um grupo de médicos passou a prescrever heroína e cocaína para os dependentes, visando minimizar os sintomas da abstinência. Essa forma de conduta foi proibida logo após o término da primeira guerra mundial, porém, nos anos 80 uma nova perspectiva é oferecida a respeito das drogas. Essa perspectiva foi oferecida em decorrência da necessidade de ações interventivas efetivas para o controle da transmissão e disseminação do vírus da AIDS entre usuários de drogas injetáveis, sem que os resultados dependessem exclusivamente da aderência dos mesmos a tratamentos que tinham como único objetivo a abstinência (POLLO-ARAUJO & MOREIRA, 2008). Nesse sentido, a redução de danos amplia os objetivos das intervenções “[...] aceitando metas sub-ótimas quando o objetivo ideal não é acessível.” (idem, 2008, P.12).

Moraes (2011) também trata sobre a dicotomia abstinência x redução de danos, retomando que esta prática foi indicada pelo Ministério de Saúde em 2003, em contraposição a obrigatoriedade da abstinência, e tem como objetivo minimizar no usuário de substâncias psicoativas os danos causados pelo uso e abuso de tais substâncias; além de reduzir de forma gradual o uso, de acordo com as possibilidades individuais de cada usuário. A autora confirma, contudo, que a abstinência ainda se mostra presente no tratamento do alcoolismo tanto no Alcoolicos Anônimos, nas Comunidades Terapêuticas, quanto na internação hospitalar.

Santos (2008) coloca que os serviços de saúde ainda tem como foco a droga, nesse sentido as intervenções não abrangem os danos da droga para o indivíduo, é importante resgatar o lugar do usuário em detrimento da importância central dada ao produto. O foco dado ao produto pode ser explicado pela perspectiva unicausal do processo de saúde e doença, ou seja, a droga por si só pode explicar o uso e abuso de drogas na sociedade. Já a redução de danos provém de uma concepção multicausal do processo saúde-doença, no caso do abuso de substâncias, há um tripé: droga, sujeito e contexto social (SANTOS, 2008).

A psicologia histórico-cultural tem elementos que podem possibilitar uma ruptura com essa forma ideológica de explicar a dependência química, a partir do momento em que a concebe como sendo um processo que envolve as necessidades e os motivos da atividade humana. Nesse caminho, a relação do indivíduo com a droga deve ser compreendida a partir da sociedade na qual está inserido e como tal relação se localiza no processo de formação e constituição do indivíduo (MORAES, 2011).

Zeigarnik (1981) é uma autora que propôs estudar as psicopatologias, incluindo o alcoolismo, pelo viés da psicologia soviética, a partir da análise da atividade e da modificação dos motivos, categorias essenciais para a formação de conceitos da psicologia histórico-cultural. A autora enfatiza que ao estudar a alteração dos motivos em pessoas com alguma efemeridade, é possível ter material para analisar o processo de formação de tais alterações. Como a categoria motivo assume um caráter essencial nesse estudo, é necessário retomar algumas de suas principais características. Os motivos são conscientemente planejados e uns se submetem aos outros, criando uma hierarquia de motivos. Ou seja, o motivo principal que regula a conduta do indivíduo engloba em si diversos motivos particulares. Nesse sentido, a atividade do homem responde a uma gama de necessidades e é estimulada por diversos motivos (ZEIGARNIK, 1981).

Desta forma, vemos que se é possível falar em uma estrutura hierárquica de motivos, há então um motivo predominante, ou seja, é o motivo que oferece a todo comportamento um dado sentido e por essa razão define o sentido pessoal da atividade. O motivo predominante, bem como a estrutura hierárquica dos motivos são dotados de uma certa estabilidade e tem como fundamento os interesses, valores e pontos de vista dos indivíduos. Na personalidade do indivíduo que começa a abusar de substâncias psicoativas ocorrem mudanças significativas, ou seja, os motivos, interesses e necessidades se alteram. A droga passa a ser uma necessidade, que transforma o caráter, a postura e o aspecto moral dos indivíduos, nessa visão, o uso do álcool ou outras drogas adquire um sentido pessoal (ZEIGARNIK, 1981).

De acordo com Zeigarnik (1981), ocorre uma degradação da personalidade, os planejamentos anteriores a efemeridade perdem o sentido, e por isso, é possível afirmar que ocorre uma restrição e redução do círculo de interesses. A dependência, nesse sentido, gera a formação de uma necessidade

patologicamente modificada: as necessidades sociais deixam de ser para o indivíduo motivos que regulam o comportamento, passam a ter um caráter mais direto e imediato. Nesse sentido, o motivo perde seu caráter de mediação e a ação do indivíduo torna-se mais impulsiva, se caracterizam como paixões. Além disso, a dependência desloca o motivo para outro objetivo: forma-se um novo motivo, que engendra uma nova atividade e necessidade. Essa reestruturação da hierarquia dos motivos pode ser observada na busca pelos procedimentos e meios para o indivíduo satisfazer a necessidade da droga.

A alteração na hierarquia dos motivos e a perda de sua função mediadora representa a desorganização completa da atividade humana, ou seja, a atividade humana que se caracteriza por ser consciente e mediada passa a ser impulsiva. Se a atividade passa a ser impulsiva, os motivos a longo prazo desaparecem da estrutura motivacional, e a necessidade de droga assume o caráter de paixão dominante na vida do sujeito (ZEIGARNIK, 1981).

Zeigarnik (1981) ainda considera que um dos aspectos mais importantes do desenvolvimento da personalidade, e em consequência, das alterações da personalidade é o autocontrole (ou subcontrole) do comportamento que pode se manifestar de diversas formas. Alvarez (2003) também discute o mesmo assunto e afirma que pessoas sem processos alterados atuam de forma reflexiva, ou seja, desenvolvem autocontrole e criticidade sobre sua conduta, que aparecem na estrutura de diferentes processos: do pensamento, da percepção, na valoração da personalidade, nas ações, entre outros (ALVAREZ, 2003). As alterações do autocontrole do comportamento podem afetar distintas funções psíquicas, como o raciocínio, a percepção e levar a uma errônea valoração acerca de sua personalidade e seus atos.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluimos, de acordo com as formulações expostas, que é possível utilizar tais conhecimentos para analisar as diferentes formas de tratamento para a dependência química, bem como direcionar a intervenção do psicólogo nesse contexto. No modelo de tratamento que visa exclusivamente a abstinência, vigora a noção de que a extinção da atividade (usar a droga, buscá-la) automaticamente reorganiza a estrutura hierárquica dos motivos. Nesse sentido, a imposição da abstinência teria como poder restabelecer imediatamente os interesses, hábitos, valores, vontade que o indivíduo tinha antes de começar a fazer uso da substância (MORAES, 2001). Concordamos com a autora quando a autora afirma que, assim como não a dependência em relação à substância química não surge de forma instantânea, a reestruturação da vida do indivíduo também não acontece imediatamente, ou seja, é algo que deve ser reconstruído e o psicólogo pode ajudar nesse processo.

Como alternativa a abstinência forçada, a autora propõe um método que tem como objetivo a construção de novos motivos, dotados de sentido pessoal.

Somente assim seria possível favorecer a voluntariedade do indivíduo, sua escolha, e seu autocontrole do comportamento. Nesse caminho, a redução de danos pode se apresentar como uma alternativa que oferece ao psicólogo uma maior variedade de formas de intervenção que visassem a reelaboração da estrutura hierárquica de motivos do usuário (idem, 2011).

Além disto, a autora também realiza uma comparação entre o modelo de tratamento com ênfase na internação hospitalar e o tratamento em uma rede de atenção substitutiva. Na internação, a proposta de tratamento concebe que afastar o indivíduo de suas relações é fundamental para que uma mudança seja efetivada no seu quadro de adoecimento. Se a psicologia histórico-cultural concebe o uso e abuso de drogas como sendo uma produção humana, que só pode ser manifesta num indivíduo real e material, considerando seu psiquismo, suas relações e sua conduta; não podemos aceitar o isolamento como sendo a alternativa mais eficaz para restabelecer e reorganizar a hierarquia de motivos do indivíduo bem como sua atividade.

Nesse sentido, torna-se fulcral compreender o indivíduo que é usuário de droga para além desse estigma, percebendo-o dentro de seus limites e potencialidades, como um indivíduo no qual seja possível o desenvolvimento de autonomia, de novos interesses e motivos. Essa abordagem só se torna possível quando o nosso objeto de intervenção deixa de ser exclusivamente a droga e seus efeitos, mas a relação que o indivíduo estabelece com a substância dentro de suas particularidades. Nesse processo, o papel do psicólogo é essencial, pois o profissional tem condições de ajudar no planejamento das atividades diárias da vida do indivíduo com “objetivo de que a partir de novas relações objetivas de trabalho e pessoais o sujeito possa reorganizar os motivos dominantes de sua conduta” (ibidem, 2011).

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, A. A. Alteraciones de la personalidad. **Psicologia em Revista**. v. 10. n. 14, 2003.

MORAES, R. J. S de. **O Alcoolismo e o Alcoolista no Capitalismo: a Psicologia Histórico-Cultural na defesa da historicidade para o enfrentamento do problema**. 2011. 239 p. Dissertação (Mestrado). Maringá, 2011. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

POLLO-ARAUJO, M.A; MOREIRA, F. G. **Aspectos Históricos da Redução de Danos**. IN: IN: NIEL, M., SILVEIRA, D.X. (org.) **Drogas fe Redução de Danos: uma cartilha para profissionais de saúde**. São Paulo, 2008, p. 11-20

SANTOS, V. E dos. **O objeto/sujeito da redução de danos: uma análise da literatura da perspectiva da saúde coletiva**. 2008. 210p. Dissertação

(Mestrado). São Paulo, 2008. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

SILVEIRA, D. X. **Reflexões Sobre a Prevenção do Uso Indevido de Drogas.** IN: NIEL, M., SILVEIRA, D.X. (org.) Drogas e Redução de Danos: uma cartilha para profissionais de saúde. São Paulo, 2008, p. 7-10

ZEIGARNIK, B. V. **Psicopatología.** Madri: Akal, 1981.

**ABSTRACT:** The present work was developed according to two main objectives: the first one was to comprehend which approaches were employed throughout history for the treatment for alcohol and other drugs abuse. The second objective consists in a brief systematization of the elements and concepts of the social-historical psychology that contribute to the understanding not only of the use and over-use of these substances, but the actions of the psychologist acting in this context. The study consists mainly of a bibliographical research, departing from contributions of contemporary authors and classical authors of the social-historical psychology field who have written about the subject of alcohol and other drugs abuse. A correlation between them is established, serving as basis for a professional internship practice.

**KEYWORDS:** Mental Health, Psychologists' field performance, Social-Historical Psychology.

## **Capítulo XI**

### **RAZÃO DIALÉTICA, VIOLÊNCIA E DROGAS: COMPREENSÕES EXISTENCIALISTAS**

---

**Sylvia Mara Pires de Freitas  
Rose Ani Jaroszuk  
André Henrique Scarafiz  
Lucia Cecilia da Silva**

## RAZÃO DIALÉTICA, VIOLÊNCIA E DROGAS: COMPREENSÕES EXISTENCIALISTAS

### **Sylvia Mara Pires de Freitas**

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Psicologia  
Maringá – Paraná

### **Rose Ani Jaroszk**

Psicóloga, Psicoterapeuta  
Umuarama – Paraná

### **André Henrique Scarafiz**

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Psicologia  
Maringá – Paraná

### **Lucia Cecilia da Silva**

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Psicologia  
Maringá – Paraná

**RESUMO:** Este capítulo aborda três temáticas pelo viés existencialista de Jean-Paul Sartre, “A crítica da razão dialética e contribuições à Psicologia”; “A violência nossa de cada dia: reflexões pela perspectiva sartreana” e; “O uso de *crack* por adolescentes como exercício de sua práxis”. A primeira temática versa sobre o pensamento de Jean-Paul Sartre em *A Crítica da Razão Dialética*. Expõe sua compreensão sobre como se dão as relações sociais mediadas pelo campo material, e a necessidade de entender as estruturas sociais como construções históricas específicas. Este entendimento auxilia no enriquecimento dos estudos da Psicologia. A segunda contempla a violência enquanto fenômeno humano, como obra humana, e não como fato. Sartre encontrou no fenômeno da escassez resposta às suas questões quanto à origem da violência e explicação para a manutenção do fenômeno já vivido nos primórdios. Para este filósofo é a escassez que fundamenta a possibilidade da história humana, derivada de um campo de luta e conflito. Deste modo, a existência de cada qual se define pela escassez simultaneamente em que cada um é ameaça para existência de outro e de todos. Partindo da constituição do sujeito na perspectiva existencial, a terceira temática apresenta uma síntese compreensiva sobre o sentido da experiência com *crack* para alguns adolescentes. A relevância desta perspectiva é que possibilita a compreensão da maneira pela qual os adolescentes existem através do uso de *crack*, ou seja, a maneira como cada um escolhe existir no mundo segundo suas possibilidades existenciais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Existencialismo. Jean-Paul Sartre. Sociabilidade. Escassez. *Crack*.

## 1. INTRODUÇÃO

Este capítulo abordará as temáticas **razão dialética, violência e drogas** pelo viés existencialista de Jean-Paul Sartre. Sua composição contempla três

exposições, respectivamente intituladas: “A crítica da razão dialética e contribuições à Psicologia”; “A violência nossa de cada dia: reflexões pela perspectiva sartreana” e; “O uso de *crack* por adolescentes como exercício de sua práxis”.

A primeira temática versa sobre o pensamento de Jean-Paul Sartre em *A Crítica da Razão Dialética* (2002). Expõe a razão dialética, maneira pela qual Sartre expressa seu entendimento sobre como se dão as relações sociais mediadas pelo campo material, desvelando sua antropologia estrutural e histórica, segundo nos parece, contribui grandemente com os estudos da Psicologia.

Para enriquecer a compreensão dessa empreitada, a segunda temática, “A violência nossa de cada dia: reflexões pela perspectiva sartreana”, contemplará a violência enquanto fenômeno humano. Cotidianamente tratamos a violência como algo dado, como se fosse uma entidade, imutável. Concebemo-la não como obra humana, mas como fato, negando dessa forma a dialética relacional estabelecida entre os homens e as coisas. Negamos a fluidez da totalização da história e a concebemos como totalidade. Deste modo, começamos a analisar a realidade a partir desta totalidade, ou seja, definitiva e imutável, o que mostra (e reforça) a nossa alienação e nos cega quanto ao nosso poder de criação.

Costumeiramente percebemos a violência como externa a nós e Sartre (1983) evidenciou que parece-nos que “a primeira violência é sempre a outra pessoa que comete e nunca há guerra ofensiva, mas apenas guerras defensivas” (p.192). Para a filosofia sartreana a compreensão da existência humana se faz a partir de sua condição e realidade, viabilizando o reconhecimento de cada qual como existente concreto dessa realidade. Ao compreender a realidade humana assumo meu próprio ser, “o que significa que me faço homem ao compreender-me como tal” (SARTRE, 2012, p. 23).

Coadunamos com a perspectiva sartreana de que tudo principia da subjetividade humana haja vista que o homem é ação, conseqüentemente o entendimento da violência se fará a partir desta concepção, bem como na especificidade de sua produção na sociedade que a engendra e na particularidade histórica.

Por um lado, ontologicamente o homem é concebido enquanto liberdade absoluta, porém como existente em meio a outros homens tem sua liberdade situada e restringida. Diferentes indivíduos com diferentes projetos confrontam suas liberdades num mesmo campo prático. É no confronto das liberdades que se produz o conflito intersubjetivo. A alteridade como conflito e luta se constitui e se define nas atividades humanas, que é vivida justamente nas relações concretas, na *práxis* (SARTRE, 2002; 2011).

Por outro, Sartre (2002) encontrou no fenômeno da escassez resposta às suas questões quanto à origem da violência e explicação para a manutenção do fenômeno já vivido nos primórdios. A escassez nada mais é que a inexistência de produto suficiente para todos em determinado campo social. Para Sartre

(2002) “A escassez fundamenta a possibilidade da história humana e não a sua realidade” (p. 238). Ela não é suficiente para o desenvolvimento da História ou para transformá-la em repetição, pois é meio, “é relação individual e meio social” (p. 239). Dela deriva um campo de luta e conflito.

Deste modo, a existência de cada qual se define pela escassez simultaneamente em que cada um é ameaça para existência de outro e de todos. Nisso há um aspecto de inumanidade em cada homem, contudo essa inumanidade de modo algum vem de uma natureza do homem, mas pelo “reino da escassez” (SARTRE, 2002, p. 243).

No entanto, apesar dos condicionantes estruturais e situacionais que restringem a liberdade, ainda que com resquícios dela, posso escolher a não violência fazendo-me responsável por minha existência, pela realidade humana que comparto com outros e do processo histórico que somos partícipes. “Há uma infinidade de projetos possíveis, assim como há uma infinidade de homens possíveis” (SARTRE, 2011, p. 690). E, a escolha que faço pela não violência é a partir do projeto que a reclama: a vida humana.

Partindo da constituição do sujeito entendida conforme o existencialismo, a terceira exposição, sob o título “O uso de *crack* por adolescentes como exercício de sua práxis”, colabora no esclarecimento da questão na medida em que apresenta uma síntese compreensiva sobre o sentido da experiência com *crack* para alguns adolescentes.

O sentido de compreensão desses fenômenos nesta condição de adolescência se justifica na medida em que considera-se os estudos e dados estatísticos atuais sobre o uso de drogas no Brasil, na qual a maioria desses usuários tiveram suas primeiras experiências na adolescência. Ora, o que teria de tão incomum nesse período da vida chamada adolescência que os fazem aproximar da droga? Qual seria o motivo para fazerem desse uso a atividade mais importante de suas vidas?

A compreensão existencial-fenomenológica da questão parece-nos uma opção bastante razoável para o entendimento do uso/abuso do *crack* por adolescentes, uma vez que o olhar fenomenológico preocupa-se com o fenômeno no seu mostrar-se na própria experiência de quem o vivencia. A relevância desta perspectiva é que possibilita a compreensão da maneira pela qual os adolescentes existem através do uso de *crack*, ou seja, a maneira como ele escolhe existir no mundo segundo suas possibilidades existenciais.

A busca pela droga, segundo Bucher (1986), pode assumir os seguintes sentidos ao longo da história da humanidade: o primeiro sentido é o de fugir da transitoriedade e angústia de ser homem; um segundo sentido é atribuído à possibilidade de contato com forças divinas e, por fim, um terceiro sentido de busca de prazer.

O existencialismo sartreano oferece um aporte teórico capaz de subsidiar tal compreensão do momento existencial desses adolescentes no mundo. Sartre (2012b) entende que o homem é livre para escolher seu modo de existir no mundo e, por isso, responsável pelas suas escolhas. Os comportamentos,

pensamentos e hábitos são formas do existir humano e o uso/abuso é uma delas. Para Sartre é através das escolhas que reconhecemos o sentido do projeto existencial humano, em outras palavras, seu sentido de existir.

Entende-se que os adolescentes estão no movimento existencial de encontro consigo mesmos, a própria fase do desenvolvimento humano chamada adolescência lança-os às vivências mais intensas na construção de sua identidade, e é permeada por inúmeras dúvidas, medos, inseguranças, vê-se o projeto de uso/abuso do *crack* funcionando como um fator regulador na construção de suas auto imagens.

É como se descobrissem no *crack* um poder que os coloca numa condição superior às demais pessoas e esse lugar só é atrativo devido a insuficiência de Ser, sensação está frequentemente percebida pelos adolescentes diante de uma baixa-estima muito forte que os caracteriza.

Portanto a escolha do *crack* como projeto de uso/abuso não é aleatória ou segue as leis do acaso, pelo contrário, esta droga garante a existência dos adolescentes no mundo, é através dela que muitos existem no mundo, e pelo poder imediato que ela confere, acaba se tornando mais relevante do que outros projetos de vida que favorece uma existência autêntica. Nesse sentido a existência do *crack* na vida dos adolescentes acontece para auxiliá-los a existir, a dar conta da responsabilidade de viver, seja no contexto social em que estiverem, por isso esta droga aparece em todas as classes sociais.

O consumo de *crack* por adolescentes revela-se como um mecanismo utilizado por eles para garantir sua vida, uma vez que se apropriaram de sua realidade de maneira a se sentirem tão frágeis que encontraram recursos concretos na presença do *crack*, exatamente essa vivência marca e ressignifica a insuficiência desses adolescentes para assumir a responsabilidade de viver uma vida num ambiente, muitas vezes hostil à eles, reduzidos de recursos próprios para superação entregam-se ao *crack* e dissolvem-se, alienam-se favorecendo algum tipo de existência mais suportável.

## **2. A CRÍTICA DA RAZÃO DIALÉTICA E CONTRIBUIÇÕES À PSICOLOGIA**

Bornheim, no Prefácio da *Crítica da Razão Dialética* de Sartre (2002), menciona dois tópicos básicos que podem justificar a renovação dos interesses pelas ideias de Sartre na atualidade: 1) a continuidade por responderem as inquietações humanas, “Se ainda hoje se lê Sartre com o olho posto na atualidade, é porque continua-se vendo em seus escritos o ajuste da reflexão relativamente a essa mesma atualidade” (p. 7) e; 2) a possibilidade de se fazer justiça com esse pensador. Tertulian (2012) assinala a negligência de alguns pensadores para com a *Crítica*, bem como a ausência “nem no momento de seu aparecimento nem até hoje, (de) um acolhimento digno de suas ambições (de Sartre)” (p. 72). Coloca que atualmente essa obra caiu no esquecimento,

sugerindo a dificuldade de reconhecimento das produções filosóficas de Sartre após *O Ser e o Nada*.

Tal qual Souza (2010), acreditamos que há mudanças de ênfases na filosofia sartreana, mas não uma ruptura. Liberdade e determinismo, subjetividade e objetividade, singularidade e universalidade dialogam em suas obras, inclusive desde quando Sartre fala, em sua ontologia fenomenológica, sobre a liberdade absoluta como fundamento do humano e a relaciona com situações concretas e históricas. Complementa Souza:

Ser liberdade é a condição para se buscar a libertação concreta: está só é possível porque somos liberdade, porque somos o desgarramento da consciência, o ultrapassamento do dado. Dizer que se é absolutamente livre não é negar as situações de opressão, mas é garantir que, diante delas, o homem possa reagir, possa significá-la seja por meio da revolta, da resignação ou por qualquer outra atitude. [...] A realidade e a história não nos determinam totalmente, é verdade, mas é a partir delas e voltando-nos para elas que nós fazemos, fazemos o mundo e o sofremos. Apenas porque não somos determinados de modo total pela situação é que podemos significá-la, reagir e lutar para modificá-la. (p. 21-22)

Sartre (2002), em a *Crítica*, compreende que a constituição do sujeito é realizada em um campo tenso de relações humanas mediadas pela materialidade que o circunda. A obra, extensa e densa, representa, como coloca Dalpico (2005, p. 2), “o húmus de seu pensamento maduro”. Ela nos envereda em um mundo social construído dialeticamente pelo ser humano, no qual este sofre a contra finalidade de seus atos e tem que se haver com o momento seguinte. Construir, se construir, desembaraçar-se a cada ato das suas próprias produções singulares/coletivas, construir novamente, é a empresa do ser humano na edificação de sua existência, da sociedade e da história.

## 2.1. A Antropologia Estrutural e Histórica

Se a existência singular se dá pelo movimento dialético entre os seres humanos e desses com o mundo, pela experiência da liberdade e da necessidade de preencher seu vazio com o que está no mundo (o Ser), pelo trabalho, pela práxis, o sujeito toma consciência e projeta um campo material a ser trabalhado (interiorização do exterior). Agindo sobre esse campo inerte (exteriorizando o interior), o transforma em campo trabalhado, objetivando, materializando sua práxis no produto dessa. Se para compreender esse movimento de historicidade de construção da existência partimos da situação atual, o presente, compreendendo-o pelo futuro e pelo passado, e a possibilidade de fazer esse movimento compreensivo e de construirmos a história e o mundo é por sermos dialéticos, o que nos é apresentado como social, como mundo construído por todos, ligando todos, são sínteses de práxis

singulares totalizadas em ato. Desta forma, as práxis singulares são mediadas pelo que materializa no mundo, que por sua vez as medeiam.

O campo a ser trabalhado e apreendido pelo sujeito, é um campo construído no passado, seja por outros sujeitos, seja um campo natural. No primeiro caso, Sartre (2002) o denomina de campo prático-inerte. Nele há a fixidez das práxis e seu reconhecimento pelo sujeito como ação cristalizada de outros, haja vista os seres humanos se reconhecerem como projeto, como práxis. Dependendo do projeto singular, tal campo pode ser significado como um obstáculo aos seus fins. Tal significação ocorre quando o sujeito tem consciência da inércia desse campo e a liberdade exige-lhe uma ação. Sozinho não conseguirá transpor a inércia do campo material, trabalhando-a. Diante disso, ou pode mudar seu projeto, mudar os meios de conquista-lo, desistir do mesmo, ou buscar pela reciprocidade a superação do obstáculo. No entanto, como o sujeito não vive isolado no mundo, o que seria um campo material privado configura-se em campo social. O mesmo campo mediando diversos sujeitos que percebem nele campo a ser trabalhado.

Böecheat (2011) menciona quatro condições definidas por Sartre para que ocorra a reciprocidade: 1º) tanto o outro quanto eu devemos ser meios um para outro; 2º) o outro deve ser reconhecido por mim como projeto, como totalização-em-curso e o mesmo deve assim me reconhecer, para que integremos um ao outro no próprio projeto; 3º) que haja reconhecimento da alteridade, uma vez que cada um faz-se também e *a priori*, pelo seu projeto singular mas; 4º) que também eu me reconheça para ele e ele a mim como objeto e instrumento para os fins mútuos.

Todavia, nem sempre a reciprocidade ocorre de maneira positiva, quando há empenho mútuo, cada um se colocando como meio para que o outro atinja seus fins ou conjugando esforços para se atingir fins únicos. A reciprocidade pode ocorrer na base do conflito, quando sabemos que o outro nos vê como um meio para atingir o seu fim. Ao negar o projeto que outro faz para nós, recusamos a tornar instrumento para seus fins. Assim, podemos reverter a situação, reagindo de maneira a transformar o outro em instrumento para que conquistemos nosso fim. Perdigão (1995) coloca que é a escassez do mundo, a insuficiência de bens para todos em um mesmo campo a ser trabalhado que dificulta as relações de reciprocidade positiva, imperando as negativas.

O prático-inerte sendo o mundo das totalidades e por mediar as relações entre os seres humanos e destes com o mundo, evidencia o caráter da reciprocidade. Todavia nem todos vivenciam como tal, pois o trabalho humano materializado no mundo escapa a ele pela sua materialidade e por apresentar-se como fenômeno a outras consciências, enriquecendo-se com novas significações. A finalidade anteriormente perseguida, que o caracteriza como campo totalizado, retorna contra o próprio ser humano, haja vista aliena-lo em seu próprio fim. Sartre exemplifica com um modo social de divisão de trabalho que requer que o ser humano trabalhe isolado. Tal modo designa histórica e socialmente o trabalho sob essa condição. Essa maneira de o ser humano

produzir seu trabalho e produzir-se, condiciona tanto a necessidade quanto sua forma de satisfação, podendo “apreender e fixar sua *práxis* como que temporalizando-se através de todos os condicionamentos” (SARTRE, 2002, p. 209).

Desta maneira, as ações cristalizadas, que formam o campo social, estabelecem fins aos seres humanos, transformando-os em antipraxis, ou seja, em produtos de seu produtos, quando estes voltam-se àqueles, instituindo-lhes os fins que eles mesmos perseguiram e conquistaram no passado. Eis o sentido da alienação, quando as materializações das praxis humanas, as matérias circundantes, determinam o futuro dos seres humanos, por exigirem-lhes que realizem fins de projetos que não são seus. Podem assim produzir uma práxis invertida, pois alienados a projetos alheios, aos fins rígidos e prefixados, agem sem serem os autores desses fins.

Sartre (2002) exemplifica a alienação e o anonimato do sujeito no campo social com a instituição de papéis e funções de usuários, clientes, consumidores, colaboradores, espectadores, e acrescentamos as profissões, a moda, as doutrinas, enfim, todos os projetos materializados que instituem praxis aos outros. Mesmo juntos, como pertencentes a uma classe social, econômica, política, por exemplo, se os sujeitos alienam-se no campo material que os medeia, colocam-se passivamente a ele, por interiorizarem a situação como intransponível. Dispersados entre si, passivamente o que fazem é corroborar para manter a situação. Porém, mesmo que o ser humano esteja determinado pelo prático-inerte, pela história, por ser dialético e o criador dessa, somente ele pode dar um novo rumo ao futuro predeterminado. Mesmo corroborando com o fatalismo do futuro, não se isenta da responsabilidade por assim agir. A liberdade persiste no prático-inerte e justamente por ser livre que escolhe manter a situação no devir. Ademais, é por existir o prático-inerte que haverá estado a superar.

Retomando o exemplo anterior, não é a divisão do trabalho, por si, que faz com que o ser humano trabalhe e continue trabalhando isolado ou não. Mudar os modos de divisão de trabalho, criados e mantidos pelo próprio ser humano como sua própria realidade, requer que as diversas práticas exercidas por eles em um campo prático comum sintetizem um modo diferente de organizar o trabalho, um modo que supere essa divisão “[...] recebida e institucionalizada. O homem só existe para o homem em determinadas circunstâncias e condições sociais, portanto toda relação humana é histórica. [...] A solidão não é senão um aspecto particular de tais relações” (SARTRE, 2002, p. 209; 213).

Este autor também menciona que a alienação no prático-inerte é uma forma de simbiose do sujeito com esse, e que o **interesse** é um das características dessa simbiose que conserva o mundo material, pois o sujeito encontrou “sua realidade em um objeto material apreendido” (p. 308), assim, sua exteriorização será objetivando mantê-lo, por estar submetido, alienado a um ser-fora-de-si. Sartre (2002, p. 312) prossegue colocando que “O interesse é a

vida negada da coisa humana no mundo das coisas na medida em que o homem reifica-se para servi-la”.

Isso significa que o interesse imbrica-se com a negatividade em dois sentidos: ou porque o outro tem e eu não tenho, ou porque preciso ter antes do outro. No entanto, “a coisa humana pode ser negada perdendo sua *tangibilidade*, sem deixar de existir: basta que ela seja a lei rígida do homem e o oponha, no mundo prático-inerte, a si mesmo como Outro” (SARTRE, 2002, p. 312, grifo do autor). Neste caso, delimita-se os campos dos possíveis, acentuando os antagonismos e os conflitos.

O prático-inerte define um modo de vida pela serialidade (ou coletividade serial). Segundo Bettoni e Andrade (2002), a forma de vida serial impede que os sujeitos realizem projetos em comum. Polarizados, os sujeitos encontram-se fragilizados frente a pressão do prático-inerte. Sartre (2002) exemplifica com a fila do ônibus, seus usuários, o ajuntamento como uma estrutura serial. Define o **coletivo** como:

O Ser da própria sociabilidade, no nível do campo prático-inerte. [...] é o Ser social, em sua estrutura elementar e fundamental. É em si mesmo, uma espécie de modelo reduzido do campo prático-social e de todas as atividades passivas que aí se exercem (p. 405).

Vejamos. Como colocamos, segundo a estrutura e ação passiva de um objeto prático-inerte, esse é capaz de produzir o ajuntamento entre os sujeitos. Esse ajuntamento pode apresentar-se como uma relação direta entre os sujeitos, haja vista o prático-inerte exigir uma reciprocidade imediata. Por exemplo, o prático-inerte pode ser técnicas ou ferramentas que demandam a reciprocidade. Desta forma, a presença, ou copresença é necessária. A própria fila do ônibus seria um exemplo.

Mas o ajuntamento também pode apresentar-se de maneira indireta, pela ausência física das pessoas, impossibilitando uma práxis em comum. O exemplo dado por Sartre seriam as mídias, que ao mesmo tempo que determinam a serialidade, impõem a separação. Pessoas de diversos países que assistem a mesma emissora, formam a coletividade serial de seus telespectadores, sem que nunca venham a se conhecer ou mesmo interagirem diretamente. Nesse caso, mesmo que haja práxis singulares, como o mudar o canal, essas tendem a se manter na sua intimidade, solitariamente no espaço particular da residência de cada um e raro no espaço público, e pouco ou em nada mudará o prático-inerte. Para Sartre (2002) a recusa aí não é com relação a materialidade, por exemplo, a um programa transmitido, mas uma negação de si como indivíduo de ajuntamento.

Crary (2014) aponta que Sartre elegeu a materialidade como categoria principal da realidade social e para superar a antipráxis que o prático-inerte impõe ao ser humano, a comunidade deve substituir a serialidade. Porém, é a partir da serialidade que os grupos se formam e as sociedades se constroem.

No grupo-em-fusão, os indivíduos se reconhecem como mesmos na intersubjetividade (BETTONI e ANDRADE, 2002). Cada um identifica a inércia, a impotência e ameaça provocada em si pela mesma matéria circundante e reconhece no outro a possibilidade de auxílio para se trabalhar essa matéria. A liberdade aponta para um fazer em grupo pela necessidade em comum de enfrentar o mesmo campo material. Todavia, como o campo material circundante pode se apresentar como uma ameaça de acordo com os fins visados, a práxis singular também pode constranger projetos grupais, desistindo de comungar de práxis em comum, ou por uma reciprocidade negativa, negando ao outro o reconhecimento de sua liberdade e ansiando transformá-lo em instrumento para perseguir seus próprios fins, ou mesmo, impedindo, de alguma maneira, o movimento do grupo. Em virtude disso que os seres humanos criaram e continuam criando os mais diversos tipos de meios e modos de controle da liberdade, bem como buscam saídas para resistir a eles.

A sociedade não se constitui somente por grupos-em-fusão. Esses são os mais elementares, pois formam-se pelas livres práxis comungadas, mas se desfazem após atingirem seu objetivo. Projetos para a manutenção de grupos requerem manejos específicos. Para Sartre (2002), o juramento de cada indivíduo do grupo de que não o abandonará, permite, em comum acordo, que todos exerçam vigilância entre si para que cumpram a promessa. O grupo-em-fusão, que se forma pela ameaça às liberdades, torna-se mais reflexivo como grupo juramentado, pois há consciência da possibilidade de sua dissolução, e para sua manutenção, com o juramento, são criados laços de fraternidade-terror.

A exigência da conservação do grupo que o juramento revela a esse, demanda que o mesmo obtenha a estrutura de um grupo organizado. A auto-organização constante dá-se através das funções, distribuição de tarefas, hierarquias. Mas esse artifício não tem poder para transformá-lo em uma unidade orgânica, como se dissolvesse as liberdades/singularidades em um todo, como um Ser maciço. As liberdades individuais sempre pairam sobre o grupo como uma ameaça à sua estrutura. A fragilidade da mediação entre os indivíduos e desses com suas criações para a organização interna reclamam por um estatuto absoluto, alguém supremo que deverá unificar todos a partir de seu próprio projeto (SARTRE, 2002).

Pela reciprocidade negativa, o(a) soberano(a) faz reacender a serialidade coletiva. As livres práxis viram processo, pois as ações alienam-se nas obrigações. O campo social do (agora) grupo institucional passa a ser terreno fértil para produzir um novo grupo-em-fusão, haja vista a predeterminação dos fins do trabalho humano, pela estrutura hierárquica, poder ser desvelada como antipráxis, como desumana, ao provocar experiências comuns de inércia. Por esse movimento dialético que, para Sartre (2002), os grupos têm sua gênese na serialidade e os indivíduos à ela retornam, na dissolução do grupo. Desta forma, a vida de um grupo é uma luta constante contra o retorno à vida serial. Essa relação dialética é a realidade concreta da sociabilidade.

## 2.2. Contribuições à Psicologia

Diante o exposto anteriormente, em muito a antropologia histórica e estrutural de Sartre pode auxiliar a Psicologia na compreensão dos campos que se debruça. De uma maneira geral, o método sartreano de compreensão da realidade, o progressivo-regressivo, por propor produzir o conhecimento ao mesmo tempo que se acompanha como a realidade é construída, não restringe o campo da Psicologia a ser investigado. Outra contribuição aliada ao método é a preocupação que Sartre teve de pontuar o risco de se compreender a realidade humana a partir de saberes totalizantes que, por sua vez, retiram do ser humano sua condição de criador dessa, aprisionando sua existência a um determinismo.

Destarte, três pontos podem ser considerados substanciais para se compreender a constituição do sujeito, a sociabilidade e a história, os quais não ocorrem isoladamente. Primeiro, o sujeito é produtor e produto do campo sociomaterial e, mesmo este sendo determinante, o sujeito é livre para escolher como lidará com ele; segundo, a liberdade singular, sendo absoluta, não se dissolve na sociabilidade; e terceiro, são as práxis livres que se totalizam e não a história. Desta forma, observamos que são três pontos que têm como fundamento a liberdade de eleição e que, ontologicamente, asseguram a autonomia do humano; logo, todo o pensamento de Sartre persiste com o projeto de evidenciar a soberania do ser humano sobre as determinações, sem deixar de confrontar essa autonomia com as produções inertes oriundas dessa, haja vista salientar que é pela livre práxis que a materialidade torna-se possível de ser concretizada.

Como a existência é paradoxal, pois é produzida em situações que as práxis livres e o prático inerte antagonizam-se, mas exigem interações e superações, não díspares são as condições contraditórias que as PsicoLOGIAS foram e são criadas, mantidas, confrontadas e transcendidas. A ciência psicológica foi criada para atender as necessidades de uma ordem socioeconômica emergente no século 19, ordem essa que retirou o ser humano de um mundo regido por doutrinas religiosas, que lhe garantia um lugar socialmente bem definido, com estruturas hierárquicas “incontestáveis” que, por sua vez, ao evidenciar o inerte ofuscava a fluidez das ações livres. Porém, a ideologia liberal ao confrontar os fundamentos religiosos, a monarquia, o absolutismo, as sociedades feudais, com a liberdade individual, o direito igualitário e a fraternidade, não foi suficiente para conquistar a harmonia social, haja vista o campo ideológico não conseguir se sustentar sem o campo empírico, vice e versa. Sobre esta interdependência, lembramos que Sartre coloca que a liberdade sempre se dá em situação, a qual contém o dado e o porvir.

O ideal de liberdade com todas suas nuances político, econômica e social do liberalismo clássico, neoclássico e neoliberalismo, não consegue manter, por si, equilíbrio e harmonia entre indivíduo e comunidade. O êxodo para as fábricas, para as cidades; a mudança do regime monárquico ao republicano, a

acentuação dos espaços privados ao público não permitem que o indivíduo crie sua existência fora de um campo social, para tanto qualquer sociedade, através da totalização das livres práxis, precisará criar instrumentos para que consiga manter, no mínimo, o convívio social. Contudo, os projetos para com a manutenção desse convívio são os mais diversos, bem como são criados vários tipos de mediações entre indivíduos e sociedade para a manutenção da ordem.

Eis que a Psicologia científica é criada como um desses instrumentos de regulação da sociedade liberal. Sobre o engajamento da Psicologia, Lacerda Jr. (2013), citando Massimi e Patto, coloca que:

No período de autonomização da psicologia brasileira, o que predominou foi um conjunto de estudos que, no início do século XX, buscavam contribuir com a modernização e a manutenção da ordem social brasileira. A psicologia abordava temas como o tratamento das doenças mentais, a formação “moral” do ser humano e a manutenção da “higiene mental”. Por isto, entre os precursores da psicologia, estavam médicos, educadores e outros profissionais que faziam parte do movimento higienista e/ou importavam teorias marcadas pelo racismo científico e buscavam uma saída “moderna” para o país (p. 220).

Qualquer sistema de governo e seus instrumentos ideológicos, econômicos, políticos e sociais, melhor dizendo, toda história da humanidade e a que está por vir, são e serão construções humanas. Mas se essas forem tomadas somente em sua totalidade, diluímos, por um sentido absoluto, seus autores, seus mantenedores e suas vítimas; como se fossem criações sobre-humanas e não humanas. Como exemplo, quando nos reportamos a Psicologia, temos uma totalidade a partir de um conceito do que é Psicologia que, como um guarda-chuva, abriga várias teorias, métodos, técnicas, áreas de atuação, enfim, várias produções humanas. Sawaia (1999, p. 7) lembra Morin e Castel, que definem os conceitos “que carrega(m) qualquer fenômeno social e que provoca(m) consensos, sem que se saiba ao certo o significado que está em jogo” como conceitos “mala ou bonde”. Sartre, então, contribui com a Psicologia, ensinando-nos que, se partimos de um conhecimento para investigar a realidade humana, não compreenderemos que estaremos também subjugando a livre práxis a esse.

Ademais, como colocado, é pela práxis livres que psicólogos(as) se alienam, engajam ou combatem projetos ideológicos, políticos, sociais e econômicos, e assim criam as Psicologias, fazem suas histórias e também tornam-se refém dessas. Através de paradigmas de teorias psicológicas e de outras ciências tomadas emprestadas, há também aqueles(as) profissionais que compactuam com esses modelos como se fossem absolutos, reafirmando e criando novas estratégias de como é necessário viver numa determinada sociedade. Desta forma, falar da Psicologia como produto e produtora de ordenamentos culturais é desvelar, infortunadamente, uma faceta desumana de psicólogos(as) que, por vezes, empreenderam e empreendem seus

conhecimentos a favor da alienação da práxis em projetos alheios, nos quais as suas próprias também estão alienadas.

Não obstante, como nos ensina Sartre, o devir humano é condição para superação de uma situação dada, e como dissemos, tais superações só podem acontecer através das práxis livres. Assim, a não aceitação da alienação da ação de psicólogos(as) ao sistema capitalista pode ser compreendido quando, historicamente, inicia-se o movimento crítico de psicólogos(a) aos saberes e fazeres disciplinadores da Psicologia.

Contudo, se fixarmos nos acontecimentos históricos para explicarmos uma ruptura dos empreendimentos da Psicologia com o controle da ordem social, estaríamos em caminho diverso a compreensão das práxis livres. Mesmo que a Psicologia científica tenha sido criada para atender uma demanda de uma época, não podemos negligenciar que já havia psicólogos(as) naquela época empreendendo suas ações para combater tal demanda, tal qual na época atual, em que as ações críticas que confrontam a Psicologia tradicional tornam-se conspícuas, também não podemos negar que há práxis alienadas aos empreendimentos tradicionais. As características de uma época geralmente são entendidas pelas totalizações das práxis livres tomadas como absolutas, mas Sartre nos lembra que em toda época há contestações a tal *zeitgeist*, mas que por vezes ficam ocultas, pois são, equivocadamente, tomadas em seu quantitativo, e consideradas não representativas de um coletivo. Destarte, a negação dessa pequena representatividade é revelada pelo corolário da própria cultura, através de doenças e exclusões sociais, por exemplo.

Nas empreitadas realizadas por psicólogos(as) de diversas abordagens psicológicas para a compreensão da realidade humana, podemos citar a questão do paradoxo liberdade/facticidade como um cerne de contradição que experienciam, pois negar um desses aspectos é contradizer-se no propósito para com o ser humano. Explicamos. Aqueles(as) convencidos de que o ser humano é livre, mas compreendem suas escolhas desvinculadas a uma situação (como muitos pensam que Sartre assim a concebe), negam o real sentido da liberdade, ou seja, qual seria o propósito do ser humano ser livre se desconsidera-se a situação concreta em que lançará mão dessa sua condição? Que sentido teria o outro, a reciprocidade, os grupos? Quiçá a concepção de uma liberdade desprendida do mundo fosse verdadeira, a realidade seria outra, desconhecida até então por nós. Por outro lado, avalizar somente o determinismo na constituição do sujeito, é negar a autonomia e possibilidade de qualquer mudança realizada pelo próprio. Nesse caso, nem o(a) psicólogo(a) poderia auxiliar nessas mudanças, exceto, porventura, acredite que o conhecimento, enquanto materialidade, tenha poder, por si, de realizar as mudanças, sendo o(a) profissional e a quem auxilia, meros expectadores dessas.

Podemos pensar que esse ou aquele entendimento também faz parte de projetos singulares/coletivos com o que convém para a humanidade em suas respectivas épocas. A própria ciência psicológica nos mostra que seus paradigmas são criados, apropriados e confrontados conforme o ser humano cria

a história da humanidade. Acreditamos que o problema é quando se persiste em uma concepção dicotômica. Por exemplo, todos(as) psicólogos(as) que se debruçam no campo social consideram a multiplicidade, mas alguns que limitam-se a esse foco universal mostram que concebem o ser do homem como passividade inorgânica. Pelo total rege-se a existência de todos, esquecendo-se das singularidades. Se o entendimento é encaminhado pelo viés funcionalista, no sentido de conhecer qual aspecto da materialidade faz-se soberana ao sujeito, nega-se que criador e criatura são construídos dialeticamente. Se há a crença de que a constituição do sujeito dá-se determinada pelo seu passado, esse sendo soberano ao seu futuro, pode-se olvidar que é assim porque o próprio sujeito fez de seu passado um projeto futuro.

Diante esses três vieses de exemplo, respectivamente, as multiplicidades tomadas como algarismo, a materialidade e o passado como determinantes e soberanos ao sujeito, qual o lugar deste na construção de sua história e da humanidade? Acreditamos que seu lugar será sempre no sentido dialético de produtor e produto da história, mas por ser livre, pode escolher colocar-se em qualquer outro lugar, inclusive escolher como a realidade humana será entendida e investigada.

No tocante ao pensamento de Sartre sobre a gênese e formação dos grupos, esse também nos auxilia a superar a dicotomia entre singular e universal, ser humano e materialidade, bem como a compreender a socialidade como um campo não somente formado por grupos. Concebendo que o grupo nasce da coletividade serial e vive para combatê-la, sendo um componente ternário no campo social, mediados e mediador de singularidades na coletividade; e que algum terceiro mediador externo ao grupo não é suficiente para manter as práxis singulares conjugadas, Sartre nos ajuda a esclarecer muitos insucessos de trabalhos realizados por psicólogos(as) com grupos.

Entre esses temos aqueles que concebem que as singularidades podem ser diluídas em um Ser-do-grupo, como a composição de uma turma, uma equipe de um setor de trabalho ou mesmo uma equipe multiprofissional de saúde. Geralmente esses são grupos que quando constituídos já apresentam uma característica institucional. Uma classe escolar é assim definida geralmente pela série/ano que a representa, os(as) alunos(as) são nela alocados(as) por um terceiro excluído, as aulas geralmente são mediadas pelo(a) professor(a), pelo conteúdo, materiais didáticos e físicos; os grupos de trabalho são geralmente constituídos por solicitação do(a) professor(a) e não espontaneamente pelos(as) alunos(as). Dessa coletividade serial denominada como turma ou classe, mediada por terceiros, pode nascer um grupo-em-fusão.

É comum observarmos este tipo de grupo ser estruturado pelo que comumente conhecemos como as “panelinhas”. Espontaneamente, alunos(as) agregam-se para combaterem a solidão e os percalços da vida acadêmica. Não compreender esse movimento dos grupos é inconformar-se com a “desunião da classe” e com as formações voluntárias de grupos entre os(as) alunos(as). A instituição enquanto materialidade e ideologia, o(s) professor(es), gestor(es) e

demais profissionais são somente mediadores entre as relações que nessa acontecem, mas nenhum(a) é suficiente para formar e manter um grupo como uma entidade, somente cada livre práxis decidirá como lidará com esse contexto.

Da mesma maneira podemos compreender as equipes de trabalho em uma empresa, na qual as singularidades estão geralmente ajuntadas formando uma coletividade serial em um mesmo ambiente de trabalho, com competências e tarefas específicas, predefinidas para suas ações. Gestores(as) que concebem a existência do Ser-do-grupo estão mais propensos(as) a contribuir para a dissolução de sua equipe, com a promoção da doença mental ao buscarem transformar as práxis em processo, bem como a auxiliarem a formação de grupos-em-fusão contra ele(a) próprio(a). Gaulejac (2007) corrobora tal compreensão, ao entender que a gestão de padrões de vida do indivíduo, quanto dos grupos e instituições realizadas pelas corporações é sinônimo de doença social.

Tal como em equipes multiprofissionais da saúde. Essas não são geralmente formadas na espontaneidade de seus membros, haja vista o projeto que todos(as) têm que perseguir já estar definido, por exemplo, através das políticas públicas, tendo cada profissional que alienar suas ações a essas, além de conviverem mediados por um campo material usualmente construído e definido também por terceiro externo ao grupo. Tenta-se atualmente reparar o esfacelamento da realidade humana realizado pela ciência em áreas de estudos e especialidades, através de equipes interdisciplinares e transdisciplinares. Essa é uma tarefa espinhosa aos seus mentores, pois geralmente as condições dadas apresentam o mesmo formato institucional, condições essas que Sartre (2002) alerta como a que mais propicia a passividade dos membros que a compõem e aproxima-se do perigo de decomposição do grupo. Mesmo que seus integrantes optem por permanecer nessa situação, podem assim escolher por outros motivos, como o salário, ou quaisquer outro projeto singular, ou mesmo conjugarem por si suas práxis, contudo o instituído, como já dissemos, não é o que os farão unir suas práxis, haja vista o que esse exige do ser humano é a antipráxis.

Podemos também compreender a história da Psicologia no contexto do trabalho no Brasil, em suas três fases/faces, a da Psicologia industrial, da Organizacional e do Trabalho (FREITAS, 2002), como construções cujos empreendimentos iniciais estavam predominantemente alienados às ideologias de um país em fase de industrialização e crescimento. Seus fazeres e saberes, *a priori*, contribuíram sobremaneira com a antipráxis. A máxima “o homem certo para o lugar certo” nos desvela os modelos determinantes com os quais o(a) psicólogo(a) deveria se fundamentar. Já a frase “vestir a camisa da empresa” nos mostra onde ficavam as bases do clima, cultura, da qualidade de vida dos(as) funcionários de uma organização e para onde deveriam ser orientados os trabalhos de desenvolvimento de pessoal.

Contudo, buscando transcender os paradigmas que reluziam as verdades absolutas, a Psicologia, nos finais do ano 70 e início de 80, começa a criar uma

nova história no contexto do trabalho, que denuncia tais alienações. Mais crítica, e através de um movimento dialético, muitos(as) psicólogos(as) propalam o adoecimento do(a) trabalhador(a) oriundo do confronto com práticas que negam-lhe a humanidade. Oportunizando-lhes espaços para se expressarem e assim se apropriarem de seus projetos, os(as) trabalhadores(as) veem os campos de manifestação de suas livres práxis ampliados pelos projetos comuns de psicólogo(as) e outros profissionais das ciências humanas cujos fins perseguem a promoção da saúde. Entretanto, como já dissemos, essa verdade não se faz absoluta tão pouco genérica, pois nas contradições do mundo do trabalho também encontram-se profissionais e trabalhadores(as) que fazem de suas práxis sínteses temporais de paradigmas deterministas.

Além das transformações do mundo do trabalho com contribuições da Psicologia, no campo social cotidiano, observamos a criação da plataforma virtual, novo campo agregador das relações humanas, mediadas pela tecnologia e seus aparelhos. Definindo o espaço virtual interativo, como exemplo as comunidades sociais como *facebook*, *whatsapp* e outros, seus(suas) criadores(as) também definem os meios e modos que os relacionamentos devem ocorrer, e os(as) usuários(as), concordando em alienarem suas práxis a esse contexto, contribuem com o desenvolvimento dessa nova realidade social. Paradoxalmente, ao mesmo tempo que essa plataforma virtual de relacionamentos mantém as pessoas unidas através de uma coletividade serial, pode também ser a que mais oportuniza meios para a formação de grupos-em-fusão. Observamos de uma maneira bem atual, os movimentos de pessoas que unem-se para combaterem impertinências políticas. Esses grupos formados em ambientes virtuais como *fanpages*, páginas de eventos, evidenciam seus projetos em comum, sua biografia, através da dinâmica que ocorrem nesses sítios virtuais, dinâmicas essas que também nos desvelam a interação desse espaço com o *vis-à-vis*.

Encontros afetivos, políticos, manifestações, dentre outros, mesmo que gestados no campo virtual tendem a migrar ao espaço atual também. A superação realizada pelo ser humano de uma situação passada, nesse caso, a criação de um espaço virtual de sociabilidade, corrobora com novas configurações da constituição dos sujeitos, da coletividade serial e de grupos, portanto, faz-se um campo novo de investigação do movimento dialético entre as práxis livres e, principalmente do que Sartre denomina de campo material, o qual passa a se constituir de virtualizações.

A contração do tempo e do espaço mudam os limites impostos ao ser humano pela vida fora dessa plataforma, o aumento do campo de interações humanas, novas ferramentas, instrumentos, novas construções linguísticas, o corpo virtualizado, enfim, essa nova realidade humana e material convida a Psicologia para conhece-la, principalmente, aqueles(as) que lançam mão da perspectiva sartreana, haja vista através do método progressivo-regressivo, poderem ser desveladas biografias singulares/universais construídas com novas feições.

### 3. A VIOLÊNCIA NOSSA DE CADA DIA: REFLEXÕES PELA PERSPECTIVA SARTREANA

Nesta parte, refletiremos sobre a violência enquanto fenômeno humano à luz do existencialismo de Sartre, reflexões essas que fazem parte de um estudo de mestrado realizado no Programa de Pós-graduação de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá. Afirmamos que a perspectiva filosófica sartreana oferece subsídios interessantes que viabiliza uma compreensão dialética da condição e práxis humana, considerando aspectos ontológicos e antropológicos como constitutivos das mesmas, para então, a partir disso, refletir sobre a violência que vivemos cotidianamente.

A violência não foi tema casual para Sartre. A realidade de sua época estava repleta de revoluções, guerras, implantações e derrocadas de ditaduras entre outros fatos em que a violência estava presente. No entanto, o investimento sartriano foi de compreender o homem e evidenciar a possibilidade de um mundo em que o ser humano fosse o objetivo maior. O homem compreendido como livre e responsável sobre si e sobre sua criação tanto na história singular quanto na universal, uma vez que todas as suas ações humanas são direcionadas ao mundo. O homem, partindo de condições dadas que não o determinam, mas como possibilidade seja de manutenção ou transcendência. Enquanto ação, criação e criatura o homem é fundamento de sua existência e da realidade humana, agindo sobre o mundo age sobre si mesmo.

Falamos em sociedade violenta, como se nós dela não fizessemos parte. Falamos da violência como externa a nós. Violento é o outro, seja este uma pessoa, grupo, instituição, etc., como se eu estivesse incólume de ações ou manifestações violentas. Percebemos a violência pelas ações ou manifestações do outro: “A primeira violência é sempre a outra pessoa que comete e nunca há guerra ofensiva, mas apenas guerras defensivas” (SARTRE, 1983, p.192). Nisso encontramos uma conduta de má-fé, pois se busca fugir da responsabilidade sobre os fatos justificando-se no outro ou no mundo.

A conceituação de violência apresenta controvérsias e dissentimentos. O dicionário Michaelis (1998) define “violência” como

qualidade do que atua com força ou grande impulso; ação violenta; opressão, tirania, irascibilidade; qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa.

Outhwaite e Bottomore (1996) no dicionário do pensamento social do Século XX expõem que o senso comum entende violência como agressão física intencional contra pessoas causando-lhes dor, sofrimento e dano. De acordo com Bobbio et al. (1998) entende-se por violência a intervenção física voluntária de uma pessoa/grupo contra outra pessoa/grupo a fim de ferir, destruir, ofender, coagir, torturar, matar. Essa concepção diferencia-se pelo fim das ações: Por

exemplo, é violência a mutilação realizada por um torturador, mas não a intervenção que um médico realiza com a finalidade de salvar a vida de outrem. A violência é exercida geralmente contra a vontade daquele que a sofre, imobilizando-o, manipulando-o, impedindo-o de cumprir determinada ação.

O termo violência usado indiscriminadamente causa confusão em vez de esclarecimento. Outra face da violência é a legitimada. Nesse tipo de violência, de acordo com Bobbio et al. (1998) representantes legais fazem uso de seu poder legítimo com o objetivo de defender supostas causas do povo a que representam. Um exemplo histórico e ainda atual é a implementação da democracia a países com outro sistema de governo. Livrar outro povo da opressão, fazendo uso da violência.

A violência tem como uma de suas funções minar a coesão, a resistência de um grupo para impor alguma modificação a seu favor. Ela não somente atinge as pessoas ou grupos envolvidos, mas também o ambiente externo (BOBBIO et al., 1998).

A realidade humana excede possibilidades de conceituação sobre os seus fenômenos. A violência não nomeada fica à margem da existência, embora real. Por outro lado, a violência quando definida como agressão física por confrontação direta obscurece outras formas de violência que danificam e infligem dor e morte. Hoje a violência é avaliada como um dos piores males, mas como entender a dor, morte e sofrimento por meios que não se encaixam na definição de violência? Seria por uma “lei de destruição”, que aparece como fundamento para a síntese das contradições?

De acordo com Outhwaite e Bottomore (1996) as convenções sobre a distinção do que é violento ou não violento em incidir dor, sofrimento, morte não são tão simples de serem discernidas: “Uma política que deliberada ou conscientemente conduza à morte de pessoas pela fome ou doenças pode ser qualificada de violenta” (p. 804). Os autores afirmam que conceber a pobreza e a exploração como violência não seria dimensionar de modo exagerado.

Um informe realizado pela OMS (2003) sobre violência e saúde, destaca os fatores macroeconômicos, sociais e políticos, ou seja, fatores estruturais da sociedade como mantenedores, produtores e reprodutores da pobreza, da fome, de desigualdades perpetradas e inamovíveis. Segundo o informe a pobreza “está vinculada com todas as formas de violência” (p. 266) e sua manutenção se dá por uma conduta de auto complacência, que é um modo de agir que condescende com a violência, às vezes por interesse próprio, outras por aceitação. São fatores que produzem os seus correlatos naquilo que Sartre chama de escassez. O entretido desses fatores com a violência é fato, mas difícil de quantificar e, como realidade humana, faz parte do cotidiano, do vivido. Tais fatores evidenciam uma contradição: embora resultado de ações humanas, a obra aparece de modo impessoal, isto é, obra sem indivíduo.

A compreensão da *práxis* intencional é possível ainda que obscuras para seus agentes. Porém, como Sartre (2002) expõe, somente “a experiência crítica

conduzir-nos-á a descobrir ações sem agente, produções sem produtor, totalizações sem totalizador, contrafinalidades, circularidades infernais” (p.190). Em que momento se dá a intersecção entre violência e o homem? Como se constituem e relacionam? A compreensão do fenômeno da violência requer falar da realidade humana, do homem, de sua existência e *práxis* no mundo com outros homens.

### 3.1. Realidade humana: questões ontológicas e antropológicas

A compreensão da realidade humana tem que ser realizada por ela mesma, haja vista que essa compreensão não vem de fora, mas é seu modo mesmo de existir. Ao compreender a realidade humana assumo meu próprio ser, “o que significa que me faço homem ao compreender-me como tal” (SARTRE, 2012a, p.23). Posso dizer que ao me conhecer dirijo minhas ações e ao dirigir minhas ações me conheço. Em cada atitude do homem reencontra-se a totalidade da realidade humana, pois ela é esta realidade e se dirige para o mundo. Homem e mundo coexistem, nunca se apartam e sendo realidade humana o homem é investigador, investigado e investigação. Sou, assim, sujeito e objeto de interrogação. “Posso então me interrogar e, sobre as bases dessa interrogação levar a cabo uma análise da realidade humana, que poderá servir de fundamento a uma antropologia” (p. 23).

A realidade humana é *nós mesmos*: O existente do qual devemos fazer a análise [...] é nós mesmos. O ser desse existente é meu. [...] A realidade humana é por essência sua própria possibilidade, esse existente pode escolher-se ele próprio em seu ser, pode ganhar-se, perder-se (SARTRE, 2012a, p. 22, grifos do autor).

Ontologia e historicidade fazem parte da condição humana na perspectiva sartreana: pelo viés ontológico, Sartre (2012a) remontou, pela redução fenomenológica, “até a origem do homem, do mundo e do psíquico: a consciência transcendental e constitutiva” (p. 21) constituindo fundamentos para uma Psicologia; e pelo viés antropológico, influenciado pelo marxismo, Sartre (2002) concebeu o homem como produto e produtor da historicidade - individual e coletiva - em que história singular e universal torna-se materialidade ou prático inerte, isto é, resultado das ações de outros homens.

Toda e qualquer ação que o homem empreende é dialética, pois ontologicamente ele é dialético e pode tornar inteligível a história humana, não como algo fechado, mas como um processo, como uma incessante totalização rumo ao devir.

Desprovido de natureza humana e um sentido predeterminado, o homem só encontra ele mesmo para construir a sua essência e atribuir valor à sua existência. A característica primordial do homem é a liberdade: o homem está condenado a ela. Porém, esta liberdade implica a facticidade, ou seja, o homem

existe e principia sua história a partir de algumas condições iniciais dadas que ele não escolhe, mas fazem parte de sua história constitutiva. A situação limita os possíveis e não extingue a liberdade, mas a evidencia constringendo-a. “Precisamente para a realidade humana, existir é sempre *assumir* seu ser, isto é, ser responsável por ele em vez de recebê-lo de fora como faz uma pedra” (SARTRE, 2012a, p. 22, grifos do autor). Pela indefinição original, o homem é a princípio um projeto de ser. O nada que o caracteriza é abertura para se fazer e nisto está a subjetividade: “o homem nada é além do que ele se faz .... é, antes de tudo, aquilo que projeta vir a ser, e aquilo que tem consciência de projetar vir a ser .... é um projeto que se vive enquanto sujeito” (SARTRE, 2012b, p.19). Assim, a subjetividade tem papel preponderante e é base da realidade humana para Sartre (2002; 2011).

Consciência e mundo são co-originários e interdependentes: a consciência precisa do mundo para se preencher e o mundo precisa da consciência para ser nomeado, significado, conhecido. Assim, o homem, unicidade corpo/consciência no mundo, agirá sobre o mundo segundo a significação dada pela consciência ao que por ela foi captado. A consciência se preenche a cada ato intencional da mesma, não sendo acumulativo, pois ela é um constante escoamento do objeto captado ao posicionar outro objeto, ou seja, a cada percepção, seja esta real ou imaginária. A consciência não absorve o mundo, mas se relaciona com ele (SARTRE, 2011). A intencionalidade da consciência é ato de projeção para fora de si, transcendente para as coisas e consciência das coisas.

Quanto ao conhecimento sobre a realidade humana Sartre (2011), abordando a ontologia fenomenológica, concebe que a investigação principia no cotidiano do homem. Pelo princípio de ir às coisas mesmas, chegar à essência e descrever a concretude da existência. “O concreto [...] é o homem no mundo” (p. 43). Com essa afirmativa rompe-se com o dualismo idealista e o materialista que separava por um lado a consciência do sujeito (ser interior, pensante, subjetividade) do mundo (coisa exterior, ser material, realidade objetiva), considerando o ser humano como corpo-consciência em relação com o mundo.

A semelhança entre os homens reside na liberdade ontológica que integra a condição humana. Esta igualdade diz respeito ao Ser e nele não há hierarquia possível, não há ser inferior ou superior (BEAUVOIR, 1982). Antropologicamente enquanto processo o homem é possibilidade e através da liberdade situada numa dimensão histórica, considerando a facticidade, realiza sua singularização concreta. É a busca pela transcendência da relação tensional entre facticidade e liberdade que alicerça a construção da existência e história humana e nessa trajetória o homem, ser vivente, se diferencia dos semelhantes. Esse processo é vivido como apropriação singular na/pela *práxis* (SARTRE, 2002; 2011).

A realidade humana se constitui e se manifesta por uma pluralidade de homens e o conflito é uma de suas características. Diferentes indivíduos com diferentes projetos confrontam suas liberdades num mesmo campo prático. É

no campo prático comum, enquanto meio de totalização singular, onde cada sujeito se realiza projetando sua liberdade que se dá o confronto das liberdades e produz o conflito intersubjetivo de liberdades. Nesse campo prático, os projetos intersubjetivos são limites recíprocos dificultando uma empresa em comum que, ou se desmantela no próprio processo do empreendimento comum ou tende a ocorrer imposição temporária de um controle das individualidades por uma hegemonia. Nesse dinamismo cada indivíduo significa de maneira particular a sua história e a história que constrói conjuntamente com outros homens. (SARTRE, 2002). A alteridade como conflito se constitui e se define nas atividades humanas, que é vivido justamente nas relações concretas, na *práxis*.

Na descrição realizada por Sartre (2011) a intersubjetividade manifesta-se como conflito, como luta: “O conflito é o sentido originário do ser-Para-outro” (p. 454). Para mim mesmo sou pura liberdade, mas ao encontrar-me com o Outro, sou atingido e transformado pela sua presença.

Tudo que vale para mim vale para o Outro. Enquanto tento livrar-me do domínio do Outro, o Outro tenta livrar-se do meu; enquanto procuro subjugar o Outro, o Outro procura me subjugar. Não se trata aqui, de modo algum, de relações unilaterais com o objeto-Em-si, mas sim de relações recíprocas e moventes (SARTRE, 2011, p. 454).

A violência se manifesta no centro das relações interpessoais, pois a experiência de ambos é de negação recíproca, portanto de difícil conciliação e possibilidade de encontro pacífico. A alteridade aparece como rivalidade e ameaça. O outro nunca poderá ser reduzido a mim nem eu a ele devido à liberdade originária que nos fundamenta. Na relação com o outro, o olhar recíproco é condição ontológica. Através do olhar, o outro capta minha consciência a sua maneira e me outorga de fora um ser fixo naquele momento, qualificando-o. A analogia adequada deste ato é a petrificação pelo olhar da medusa, evidenciando que além de ser para-si sou para-outro. Vivencio a violência pela experiência de ser objeto possuído pelo outro.

Nesse encontro de liberdades confrontadas o indivíduo se experimenta enquanto objeto ou sujeito dependendo da relação que estabelece como o outro. Sartre (2011) expõe duas condutas possíveis: colocar-me de objeto para o outro, escolhendo ser aquilo que o outro deseja ou, fazendo-me sujeito contra atacando o olhar do outro, colocando-o como objeto. A simultaneidade em assimilar o outro enquanto sujeito e objeto é inviável. Assim, buscamos retomar a posse de nossa autonomia sobre o nosso ser e lutamos contra esta expropriação ameaçadora. Sendo o outro a base do conflito, há alguma compreensão possível para transcender esta tensão?

Em sua trajetória interrogativa sobre a existência humana, a atividade sartreana buscou articular a subjetividade enquanto conduta existencial, a experiência histórica da liberdade e a dialética da *práxis* individual/coletiva (SILVA, 2003). Na *Crítica da razão dialética* Sartre (2002) aborda sobre os tipos de reciprocidades possíveis enfatizando que não se pode desconsiderar que os

indivíduos que fazem parte dessa sociedade estão separados, mas vinculados por relações de reciprocidade. O coletivo social é uma “totalidade destotalizada” (p. 68), está sempre por terminar-se sem nunca o concretizar.

Sendo assim, a realidade humana é composta pelas atividades concretas dos membros que a configuram através da relação indivíduo/grupo ou particular/universal, em um processo interminável e dinâmico de construção histórica, social e dialética, sendo produto e produtor da mesma. “É em seu ‘campo social’ [...] que o homem faz a aprendizagem de sua condição” (p. 68-69). Os indivíduos estão unidos por relações de reciprocidade não tanto como seres abstratos, mas através de sua *práxis*, apesar de afastados. Ela não os resguarda da alienação, porém é base nas relações entre os homens e, manifestada a reciprocidade, a própria existência é modificada pela existência do outro.

O homem, Ser concreto em um mundo concreto, age sobre ele e o modifica, modificando-se. Neste processo, ao agir sobre a matéria, ele decide o outro que ele virá a ser sendo o seu próprio meio do outro que será. Assim, diz Sartre (2002) o homem, constantemente,

faz-se o instrumento, o meio desse futuro estatuto que realizá-lo-á como Outro; é lhe impossível tomar seu próprio presente como fim [...] o homem como futuro do homem é [...] sempre um remanejamento da ordem material que tornará o homem possível (p.225).

O fim é produção de algo e nesse processo de criação é que o homem inventa-se a si mesmo, em um transcender ao que está posto, ou seja, as condições concretas, sociais e históricas, em direção ao futuro e de si mesmo em direção ao mundo, sendo o seu próprio instrumento e não alteridade como fim (SARTRE, 2002). Vê-se que este é um processo no qual a reciprocidade aparece como fundante.

A reciprocidade impõe que através da dimensão teleológica de um indivíduo, se apreenda a do outro. Tanto o outro quanto a situação histórica são limites às possibilidades projetadas em direção a uma totalização na historicização, isto é, “*al proyecto que el para-si hace respecto a si mismo en la historia*” (SARTRE, 1996, p. 159). Enfrentados, realidade e possibilidade, as nossas ações visam superação das contradições, não as desconsiderando, mas incluindo-as como parte da alteração na superação rumo a uma totalização. Os obstáculos evidenciam a liberdade e a ação para ultrapassar os mesmos. Superação que considera os contrários englobando-os no processo de totalização: superação e conservação.

Na perspectiva sartreana o indivíduo por meio de sua *práxis* se agrega ao coletivo das práticas humanas incorporando-a de modo singular pela interiorização e incorpora-se ao coletivo pela exteriorização da sua singularidade. As diferentes singularidades no coletivo fazem parte do processo de totalização porque faz a inserção da diversidade de modo dialético. Na *práxis* o conflito se evidencia ao inseri-la no conjunto das práticas coletivas.

Quiçá pela inserção do outro e a impossibilidade do império absoluto do para-si compreendamos a afirmação de Sartre (2011) de que “o homem é uma paixão inútil” (p. 750). Não importa o quanto lutemos, o conflito não se extinguirá e não reempossaremos o nosso ser-para-Outro. Assim, a violência na alteridade se configura pela negação da liberdade do outro. Esta violência é originária da existência humana e servirá de base para outras formas de violência.

### **3.2. Violência e escassez**

A violência não é um fenômeno natural e/ou abstrato, é humana. Quanto a esse fenômeno, Sartre (1983) evidencia “um dos princípios essenciais da violência: ela sempre se dá como não tendo começado” (p.192) e quando se evidencia justifica-se que o outro a começou. Por um lado a violência principia na liberdade, pois a escolha é o ser da liberdade (ontologia). O indivíduo, transcendendo a facticidade, revela sua escolha ao inserir no mundo e em meio a outros homens a sua ação (antropologia) que pode ser de modo violento. Estes termos, ontologia e antropologia estabelecem uma relação de tensão e, ainda que ambíguos, são constitutivos do homem e interdependentes. Ressaltamos que estes aspectos não existem ou são vividos separadamente, mas compõem o humano.

Por outro lado, há desconsideração da alteridade no ato violento. O indivíduo ao escolher agir em liberdade absoluta, negando a humanidade do outro, ou seja, desconsiderando a liberdade alheia, pode incidir em violência. Na liberdade absoluta o indivíduo age buscando seu objetivo. Àquilo que se interpõe a sua liberdade ele os anula, pois são simples excedentes, barreiras, coisas supérfluas a serem superadas. Alcançar a meta é buscar o seu valor absoluto, menosprezando o sacrifício alheio. A ação do violento é de destruição, não de criação, pois ele desconsidera o mundo, a alteridade.

Negligencia o Outro na realização de seu projeto e não reconhece projetos distintos ao seu. Enfim, o outro enquanto liberdade inexiste para ele (SARTRE, 1983).

Alienação e opressão se configuram como motivos da violência e ao se desconsiderar a alteridade como liberdade nega-se a condição humana. Não há mediação possível para o indivíduo que escolhe a violência enquanto ação, pois essa não é a sua finalidade. Foca-se unicamente em alcançar o fim pretendido. Isto é, o indivíduo se recusa à reciprocidade, não aceita ser fim para o outro, não se colocando enquanto instrumento a favor do projeto do outro. Essa ação baseia-se numa reciprocidade negativa, de acordo com Sartre (2002). Porém não é algo abstrato, pois essa luta tem como condição material a escassez, ademais, “o objetivo real é uma conquista objetiva ou, até mesmo, uma criação da qual o desaparecimento do adversário não é senão o meio” (p. 226). Neste modo de ação não há conciliação entre oposições. A destruição praticada pelo violento representa a destruição do outro, que é mero obstáculo no seu caminho.

Faz parte de nossa história sacrificar alguns em benefício de outros. A “sociedade designa seus produtores subalimentados e escolhe seus mortos” (SARTRE, 2002, p. 264). Vivemos numa sociedade em que não há lugar para todos, realidade que é vivenciada pelos excluídos ou por aqueles que lutam para manter um espaço na vida coletiva. Negar este fato é mais tentador, não se reconhecer nele é alienação e reconhecê-lo passivamente evidencia nossa cumplicidade e solidariedade com a violência. O fenômeno escancara-se frente aos nossos olhos. Negar a realidade não nos isenta da responsabilidade.

Sartre (2002) encontrou no fenômeno da escassez resposta às suas questões quanto à origem da violência. Distante de um abstrato, conceber a violência a partir da escassez teve como escopo esclarecer a manutenção do fenômeno já vivido nos primórdios. Aron (1975) considera que pensar desta maneira é “pensar na esperança que temos de que ultrapassada a escassez, a violência desapareça” (p.49). A escassez se evidencia quando algum produto existe em determinado campo social, mas de modo insuficiente para todos segundo Sartre (2002). No interior da escassez,

mesmo se os indivíduos se ignorassem, mesmo se as estratificações sociais, estruturas de classe rompessem claramente a reciprocidade, cada um no interior do campo social definido existe e age em presença de todos e de cada um” (p. 240).

Ainda que o homem desconheça a quantidade de indivíduos que compõe a sociedade, ou a relação do homem com substâncias naturais, objetos e instrumentos de sua própria produção os quais evidenciam a escassez, mesmo assim essa pessoa “talvez explique a penúria presente com razões absurdas e destituídas de verdade” (SARTRE, 2002, p. 240).

Para Sartre (2002) “A escassez fundamenta a possibilidade da história humana e não a sua realidade” (p. 238). A escassez não é suficiente para o desenvolvimento da História ou para transformá-la em repetição. Ela é meio, pois “é relação individual e meio social” (p. 239) como relação de uma multiplicidade de indivíduos. Isto é, a escassez de modo perpétuo e real, é tensão seja do homem com o ambiente, do homem com o outro homem

que, de qualquer maneira, dá conta das estruturas fundamentais (técnicas e instituições): não enquanto as teria produzido como uma força real, mas enquanto foram feitas *no meio da escassez* por homens cuja *práxis* interioriza tal escassez, mesmo pretendendo superá-la (p. 239, grifos do autor).

Diferente do objetivo daquele que busca suprir somente as suas necessidades, Sartre (1960) expõe que o objetivo do revolucionário é buscar o bem comum e aquele que não partilha desse fim, buscará se igualar ao dominador. Este pensa somente em si mesmo e o que conquista, seja da forma que for, considerará mérito e propriedade sua. Não temos a cultura da solidariedade, menos ainda que sejamos comparados aos fracassados, ou seja, aquele que não domina, ao pobre. O objetivo da classe dominada é alcançar o

bem (riqueza de vassalos) e não o Mal (pobreza proletária). Como não se logra aceder à classe burguesa, muitas vezes usa-se de artifícios como uma representação simbólica de pertencimento ao que não se tem. Na sociedade capitalista contemporânea, pautado no consumo, a marca pode ser esse artifício. Orwell (2005) coloca a marca como o desejo da massa de diferenciar-se dos demais, sendo que a marca faz a massa que jaz sob o domínio da mídia. Sem dar-se conta que a marca é justamente a fonte de riqueza de quem a escraviza.

Encontramos assim um aspecto contraditório na manifestação dos indivíduos: buscam diferenciar-se dos dominados almejando ser parecidos aos dominadores. A semelhança almejada está carregada de valor simbólico que repousa na riqueza, na abundância. O escopo do homem atual não está em tornar-se semelhante aos outros indivíduos reconhecendo-se como feitura de todos os homens, mas sim naquilo que o pode diferenciar dos demais que não compõe o objeto do seu desejo. Esta característica dificulta as relações baseadas no respeito e solidariedade exacerbando as da competição. Quanto ao pobre podem-se encontrar atos de misericórdia, mas não de identificação, pois a pobreza não é objeto de desejo, de consumo, embora grande parte da humanidade vive nela. Busca-se a abundância e transpor a escassez.

Um campo de luta e conflito deriva da escassez. De acordo com Sartre (1960),

*La muerte, la desocupación, la represión de una huelga, la miseria y el hambre no son ideas. Son realidad de todos los días, vividas en el horror. Poseen sin duda una significación, pero conservan sobre todo un fondo de opacidad irracional (p. 133).*

A concepção dialética sartreana “*excluye toda determinación anticipada, toda coacción, toda limitación, y tiene como último resorte la praxis individual, anterior y superior a toda ley y a toda verdad*” (Aron, 1975, p. 203). Destarte, a existência de cada qual se define pela escassez simultaneamente em que cada um é ameaça para existência de outro e de todos. Assim há um aspecto de inumanidade em cada homem, contudo essa inumanidade de modo algum vem de uma natureza do homem, mas pelo “reino da escassez” (SARTRE, 2002, p. 243) que mantém certa estrutura inerte de inumanidade. É do âmbito das relações dos homens entre si num campo prático, anteriormente constituído na escassez e pela negação material incorporada que a inumanidade se conforma. A escassez é para Sartre (2002):

Uma unidade negativa da multiplicidade dos homens. [...] É negativa em relação aos homens, uma vez que vem ao homem pela matéria *enquanto* esta é inumana (isto é, enquanto sua presença de homem *não é possível* sem luta sobre esta terra); portanto, isso significa que a primeira totalização pela materialidade manifesta-se (no interior de determinada sociedade e entre grupos sociais autônomos) como possibilidade de uma destruição comum de todos e como possibilidade permanente de cada um de que essa destruição pela matéria lhe

aconteça através da *práxis* dos outros homens. (p. 240, grifos do autor).

A minha produção além de ser minha negação, ou seja, está alheada de mim, se volta contra mim de modo inerte, mas ativo enquanto materialidade, história. É uma inércia ativa: não a posso transformar uma vez que já é matéria, pois passado é; assim posso transformar no presente por ações que visam o futuro. Laing e Cooper (1976) afirmam como “a totalização do homem pelo seu extermínio” (p. 78), o próprio vir a ser incessante. Podemos dizer também que a totalização é superação sem destruição, é transcendência sem extermínio, um passo a frente ou um giro na espiral.

A mediação que ocorre entre materialidade e homem é recíproca. No campo da *práxis* os indivíduos em sua pluralidade relacionam-se com o campo coletivo e individualmente, bem como reciprocamente entre eles. É no campo material que acontece a alienação primeira. Nele, por algumas ações passivas a materialidade, anterior *práxis* do homem, retorna a ele como contrafinalidade, contradizendo a finalidade de suas ações anteriores. Essa *práxis* que se volta contra o homem configura o que Sartre chama de *antipráxis*. Esta alienação pode se manifestar tanto em e através de outros modos de alienação, ser tanto base ou condição de outras, como afirmam Laing e Cooper (1976).

A nossa relação com a materialidade, segundo Sartre (2002) está baseada na mutualidade da necessidade-escassez, que por sua vez é constituidora da materialidade, da história. O mundo todo, incluindo o homem, é objeto de consumo para cada um pela determinação da escassez. Isso porque a escassez evidencia o humano como excesso, dispensável e como ameaça. Por ela o homem é quantificável e intercambiável. Por ser também coisa, o ser humano apresenta-se também como inumano, como outro-que-não-eu. Sou uma ameaça para o outro como ele também é para mim. O reino da escassez, sendo interiorizada pelo indivíduo, pode alterar a reciprocidade pela sombra ameaçadora do outro sobre cada qual.

Necessidade e escassez determinam as bases maniqueístas da ação e da moral. A violência e a contraviolência serão, talvez, contingências, mas são também necessidades contingentes e a consequência imperativa de qualquer tentativa para destruir esta desumanidade é que ao destruí-la no contra-homem só posso nele aniquilar a humanidade e assim realizar em mim a sua desumanidade. Matando, torturando, ou simplesmente mistificando, meu objetivo é suprimir sua liberdade - esta é uma força, algo de *trop* (excesso).

Enquanto o nosso destino for a escassez, o mal é irremediável e isto deve ser o fundamento de nossa ética. A unidade negativa da escassez interiorizada na desumanização da reciprocidade é reinteriorizada para todos nós na unidade do mundo como campo comum de nossas oposições, como a unidade contraditória de múltiplas totalizações contraditórias e esta unidade, nós, por nossa vez, a reinteriorizamos numa nova unidade negativa. (LAING e COOPER, 1976, p. 79-80).

A escassez de que o autor fala inclui diferentes contextos e reforça que seria preciso um estudo para abordá-la como condição de possibilidade histórica. Ressalta que o tempo é um tipo de escassez desconsiderada por autores que a abordaram, como Engels por exemplo.

Pela inteligibilidade dialética, a escassez evidencia que o homem tem a sua ação roubada e deformada no mundo no qual se insere. A alienação primeira se dá quando o homem altera e se objetiva que também é uma necessidade primária. A matéria é subjetivada pelo homem ao mesmo tempo em que é a objetivação do homem pela matéria. Além disso, a matéria, que é inerte, contém o trabalho do outro que retorna a cada um. A escassez principia a violência em que o outro é aquele que pode me exterminar.

O homem, a cada instante, vê sua ação roubada e totalmente deformada pelo meio em que ele se inscreve. É, *antes de tudo*, essa tensão que, pelo risco profundo que faz correr a qualquer homem em sociedade, pela violência difusa que cria em cada um e em todos, pela possibilidade que fornece a cada um de ver chegar junto de si o amigo mais próximo como um animal estranho e feroz, confere a toda práxis, no nível mais elementar, um estatuto perpétuo de extrema urgência e faz de cada uma, seja qual for seu objetivo real, um ato de hostilidade contra outros indivíduos ou outros grupos (SARTRE, 2002, p. 262, grifos do autor).

Um aspecto relevante da escassez é que ela altera o caráter do encontro entre as *práxis*, isto é, da reciprocidade. Esta é *práxis* que pode ser positiva ou negativa dependendo das circunstâncias anteriores e da materialidade que define o campo prático. O antagonismo das reciprocidades se fundamenta

na relação da multiplicidade dos homens com o campo da ação, ou seja, na escassez [...]. A escassez como ameaça de morte produzia cada indivíduo de uma multiplicidade como um risco de vida para o outro.... O outro é um excedente e como tal me ameaça (SARTRE, 2002, p. 807-808).

A escassez condiciona a violência, também a inumanidade sem uma intervenção visível no sucessivo. “Presente em toda parte, em nenhuma parte aparece” (ARON, 1975, p. 50). No entanto a matéria sobre a qual a *práxis* estampa sua marca e a evidencia como matéria trabalhada e a pluralidade de consciências através da qual a *práxis* aparece perdida e isolada simultaneamente, são causas e manifestações constantes da alienação da consciência, da materialidade, ou seja, do prático inerte onde a liberdade é constringida e restringida. Sartre (2002) afirma:

É o *produto* que designa os homens como Outros e que se constitui a si mesmo como Outra Espécie, como contra-homem; é no produto que cada um produz sua própria objetividade que volta a ele como inimiga e o constitui a si mesmo como um outro (p.263).

A história, como aventura humana singular, é feita de materialidade e escassez. Na luta contra a escassez,

parece que os homens estão unidos por essa negação inerte e demoníaca que lhes toma sua substância (isto é, seu trabalho) para retorná-la contra todos sob a forma de *inércia ativa* e de totalização por extermínio (SARTRE, 2002, p. 235, grifo do autor).

É possível um mundo sem escassez, porque ela é um fato contingente, mas o fato é que a “escassez é uma relação humana fundamental (com a natureza e com os homens). Nesse sentido, deve-se dizer que é ela que faz de nós os indivíduos que produzem *esta* História e que se definem como homens” (SARTRE, 2002, p. 236, grifos do autor). A escassez se faz presente em nosso mundo e oprime escravizando o homem à humanidade.

O fato de Sartre enfatizar a contingência da escassez na História remete à não-necessidade da mesma, pois a possibilidade de ser ou não ser desta ou outra maneira remete à liberdade original e irreduzível do homem embora em situações extremas existe margem de possibilidade de fazer diferente, de liberdade.

Ao falar sobre a atividade exercida sobre a materialidade como objetivação alienada da *práxis* individual e coletiva, Sartre (2002) assevera que quando entre grupos houve trocas embora contratuais, um deles obteve benefícios e concentração de todos os bens enquanto o outro foi expropriado: “isso não impede que tudo se faça *na* violência – e não *pela* violência: essa maneira de viver a troca como um duelo caracteriza o homem da escassez” (SARTRE, 2002, p.264, grifos do autor). Esta afirmação do autor citado explica como e porque “[...] uma sociedade designa seus produtores subalimentados e escolhe seus mortos” (p. 264). Fato que segue ocorrendo após milhares de anos de história humana.

É preciso estudar o tipo de ação passiva que a materialidade, como tal, exerce sobre os homens e sobre sua História, retornando-lhes uma *práxis* roubada sob a forma de uma contrafinalidade. A História é mais complexa do que julga um certo marxismo simplista e o homem não tem de lutar somente contra a Natureza, contra o meio social que o engendrou, contra outros homens, mas também contra sua própria ação na medida em que ela se torna *outra* (SARTRE, 2002, p. 264, grifos do autor).

É por essa alienação primitiva que se descobre a antipraxis como necessário e novo andamento da *práxis*. Somente pela experiência crítica é que podemos nos dar conta do fluxo que vai da *práxis* individual à História, sendo esse um movimento de transcendência.

#### **4. O USO DE CRACK POR ADOLESCENTES COMO EXERCÍCIO DE SUA PRAXIS.**

Nesta terceira e última temática, teceremos compreensões acerca do fenômeno de uso e abuso de drogas por adolescentes, em especial o *crack*, devido seu alto poder de dependência e sua disseminação em uma grande parcela da população brasileira.

É exatamente na passagem do uso para o abuso que este trabalho intenciona-se a revelar. Como poderia um adolescente substituir seus planos, anseios e desejos pela satisfação do uso de droga? O que aconteceu na vida desse sujeito para que tal substância ganhasse tamanha relevância? E ainda, de que maneira a droga confere um sentido de existência para ele?

O sentido de compreensão desses fenômenos nesta condição de adolescência se justifica na medida em que considera-se os estudos e dados estatísticos atuais sobre o uso de drogas no Brasil, na qual a maioria desses usuários tiveram suas primeiras experiências na adolescência. Ora, o que teria de tão incomum nesse período da vida chamada adolescência que os fazem aproximar da droga? Qual seria o motivo para fazerem desse uso a atividade mais importante de suas vidas?

É sabido que o uso de drogas de toda natureza tem acompanhado a trajetória histórica do homem desde os primórdios de sua existência. Sua evidência está expressa nas obras de arte, nos romances, cinema, tradições culturais, religiosas, entre outras produções humanas.

Muitos alimentos apresentam a propriedade psicoativa, ou seja, alteram de alguma maneira as funções do Sistema Nervoso Central, e fizeram parte da história da humanidade assumindo diversos papéis de profunda relevância para a manutenção e prosperidade. Muitos analgésicos serviram para alívio de dor física e espiritual, os tranquilizantes como recurso para a insônia e os estimulantes para a caça, favorecendo a superação das adversidades cotidianas (CARNEIRO, 2009).

Dessa forma, compreendemos que nem sempre o uso de droga caracterizou-se enquanto um problema. A droga sempre ofereceu ao homem a possibilidade de transcendência de sua humanidade, minimizando suas limitações; é justamente pelo reconhecimento de sua humanidade limitada que o homem se angustia e tem nas drogas o poder para a transcendência de mal-estar existencial.

A busca pela droga, segundo Bucher (1986), pode assumir os seguintes sentidos ao longo da história da humanidade: o primeiro sentido é o de fugir da transitoriedade e angústia de ser homem; um segundo sentido é atribuído à possibilidade de contato com forças divinas e, por fim, um terceiro sentido de busca de prazer.

Nessa experiência cultural com a droga é possível identificar aqueles cujo projeto existencial excede a barreira social, assumindo conotações compulsivas para a repetição do uso. A caracterização do que se possa chamar de excesso

se torna tarefa difícil de delinear para as ciências psicológicas diante da singularidade e complexidade humana. A sociedade se organizou de maneira a criar espaços para novas formas de uso, como as que denominamos de toxicomania, ou seja, quando o indivíduo, em algum momento da sua experiência com a droga torna-se dependente tanto física como psicologicamente, acreditando perder o poder de escolha ou não escolha do seu uso.

Para Santos e Costa-Rosa (2007), diante da droga,

o toxicômano se defronta com sua incapacidade de pensar, reagindo com uma ação compulsiva, correspondente de uma tensão que parece ser vivenciada como impossível de baixar por outros meios. (p. 489)

O indivíduo fracassa no controle de si e sobre a droga, lançando-o à uma reorientação de seus projetos pessoais em detrimento do uso da droga.

A compreensão existencial-fenomenológica da questão parece-nos uma opção bastante razoável para o entendimento do uso/abuso do *crack* por adolescentes, uma vez que o olhar fenomenológico preocupa-se com o fenômeno no seu mostrar-se na própria experiência de quem o vivencia. A relevância desta perspectiva é que possibilita a compreensão da maneira pela qual os adolescentes existem através do uso de *crack*, ou seja, a maneira como ele escolhe existir no mundo segundo suas possibilidades existenciais.

O existencialismo sartreano oferece um aporte teórico capaz de subsidiar tal compreensão do momento existencial desses adolescentes no mundo. Sartre (2012b) entende que o homem é livre para escolher seu modo de existir no mundo e, por isso, responsável pelas suas escolhas. Os comportamentos, pensamentos e hábitos são formas do existir humano e o uso/abuso é uma delas. Para Sartre é através das escolhas que reconhecemos o sentido do projeto existencial humano, em outras palavras, seu sentido de existir.

#### **4.1. O que é ser Adolescente?**

Conhecer a condição existencial adolescência é também reconhecer os limites da facticidade dessa vivência e suas implicações para a vida humana. De acordo com a perspectiva sartreana, não há nada que define o homem *a priori*, ele se torna aquilo que escolhe ser, este conceito se mostra bastante suficiente para romper com qualquer preceito naturalista sobre o ser humano, como se houvesse uma predeterminação capaz de nortear suas condutas.

O intuito da discussão sobre a adolescência neste trabalho está longe de realizar um levantamento sobre as principais características comuns a esse período e supor, que por esta condição, os adolescentes devam se comportar dessa ou daquela maneira. O viés advém da valorização de um sujeito que se escolhe, mas mediante sua realidade e vivência, nesse sentido, as características da adolescência oferecem-nos apenas um referencial da

faticidade dos sujeitos que as experienciam, quando da sua relação dialética com o mundo.

Portanto, é nesta condição de adolescente que o mesmo se faz adolescente, não haveria outro responsável por adolecer do que o próprio Ser que o vivencia.

Apesar de não haver uma definição legal de população jovem no Brasil, o marco jurídico de maior relevância que define adolescência e infância no país é o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. O Estatuto dá cumprimento aos objetivos instituídos pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança das Nações Unidas e “reconhece todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos nas diversas condições sociais e individuais” (UNFPA, 2010, p. 59).

As alterações mais visíveis na adolescência acontecem no corpo, pela manifestação hormonal, há um rápido crescimento da altura de maneira até desproporcional ao que ele vinha desenvolvendo até então, garantindo ao adolescente experimentar a sensação de habitar um corpo estranho. Essas constatações são perceptíveis ao adulto que passa a cobrar comportamentos mais responsáveis e condutas maduras que refletirão na posição defensiva que o adolescente se apoia para realizar tal transição. Por se tratar de uma intensa transformação biopsicossocial, o adolescente encontra-se em constante ambivalência, pois, ao mesmo tempo em que experimenta a confortável condição de ser criança, percebe a necessidade de adquirir autonomia do mundo dos adultos (OLIVEIRA, 2002).

Segundo Aberastury (1980), tal período é caracterizado por diversas crises, por ser marcado pela elaboração de diversos lutos reunidos no que ela chama de “lutos da adolescência”, no qual consiste em sucessivas perdas que lhe garante seu desenvolvimento. Tais perdas estão ligadas à elaboração de conteúdos como: luto do corpo infantil; luto pela identidade infantil; luto pelos pais da infância.

Já para Bessa (2004), a adolescência é o período cujas transformações físicas são intensas e por isso a distância entre o ser e sua autoimagem provoca intensa irritabilidade e falta de confiança em si. Por outro lado, é também tomado de intenso sentimento de onipotência que o coloca diante de seus limites e busca por novas experiências. Essas percepções contrárias de si faz com que também perceba de modo diferente as relações e, portanto, o posicionamento crítico se torna recorrente, questionando principalmente as figuras de autoridade (pais, professores, irmãos mais velhos, etc).

Com o desenvolvimento do pensamento abstrato, há um amadurecimento na forma de pensar passando a questionar a veracidade das coisas e então surgem os conflitos com aqueles que apareçam para o jovem como “detentores da verdade” (figuras de autoridade), assim o jovem acaba preferindo o afastamento afetivo encontrando refúgio, geralmente no seu quarto, mas pode acontecer em outros ambientes também como na rua, por exemplo. À medida que afasta psiquicamente da família ou quem represente esta instituição social,

aproxima-se da unidade grupo. Na convivência com os amigos encontrará referências e valores que o ajudarão a lidar com seus conflitos de modo que passa, por assim dizer, a organizar os princípios e valores constituintes de sua personalidade (BESSA, 2004).

Este afastamento é comum e não representa ainda uma problemática de ordem psicológica grave, trata-se apenas de um movimento de amadurecimento e necessário para a organização psíquica do adolescente, todavia, não exime a responsabilidade, por parte dos cuidadores ou responsáveis, de verificar em que nível acontece esse isolamento. Reconhecer este período se torna importante para não abandonar o jovem em sua reclusão.

Sobre isso Bock (2002) afirma que esse afastamento da família é uma fase de interiorização, expresso em atitudes aparentemente antissociais, mas seu alvo é, na verdade, a sociedade, e passa a considerá-la como passível de ser reformada e transformada. Atinge o equilíbrio quando compreende a importância da reflexão para a mudança da realidade.

Vale lembrar que cada adolescente representa uma individualidade e, portanto, não é uma regra que tais mudanças sejam comuns a todos, não necessariamente passarão por todas essas fases e nem na mesma intensidade. Há aqueles cuja passagem se dá por um modo bastante tranquilo, desmistificando a ideia de que se possa universalizar o estereótipo de adolescentes ser todos conflituoso. São apenas características comuns a este período. Falar de desenvolvimento humano é sempre uma tarefa difícil quando nos enrijecemos em leis teóricas que explicam tais mudanças como regras gerais ou padrões invariáveis.

Face ao exposto, estamos diante de um sujeito cujo amadurecimento pode lhe parecer necessário, conflituoso e gerador de crises. Além disso, não acontece de maneira descontextualizada do seu meio social e, sobre isso, Rocha (2002) afirma ser importante conhecer os elos que liga o adolescente à sua sociedade, que código de enfrentamento que se cria entre eles.

Esta autora afirma que devido às constantes transformações da contemporaneidade e a crescente complexidade social, trazem ao adolescente a dificuldade de compreender a realidade devido à diversidade de formas de valores, afetos, tradições e perspectivas. O individualismo exacerbado, insegurança pública pelas práticas violentas gera, no movimento de autodefesa, a redução das relações sociais e trocas de experiências (ROCHA, 2002).

Ser adolescente atualmente significa enfrentar os desafios relativos aos laços sociais contemporâneos, cuja abrangência identificatória está atrelada ao enfraquecimento dos ideais. O adolescente experimenta os impasses constitutivos de uma sociedade cujos valores humanos estão em contradição, portanto, ao mesmo tempo em que revela, é afetado pelo sintoma social contemporâneo (COUTINHO, 2005).

O uso de droga pode ser considerado uma modalidade ou expressão dessa condição social permissiva. Uma das possíveis hipóteses para o uso de drogas entre os adolescentes está ligada ao sentimento de pertencimento no

grupo que as drogas, de um modo geral, oferecem para eles. Com isso, constituem sua identidade através das relações obtidas em grupo e por estarem em constante desamparo pela desapropriação dos valores infantis, encontram no grupo subsídios para a constituição de sua identidade. Vale notar que cada grupo apresenta suas regras e modos de existir bem definidos, seus membros conhecem as normas que podem variar desde um conjunto de estilos expressos nas roupas, calçados, como também em gírias e até uso de drogas (OLIVEIRA, 2002).

Groisman e Kuznetzof (1984) também compartilham da mesma ideia, para eles, o adolescente pode afirmar-se perante o grupo através do uso de droga na tentativa de conquistar sua identidade, uma vez que é na unidade grupal que adquire segurança e estima pessoal.

Apesar da importância na constituição da identidade do adolescente, dependendo do tipo de conduta e regra que os grupos adotarem, poderá acarretar ganhos e/ou prejuízos na constituição da personalidade desse jovem, no caso da droga, há um ganho bastante importante quanto tornar-se membro do grupo, porém, sem dimensionar a extensão do impacto profundo que a droga pode deixar em sua existência.

Cabe ressaltar que nem sempre é o grupo o responsável pelas perversões dos jovens, pois se o mesmo não pôde estabelecer uma forte vinculação e identificação com suas figuras parentais, a mesma dificuldade estará expressa nesse movimento de grupo. Portanto a escolha do tipo do grupo mostrará em que momento existencial se encontra o jovem (OLIVEIRA, 2002).

Silber e Souza (1998) destacam que além das questões internas, o adolescente precisa lidar com as pressões externas ou campo social. Assim, a droga pode aparecer ao jovem como uma solução para lidar com os problemas gerados por uma cultura em crise, ou seja, como forma de vivenciar, de maneira segura, seus conflitos (família, escola e grupos afins).

A droga pode ser usada pelo adolescente como forma de anestesiar os novos sentimentos experimentados nessa fase. Os impulsos sexuais contribuem sobremaneira para esse novo quadro de sensações e o adolescente pode ter na droga o refúgio a uma vida sem frustrações ou sensações tão antagônicas (GROISMAN e KUZNETZOF, 1984).

A rotina diária é tida, por vezes, como desprazerosa e o adolescente encontra na droga a possibilidade de sentir novas sensações, novas vivências, novas formas de perceber o mundo, evidente que esse movimento caracteriza apenas o início do uso da droga podendo progredir para outros quadros como o da dependência. Esse prazer pelo qual o adolescente busca é sempre limitado ao corpo e impossibilita o contato com o outro, muito diferente do uso cultural no qual favorece uma experiência de transcendência coletiva (OLIVEIRA, 2002).

Neste processo de socialização, às vezes são necessárias diversas repetições de comportamentos de uso de drogas para que o adolescente se consolide com um ser social ou se reconheça como tal, porém, há aqueles que apresentarão dificuldades para fazer este reconhecimento, com isso acabam

recorrendo, não raramente, às atitudes agressivas a fim de impor sua visão de mundo (SILVA e MATOS, 2004).

É no contexto da impulsividade do adolescente que as ações voltadas à criminalidade ganham seu valor, pois confere a eles o reforço imediato pelo dinheiro, pelo respeito entre os demais ou qualquer outro valor agregado ao crime, inclusive o uso de droga. Essa falta de amadurecimento do sistema inibitório, muitas vezes, reflete na falta de amadurecimento para o adolescente lançar-se no mundo dos adultos, e, por isso, estão mais vulneráveis ao uso/abuso da droga, já que são percebidas como muito mais prazerosas do que as responsabilidades que a fase adulta lhes confere (SILVA e MATOS, 2004). Outra característica do uso de droga é que ela confere o status de transgressão ao que está posto a ele, fazendo o contrário daquilo que está orientado a fazer, pôr as normas abaixo na tentativa de negar uma existência percebida por ele como limitada, todavia o adolescente está sempre em busca de algo que lhe faça maior e não sabe bem o que é, mas ainda não está pronto para limitar-se às regras da sociedade dos adultos (OLIVEIRA, 2002).

A autora considera que quanto mais as drogas são reprimidas e consideradas perigosas, mais se tornam objeto de curiosidade e atrativas para adolescente e mesmo se as mesmas fossem liberadas pelo sistema governamental, a transgressão se deslocaria, pois o que está em jogo é a tentativa de contravenção da lei e a droga é apenas um meio para essa conquista.

Paiva (2002) assevera que o uso da droga pode ser influenciado por diversos motivos e, em seus estudos, organizou esses fatores em duas classes: as motivações internas e as externas, sob os aspectos socioculturais, econômicos e psicofísico.

No que tange as motivações 'externas' temos que a droga por diversas vezes tem sido veiculada com informações contraditórias, polêmicas e, de um modo geral, aguça a curiosidade das pessoas em terem suas próprias experiências e convicções para saber o que sentem e pensam sobre o assunto. Também é verdade que alguns indivíduos têm personalidade mais curiosa do que outros, em especial na adolescência, em que o indivíduo encontra-se sedento por novas experiências, a curiosidade acaba se tornando uma das motivações para o uso de droga (PAIVA, 2002).

Outra influência pode estar relacionada à constante pressão vivida na sociedade atual para o consumo de produtos, essa é a lógica do capitalismo e reflete no modo de existir de muitos que passam a consumir coisas sem perceber a real necessidade ou mesmo as consequências dessas aquisições para si. É o caso de cigarros, cafés e bebidas alcoólicas, por exemplo, os quais são veiculados de maneira maciça, já que interessa aos seus fabricantes que sejam consumidos seus produtos pelo maior número de pessoas possíveis (PAIVA, 2002).

Quanto às motivações 'internas', temos o estágio psicológico da adolescência marcado pelos desafios de enfrentamento do mundo adulto e os

movimentos de grupo. A droga pode aparecer como instrumento de coesão entre si sem que possa se desdobrar em quadros de toxicomanias. Assim, é equívoco considerar que todo adolescente seguirá essa mesma lógica de desenvolvimento já que existem muitas outras possibilidades de descobertas e mesmo que a adolescência favoreça o encontro dos jovens às drogas, sua experimentação os leva a muitos caminhos diferentes, até mesmo à toxicomania, que, felizmente, não parece ser o mais recorrente, mesmo aumentando o número de novos usuários a cada ano (PAIVA, 2002).

Tal movimento social acontece concomitantemente com o amadurecimento biológico de muita intensidade que ocorre no período da adolescência, portanto, um aspecto influenciará o outro e por isso, parece-nos prudente trabalhar sob o prisma sistêmico do fenômeno da constituição desse sujeito adolescente na sociedade.

Há que se fazer uma ressalva de extrema importância no que tange o desenvolvimento do adolescente, pois é comum que os familiares entendam que o adolescente tem a necessidade de experimentar o mundo pelas suas próprias convicções e, por isso, ao conhecer a droga, passa rapidamente de “experimentador” para “viciado”. Essa confusão gera um afastamento entre os pais e o adolescente dificultando a comunicação entre os mesmos (OLIVEIRA, 2002).

É fato que os adolescentes irão experimentar muitas coisas na adolescência, podendo, ou não, conhecer as drogas, todavia, é nesse momento que o grau de identificação com as figuras parentais vai ajudá-lo nessa passagem sem que acarrete grandes prejuízos na vida do mesmo.

A fase da adolescência é marcada por um sistema de reforço altamente ativo enquanto que o sistema inibitório que controlam os comportamentos permanece prevalentemente inibido, com isso, quando as drogas estimulam o sistema de recompensa do adolescente, este experimenta uma intensidade muito maior do que na condição de adulto quando há mais equilíbrio entre os sistemas de recompensa e punição (SILVA e MATOS, 2004).

Acontece que na adolescência a prevalência sistema ativador em relação ao inibidor (regulados principalmente pela dopamina e pela serotonina, respectivamente) favorece que este sujeito se lance com mais frequências na busca por novidades, por novas experiências, muitas vezes desconhecendo seus limites. Esse descompasso é responsável também pelo comportamento impulsivo e exploratório (SILVA e MATOS, 2004).

A adolescência é marcada por diversos conflitos psicossociais, necessidade de participação social, busca de autoafirmação, constituição da identidade e coincide com o amadurecimento de seu aparelho biológico. Se nesse período o adolescente tiver sido bem orientado e assistido, apresentará grandes chances, ao passar pela experiência da experimentação da droga esporadicamente, de abandonar o hábito com a própria chegada da maturidade que o mundo dos adultos o impele por volta de seus 25 anos, caracterizada pelo

ingresso nas atividades laborais e assumindo papéis cada vez mais adultos na família, na profissão e qualquer outro lugar onde esteja (SILVA e MATOS, 2004).

Cabe salientar que os adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade social apresentam maior chance de experimentação e da repetição desta conduta, ou seja, o ambiente se torna bastante influenciador neste momento. Ao passar do simples hábito de uso para a dependência, o adolescente acaba reforçando a existência desse ambiente hostil que poderá ser prejudicial para as gerações seguintes.

O fato de o adolescente usar a droga de maneira abusiva, além do sentido dado a ela como válvula de escape, uso recreativo, inserção social e pela própria farmacologia da droga, também é um indício de falta de amadurecimento emocional e, possivelmente, sua fase adulta será marcada por intensa insegurança e medos diversos (SILVA e MATOS, 2004).

#### **4.2. Existencialismo e a compreensão do uso de droga**

Apesar das reduzidas referências bibliográficas a respeito do uso/abuso de drogas na perspectiva do existencialismo sartreano, buscamos apresentar algumas considerações a respeito desse tema no intuito de subsidiar as discussões subsequentes.

O ser humano, pela própria condição do vir-a-ser e de estar-no-mundo, apresenta uma leitura da realidade objetiva dos fatos de acordo com sua intenção de Ser, nesse sentido, o uso de droga oferece uma vivência absolutamente diferenciada daquela experimentada cotidianamente, isso porque altera drasticamente o senso perceptivo através da química que age no organismo humano. Ao mesmo tempo, essas reações ganham uma representatividade para o Ser que configuram uma dimensão absolutamente diferente de vivências capaz de influenciar a maneira pela qual o sujeito interage e concebe o mundo (VIANNA e SIPAHI, 2001).

Tal transformação na forma como se sente e capta o mundo, lança o homem a perceber possibilidades de existir por ele desconhecidas, com isso, passa a valorizar a droga como caminho para alcançar este estado mais agradável, suportável ou mesmo distanciado. A dependência se estabelece a partir do momento que o Ser se fixa nesta promessa negando os demais apelos do mundo, limitando o cuidado consigo mesmo a uma única via de viver melhor (VIANNA e SIPAHI, 2001).

De acordo com Monteiro (2010) a visão do homem existencialista trabalhada por Sartre apresenta o ser que age no mundo e é constituído por esse processo de existir, ou seja, *ex-sistere* refere-se à um ser-para-fora, a um ser-no-mundo. Nesse sentido, o autor compara o movimento compulsivo às drogas como uma tentativa de existir, de ser-para-fora, de transcendência. Todavia, é um engodo porque acaba por aprisionar-se na repetição mais ou menos

continuada da droga, característica da compulsão, resultando no estreitamento da percepção de outros modos de existir.

Vianna e Sipahi (2001) consideram que o dependente químico anseia por transformação de sua realidade imediata, mudando seu mundo através do prazer e alívio que a droga oferece de imediato. O problema da dependência reside na fixação de uma única forma de prazer, perdendo a oportunidade de fazer-se diferente através da criatividade de ser, que compõe seu modo de existir.

Monteiro (2010, p. 54), afirma: “A falta de essência do para-si significa falta de certezas e excesso de ansiedade.” Nesse contexto, o sentido do ‘ter’ se conecta à tentativa vazia de completude, pois o ‘ter’ remete aos objetos do mundo (Em-si) sendo que a consciência (Para-si) é de outra ordem, a relação com as coisas não cria correspondências com a consciência, apenas a sensação aparente desse sucesso.

Quando o homem faz o uso de drogas, em seu exercício de liberdade orienta-se no mundo pelo preenchimento de uma falta que nem sempre é conscientemente posicional. Sou aquilo que faço de mim e não aquilo que penso que sou. Além disso, em relação ao uso de drogas devemos levar em consideração os interesses coletivos (sociais), já que as escolhas individuais sempre repercutem na liberdade do outro, dessa forma, o usuário não estaria isento de sua responsabilidade frente aos atos ou delitos por decorrência das drogas (MONTEIRO, 2010).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A existência é construída na tensão com o campo material, com a temporalidade, com o outro e com o corpo, e no seio dessas contradições que a humanidade escreve e reescreve sua história. Entre suas construções temos a ciência psicológica, cujas teorias foram construídas perseguindo-se a síntese dessas contradições. O método progressivo-regressivo nos auxilia na compreensão de que foram aclarados diversos e diferentes aspectos na construção do conhecimento psicológico. Questões subjetivas, objetivas, a dialética entre ambas enriqueceram o campo de estudos da Psicologia, cada qual com seus dispositivos. A diversidade e pluralidade de paradigmas que formam o arcabouço do que se conceitua como Psicologia, nos revela tal qual é a complexidade da construção da realidade humana. Ciência criada pelo ser humano que o tem como foco, não poderia ser construída de maneira simplista.

A própria diversidade dos vieses que buscam ‘tocar’ o ser humano é a unidade sintética da Psicologia. Sua riqueza reside nessa síntese. Contudo, a produção de conhecimentos diversos, se por um lado satisfaz a necessidade de desvelar o fenômeno humano, por outro aumenta a angústia por não conseguir o controle absoluto sobre esse. Assim, totalização-em-curso também é característica da construção dessa ciência. Isto posto, consideramos que, se

quisermos conhecer as contribuições da ciência psicológica à humanidade, devemos conhecer como são construídos, mantidos e superados os saberes e fazeres dentro e fora das academias.

E com relação a violência, temos algo a aprender com ela? Domenach (1981) salienta que nem a filosofia ou a moral dão respostas às questões que emergem da violência, pois seu aspecto ontológico diz respeito à condição humana. Sua compreensão será feita na especificidade de sua produção na sociedade que a engendra e na particularidade histórica. Enquanto parte da realidade humana é inexorável que frente à violência nossa de cada dia eu me coloque como interrogante, interrogação e interrogado, pois sou o humano da condição e realidade humana. No tocante ao sentido dado por adolescentes à experiência com o *crack*, podemos considerar que esses estão no movimento existencial de encontro consigo mesmos, a própria fase do desenvolvimento humano chamada adolescência, lança-os às vivências mais intensas na construção de sua identidade, e é permeada por inúmeras dúvidas, medos, inseguranças, vê-se o projeto de uso/abuso do *crack* funcionando como um fator regulador na construção de suas auto imagens.

É como se descobrissem no *crack* um poder que os coloca numa condição superior às demais pessoas e esse lugar só é atrativo devido a insuficiência de Ser, sensação esta frequentemente percebida pelos adolescentes diante de uma baixa-estima muito forte que os caracteriza.

Todavia, ao mesmo tempo em que existe um encontro autêntico com o projeto de superar-se, ser diferente positivamente, logo se deparam com as consequências de suas escolhas. Este mecanismo envolve a função biológica pela adaptação química dos organismos humanos às substâncias psicoativas presente no *crack*; a função psicológica quando o Sistema Límbico passa a adaptar-se ao Sistema de Recompensa gerando a necessidade de maior consumo e comportamentos compulsivos; e na representatividade social a qual passam a ganhar um novo lugar.

Esses eventos não são captados pela consciência dos adolescentes e diante da falência de seu projeto o homem se angustia, ao mesmo tempo em que vive a angústia existencial de se escolher na vida sem garantias de sucesso em suas escolhas. Nesse sentido, boa parte do processo de uso/abuso é acompanhada de intensa sensação de fracasso.

Conforme os estudos em fenomenologia, não há garantias que um fenômeno aparecerá segundo uma regra ou ordem pré-estabelecida, ou que seria possível prever as escolhas dos homens no futuro, pois não há nada que o defina *a priori*, tornando-se sujeito de sua própria escolha. Em acréscimo a esta ideia sabemos que o homem se lança no futuro com base nas suas experiências, suas representações, seu passado, tal qual confirma o método progressivo-regressivo proposto por Jean-Paul Sartre, podendo repetir o uso/abuso do *crack* conforme se relaciona com essa representação que um dia fez parte do seu repertório de possibilidades de existir.

A identidade reconhecida na presença do grupo é fundamental nesse período e as figuras de autoridade passam ser questionadas, com isso, os adolescentes encontraram-se seguros o bastante, na presença dos amigos, para iniciarem suas experiência com o *crack*. Quando se encontram na presença do Outro, os adolescentes têm a sensação errônea de estar dividindo a responsabilidade do uso com os demais do grupo, de maneira que não pese apenas sobre ele o ônus pelo uso da droga.

Portanto a escolha do *crack* como projeto de uso/abuso não é aleatória ou segue as leis do acaso, pelo contrário, esta droga garante a existência dos adolescentes no mundo, é através dela que muitos existem no mundo, e pelo poder imediato que ela confere, acaba se tornando mais relevantes do que outros projetos de vida que favorece uma existência autêntica. Nesse sentido a existência do *crack* na vida dos adolescentes acontece para auxiliá-los a existir, a dar conta da responsabilidade de viver, seja no contexto social em que estiverem, por isso esta droga aparece em todas as classes sociais.

Desta forma, a todo homem está posta a condição existencial de buscar atingir seu projeto original através de suas escolhas, em outras palavras é o sentido da vida cujos valores sociais podem ser agregados ao longo da experiência histórica do existir e que garante a permanência da existência. O consumo de *crack* por adolescentes revelou que este foi um mecanismo utilizado por esses adolescentes para garantir sua vida, uma vez que se apropriaram de sua realidade de maneira a se sentirem tão frágeis que encontraram recursos concretos na presença do *crack*, exatamente essa vivência marca e ressignifica a insuficiência desses adolescentes para assumir a responsabilidade de viver uma vida num ambiente, muitas vezes hostil à eles, reduzidos de recursos próprios para superação entregam-se ao *crack* e dissolvem-se, alienam-se favorecendo algum tipo de existência mais suportável. A permanência nesse ciclo afasta o sujeito de si e passa a adoecer em todos os aspectos biopsicossociais garantindo apenas uma existência de contradições. Ainda que precariamente, é uma modalidade de existência suficiente para não falirem na vida.

## REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A. **Adolescência**. Trad. Ruth Cabral. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1980.

ARON, R. **Historia y dialéctica de la violencia**. Caracas: Monte Ávila editores, 1975.

BEAUVOIR, S. **A Cerimônia do adeus, seguido de Entrevistas com Jean-Paul Sartre, agosto-setembro 1974**. Trad. R. Braga. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

- BESSA, M. A. **Adolescência e drogas**. São Paulo: Contexto, 2004.
- BETTONI, R. A.; ANDRADE, M. J. N. A formação dos grupos sociais em Sartre. **Revista Eletrônica MetaVóia**. São João del-Rei, n. 4, 2002 jul, p. 67-75.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Trad. C. C. Varriale et al. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 13 ed., São Paulo: Saraiva, 2002.
- BÖECHAT, N. C. **História e escassez em Jean Paul Sartre**. Educ: Fapesp, 2011.
- BUCHER, R. O consumo de drogas: evoluções e respostas recentes. **Psicologia: teoria e pesquisa**, n. 2, v. 2, 1986, p. 132-144.
- CARNEIRO, H. S. As drogas e a história da humanidade. **Psicologia: ciência e profissão**, n. 6, 2009, p. 14-15.
- COUTINHO, L. G. A adolescência na contemporaneidade. **Revista Pulsional**. Revista de Psicanálise, n. 17, v. 181, 2005, p. 13-19.
- CRARY, J. **24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2014.
- DALPICOLO, A. A antropologia estrutural e histórica de Jean-Paul Sartre, **Sens Public**, França, 2005, p. 1-8.
- DOMENACH, J. M. *La violencia*. Em: UNESCO (Org.). **La violencia y sus causas**. Paris: Ed. UNESCO, 1981, p. 33-45.
- FREITAS, S. M. P. de. **A Psicologia no contexto do trabalho: uma análise dos saberes e dos fazeres**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2002.
- GAULEJAC, V. de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Trad. I. Storniolo. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.
- GROISMAN, M.; KUSNETZOF, J. C. **Adolescência e saúde mental**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

LACERDA JR., F. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. **Teoría y crítica de la psicología**, n. 3, 2013, p. 216-263.

LAING, R. D.; COOPER, D. G. **Razão e violência**: uma década da filosofia de Sartre. Trad. A. Weissenberg. Petrópolis: Vozes, 1976.

**MICHAELIS: MODERNO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MONTEIRO, W. S. Compulsão a drogas: um olhar existencial. **Mosaico**: Revista Multidisciplinar de Humanidades, n. 1, v.2, 2010, p. 51-58.

OLIVEIRA, L. G.; NAPPO, S. A. *Crack* na cidade de São Paulo: acessibilidade, estratégias de mercado e formas de uso. **Rev Psiq Clín.** n. 35, v.6, 2008, p. 212-218.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD/ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Informe mundial sobre la violencia y la salud**. Washington D.C.: OPS, 2003.

ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Trad. E. F. Alves, Á. Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PERDIGÃO, P. **Existência & liberdade**: uma introdução a filosofia de Sartre. Porto Alegre: LP&M, 1995.

ROCHA, M. L. Contexto do Adolescente. Em: Contini, M. L. J. (Coord.). Koller, S. H. (Org.). **Adolescência e psicologia**: concepções, práticas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002, p.25-32.

SANTOS, C. E.; COSTA-ROSA, A. A experiência da toxicomania e da reincidência a partir da fala dos toxicômanos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, n. 24, v. 4, 2007, p. 487-502.

SARTRE, J.-P. **La República del silencio** (Situations III). Buenos Aires: Losada, 1960.

SARTRE, J.-P. **Cashiers pour une morale**. Paris: Gallimard, 1983.

SARTRE, J.-P. **Verdad y Existencia**. Barcelona: Paidós, 1996.

SARTRE, J.-P. **Crítica da razão dialética**: precedido por Questões de método. Trad. G. J. F. Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SARTRE, J.-P. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Trad. P. Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2011.

SARTRE, J.-P. **Esboço para uma teoria das emoções**. Trad. P. Neves. Porto Alegre: LP&M, 2012a.

SARTRE, J.-P. **O existencialismo é um humanismo**. Trad. J. B. Kreuch. Petrópolis-RJ: Vozes. 2012b.

SAWAIA, B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? Em: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da inclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1999, p. 07-13.

SILBER, T. J.; SOUZA, R. P. Uso e abuso de drogas na adolescência: o que se deve saber e o que se pode fazer. **R pesq: Adolescência latinoamericana**, n. 3, v. 14, 1998, p. 148-142.

SILVA, F. L. Conhecimento e História em Sartre. **Trans/Form/Ação**. São Paulo. n. 26, v. 2, 2003, p.43-64.

SILVA, V. A.; MATTOS, H. F. Os jovens são mais vulneráveis as drogas? Em: PINSKY, I.; BESSA, M. A. (Eds.). **Adolescência e drogas**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 31-44.

SOUZA, T. M. de. Liberdade e determinação na filosofia sartreana. **Kínesis**, n. II, v. 03, 2010, p. 13-27.

TERTULIAN, N. Da inteligibilidade da história. **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, n. 14, v. VIII, 2012, jan., p. 71-78.

UNFPA. **Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento**. 2a. ed. Brasília: Fundo de População das Nações Unidas, 2010.

VIANNA, F. C.; SIPAHI, F. M. Uma análise da dependência de drogas numa perspectiva fenomenológica existencial. **Análise Psicológica**, n. 4, p.19, 2001, p. 503-507.

**ABSTRACT:** This chapter addresses three themes by the existentialist perspective from Jean-Paul Sartre's, "The Critique of Dialectical Reason and Contributions to Psychology"; "The our violence of each day: reflections from the Sartrean perspective" and; "The use of crack by adolescents as an exercise in their praxis". The first theme is about the thought of Jean-Paul Sartre in The Critique of Dialectic Reason. It exposes his understanding of how social relations mediated by the material field are given, and the need to understand social structures as specific historical constructs. This understanding helps to enrich the studies of Psychology. The second contemplates violence as a human phenomenon, as a human work, and not as fact. Sartre found in the phenomenon of scarcity the answer to his questions about the origin of the violence and explanation for the maintenance of the phenomenon already lived in the beginnings. For this philosopher is the scarcity that grounds the possibility of human history, derived from a field of struggle and conflict. In this way, the existence of each is defined by the scarcity at the same time that each is a threat to the existence of another and of all. Starting from the subject's constitution based on the existential focus, the third theme presents a comprehensive synthesis about the meaning of crack experience for some adolescents. The relevance of this perspective is that it makes possible the understanding of the way in which adolescents exist through the use of crack, that is, the way each one chooses to exist in the world according to their existential possibilities.

**KEYWORDS:** Existentialism. Jean-Paul Sartre. Sociability. Scarcity. Crack.

**A PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE  
CAPITALISTA: APONTAMENTOS CRÍTICOS  
ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA  
ESTRUTURAL, CRIMINALIDADE E POBREZA**

---

**Bárbara Anzolin  
Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva Batista  
Aline de Deus da Silva  
Elisandra Cristina Dal Bosco**

# **A PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA: APONTAMENTOS CRÍTICOS ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA ESTRUTURAL, CRIMINALIDADE E POBREZA**

**Bárbara Anzolin**

Universidade Paranaense – UNIPAR/Campus de Umuarama-PR

**Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva Batista**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE/Campus de Toledo-PR

**Aline de Deus da Silva**

Pontifícia Universidade Católica, PUC-PR, Campus Toledo-PR

**Elisandra Cristina Dal Bosco**

Pontifícia Universidade Católica, PUC-PR, Campus Toledo-PR

**RESUMO:** O presente artigo trata sobre violência estrutural e sua relação com a produção de violências na sociedade atual, tem por objetivo depreender as influências da violência estrutural sobre sujeitos que cometeram crimes e refletir criticamente sobre o processo de criminalização das classes vulneráveis e/ou socialmente excluídas. A pesquisa é de caráter exploratório e os procedimentos técnicos contemplam pesquisa teórico-bibliográfica. Partindo-se de uma teoria social crítica, de base materialista histórico-dialética, que compreende a violência como uma construção social, histórica e cultural, o artigo é oriundo de um trabalho de pesquisa que pretende compreender as implicações da violência estrutural para a produção da criminalidade, em relação ao público alvo do Programa Patronato de Toledo-PR, órgão de execução penal em meio aberto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência. Criminalização da pobreza. Execução penal em meio aberto.

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente texto resulta de reflexões teórico-práticas acerca da temática da violência. Toma-se esta como elemento constituinte das relações sociais em geral e, especialmente, das relações construídas no universo particular dos assistidos do Programa Patronato de Toledo-PR – órgão de execução penal em meio aberto, ponto de origem das reflexões aqui desenvolvidas. Neste contexto, elabora-se, aqui, uma reflexão sobre a violência social contemporânea e a “criminalização da pobreza”, frente à execução penal em meio aberto. Para tanto, parte-se da análise da sociedade atual, no que tange às relações políticas, culturais e socioeconômicas, construídas historicamente.

Respaldando-se em uma teoria social crítica, de base materialista histórico-dialética, que compreende a violência como uma construção social, histórica e cultural, o presente estudo de pesquisa bibliográfica pretende compreender as implicações da violência estrutural para a produção da

criminalidade, de modo geral e em relação ao público alvo do Programa. Sendo assim, os principais objetivos desse estudo foram: discutir a violência estrutural e sua relação com a produção de violências na sociedade atual, bem como refletir criticamente sobre o processo de criminalização das classes vulneráveis e/ou socialmente excluídas.

Do ponto de vista dos seus objetivos, esta pesquisa tem caráter exploratório, configurando-se, conforme Gil (2008), como uma primeira aproximação com o objeto de estudo ou como mecanismo de familiarização do problema e de construção das hipóteses de pesquisa. Do ponto de vista de seus procedimentos técnicos, esta pesquisa, configura-se como uma pesquisa teórico-bibliográfica sobre o tema geral da violência, desdobrado em diversos subtemas, como violência estrutural, criminalização da pobreza e exclusão social.

## **2. A PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

Partindo-se do estudo bibliográfico acerca da violência pode-se questionar sobre as condições de vulnerabilidade socioeconômica do denominado indivíduo “criminoso”, especialmente daquele assistido pelo Programa, refletindo-se sobre as relações entre os processos de violação de direitos do assistido e os de criminalização do mesmo, ou ainda, entre a violência sofrida e a violência cometida.

Considera-se que as diferentes formas de manifestação da violência, presentes no cenário social contemporâneo, são expressões da violência desenvolvida e gestada pela própria sociedade, em suas relações de produção, sendo inerente à sua estrutura e configurando-se, portanto, como violência estrutural. Assim, não é fortuito que os índices de criminalidade concentrem-se nas camadas economicamente mais baixas da população, já que são estas as classes mais atingidas pela violência estrutural. Em decorrência disso, desenvolve-se no seio da sociedade uma certa “criminalização da pobreza”, ou seja, certa rotulação de grupos e de indivíduos pertencentes a determinadas classes – as mais baixas –, identificados como potenciais criminosos, por natureza (XAVIER, 2008).

No entanto, para se desnaturalizar essa concepção da violência e do crime e se compreender que o etiquetamento e a rotulação de certos indivíduos e grupos são construções sócio históricas e ideológicas, servindo à manutenção da reprodução social, é necessário refletir sobre a naturalização da estrutura capitalista e de suas relações de exploração, em cujo cerne reside a violência “originária” – a violência de uma classe (a que detém os meios e bens de produção e que explora) sobre outra (a que vende sua força de trabalho e que, portanto, é explorada). Nesse caso, o Estado também deve ser visto como um dos principais agentes de violência, pois, ao promover o desenvolvimento social e a reprodução das relações que sustentam esse desenvolvimento, defende os

interesses de uma minoria e fomenta a exploração e a desigualdade social, nas quais se localiza a origem da violência (CAVALLI, [2009?]).

Essas relações de exploração desenvolvem relações e condições de exclusão, que se expressam de diferentes formas, como desemprego, fome, miséria, etc. Tais condições excludentes (e violentas) resultam em novas formas de violência, pois, muitas vezes, aquele que pratica o ato violento foi anteriormente violentado, foi vítima da sociedade excludente. Desse modo, essa exclusão implica na violação de direitos dos indivíduos e dos grupos marginalizados socioeconomicamente, gerando outros problemas, de ordem física, psíquica e ético-moral.

### **3. VIOLÊNCIA ESTRUTURAL, CRIMINALIDADE E POBREZA**

A caracterização da violência pela Organização Mundial da Saúde, como “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1165), é insuficiente, pois relaciona o ato com uma intenção, excluindo os incidentes ou os atos não intencionais

Além disso, não leva em conta as diversas dimensões da violência presentes. No cotidiano, tão naturalizadas na sociedade contemporânea. Williams (2007) aborda, em seu verbete sobre violência, diversos sentidos que podem ser atribuídos a ela, como: ataque físico; uso de força física; exploração midiática e mercadológica da violência; ameaça; comportamento ingovernável; violação “autorizada” (violência do Estado); e violação do significado da própria violência. Esses sentidos discutidos pelo autor extrapolam o sentido unidimensional da violência apresentado pela OMS e denotam a complexidade do termo. Para compreendê-lo é necessário avançar sobre a simples definição e consequências da violência, é preciso reflexão sobre as condições de sua produção.

Tomada a partir de uma compreensão histórico-crítica, a violência pode ser refletida como um fenômeno pluricausal (ALMEIDA; COELHO, 2007; IANNI, 2002; MINAYO, 1994), cuja origem associa-se ao desenvolvimento do capitalismo nas sociedades modernas, à divisão sócio técnica do trabalho e às desigualdades socioeconômicas por ele promovidas, por meio dos quais desenvolve-se e naturaliza-se a exclusão social.

Tal conjuntura é incrementada ainda mais com os processos de globalização e mundialização do capital, que, paradoxalmente, elevam o progresso social, ao mesmo tempo que ampliam as desigualdades sociais, assolando milhões de pessoas, relegadas à condições subumanas de vida (IANNI, 2002; MARTINS, 2009). Em vista disso, faz sentido somente referir-se à violência como estrutural e às demais “violências” como suas expressões ou consequências (MINAYO, 1994; CRUZ; NETO; MORREIRA, 1999). Destarte, a

violência funda-se à estrutura da sociedade, sendo naturalizada e perpetrada pelos organismos e instituições que a compõem, o que conduz à produção e reprodução de relações sociais de desigualdade e, portanto, violentas. Com isso, cria-se um ciclo permanente de violência: produz-se e reproduz-se violência, gerando-se mais violência.

A omissão do Estado evidencia esta banalização, violando gravemente direitos humanos e sociais, num cenário de baixo investimento público em políticas sociais, pois “os recursos empregados são irrisórios em face da magnitude das desigualdades estruturais, acarretando ações residuais de caráter assistencial” (ALMEIDA, 2004, p. 62).

Essas ações residuais desenvolvidas pelo governo, a fim de combater as desigualdades, vulnerabilidade e exclusão social, acabam se revertendo em efeitos contrários ao esperado, pois, na verdade, funcionam, conforme Martins (2009), como forma de inclusão marginal ou precária, aprofundando ainda mais as desigualdades, gerando exclusão, violência e preconceitos. Essa marginalização (sofrida) passa a ser vista e é convertida em potencial de violência e crime. Registra-se, desse modo, uma associação entre violência, criminalidade e pobreza, o que nada mais é do que um produto direto das desigualdades socioeconômicas (MARTINS, 1999; ALMEIDA, 2004). Essa associação é favorecida pela naturalização da violência na sociedade contemporânea, oportunizada, principalmente, pelos meios de comunicação, que fomentam uma apropriação ideológica da violência e da criminalidade e fazem da realidade um espetáculo, suplantando o caráter histórico dos fatos (CARDOSO, 1996 apud ALMEIDA, 2004; CALVINO, 2009; ARBEX JR., 2009).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Associar criminalidade à pobreza é conveniente para os aparatos do Estado, uma vez que encobre os sistemas de corrupção política e financeira. Todavia, isso acarreta sérias repercussões às classes marginalizadas que, além da falta de acesso às políticas públicas básicas, sofrem ainda discriminação e repressão. São as classes “preferenciais” a ocuparem “assento” nos sistemas prisionais (ALMEIDA; COELHO, 2007). E “o sistema social da instituição penal encarrega-se de incluir o apenado, desde sua chegada, na mais baixa posição social” (CASTRO, 1991 apud ALMEIDA; COELHO, 2007). Este, por sua vez, acaba aceitando “um papel inferior, buscando vantagens e evitando punições”. Além disso, por vezes, terá “o estigma” de delinquente, que pode dificultar a inserção no “mercado de trabalho” e diminuir “a probabilidade de desfrutar dos direitos estabelecidos aos cidadãos pelo Estado” (ALMEIDA; COELHO, 2007).

Além da execução penal em regime fechado, há a execução penal em meio aberto, que assiste não apenas egressos do sistema penitenciário, mas também pessoas que cometeram crimes de menor potencial ofensivo. Nesta execução, a “seleção” dos excluídos também é pertinente, especialmente

quando se tratam de egressos do sistema prisional e/ou dos que cometeram crimes de maior potencial ofensivo (GONZAGA, SANTOS, BACARIN, 2002; SERON, 2009). Portanto, conforme destacado por Seron (2009, p. 55) “a compreensão do problema da criminalidade implica lançar um olhar sobre as dinâmicas sociais que dão origem aos processos de exclusão e inclusão social”, o que remete à reflexão crítica sobre a vinculação entre violência estrutural, pobreza e criminalidade.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Natália Kelle Dias; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. A Violência Estrutural. **XII Seminário Estudantil de Produção Acadêmica** (SEPA), v.11, n.1, Unifacs, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/323>>. Acesso em: 26 maio 2014.
- ALMEIDA, Suely Souza de. Violência e Direitos Humanos no Brasil. **Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social**. v. 11, p. 40-69, jul./dez., 2004.
- ARBEX JR, José. Mesa de Abertura do Seminário Nacional Mídia e Psicologia: produção de subjetividade e coletividade. In: Conselho Federal de Psicologia. **Mídia e psicologia: produção de subjetividade e coletividade**. 2.ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009. p. 31-38.
- CALVINO, Manuel. Mesa de Abertura do Seminário Nacional Mídia e Psicologia: produção de subjetividade e coletividade. In: Conselho Federal de Psicologia. **Mídia e psicologia: produção de subjetividade e coletividade**. 2.ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009. p. 39-48.
- CAVALLI, Michelle. Violência Estrutural: Enfrentamentos para o Serviço Social. **Revista Intertemas**, v. 5, p. 1-21, 2009. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2596/2302>> Acesso em: 24 maio 2014.
- CRUZ NETO, Otávio and MOREIRA, Marcelo Rasga. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.4, n.1, pp.33-52, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81231999000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100004)>. Acesso em: 27 maio 2014.
- DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, supl. p. 1163-1178, 2006. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232006000500007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 maio 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZAGA, Maria Teresa Claro; SANTOS, Helena Maria Ramos dos; BACARIN, Juliane Nanuzze Bedin. **A cidadania por um fio: a luta pela inclusão dos apenados na sociedade**. Maringá: Dental Press, 2002.

Ianni, Octavio. A violência na sociedade contemporânea. **Estudos de Sociologia**, v.7, n. 12. p. 7-30, 2002.

Martins, Jorge Henrique Schaefer. **Penas Alternativas**. Curitiba: Juruá, 1999.

Martins, José de Souza. **Exclusão Social e a nova desigualdade**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 7-18, 1994.

SERON, Paulo Cesar. **Nos difíceis caminhos da liberdade: estudo sobre o papel do trabalho na vida de egressos do sistema prisional**. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

XAVIER, Arnaldo. A construção do conceito de criminoso na sociedade capitalista: um debate para o Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 274-282, dez., 2008.

**ABSTRACT:** The present article is about structural violence and his relation with the production of violences in the current society, it aims to understand the influences of the structural violence on subjects that committed crimes and to think critically about the process of criminalization of the vulnerable and / or socially excluded classes. The inquiry is exploratory and the technical proceedings consider theoretical research and literature review. Leaving from a critical social theory, the historical dialectic materialism, what understands the violence like a social, historical and cultural construction. The article is from a research that intends to understand the implications of the structural violence to the production of the criminality, regarding the public of the Patronato Program in Toledo-PR, organ of penal execution in open environment.

**KEYWORDS:** Violence. Criminalization of poverty. penal execution in open environment.

## **Capítulo XIII**

### **ANÁLISE INSTITUCIONAL DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: ALGUMAS FORMAS E IMPASSES DO FUNCIONAMENTO DE UMA PREFEITURA**

---

**Marita Pereira Penariol  
Silvio José Benelli**

## **ANÁLISE INSTITUCIONAL DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: ALGUMAS FORMAS E IMPASSES DO FUNCIONAMENTO DE UMA PREFEITURA**

### **Marita Pereira Penariol**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Assis,  
Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP  
Assis-SP

### **Silvio José Benelli**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Assis,  
Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, Departamento de Psicologia  
Clínica  
Assis-SP

**RESUMO:** O presente capítulo tem como objetivo discutir e revelar algumas formas e impasses do funcionamento de uma prefeitura localizada em um município de médio porte do estado de São Paulo. Os dados e discussões apresentados são parte integrante de uma pesquisa de mestrado cuja temática consistiu em estudar a lógica de funcionamento da gestão pública a nível municipal. Por meio de operadores teóricos e metodológicos da Análise Institucional, discutimos as práticas, os discursos, as formas e os impasses da prefeitura investigada. Para tanto, utilizamos a revisão bibliográfica e a análise documental sobre gestão pública, além de realizamos uma pesquisa de campo por meio da observação participante nas secretarias municipais de governo e administração, assistência social e saúde, elaborando um diário de campo. Apresentamos os resultados produzidos durante nossa imersão no campo com a pretensão de contribuirmos com a elaboração de coordenadas e informações para os trabalhadores atuantes no serviço público municipal, principalmente, os psicólogos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia social; Análise institucional; Gestão pública; Prefeitura.

## **1. INTRODUÇÃO**

O Brasil é o país com maior número de psicólogos ativos do mundo, com aproximadamente 284 mil profissionais contabilizados até dezembro de 2016 de acordo com os dados do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Especificamente, o estado de São Paulo contém cerca de 90 mil psicólogos. Os Estados Unidos e o continente Europeu, até o ano de 2012, representavam o segundo e o terceiro lugar em número de psicólogos, com respectivamente 137 mil e 90 mil profissionais ativos (CFP, 2012). Conforme as informações do CFP (2012), de um total de 216 mil psicólogos registrados até o ano de 2012, no Brasil, cerca de 60 mil psicólogos atuavam nas diversas Políticas Públicas (Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança, dentre outras), por meio do

Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), da Segurança Pública e em outras áreas relacionadas ao serviço público (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010), sendo que a maioria, ou seja, 49.700 estavam inseridos nas áreas da Saúde e da Assistência Social. A partir desses dados, vemos que, no Brasil, a inserção dos psicólogos nas diversas instituições públicas evidencia-se pelo aumento de oportunidades de emprego para esses profissionais e pela ampliação do público alvo de suas intervenções (OLIVEIRA; AMORIM, 2012).

Entretanto, não é de praxe que psicólogos se preocupem com o tema da prefeitura municipal enquanto estabelecimento institucional que cria condicionamentos e determinações para os seus funcionários, e, dentre eles, para os psicólogos. De acordo com Yamamoto (2007), o psicólogo normalmente é um executor terminal das políticas públicas sociais no município, realizando uma intervenção parcializada. Nesse sentido, a autonomia do profissional psicólogo é limitada e condicionada, mas o será em grau muito maior, caso ele ignore e desconheça como funciona e o que produz a prefeitura, suas formas e impasses.

[...] o desafio posto para a categoria é ampliar os limites da dimensão política de sua ação profissional, tanto pelo alinhamento com os setores progressistas da sociedade civil, fundamental na correlação de forças da qual resultam eventuais avanços no campo das políticas sociais, quanto pelo desenvolvimento, no campo acadêmico, de outras possibilidades teórico-técnicas, inspiradas em outras vertentes teórico-metodológicas que as hegemônicas da Psicologia. (YAMAMOTO, 2007, p. 36).

A partir desses dados, apresentamos o presente capítulo, parte integrante de uma pesquisa de mestrado, cuja temática foi desvelar e compreender a lógica de funcionamento da gestão pública no nível municipal, com a finalidade de desvelar alguns aspectos e problemas no contexto da gestão pública municipal. Nosso objetivo geral consistiu em realizar uma Análise Institucional da prefeitura municipal, desvendando os modos de funcionamento da gestão pública. Os objetivos específicos foram estudar, por meio de operadores teóricos e metodológicos da Análise Institucional, as práticas e os saberes, os discursos e os procedimentos técnicos e administrativos, as modalidades de gestão e os problemas e os impasses do cotidiano de uma prefeitura localizada em um município de médio porte do interior do Estado de São Paulo. E ainda, contribuir com a elaboração de informações e referências orientadoras para profissionais trabalhadores do serviço público municipal, sobretudo, os psicólogos.

## **2. MÉTODO**

Partimos da perspectiva teórica da Análise Institucional, pois temas e problemas complexos e desafiadores exigem uma abordagem também

complexa que possa contemplar múltiplos planos analíticos. Muitos problemas de investigação podem se tornar mais inteligíveis quando inseridos num marco institucional global. Entendemos que os problemas institucionais são também problemas sociais. Portanto, soluções técnicas muitas vezes não são suficientes para resolvê-los. Eles exigem soluções políticas para sua metabolização. A política não é meramente uma questão técnica (eficácia administrativa) nem científica (conhecimentos especializados sobre gerenciamento ou administração); é decisão e ação coletiva quanto aos interesses e direitos do próprio grupo social (BENELLI, 2006).

Entendemos que a Análise Institucional consiste em uma teoria que possui conceitos consistentes e que ela também permite, ao mesmo tempo, operar com tais conceitos enquanto ferramentas. Para que seja possível a realização de um delineamento histórico crítico sobre o funcionamento da máquina pública e seus desdobramentos, empregamos alguns conceitos-instrumentos da Análise Institucional, os quais nos possibilitaram situarmo-nos neste campo.

Quanto a seu aspecto metodológico, nosso estudo possui um caráter qualitativo e investigativo, pautado na Análise Institucional. Para tal, utilizamos como técnicas de investigação a revisão da literatura que versa sobre nosso objeto de pesquisa, baseando-nos nos clássicos autores da Análise Institucional, a saber: René Lourau (1980, 1993, 1997, 2004a, 2004b, 2014), George Lapassade (1977, 1989), Solange L'Abbate (2001, 2003, 2004, 2012), Heliana de Barros Conde Rodrigues (2000, 2013), Sônia Elisabete Altoé (2004), a análise de documentos sobre gestão e administração pública, a técnica de observação participante (DEMO, 2004; WHITE, 2005; BENELLI, 2006, 2013a) e a ferramenta do diário de campo (LOURAU, 2004; MINAYO, 2010).

A observação participante consiste em um método técnico de averiguação social, empregado nas ciências humanas com o objetivo de realizar uma investigação científica, em que o observador/pesquisador partilha de maneira bastante próxima das atividades de trabalho, reuniões de um grupo ou comunidade, conforme as circunstâncias o permitem. É um valioso instrumento na medida em que se pode conhecer como se dá a dinâmica de funcionamento da prefeitura, possibilitando, segundo Cruz Neto (2002, p. 59-60), “[...] captar uma variedade de situações e fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais importante e evasivo na vida real”.

Como forma de sistematizar as informações produzidas nas visitas de observação participante, recorreremos à técnica do diário de campo. Segundo Minayo (2010), o principal instrumento de trabalho utilizado nas atividades de observação é o diário de campo, que consiste em um conjunto de registros diários, por meio de relatos escritos e detalhados, sobre os principais acontecimentos observados e vivenciados na imersão no campo, incluindo descrições sobre o espaço e a organização do estabelecimento institucional, as atividades, eventos, pessoas, interações entre os membros da equipe, coisas

ouvidas, interpretações, impressões e percepções do observador, constituindo-se em um material que posteriormente servirá de base para a análise e discussão. O diário de campo é um documento privado em que o pesquisador seleciona as observações feitas e transcreve as falas mais significantes, comentários e impressões, sendo que essa seleção de material recolhido e transcrito deve seguir de acordo com o nível de detalhe exigido para o alcance dos objetivos do trabalho

As visitas de observação participante ocorreram em espaços institucionais de uma prefeitura municipal, tais como: a secretaria de Governo e Administração, de Saúde e de Assistência Social e tiveram duração de 20 dias úteis em cada secretaria municipal. A razão pela escolha da Secretaria Municipal de Governo e Administração deu-se em função de ser o local responsável pela elaboração e controle da Legislação através da criação Leis, Decretos, Portarias e Editais e ainda por ser responsável por dar a estes atos oficiais a devida publicidade. A Secretaria também é encarregada pelo Departamento de Recursos Humanos, onde são elaboradas folhas de pagamento, regime jurídico, plano de cargos e salários, sindicâncias, processos administrativos, dentre outras atribuições, ou seja, é o estabelecimento o qual estão presentes todas as regras e a dinâmica de funcionamento de uma prefeitura municipal. E, com relação às Secretarias de Assistência Social e de Saúde, justificamos serem essas as secretarias que mais contratam e empregam psicólogos.

### **3. DISCUSSÕES SOBRE A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E SEUS IMPASSES**

“Para conhecer realmente uma determinada instituição, é preciso não ouvir apenas os discursos que nela circulam e estudar seus estatutos, mas é necessário prestar atenção naquilo que fazem seus diversos agentes e sua clientela, investigando suas práticas não discursivas” (BENELLI; COSTA-ROSA, 2013, p. 286). A partir dessa perspectiva, buscamos problematizar e discutir, a partir da Análise Institucional, enquanto campo teórico-metodológico de investigação, as formas e os impasses do funcionamento institucional de três Secretarias Municipais (Secretaria Municipal de Governo e Administração, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde) pertencentes à prefeitura investigada, visando entender a Gestão Pública municipal nessa localidade. Para isso, relatamos alguns observados durante nossa pesquisa de campo que possibilitaram a compreensão de alguns possíveis problemas relacionados à Gestão Pública municipal enquanto organização.

Tendo em vista tais procedimentos, fazemos alguns apontamentos no que diz respeito à revisão bibliográfica, versando sobre gestão pública. Podemos considerar que, de modo geral, a gestão pública municipal brasileira seria caracterizada pela falta de institucionalização da gestão, isto é, há uma ampla

possibilidade de transformações políticas, o que não costuma facilitar a continuidade nas ações públicas, seja pela mudança de mandato, pela substituição do gestor, pela reforma da gestão ou até mesmo por impasses e interesses políticos e econômicos particulares. Esse problema está intimamente ligado às falhas existentes na gestão, impossibilitando que ela se desenvolva no sentido de garantir a expansão e a concretização de direitos à população, bem como o acesso adequado aos serviços públicos municipais.

Inicialmente, a partir de uma leitura mais superficial, nossa hipótese de pesquisa era de que a gestão pública municipal estaria operando em uma lógica desimplicada, uma vez que o coletivo de funcionários parecia trabalhar para atender às questões burocráticas da máquina pública e para produzir publicidade para a gestão que estava no poder, e não visando à produção de cidadania, por meio da oferta de serviços de qualidade à população. Contudo, em uma análise mais crítica e detalhada, pudemos esclarecer que havia sim uma *implicação* (BARBIER, 1985) por parte dos trabalhadores, mas direcionada em favor dos interesses dominantes, daqueles que detinham o poder.

Outro ponto de análise relevante seria o fato de que os mandatos do chefe do executivo durarem apenas quatro anos, causando certo desânimo entre os funcionários comissionados, tendo em vista a instabilidade de sua permanência no emprego e, sobretudo, pelos de funcionários de carreira já que sabiam que após esse período assumiria uma outra gestão, com novos planos e projetos, desconsiderando, possivelmente, a continuidade do planejamento da gestão antecedente.

A relação entre a chefia e os funcionários é uma questão bastante complexa nesse universo institucional. Os chefes são nomeados pelo prefeito para ocupar os cargos comissionados ou as funções de confiança, que em sua maioria são parentes de parentes, amigos, pessoas que o auxiliaram em sua campanha política ou ainda alguém para quem precisa retribuir um favor. Para os cargos comissionados não há exigência alguma quanto à formação técnica na área ou nível mínimo de escolaridade, de acordo com a legislação municipal atual, basta apenas que exerça um cargo de chefia. Logo, se o indivíduo tem cargo de chefia, tem maior poder, manda nos demais funcionários daquele setor e, mais ainda, recebe maiores salários. Isso é um fator que produz efeitos diversos na gestão pública municipal, pois os funcionários de carreira ficam sem a função de confiança e seus privilégios, sentindo-se desprestigiados e desmotivados. Uma prática muito habitual na gestão pública municipal é o expurgo institucional, ou seja, uma grande pressão para a saída ou transferência de algum trabalhador que, pelas mais diversas justificativas, possa ser considerado problemático ou um incômodo para seus superiores. Os sentimentos de inquietação, receio, insegurança e perseguição são frequentes no ambiente institucional da prefeitura uma vez que o trabalhador raramente sabe o local específico de seu trabalho e o cargo que possuirá, principalmente, durante as mudanças da gestão, independentemente do fato de serem concursados ou comissionados. O clima persecutório é piorado por inúmeras

focadas, nem sempre verídicas, que surgem no serviço público quanto às possíveis realocações de pessoal, causando ansiedade, estresse e preocupação por parte dos envolvidos.

A partir das questões abordadas nesse capítulo, analisamos a necessidade de conhecer com maior empenho o modo como a gestão pública municipal está estruturada, por meio das secretarias municipais de governo e administração, de assistência social e de saúde para que se possa melhorar sua efetividade, sua eficiência e a eficácia das políticas públicas brasileiras e ainda auxiliar as práticas de atuação dos profissionais da psicologia nelas inseridas. No entanto, sabemos que o aperfeiçoamento do desempenho da gestão municipal é uma meta difícil de ser alcançada, visto que pressupõe o aumento de gastos públicos, ênfase em estratégias alternativas de prestação de serviços, maior transparência nas operações governamentais, (VELOSO et al., 2011), maior qualificação dos trabalhadores, investimento em treinamentos e capacitações, muitas mudanças de ordem estrutural, o abandono de práticas patrimonialistas, clientelistas, coronelistas e nepotistas, dentre outras particularidades

Por fim, diante dessas discussões complexas e problemáticas, pretendemos, ao longo desse capítulo, apresentar alguns dos impasses que envolvem o contexto da gestão pública municipal no sentido de contribuir com informações orientadoras para os profissionais que atuam no serviço público municipal, especialmente os psicólogos, para que eles, compreendendo esse universo institucional, possam desenvolver uma atuação mais informada e produtora de cidadania.

## REFERÊNCIAS

ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau, analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARBIER, R. **Pesquisa-ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BENELLI, S. J. **Pescadores de homens: estudo psicossocial de um seminário católico**. São Paulo: UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Análise psicossocial da formação do clero católico**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2013a.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na Assistência Social. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 283-301, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Jornal do Federal**. Brasília: CFP. Ano XXIII, n. 104, 2012.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 51-66.

DEMO, P. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. Brasília: Liber Livros, 2004.

L'ABBATE, S. O exercício de intersubjetividade como mediação entre grupos sociais e gestores nas práticas de saúde. **II Seminário sobre Educação e Saúde no Contexto da Promoção da Saúde e II Encontro Nacional de Educação Popular e Saúde**. Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. A análise institucional e a saúde coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.8, n.1, p.265-274, 2003.

\_\_\_\_\_. O analisador dinheiro em um trabalho de grupo realizado num Hospital Universitário em Campinas, São Paulo: revelando e desvelando as contradições institucionais. In: RODRIGUES, H. B. C.; ALTOÉ, S. (Org.). **Análise institucional**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 79-99. Col. Saúde & Loucura.

\_\_\_\_\_. Análise Institucional e intervenção: breve referência à gênese social e histórica de uma articulação e sua aplicação na Saúde Coletiva. **Mnemosine**, v. 8, n.1, p.194-219, 2012.

LAPASSADE, G. El encuentro institucional. In: **Análisis institucional y socioanálisis**. México: Nueva Imagem, 1977.

\_\_\_\_\_. **Grupos, organizações e instituições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

LOURAU, R. **El estado y el inconsciente**. Barcelona: Kairós, 1980.

\_\_\_\_\_. **René Lourau na UERJ: análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1993.

\_\_\_\_\_. **La clé des champs: une introduction à l'analyse institutionnelle**. Paris: Anthropos, 1997.

\_\_\_\_\_. O instituinte contra o instituído. In: ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004a. p. 47-65.

\_\_\_\_\_. Uma técnica de análise de implicações: B. Malinowski, Diário de etnógrafo (1914-1918). In: ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004b. p.259-283.

\_\_\_\_\_. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, I. F.; AMORIM, K. M. O. Psicologia e política social: o trato da pobreza como “sujeito psicológico”. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 30, n. 70, p. 559-566, 2012.

RODRIGUES, H. B. C. À beira da brecha: uma história da Análise Institucional francesa nos anos 60. In: AMARANTE, P. D. C. (Org.). **Ensaio de loucura e civilização**: Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p.195-256.

\_\_\_\_\_. “Sejamos realistas, tentemos o impossível.” Descaminhando a psicologia através da análise institucional. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. **História da Psicologia: Rumos e Percursos**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2013. p. 609-657.

VELOSO, J. F. A. et al. **Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras**. Brasília: IPEA, 2011.

WHITE, W. F. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, 2007.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 26, (n.spe.), p. 9-24, 2010.

**ABSTRACT:** This chapter aims to discuss and reveal some forms and impasses of the functioning of a city hall located in a medium-sized municipality in the state of São Paulo. The data and discussions presented are an integral part of a master's research whose theme consisted of studying the logic of public management at municipal level. Through theoretical and methodological operators of Institutional Analysis, we discuss the practices, speeches, forms and

impasses of the prefecture investigated. To do so, we used bibliographical review and documentary analysis on public management, in addition to conducting field research through participative observation in the municipal secretariats of government and administration, social assistance and health, elaborating a field diary. We present the results produced during our immersion in the field with the intention of contributing with the elaboration of coordinates and information for the workers working in the municipal public service, mainly psychologists.

**KEYWORDS:** Social psychology; Institutional analysis; Public management; City hall.

## Capítulo **XIV**

### MÉTODO EM PSICOLOGIA: APONTAMENTOS SOBRE A APROPRIAÇÃO CONSTRUCIONSTA DE VIGOTSKI

---

Eduardo Moura da Costa  
Silvana Calvo Tuleski

# MÉTODO EM PSICOLOGIA: APONTAMENTOS SOBRE A APROPRIAÇÃO CONSTRUCIONISTA DE VIGOTSKI

**Eduardo Moura da Costa**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Assis/SP

**Silvana Calvo Tuleski**

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Psicologia, Maringá/PR

**RESUMO:** O presente capítulo tem como objetivo discutir a questão do método da psicologia. Vigotski propôs que a crise da psicologia advinha de suas questões metodológicas. Nesse sentido ele traçou o materialismo dialético como fundamento de sua psicologia. Tendo isso em vista e a atual relevância desse psicólogo soviético, discutiremos seu método a partir da apropriação construcionista dele. No construcionismo social, diferentemente do construtivismo, o conhecimento é compreendido como uma construção social, isto é, tem origem relacional e discursiva. Constatamos que este movimento teórico está em desacordo com os princípios metodológicos de Vigotski.

**PALAVRAS-CHAVE:** Método da psicologia; Construcionismo social; Vigotski.

## 1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista a vasta literatura sobre a incompatibilidade entre os escritos vigotskianos e o construtivismo (DUARTE, 2001; FACCI, 2004; EIDT, 2009), o presente trabalho centrou-se em procurar investigar as aproximações e os distanciamentos entre a teoria vigotskiana e o construcionismo social.

No construcionismo social, diferentemente do construtivismo, o conhecimento é compreendido como uma construção social, isto é, tem origem relacional e discursiva. Nesse sentido, o próprio homem se desenvolveria por meio de uma relação dialógica com seus pares. Alguns autores partem da ideia de que não podemos representar os fenômenos da realidade, nem produzir conhecimento verdadeiro sobre eles; apenas poderíamos conhecer as formas e os motivos pelos quais as pessoas, em comunidade, criam os conhecimentos e os efeitos que essa “verdade” teria nesse grupo. Autores construcionistas, como Shotter, adaptaram as ideias de Vigotski para sustentar tal concepção.

Ainda hoje, a literatura nacional pouco analisa os fundamentos teóricos e metodológicos do construcionismo, menos ainda sua relação com os escritos de Vigotski. Por isso, estabelecemos como objetivo deste estudo realizar uma revisão do construcionismo, tendo como foco principal as apropriações de Vigotski por esse movimento.

## **2. MÉTODO**

A investigação, de natureza teórico-metodológica, baseia-se em fontes primárias e secundárias. O intento não é sistematizar uma análise do construcionismo como um todo, isto é, abordar todas as formas que este vem tomando nas ciências humanas e sociais nas últimas décadas: isso seria impossível, tendo em vista o recorte da pesquisa.

A análise e a interpretação dos dados foram desenvolvidas com base na metodologia materialista histórico-dialética que fundamenta a Psicologia Histórico-Cultural, cuja finalidade é explicar a essência dos fenômenos em sua relação com a totalidade social e natural. Tal método, conforme Shuare (1990), funda-se em quatro categorias: 1) dialética; 2) teoria do reflexo; 3) teoria materialista da atividade; 4) natureza social do homem. Tais categorias articulam-se em uma práxis, isto é, não servem apenas para descrever o mundo, mas também para transformá-lo.

## **3. RESULTADO: COTEJANDO VIGOTSKI E O CONSTRUCIONISMO SOCIAL**

Foi possível observar, através da revisão da literatura, que a versão responsivo-retórica do construcionismo de Shotter apropriou-se basicamente de três ideias de Vigotski: 1) as funções simbólicas começam primeiramente entre as pessoas para depois se tornarem individuais; 2) o controle do comportamento surge de forma espontânea para depois ser voluntário; 3) a função da linguagem nesse processo. Na interpretação de Shotter, a linguagem não representaria a realidade, mas, por meio dela, seriam desenvolvidas as relações humanas, isto é, onde “movemos” uns aos outros. Mediante esse “instrumento”, os “outros” nos instruíam ou nos convenceriam de como a realidade é.

## **4. DISCUSSÃO: ASPECTOS GERAIS QUE IMPOSSIBILITAM A APROXIMAÇÃO ENTRE VIGOTSKI E O CONSTRUCIONISMO SOCIAL**

De acordo com Gergen (2009), o construcionismo se encontra em oposição ao materialismo e ao idealismo. Segundo ele, a interpretação linguística é a principal candidata a fazer frente a esse dualismo. “Sob esta perspectiva, o conhecimento não é algo que as pessoas possuem em algum lugar dentro da cabeça, mas sim algo que as pessoas fazem juntas” (Gergen, 2009, p. 12). Nesse sentido, conforme Ratner (2006), o construcionismo seria agnóstico do ponto de vista ontológico, ou seja, construcionismo é mudo em relação a existência de uma realidade externa ao homem.

A perspectiva ontológica de Vigotski é totalmente contrária ao que foi mencionado. Vigotski parte de uma ontologia materialista, o qual atesta a

centralidade do trabalho como o complexo que deu origem ao homem como ser social (Carmo & Jimenez, 2013). Vigotski compreendia que o homem é um ser histórico e social. Portanto, supera tanto as concepções idealistas quanto materialistas mecanicistas, atestando a relação dialética entre a evolução biológica e histórica do homem, que teve origem na sua necessidade de transformação da natureza para reprodução de sua existência.

Do ponto de vista epistemológico, o construcionismo não se importa se o conhecimento produz alguma modificação na realidade. Shotter (2001) aponta que não importam as conclusões que se chega, mas sim as modificações das agendas de argumentação que as discussões desenvolvem. Em suas palavras: "(...) falar de uma nova maneira é 'construir' novas formas de relação social, e construir novas formas de relação social (de relações entre eu e os outros) é construir novas maneiras de ser (de relações entre a pessoa e o mundo)" (SHOTTER, 2001, p.24).

Vigotski diz que a análise de uma teoria deve ser contrastada com a realidade que ela reflete. Em suas palavras: "*Supõe também contrastar a teoria com a realidade que esta reflete*: por isso esta análise só pode consistir em uma crítica partindo da realidade" (VIGOTSKI, 1934/1998, p. 244, grifos do autor). Nesta passagem Vigotski expõe nitidamente sua visão epistemológica, claramente calcada no materialismo dialético, ou seja, que a teoria reflete a realidade e que a primeira é colocada a prova pela segunda. No mesmo texto ele diz que "a luta teórica no seio de um determinado campo científico só é fértil quando se apoia na força dos fatos" (VIGOTSKI, 1934/1998, p. 247).

Para os construcionistas, as palavras não refletem a realidade, sendo apenas formadas nos "jogos de linguagem", isto é, no seu uso consensual. Para Gergen (1995), por exemplo, "a linguagem falada ou escrita é inerentemente o resultado do intercâmbio social" (GERGEN, 1995, p.116). Na mesma publicação o autor afirma que é através da coordenação relacional que nasce a linguagem. Para ele, os semióticos tem como unidade fundamental do significado a relação entre significante e significado. Por outro lado, o autor diz que elimina a relação textual e o situa no contexto social.

Para Vigotski, a linguagem não surge simplesmente da negociação social. Para o autor não há uma cisão entre a linguagem e o trabalho, isto é, entre a forma socialmente desenvolvida para modificar a natureza e os signos criados para a coordenação social dessa transformação. A linguagem, enquanto signo necessitaria se apoiar nas propriedades dos objetos que ele designa. Porém, não seriam somente as propriedades dos objetos que determinam as formas de linguagem, mas também as relações sociais, econômicas e de classe. Conforme o autor: a linguagem humana "(...) surgiu da necessidade de comunicação no processo de trabalho" (VIGOTSKI, 1934/2009, p. 11). Além disso, "para poder converter-se em signo de um objeto (de uma palavra), o estímulo necessita apoiar-se nas propriedades mesmas do objeto designado. Nesse jogo não é 'qualquer coisa que pode representar qualquer coisa' para a criança" (VYGOSTKI & LURIA, 1930/2007, p. 64, tradução nossa). De maneira resumida,

o presente trabalho teve como objetivo discutir os aspectos metodológicos gerais que impossibilitariam uma aproximação entre o construcionismo e a psicologia vigotskiana. Apresentamos a comparação entre a visão agnóstica da realidade do construcionismo e seu contraponto realista da psicologia vigotskiana. Esta teoria compreende que há um objeto a ser conhecido, ao contrário do primeiro, o qual afirma que somente podemos conhecer as pessoas que constroem os objetos. Demonstramos a dependência ontológica da categoria trabalho na Psicologia de Vigotski. A partir disso, esperamos que tenha ficado evidente a relação entre a história do comportamento do homem e a história das formas que o homem desenvolveu para modificar a natureza. Do ponto de vista epistemológico discutimos que Vigotski é otimista em relação a possibilidade do acesso a realidade objetiva, em oposição ao construcionismo. Para Vigotski, tanto o conhecimento quanto a linguagem partem da e são colocados a prova pela realidade objetiva, enquanto que para o construcionismo tanto um como outro se dão na negociação dos significados entre os membros das determinadas comunidades.

Concluimos com este trabalho de investigação que as incoerências apresentadas na apropriação dos conceitos vigotskianos representam um problema de fundo dessa visão de mundo. A chave desse problema seria a concepção idealizada de linguagem, isto é, que vê a linguagem como sendo independente da reprodução material da sociedade. Além disso, grande parte dos construcionistas, de forma deliberada ou não, confundem a forma de obtenção do conhecimento com o objeto a ser conhecido. Para o materialismo dialético, base metodológica da psicologia vigotskiana, o conhecimento científico é uma construção mediada pela linguagem, pelas práticas sociais e pelos fenômenos naturais e sociais, não se construindo apenas linguisticamente, mas por meio da forma de reprodução material da sociedade, isto é, pelo trabalho, desenvolvido ao longo de complexos processos históricos e sociais. A concepção construcionista está em desacordo com os principais princípios metodológicos de Vigotski. Conclui-se, portanto, que este auto não pode ser incorporado ao referido movimento a não ser descolado de seus sistema conceitual e sua base filosófico-metodológica.

## REFERÊNCIAS

CARMO, F. M. & JIMENEZ, S. V. Em busca das bases ontológicas da psicologia de Vygotsky. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 4, p. 621-631, out./dez. 2013.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2001.

EIDT, N. M. **A educação escolar e a relação entre desenvolvimento do pensamento e a apropriação da cultura: A psicologia de A. N. Leontiev como referência nuclear de análise.** Tese de Doutorado em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

FACCI, M. G. D. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana.** Campinas: Autores Associados, 2004.

GERGEN, K. **Realidades y Relaciones: Aproximaciones a la construcción social.** Barcelona: Paidós, 1995.

GERGEN, K. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. **Interthesis**, vol. 06, no. 1, 299-325, 2005. (Original publicado em 1985).

RATNER, C. **Cultural Psychology: A perspective on psychological functioning and social reform.** Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2006.

SHOTTER, J. **Realidades Conversacionales: La construcción de la vida a través del lenguaje.** Madrid: Amorrortu Editores, 2001. (Original publicado em 1993).

SHUARE, M. **La psicología soviética tal como la veo.** Moscou: Progreso, 1990.

Vigotski, L. S. **O desenvolvimento psicológico na infância.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VYGOTSKI, L. S. & LURIA, A. R. **El instrumento y el signo en el desarrollo del niño.** Madrid: Fundación Infancia y Aprendizaje, 2007.

**ABSTRACT:** The purpose of this chapter is to discuss the question of the method of psychology. Vygotsky proposed that the crisis of psychology came from his methodological questions. In this sense he traced dialectical materialism as the foundation of his psychology. Having this in mind and the current relevance of this Soviet psychologist, we will discuss his method from the constructionist appropriation of him. In social constructionism, unlike constructivism, knowledge is understood as a social construction, that is, it has a relational and discursive

origin. We find that this theoretical movement is at odds with Vygotsky's methodological principles.

**KEYWORDS:** Method of psychology; Social constructionism; Vigotski.

## **Capítulo XV**

### **RELATO DE EXPERIÊNCIA, FORMAÇÃO GENERALISTA E PSICOLOGIA**

---

**Maria Eduarda Freitas Moraes  
Cezar Augusto Vieira Junior**

## RELATO DE EXPERIÊNCIA, FORMAÇÃO GENERALISTA E PSICOLOGIA

**Maria Eduarda Freitas Moraes**

Universidade Federal de Santa Maria  
Santa Maria – Rio Grande do Sul

**Cezar Augusto Vieira Junior**

Universidade Federal de Santa Maria  
Santa Maria – Rio Grande do Sul

**RESUMO:** Observando a estrutura curricular de um curso de psicologia, que priorizava o enfoque sobre algumas áreas de atuação do/a psicólogo/a, o Diretório Acadêmico desse curso proporcionou junto aos estudantes “ciclos de encontros de formação generalista”. O presente trabalho busca relatar a experiência sobre a construção e a realização dos ciclos. Os ciclos ocorreram em 2013 e 2014 e consistiram em oficinas nas quais eram apresentados e debatidos temas que eram pouco explorados durante o curso, embora fossem de relevantes para uma formação generalista do/a psicólogo/a. Os temas das oficinas foram selecionados a partir das demandas dos/as estudantes. A partir da experiência, os/as estudantes puderam se qualificar profissionalmente, bem como compartilhar vivências e interesses.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação acadêmica. Universidade. Estudantes.

### 1. PSICOLOGIA E FORMAÇÃO GENERALISTA

No Curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), podia se observar uma estrutura, bem como uma grade curricular, que enfocava durante a graduação em psicologia determinados locais e formas de atuação do/a psicólogo/a (principalmente, a clínica), bem como determinadas abordagens teóricas (essencialmente, a psicanálise e a cognitivo-comportamental). Tal fator não era totalitário, mas influenciava a formação dos/as estudantes.

Porém, de acordo com o Plano Pedagógico do referido curso, ao final da graduação, o graduando em psicologia deve, entre outras coisas, reconhecer a diversidade de perspectivas necessárias à compreensão do ser humano e ser capaz de atuar em diferentes contextos. Conforme Bock (2008), a diversidade de pensamentos acerca da psicologia reflete a complexidade do ser humano, de forma que não é possível falar de uma única psicologia, mas de psicologias. Dentro deste panorama, cabe colocarmos em questão se a prática que se tem em sala de aula e demais espaços de formação abarca o plano pedagógico.

Sentindo algumas limitações do curso em dar conta desta proposta, o Diretório Acadêmico da Psicologia (DAPSI) da UFSM teve como iniciativa

proporcionar aos/às estudantes o I Ciclo de Encontros de Formação Generalista durante 2013 e o II Ciclo de Encontros de Formação Generalista durante 2014. Cada um dos ciclos foi composto por três oficinas. Embora a gestão do DAPSI tenha mudado em parte e, em outra parte, se manteve as mesmas pessoas, a proposta foi levada adiante tendo em vista os interesses e a aceitação da mesma por parte dos/as estudantes.

Bernardes (2012) afirma que a formação em psicologia nunca foi generalista e isso é um mito, visto que nossa formação sempre foi centrada no indivíduo e localizada na clínica. O autor ainda argumenta que não se pode reduzir a formação generalista a um trânsito em diferentes áreas ou locais de atuação, mas que se deve estar atento a necessidade de produzir uma formação preocupada com as demandas das populações. Uma das cartilhas do Conselho Federal de Psicologia (2006) converge para a segunda proposição que apresentamos de Bernardes (2012), indicando que a formação generalista é tomada como uma perspectiva crítica na medida em que abarca a complexidade da realidade, considerando que o profissional deve ser sensível ao contexto em que está atuando. Cabe assinalar que, embora tendo a psicologia produzido um acúmulo de conhecimento científico, ela enfrentou crises e diversos questionamentos (MOURA, 1999) por não saber responder às questões da sociedade contemporânea. Pois, por vezes, a prática da psicologia se constrói através de uma perspectiva isolada e fragmentada (RONZANI; RODRIGUES, 2006).

Neste sentido, concordamos que o trabalho do/a psicólogo/a deve comportar uma sensibilidade para com as demandas da população a qual atende, bem como as especificidades do seu local de trabalho. Todavia, acreditamos que a introdução e conhecimento de diferentes abordagens teóricas e áreas da psicologia favorece uma possibilidade de escolha do/a psicólogo/a da linha teórica que irá utilizar, pois à medida que conhece diferentes abordagens, pode-se optar por aquela com a qual tem mais afinidade. Com isso, entendemos que a possibilidade de escolher com o que se trabalha favorece a qualidade do trabalho desse profissional.

## **2. OS ENCONTROS E AS EXPERIÊNCIAS**

O trabalho se propõe a relatar a experiência dos encontros de formação generalista no que diz respeito à sua construção e realização. Aqui abordaremos experiência no sentido expresso por Bondía (2002) como aquilo que nos acontece e nos passa, não aquilo que acontece simplesmente, pois conforme aponta, “a cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (BONDÍA, 2002, p. 21).

Os encontros ocorreram ao longo de 2013 e 2014, consistindo oficinas nas quais eram apresentados e debatidos temas que eram pouco comentados ou sequer vistos em sala de aula e, ainda assim, eram de suma importância

para a construção de uma compreensão generalista do/a psicólogo/a. Os temas foram selecionados a partir de demandas dos/as estudantes sobre a carência deles e o interesse por eles em sua formação. Alguns dos temas foram pensados a partir de Assembleias estudantis, outros foram pensados a partir de outras sugestões, bem como a disponibilidade de profissionais capacitados a ministrar as oficinas. A partir das sugestões, elas foram organizadas separadamente em reuniões do DAPSI. Também consideramos que os mediadores ou apresentadores das oficinas poderiam ser professores já inseridos no departamento de psicologia da UFSM, mas que não dispusessem de muito espaço para a discussão de alguns dos temas com os quais trabalham, no âmbito da sala de aula.

Cada um dos ciclos foi composto por três oficinas, sendo a inscrição de cada oficina realizada separadamente, haja vista a grande diferenciação de cada tema. Sendo assim, ocorreram seis oficinas, sendo o tema delas: psicologia no âmbito jurídico; gênero; psicodrama; perícia psicológica; terapia sistêmica familiar; e esquizoanálise. Tendo sido produzido um encontro para cada tema citado.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através do espaço proposto por meio dos encontros, os/as estudantes puderam reconhecer a diversidade de abordagens teóricas, bem como de locais de atuação que a psicologia pode ocupar. Tal reconhecimento era bastante restrito anteriormente, à medida que, além de um currículo restrito, o curso não oferece disciplinas opcionais. Desta forma, os/as estudantes puderam se qualificar profissionalmente, compartilhar vivências, bem como realizar-se pessoal e profissionalmente ao debater uma área nova, ou que já era de seu interesse, mas que não havia espaço reconhecido para esse debate anteriormente.

Reconhecemos que os encontros foram breves e não supriram algumas faltas curriculares que existem em qualquer curso. Assim, faz-se necessário também a criação de outras alternativas de desenvolvimento da abrangência da formação profissional de estudantes, tais como grupos de estudo, discussões sobre reforma curricular e outras formas de eventos para que se aprofunde determinadas questões. Entretanto, percebemos essa experiência como um potencial para se ter conhecimento da diversidade que compõe a psicologia.

### **REFERÊNCIAS**

BERNARDES, Jefferson de Souza. A formação em psicologia após 50 anos do Primeiro Currículo Nacional de Psicologia – alguns desafios atuais.

**Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v.32, n.especial, p.216-231. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca16.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2015.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p.20-28. Jan./Abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha: I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública: contribuições técnicas e políticas para avançar no SUS**. Brasília, DF: CFP, 2006.

MOURA, Eliana Peres Gonçalves de. A psicologia (e os psicólogos) que temos e a psicologia que queremos: reflexões a partir das propostas de diretrizes curriculares (MEC/SESU) para os cursos de graduação em psicologia. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v.19, n.2, p.10-19. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931999000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000200003)>. Acesso em: 15 mar. 2015.

RONZANI, Telmo Mota; RODRIGUES, Marisa Cosenza. O psicólogo na rede de atenção primária à saúde: contribuições, desafios e redirecionamentos. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v.26, n.1, p.132-143. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n1/v26n1a12.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

**ABSTRACT:** In observance to the curricular structure of a psychology course that prioritized the focus upon some areas of a psychologist's performance, the course's Academic Administration provided, alongside the students, "Cycles of Meetings in Generalist Education". The present study aims to report the experience in the construction and conduction of the cycles. The cycles occurred in 2013 and 2014 and consisted of workshops that presented and discussed subjects which, although relevant to the generalist education of a psychologist, were marginally explored during the course. These subjects were selected from the student's demands. From the experience, the students could professionally qualify themselves, as well as share experiences and interests.

**KEYWORDS:** Academic education. University. Students.

## **Capítulo XVI**

### **RESOLUÇÕES E VIVÊNCIAS ACERCA DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE**

---

**Cezar Augusto Vieira Junior  
Maria Eduarda Freitas Moraes**

## RESOLUÇÕES E VIVÊNCIAS ACERCA DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE

**Cezar Augusto Vieira Junior**

Universidade Federal de Santa Maria  
Santa Maria - Rio Grande do Sul

**Maria Eduarda Freitas Moraes**

Universidade Federal de Santa Maria  
Santa Maria - Rio Grande do Sul

**RESUMO:** O trabalho tem por objetivo apresentar no que consiste a representação discente no Colegiado de Departamento e no Colegiado de Curso de uma universidade. Objetiva também partilhar experiências das atuações de estudantes de psicologia nesses espaços. Para tanto, foi realizado um levantamento documental de leis e resoluções que orientam a representação discente. Paralelamente, foram feitas sínteses sobre as experiências de atuação. Através da experiência, percebemos o espaço como uma oportunidade de defender propostas e melhorias à formação de estudantes, mas que por vezes também suscita frustrações. Os debates e conquistas estudantis reafirmam a gratificação da representação e auxiliam a formação acadêmica, proporcionando um exercício de cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia Social. Universidade. Estudantes.

### 1. INTRODUÇÃO

A representação discente refere-se ao trabalho de representar os estudantes em órgãos deliberativos da universidade. A representação discente, no contexto que será apresentado, é composta por integrantes do Diretório Acadêmico da Psicologia (DAPSI) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O DAPSI é composto por estudantes da graduação em psicologia e, dentro do recorte temporal que será abordado, tem como proposta pautar temas que sejam relevantes à formação dos estudantes não apenas no sentido profissional puramente técnico, mas também enquanto pessoas, cidadãos e profissionais que podem vir a se inserir em conselhos, dentre outros espaços públicos de deliberação. Portanto, acreditamos que a formação, neste sentido, deve abarcar uma concepção crítica da sociedade e das relações de poder.

A perspectiva teórica que guiará este relato é a Psicologia Social Crítica (GUARESCHI, 2012). Abordar o relato a partir da perspectiva da Psicologia Social Crítica implica considerar que os sujeitos estão sempre em relação e, portanto, se constroem através destas. Conceber as pessoas como produto de sua cultura e suas relações implica também dizer que eles são capazes de transformar essa cultura que os constitui (BONIN, 2010), uma vez que se trata de uma relação dialética. Essa perspectiva considera, ainda, que não há

neutralidade na ciência, uma vez que o pesquisador se envolve de forma pessoal e integral com a pesquisa, portanto, ele não é apenas um espectador do fenômeno (ROSO, 2005).

Este trabalho tem como objetivo geral apresentar no que consiste a representação discente em um Colegiado de Departamento de uma universidade pública. Especificamente, pretende-se partilhar alguns elementos da experiência de estudantes do curso de psicologia da UFSM no que concerne às suas atuações na representação discente no Colegiado do Departamento de Psicologia da referida universidade durante o período de 2012 a 2014.

## **2. MÉTODO**

O método empregado para atingir o objetivo geral consiste em um levantamento documental não sistemático de Leis e Resoluções que orientam a prática da representação discente. Paralelamente, para o relato das experiências, foram feitas sínteses das conversações dialógicas realizadas informalmente entre os representantes discentes em reuniões do DAPSI, utilizando-se do conteúdo dos diários de campo (MALINOWSKI, 1997).

## **3. RESOLUÇÕES E VIVÊNCIAS**

Reflexões iniciais indicaram que atualmente existe uma lei federal vigente tratando da representação estudantil, Lei 7395/85, que assegura a criação dos órgãos representativos estudantis, sendo estes a União Nacional dos Estudantes (UNE), União Estadual dos Estudantes (UEEs), Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) e Centros ou Diretórios Acadêmicos (CAs ou DAs). O artigo 5º desta lei estabelece que “a organização, o funcionamento e as atividades das entidades a que se refere esta Lei serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em assembleia-geral no caso de CAs ou DAs e através de congressos nas demais entidades.” (BRASIL, 1985).

A composição dos colegiados é abordada inicialmente, de forma geral, pelo *Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria* (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 1996) em seu artigo 38. Porém, essa composição é estabelecida efetivamente pelo *Regimento Interno do Centro de Ciências Sociais e Humanas* (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 1989) em seu artigo 25 no caso do Colegiado de Departamento. Sendo assim, a representação discente equivale a um quinto do total de membros do colegiado.

O trabalho dos representantes discentes consiste em participar das reuniões dos colegiados, apresentando e defendendo as reivindicações dos demais estudantes, buscando não apenas a melhoria na qualidade do ensino, mas também discutindo questões relativas à infraestrutura e à divisão da carga horária docente, por exemplo. Para integrar a representação discente no

Colegiado de Departamento são necessárias seis pessoas (três titulares e três suplentes). Todo ano ocorrem eleições para o DAPSI e, na reunião que sucede à posse do Diretório são escolhidas pessoas para ocuparem esses lugares de representação dentro da chapa eleita, os critérios são: ter trajetória no DAPSI, estar disposto a dialogar, bem como a conhecer e reivindicar sobre demandas e problemas estudantis próprios desse contexto.

É comum que todos os interessados em ocupar os cargos de representante preencham esses quesitos, por isso o critério acaba sendo quem tem maior desejo e disponibilidade de tempo para estar nessa representação. Cabe ressaltar que, em alguns momentos, apesar de existirem estudantes engajados, não existem pessoas dispostas a estarem presentes nos momentos dos colegiados. Sobre isso, podemos nos questionar: o que leva as pessoas a terem receio ou falta de desejo de ocupar um espaço que é delas por direito?

Tomando experiência por aquilo que nos acontece e nos passa, não aquilo que acontece simplesmente, pois conforme Bondía (2002, p. 21) “a cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”, buscamos relatar nossas vivências. Iniciamos desenvolvendo diálogos entre os representantes, os quais aconteciam nas reuniões do DAPSI, no período de 2012 a 2014, sendo registrados em ata e nos diários de campo dos membros, que caracterizavam-se pelas anotações pessoais de cada um. Nesses espaços, era possível expor as experiências de representação discente, que podem ser compreendidas como singulares, mas também coletivas.

Exercer a representação discente proporciona uma experiência que vai além da formação acadêmica. Participar do processo decisório quanto a questões importantes para o departamento, juntamente com docentes, nos coloca em uma posição que requer muita importância, e isso acaba por exercer uma pressão, pois as propostas e argumentos que apresentamos dentro da reunião podem influenciar a formação dos demais estudantes. Nesse sentido, ressaltamos o sentimento de indignação por parte dos representantes, ao perceber que alguns professores demonstram um interesse mínimo por algumas questões discutidas em colegiado, as quais visam benefícios para os estudantes de graduação, visto que os professores possuem interesses distintos. Cabe aqui pensar a relação que se instaura, uma vez que tanto estudantes quanto professores argumentam em defesa de seus interesses ou de sua categoria, mas, por vezes, deveriam convergir para o que é melhor para a universidade.

Desta forma, percebemos o espaço destas reuniões de colegiado como um lugar que, se por um lado, buscamos pautas e argumentos que beneficiem à formação dos estudantes, por outro, revela-se um ambiente que suscita o sentimento de impotência. A angústia é frequente por parte dos estudantes, uma vez que nossas vivências convergiram ao se referir ao espaço do Colegiado como intimidador e pouco acolhedor, incitando o sentimento de desconforto. Todavia, os representantes buscam articular suas ideias da melhor maneira possível, desde as reuniões do DAPSI até os colegiados, preparando-se para “enfrentar” e discutir ideias cristalizadas que barram o desenvolvimento do curso

ou departamento como um todo. Sendo assim, quando se consegue uma vitória nas votações dos colegiados, esta é muito comemorada e o sentimento de dever cumprido é gratificante.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos indicando o quanto as Leis e Resoluções encontradas privilegiam determinadas categorias da universidade que não os estudantes, à medida que apenas um quinto fica reservado para a representação discente. Tais normativas revelam, portanto, a representação que a universidade tem de estudante, como alguém que é “passageiro” na instituição e por isso não necessita de muita participação nos órgãos deliberativos.

O relato demonstrou que participar do processo decisório quanto a questões importantes para o departamento requer responsabilidade, pelo fato de suas propostas e argumentos pesarem nas decisões, embora por vezes apareça o sentimento de impotência, que acaba por não levar adiante o diálogo dentro das reuniões de colegiados. Salientamos que a carência de diálogo acaba por não efetivar o órgão deliberativo, uma vez que esses espaços servem para debates e apresentação de questões.

A renovação e persistência na aposta da representação discente como uma alternativa acontece essencialmente nos momentos de debate em reuniões do DAPSI e eventuais vitórias das demandas estudantis nos colegiados, uma vez que reafirmam a gratificação nessa representação, bem como auxiliam o processo de formação acadêmica, uma vez que proporcionam um exercício de cidadania.

#### REFERÊNCIAS

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p.20-28. Jan./Abr. 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

BONIN, Luiz Fernando Rolim. Indivíduo, cultura e sociedade. In: STREY, Marlene Neves et al. **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p.58-72.

BRASIL. **Lei nº. 7395, de 31 de outubro de 1985**: dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências. Brasília, 1985. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7395.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7395.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2015.

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia Social Crítica: como prática de libertação**. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Um diário no sentido estrito do termo** [1967]. Rio de Janeiro: Record, 1997.

ROSO, Adriane. **Cultura sexual e reprodutiva em tempos de AIDS: análise Transcultural dos Discursos Relacionados à Transmissão Materno-Infantil do HIV-1**. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Faculdade de Psicologia, Porto Alegre, RS, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria, 1996. Disponível em: <[http://sucuri.cpd.ufsm.br/\\_outros/pdf/estatuto.pdf](http://sucuri.cpd.ufsm.br/_outros/pdf/estatuto.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA **Regimento Interno do Centro de Ciências Sociais e Humanas**. Santa Maria, 1989. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/adm/docs/RegimentoInternoCCSH.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

**ABSTRACT:** This study has, as an objective, the presentation of what composes the student's representation in the Course Board and Department Board of a university. It also aims to share experiences from psychology students in these spaces. For this purpose, a documental survey of laws and resolutions that guide the student's representation was carried out. Concurrently, syntheses about the performance experiences were made. Through the experience, we understood the space as an opportunity to defend proposals and improvements to the students education, but also, at times, as a source of frustration. The student's debates and achievements reaffirm the gratification of the representativity and assist in the academic education, providing an exercise of citizenship.

**KEYWORDS:** Social Psychology. University. Students.

## Capítulo **XVII**

### REFLETINDO SOBRE ALGUNS DESAFIOS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

---

Mayra Marques da Silva Gualtieri-Kappann  
Alonso Bezerra de Carvalho  
Jair Izaias Kappann

## REFLETINDO SOBRE ALGUNS DESAFIOS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

### **Mayra Marques da Silva Gualtieri-Kappann**

UNESP, Departamento de Pós-Graduação em Educação (pesquisa de doutorado financiada pela CAPES)

Marília - SP

### **Alonso Bezerra de Carvalho**

UNESP, Departamento de Pós-Graduação em Educação e Departamento de Educação

Marília - SP e Assis - SP

### **Jair Izaias Kappann**

UNESP, Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho

Assis - SP

**RESUMO:** Este capítulo visa refletir sobre o processo de formação docente no Brasil e seus desafios, seja a formação do docente de curso superior ou para o ensino fundamental e médio, revisitando, através de uma revisão bibliográfica, alguns autores que versam sobre esta temática, como Freitas (2007), Maciel e Shigunov Neto (2009) e Gatti (2010), com eles refletindo e compartilhando com o leitor nossas pesquisas realizadas na área da educação e formação de professores nos últimos anos e nossa experiência como docentes de cursos de graduação, licenciatura e pós-graduação no país. Objetivamos problematizar a estruturação de nossos cursos, a aceleração da formação docente na atualidade, de caráter predominantemente conteudista e sem a necessária ênfase aos aspectos didáticos, práticos e reflexivos necessários, a pressão mercadológica produtivista, multiplicadora de artigos, cursos e desigualdades educacionais e de políticas públicas de formação de professores implementadas sem o adequado investimento, acompanhamento e valorização da qualidade da formação e da prática docente. A urgência do enfrentamento desta situação e a busca por novas soluções, como é o caso do PIBID, sugere a necessidade de um processo de responsabilização coletiva e de diálogo entre pesquisadores, professores e a sociedade em geral, não somente das instituições de ensino ou órgãos governamentais, mas uma postura politicamente ativa e eticamente comprometida de todos com o futuro da educação no Brasil, as diferentes dimensões que a perpassam e seu papel em face de seu comprometimento com o desenvolvimento humano e social no contexto social, econômico e político em que se insere.

**PALAVRAS-CHAVE:** Críticas aos currículos atuais. Educação. Formação de professores. Políticas públicas para formação de professores. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

## 1. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL E OS DESAFIOS ATUAIS

O panorama atual da educação brasileira assiste a uma explosão de novos cursos e polos de educação, sejam presenciais ou à distância, muitos sem qualquer fiscalização ou acompanhamento efetivos ou critérios claros de qualidade, somados a um número cada vez maior de especializações, mestrado, mestrado profissional e doutorados – incluindo as modalidades de curso integral ou parcialmente à distância-, que muitas vezes produzem monografias, dissertações e teses de pouco escopo científico e baixa qualidade, num processo capitalista que se alia dia-a-dia ao produtivismo exigido tanto do mercado de trabalho como dos meios acadêmicos, agências de pesquisa e instituições educacionais. Este processo de “credenciamento” da educação, através da exigência cada vez maior de titulações, parece carregar em si a mesma política capitalista de meritocracia do credencialismo escolar que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo na segunda metade do século XX e que levou ao explosivo aumento da procura por escolaridade (SINGER, 1985) e da crescente necessidade de diminuir os índices de analfabetismo e de total ausência de instruções dos (futuros) trabalhadores. A diferença parece ser que agora esta procura, que já foi pelo ensino fundamental e médio, se dirige aos cursos superiores e de pós-graduação, uma vez que a conclusão do ensino médio já não é mais, como outrora o foi, “mérito” no mercado. Hoje ela é quase uma condição para não ser considerado como “analfabeto”.

Parece-nos que, com a desmoralização histórica da educação no Brasil em todos os seus níveis, a graduação e a pós-graduação não estejam escapando deste processo, configurando-se agora como um espaço de uma infinidade de vagas e incentivos econômicos para viabilizar o acesso de todos à “educação” ofertada, que, longe de contribuir para a democratização do ensino, produz mais desigualdades: a desigualdade educacional. Podemos definir o que consideramos como desigualdade educacional como aquela que diz respeito à oportunidade de acesso a uma formação acadêmica de qualidade, tanto nos níveis de graduação, como nos de pós-graduação. Freitas (2007) faz alusão a esta desigualdade como oriunda das desigualdades entre instituições de ensino e pesquisa e entre os estudantes que tem a oportunidade de estudar e pesquisar e as outras instituições e seus estudantes que precisam trabalhar para se manter e precisam de mais um título para assegurar ao mercado de trabalho que possuem mínimas condições de atuarem em suas áreas, o que já não se pode assegurar com a titulação recebida da graduação.

Desta forma, assim como predisse Singer (1985), com a desmoralização da graduação, os cursos de mestrado e doutorado, originariamente criados para a formação de professores, começam a ser exigidos no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo em que o sistema escolar vai criando mais diplomas, também continua reproduzindo as desigualdades sociais, desmoralizando o ensino, perpetuando a chamada “crise da escola”. O alunos entram nas universidades muitas vezes sem saber para quê e sem a esperança de que o esforço que o

curso superior lhes exigirá lhes trará alguma recompensa social e econômica, que continua a ser, basicamente, o que se procurava anteriormente com a formação básica da escola (SINGER, 1985).

## **2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS, A ESTRUTURAÇÃO DOS CURSOS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

As novas políticas educacionais nacionais para a formação de professores apregoam que oferecem diferentes oportunidades de formação aos estudantes, dissimulando, sob a concepção de equidade, o oferecimento de oportunidades a quem está longe de ter acesso à igualdade de condições para sua formação e atuação (FREITAS, 2007). Singer (1985) também concorda com esta postura ao afirmar que a função essencial da escola no Brasil é produzir desigualdades culturais e sociais, também pelos que passam por escolas diferentes. Esta desigualdade marca toda a vida social de nossa cultura capitalista, na qual estamos imersos. A competição, bem como a corrida pelo lucro e pela vantagem individual, mola mestra do capitalismo, é alimentada pela desigualdade, dando dinamismo a ela. E assim, a “crise da escola” segue, ao longo dos anos, ganhando novos níveis de formação como adeptos.

Pensamos que as políticas atuais de formação de professores se voltam para um duplo aspecto: a formação do professor pesquisador e formação do professor prático, aquele capaz de dar aulas, enfrentar duras condições de trabalho, ausência de políticas salariais adequadas às necessidades e desigualdades sociais, alunos indisciplinados, mal formados ou de formação educacional e moral desiguais. Cada vez mais, na prática, as duas funções se dissociam, ao nosso ver. Os professores oriundos das melhores instituições se dedicam a responder à demanda sempre crescente por pesquisas, artigos e títulos, distanciando-se cada vez mais da sala de aula, seja formando profissionais para a educação básica, seja formando professores de qualidade que possam ocupar as salas de aula dos crescentes cursos de graduação e pós-graduação oferecidos no país. Ao que parece, ser professor da graduação e pós-graduação nestes cursos transforma-se gradativamente como um “bico” do professor que quer ser pesquisador, efeito semelhante já observado por outros autores que descreveram a motivação dos alunos de graduação para procurarem os cursos de licenciatura no Brasil, ou seja, ter a profissão de professor de sala de aula como opção mercadológica para enfrentar o desemprego e as dificuldades econômicas momentâneas, enquanto procuram por algo melhor, mais compensador ou economicamente mais vantajoso para fazer.

Freitas (2007) descreve esta problemática como um “divórcio” entre as necessidades atuais da escola (e também da universidade, podemos pensar) e de profissionalização da juventude e um sistema educacional que não oferece possibilidades para habilitar seus alunos de forma plena para o trabalho docente

concreto, em especial no ensino público. O autor defende que as soluções para os problemas de formação de professores no Brasil não se vinculam a questões puramente técnicas ou a grandes proposições teóricas. Elas se ligariam à apropriação, pelo Estado, dos resultados dos estudos dos pesquisadores em educação, que orientam os educadores, seus movimentos e entidades no debate sobre os princípios e os fundamentos da formação docente.

Para Maciel e Shigunov Neto (2009), a grande preocupação do momento está voltada para a necessidade urgente de formação de um professor que possa ser reflexivo de sua prática, indagador de suas ações, crítico de seu saber-fazer. Para estes autores, a integração real buscada entre ensino e pesquisa só ocorrerá se ao ensino e à formação de futuros professores for dado o mesmo *status* que hoje se confere à pesquisa, uma vez que integração significa equidade, equivalência, igualdade.

Gatti (2007), em seu estudo sobre a formação de professores no Brasil, suas características e problemas, também discutiu o desequilíbrio na relação teoria-prática na formação dos professores, enfatizando que esta se preocupa mais com o ensino teórico, político e de contextualização do ensino do que com a escola e sua prática, evidenciando a quase ausência de disciplinas e estágios práticos nos cursos de formação de professores. Esta estruturação dos cursos de graduação conferiria à escola um caráter abstrato ao graduando e muitas vezes longe ou pouco integrado à realidade e às práticas e problemas diários que o professor enfrentará na sala de aula quando for atuar. A despeito do vasto rol de disciplinas cursadas e com a ausência de um eixo formativo claro para a docência, há, para esta autora, uma “pulverização na formação dos licenciados, o que indica frágil preparação para o exercício na educação básica (GATTI, 2007, p. 1374).”

Afinadas com as diversas pesquisas já realizadas a este respeito por outros autores estão nossas pesquisas a respeito de diversas temáticas que perpassam a educação e a formação de professores no Brasil (CARVALHO; SILVA, 2006; CARVALHO, 2010; CARVALHO, 2013; GUALTIERI, 2010; GUALTIERI-KAPPANN, 2016) e nossa experiência como docentes de cursos de graduação, licenciatura, extensão e pós-graduação no país. Elas nos levam à reflexão de que é bem possível que a problemática do "divórcio" entre as necessidades educacionais das instituições de ensino e para a formação profissional necessária aos futuros educadores e o que realmente se tem feito, o desequilíbrio da relação teoria e prática e o predomínio de uma formação conteudista e aligeirada de professores esteja se estendendo sorrateira e gradativamente aos diversos níveis de formação e atuação docente, atingindo também a pós-graduação. Faz-se urgente a reflexão conjunta entre educadores e a sociedade em geral sobre novas práticas e possibilidades para um futuro melhor da formação do professores, em especial sobre a formação do docente de ensino superior.

Pensamos que também precisamos investir em um maior acompanhamento, fiscalização e avaliação dos cursos de graduação e pós-

graduação recém-abertos e os já em funcionamento no país – muitos não oferecem carga horária adequada, currículos insuficientes e que não contemplam, nem como modalidade optativa, a possibilidade de formação didática para os alunos que se interessarem pela docência.

O modo como a formação docente está estruturada no Brasil, voltada prioritariamente para o conhecimento disciplinar, não valorizando os aspectos da didática e das estratégias voltadas para o ensino e a sala de aula, parece estar produzindo lacunas na formação integral do graduando e pós-graduando. A questão que nos parece mais clara é que hoje, tanto a formação teórica dos futuros docentes de todos os níveis de atuação quanto sua didática e capacidade de exercício de reflexão são frágeis. Isto posto, acreditamos que, além de se introduzir uma prática reflexiva dos conteúdos apresentados, é preciso se exigir também uma formação que favoreça a possibilidade de se formar um futuro e bom docente, em seus aspectos didáticos, teóricos e reflexivos.

Às fragilidades anteriormente discutidas de nossos cursos de formação docente se somam à pressão pelo produtivismo dos docentes em atuação nas instituições de ensino superior, a pressão pela titulação rápida dos futuros docentes, a ausência quase completa de estágios práticos e, de modo ainda mais raro, de disciplinas e estágios práticos de docência. O aluno sai da graduação, licenciatura ou pós-graduação “credenciado” para dar aulas, todavia, muitas vezes, nunca pisou em uma sala de aula como docente para saber o que isto significa e nunca lhe foi ensinado o que significa ser um bom professor, um educador.

Ao chegar à sala de aula, o novo professor se depara com a dura realidade educacional, econômica e social de seus alunos aliada a um sistema autoritário de ensino que cobra e transforma em reféns professores e alunos. E, em meio aos muitos conflitos que vivencia em sua prática profissional, não raro, se sente abandonado pela escola ou pela universidade em que leciona, desesperançoso quanto aos rumos da educação, e carente de uma formação que o ajude a lidar com os problemas cotidianos, como a violência, indisciplina, desmotivação dos alunos, dentre outros. E assim, muitas das práticas pedagógicas que serão tentadas pelos novos professores para lidar com estas questões ficam relegadas ao caráter intuitivo de cada educador. Como consequência provável deste descompasso entre a formação e a prática docente, as pesquisas atuais evidenciam a baixa resolubilidade dos conflitos vivenciados nas instituições de ensino, os altos índices de violência contra professores e alunos e o adoecimento e afastamento crescente de professores.

E, embora tais conflitos e ocorrências entre professores e os alunos se repitam ano a ano, as soluções encontradas pelo sistema educacional são, em sua maioria, de caráter teórico ou punitivo daquele considerado como o responsável pelo problema da vez, seja ele professor ou aluno, e não priorizam um investimento adequado em novas propostas de formação de professores ou questionamento das práticas de ensino vigentes (GUALTIERI-KAPPAN, 2016).

É urgente a necessidade de enfrentarmos a realidade criada pelos nossos cursos de graduação, pós-graduação e formação de professores que não têm contribuído, em sua maioria, para que o professor não chegue à sala de aula somente como um técnico, um prático, quando deveria poder se beneficiar de uma formação mais abrangente, que favorecesse a formação de um prático reflexivo, um educador que pudesse ajudar a formar novos agentes reflexivos e práticos em suas áreas específicas de conhecimento e de ação coletiva. Essas dimensões não abarcadas nos cursos de formação de professores tendem a formar técnicos em suas determinadas áreas de conhecimento, mas, ao nosso ver, se mostram carentes em sua tarefa de formar educadores, na plenitude deste termo.

Defendemos que a formação dos professores deveria priorizar um forte embasamento teórico aliado a uma prática reflexiva das funções dos graduandos e pós-graduandos e que a isto se alie a um maior acesso de todos não somente a vagas no ensino superior e de pós-graduação – o que deveria acontecer, sem dúvida, por meio de políticas públicas que dessem acesso a vagas nas instituições de ensino, em especial, nas públicas - , mas também acesso a uma educação de qualidade, que privilegie, igualmente, tanto nas instituições para alunos ricos quanto para pobres, para bolsistas, como para não bolsistas, quer nas instituições públicas como nas privadas, o acesso à pesquisa, à formação e reflexão sobre a prática docente, contexto no qual se faz imprescindível que esta reflexão se alie à prática propriamente dita, com os alunos de graduação, mestrado e doutorado inseridos em estágios supervisionados de didática docência, com carga horária compatível com o peso de sua formação e não o inverso – quanto maior a titulação, mais “desobrigado” está o aluno de enfrentar a sala de aula. Para isto, as políticas públicas, deveriam ser repensadas, os currículos revistos e esta febre por “credenciamento” e “titulação” a qualquer custo, reavaliada. Só assim talvez possamos pensar em democratização da educação e uma maior chance de igualdade e equidade de oportunidade para todos, em especial para todos os futuros professores.

Nos últimos anos, está se construindo uma proposta de política de formação que pode tornar-se uma saída para as expectativas que emergiram da situação educacional brasileira. É o que pretendemos tratar a seguir.

### **3. UMA NOVA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA DO PIBID**

Pensar o ambiente de formação dos professores como uma política pública sempre implica em verificar as articulações entre a teoria e a prática. Esse é o grande nó, quase literal, no campo da formação. É preciso pensar que estas dimensões estão separadas somente para que seja possível pensar sobre elas e articulá-las. Na verdade, teoria e prática formam um conjunto, no qual estamos sempre atuando, desde que haja uma atenção constante do próprio

educador. Quando estamos pensando, em um curso de formação na Universidade, ensinando e pesquisando ou, ainda, trocando experiências, precisamos voltar a algum momento da prática (do já vivido), a fim de que esta nos ajude a pensar e a repensar as nossas ações, as nossas escolhas, etc. Do mesmo modo, quando estamos no terreno da escola, atuando, praticando, precisamos recorrer a conhecimentos acumulados (à teoria) a fim de que esta nos dê luzes e nos ajude a atuar de uma forma melhor e mais segura. Pensar nas duas dimensões como um ‘revezamento’ é a forma que pode nortear melhor a atuação do educador, seja na escola, seja na Universidade.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação brasileiro implementou em 2009 uma proposta de mudança e inovação no campo da formação de professores. Denominada como Política Nacional de Formação Profissional do Magistério da Educação Básica, a proposta tem entre os seus princípios a formação docente comprometida com um projeto mais amplo, de dimensões políticas, sociais e éticas que, de forma articulada, assegure a todos, indistintamente, o direito à educação e ao ensino de qualidade, promovendo a emancipação dos indivíduos e dos grupos sociais. É nesse horizonte que surge o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência).

O programa concede bolsas a alunos dos cursos de formação de professores, a professores das escolas públicas e aos professores da Universidade, onde os cursos de formação são oferecidos.

<b>Tipo de bolsas</b>	<b>Quem são?</b>	<b>No Brasil*</b>	<b>Na UNESP*</b>
Iniciação à Docência	Alunos dos cursos de formação	70.192	931
Supervisores	Professores das escolas	11.354	162
Coordenadores de Área	Professores da Universidade	4.790	78
Coordenadores da Área de gestão	Professores da Universidade	440	4
Coordenadores Institucionais	Professores da Universidade	284	1

\*Bolsas Concedidas em 2013/2014.

Em parceria com as escolas de educação básica da rede pública de ensino, os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

O programa tem os seguintes objetivos:

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- Contribuir para a valorização do magistério;

- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e de práticas docentes inovadoras e interdisciplinares que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério, e;
- Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Nessa nova experiência, a escola e seus sujeitos ganham outra dimensão e reconhecimento e um campo de possibilidades se abre para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, tendo como foco a formação de professores e o desenvolvimento de novas metodologias de ensino. (FERNANDES; MENDONÇA, 2013).

Avaliando esta experiência do PIBID, foi recentemente realizada no Brasil uma pesquisa a partir de dados obtidos por meio de questionários disponibilizados pela equipe da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) responsável pelo programa e que contou com a participação de todos os que nele estiveram envolvidos - alunos, professores das escolas e das universidades - (GATTI, 2014). A partir dos dados coletados, é possível concluir que o PIBID é uma política inovadora e uma das mais importantes tentativa de revisão e transformação da formação docente que perdurou até agora no país. Apresentamos abaixo algumas conclusões oriundas da pesquisa e depoimentos de seus participantes.

Os professores das universidades que coordenam os projetos, consideram que o programa: a) valoriza as licenciaturas e a profissão docente; b) revitaliza as licenciaturas; c) provoca efeitos colaterais dentro dos cursos e das instituições; d) contribui para a pesquisa educacional e didática; e) estimula e favorece o trabalho coletivo e/ou a interdisciplinaridade; f) retroalimenta os participantes pelos impactos nas escolas.

O PIBID muito tem contribuído para minha formação profissional. Nos cursos de Licenciatura trabalhamos com a formação inicial dos acadêmicos e o PIBID me proporcionou um contato mais direto com a realidade das escolas da educação básica, o que me possibilita estar em constante reflexão sobre a relação da teoria com a prática. Assim este projeto me possibilitou pôr em prática de verdade a tão sonhada integração entre a Educação Superior e a Educação Básica. (História).

Por seu lado, os alunos em formação também avaliam de maneira bastante positiva o programa, pois possibilita “vivenciar a escola e a sala de aula”, “colocar-se no lugar da condição de professores e conhecer a realidade do trabalho docente”, “adquirir uma nova visão sobre a relação professor-aluno, professor-disciplina”, “verificar dificuldades e facilidades para o ensino”, etc.

Assim dizem alguns dos alunos:

O Programa tem tido uma fundamental importância no sentido de proporcionar maior aproximação entre Universidade e a Escola, entre futuros professores e a realidade do mundo da educação no ambiente escolar. Neste sentido, para além do contato primário com a escola, temos a oportunidade de pensar, criar e aperfeiçoar métodos e ferramentas de ensino que possam auxiliar a construção e aprendizagem do saber escolar. Com isto, minha formação passa do espaço meramente acadêmico para o contato direto, *in loco*, com as complexas relações que se estabelecem no ambiente escolar. (História).

Não imaginaria o meu ingresso em sala de aula sem essa grande experiência. Também me ajudou a sanar algumas dúvidas, como por exemplo, se realmente estou na profissão certa, e se tenho capacidade de exercê-la com competência. (Biologia)

Avalio como a maior e melhor experiência que qualquer estudante de licenciatura possa ter; o meu conhecimento adquirido até então tem me tornado um ótimo profissional e um destaque entre outros estudantes que não têm a oportunidade de estar no projeto. Domínio de sala, uso de metodologias diversificadas, inserção de aulas práticas em escolas que não possuem sequer laboratório de ciências, humanizou o meu trabalho e melhorou a educação dos estudantes de ensino médio acompanhados pelo projeto. (Química)

Os estudantes bolsistas mostram consciência em relação à relevância do professor para a sociedade, ressaltando que os conhecimentos universitários, os “saberes para ensinar” devem estar combinados com o conhecimento relativo aos “saberes a ensinar”, ou seja, manifestam reconhecimento da importância dos saberes específicos para a docência na educação básica.

Todo profissional um dia precisou de um professor; em decorrência disto podemos avaliar a importância da formação do professor para que ele não apenas saiba o que ensinar, mas também como ensinar, como levar seu vasto conhecimento aos estudantes a fim de que eles realmente aprendam e não simplesmente decorem. Assim, vemos a grande importância do PIBID para as instituições de ensino, formando alunos experientes e seguros para exercer a profissão docente. (Química)

Além disso, os alunos veem no PIBID a possibilidade de equilibrar a formação na área de conhecimento específico, a formação para a pesquisa acadêmica com a formação para o trabalho de ensino na educação básica.

Com o PIBID fica claro que a Universidade passa a se preocupar não apenas em formar bacharéis que seguirão na carreira universitária (pesquisadores e professores de graduação). Tem de haver um

equilíbrio entre ambos: pesquisa e ensino. O PIBID, certamente, tem ajudado e contribuído muito para isso em nosso curso.

Sintetizando, os depoimentos dos alunos bolsistas consideram que o PIBID contribui para:

- a) O crescimento profissional por meio do contato com a realidade escolar e para maior possibilidade de conhecimento da profissão docente;
- b) A melhoria na qualidade da formação e da licenciatura;
- c) A valorização das licenciaturas e da profissão docente;
- d) A aquisição de experiências inovadoras e práticas na área da docência;
- e) A melhoria na qualidade do ensino e benefícios para a escola pública;
- f) A aproximação entre a universidade e a escola pública;
- g) A integração entre a teoria e a prática;
- h) A promoção do trabalho colaborativo e coletivo;
- i) A atratividade para o magistério e o reforço da opção pela docência;
- j) A valoração da experiência do PIBID em relação ao estágio curricular;
- k) Que escolas públicas se tornem protagonistas nos processos formativos;
- l) Que o ingresso na universidade passe a ser um projeto dos alunos da educação básica.

Na mesma linha de argumentação e raciocínio, os professores das escolas (os supervisores) também consideram o PIBID como uma política de formação que propicia a aproximação dos alunos da Universidade com o contexto da escola e deles com o mundo acadêmico.

A seguir apresentamos alguns depoimentos dos professores supervisores:

O PIBID é de extrema importância na formação dos futuros professores e na formação continuada dos professores supervisores, pois é uma troca de experiências num processo contínuo que acontece durante os estudos, planejamento de ações, discussões e avaliação referente às atividades semanalmente. Ainda dá a possibilidade de relacionar as teorias estudadas pelos alunos na faculdade à prática, num processo dialético entre universidade e escolas parceiras, aprimorando o nosso fazer pedagógico, a reflexão e a ação da prática escolar. (Geografia)

A oportunidade que os bolsistas da universidade tiveram com um projeto desta magnitude tem grande significado; possibilitou a participação integral em uma escola, observando o que acontece em seu dia a dia, sua infraestrutura, seus problemas e o mais importante - possibilitou observar as transformações dos alunos quando adquirem um ensino de qualidade. Isso com certeza já está fazendo uma diferença em suas vidas (Física).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos destacar que a experiência com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), como política pública do governo federal, trouxe ao país a possibilidade de efetivar a articulação entre universidade e a escola básica em uma mesma política de formação, proporcionando aos futuros professores, aos professores e aos formadores de professores a experiência de uma ação conjunta capaz de transformar as relações e o cotidiano das diferentes instituições envolvidas no programa, ressignificando a prática de formação docente.

As experiências e reflexões que pudemos partilhar com o leitor evidenciam, ao nosso ver, a necessidade premente de um maior diálogo entre pesquisadores da educação e áreas afins, professores e a sociedade em geral, um espaço sempre aberto e renovado de discussões e reflexões a respeito da formação de professores no Brasil e dos diversos temas que perpassam a educação, como as dimensões éticas e políticas nela implicadas e as relativas ao próprio processo de estruturação dos cursos de formação e das demandas que estes visam atender em meio ao contexto social, econômico e político atual em que se inserem, e em face de seu comprometimento com o desenvolvimento humano e social como um todo.

Esta concepção de educação e de formação de professores implica em uma responsabilização coletiva, uma postura politicamente ativa e eticamente comprometida de toda a sociedade com o futuro da educação no Brasil, e não somente em compreendê-la como uma tarefa das instituições de ensino ou dos órgãos governamentais.

Entendemos que todos nós, enquanto cidadãos, somos também agentes construtores e educadores sociais, quer sejamos professores, funcionários das escolas ou universidades, pais ou outros membros da sociedade, ocupando nossas funções específicas. Isto significa que não estamos isentos de nossa responsabilidade para com as mudanças necessárias. De nossa parte, estamos abertos ao diálogo e dispostos a dar nossa contribuição a esta tarefa.

#### REFERÊNCIAS

CARVALHO, A. B. Desencantamento do mundo e ética na ação pedagógica: reflexões a partir de Max Weber. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.2, maio/ago, p. 585-597, 2010.

\_\_\_\_\_. **A sala de aula e a relação professor-aluno: paixão, ética e amizade na prática pedagógica**. 2013. 227 f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

CARVALHO, A. B.; SILVA, W. C. L. (Orgs.). **Sociologia e Educação: leituras e interpretações**. São Paulo: Avercamp, 2006.

FERNANDES, M. J. S., MENDONÇA, S. G. L. PIBID: uma contribuição à política de formação docente. **EntreVer**, Florianópolis, v. 3, n. 4, p. 220-236, jan./jun. 2013.

FREITAS, H. C. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1203-1230, out. 2007.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**. Campinas, v.31. n. 113, p. 1355-1379, out-dez. 2010.

GATTI, B. et. al. **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/SEP, 2014.

GUALTIERI, M. M. S. **Uso de álcool e competência moral em universitários**. 2010. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2010.

GUALTIERI-KAPPANN, M. M. S. **Ética, justiça e democracia em sala de aula: o desenvolvimento e a experiência de um novo método de discussão de dilemas morais para a educação**. 2016. 270 f. Tese. (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Marília, 2016.

MACIEL, L. S. B.; SHIGUNOV NETO, A. Refletindo sobre o passado, o presente e as propostas futuras na formação dos professores. **Revista brasileira de formação de professores**, vol. 1, n. 1, p.148-161, maio. 2009.

MIZUKAMI, M. G. N. Escola e desenvolvimento profissional da docência. In: GATTI, B.A. et al. **Por uma política nacional de formação de professores**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p.23-54.

PENITENTE, L. A. A.; MENDONÇA, S. G. L. (Orgs.). **Políticas para a formação de professores da educação básica: modelos em disputa**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

PERRENOUD, P. **La formation des enseignants, entre théorie e pratique**. Paris: L'Harmattan, 1994.

SINGER, P. Diploma, Profissão e Estrutura Social. In: Universidade Estadual Paulista (Org.). **Do seminário itinerante: Dependência Econômica e Cultural, Desenvolvimento e Formação de Professores**. USP. 1985. São Paulo: Brasiliense, 1987.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**BÁRBARA ANZOLIN** Professora do curso de Psicologia da Universidade Paranaense - UNIPAR - Umuarama. Bacharel em Psicologia pela UNIPAR - Cascavel, possui especialização em Avaliação Psicológica pela UNIFIL e SAPIENS Instituto de Psicologia, atualmente é mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá – UEM e pesquisadora do DeVerso, grupo de pesquisa em Saúde, Sexualidade e Política. Contato: [bah.anzolin@gmail.com](mailto:bah.anzolin@gmail.com)

**DANIELE DA SILVA FÉBOLE** Psicóloga formada pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Atua em atendimento clínico e atualmente é mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UEM e pesquisadora do DeVerso, grupo de pesquisa em Saúde, Sexualidade e Política. Contato: [danifebole91@gmail.com](mailto:danifebole91@gmail.com)

## **SOBRE OS AUTORES**

**ALINE DE DEUS DA SILVA** Especialista em Psicologia do Trabalho: Gestão em Qualidade pela Universidade Católica Dom Bosco (2016). Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2014). Experiência de trabalho com Psicologia Clínica e Psicologia Social. Contato: [psicologaalinesilva@gmail.com](mailto:psicologaalinesilva@gmail.com)

**ALONSO BEZERRA DE CARVALHO** Graduado em Filosofia e em Ciências Sociais (UNESP), Mestre em Educação (UNESP), Doutor em Educação (Universidade de São Paulo), Pós-Doutor em Ciências da Educação (Universidade Charles de Gaulle, França) e Livre-Docente (UNESP). Professor adjunto da UNESP/Assis, atua no Departamento de Educação da UNESP/Assis e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP/Marília. Desenvolve pesquisas na área de Educação, com ênfase em Filosofia da Educação e Didática, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, educação, amizade, modernidade, didática, formação de professores, filosofia e sociologia da educação. É líder do grupo de pesquisa do CNPQ Educação, Ética e Sociedade (GEPEES) da UNESP/Assis.

**ANA PRISCILLA CHRISTIANO** É professora do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR campus Londrina desde 2013. Atua junto às disciplinas de Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia e Educação e Supervisão em Estágio Profissionalizante. Doutora em Educação na área de Psicologia Educacional pela UNICAMP (2017). Mestrado em Psicologia na área de Infância e realidade brasileira pela UNESP - Assis (2010). Especialização em Psicopedagogia pela UEL (2008) e em Psicologia aplicada à Educação pela UEL (2005). Graduação em Psicologia pela UEL (2000). Realiza pesquisas na interface entre Psicologia e Educação com ênfase em infância, adolescência e juventude.

**ANDRÉ HENRIQUE SCARAFIZ** Psicólogo Clínico. Docente do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR) e na Faculdade Metropolitana de Maringá (UNIFAMMA/PR). Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR). Especialista em Psicologia Fenomenológica-Existencial pela Universidade Paranaense (UNIPAR/PR) e Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR). E-mail: [andre.psico01@gmail.com](mailto:andre.psico01@gmail.com)

**BÁRBARA ANZOLIN** Especialista em Avaliação Psicológica pela UNIFIL e SAPIENS Instituto de Psicologia, Bacharel em Psicologia pela UNIPAR/Campus Cascavel. Atualmente é professora do curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR/Campus Umuarama, mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá – UEM e

pesquisadora do DeVerso, grupo de pesquisa em Saúde, Sexualidade e Política. Contato: [bah.anzolin@gmail.com](mailto:bah.anzolin@gmail.com)

**CEZAR AUGUSTO VIEIRA JUNIOR** Psicólogo. Mestrando em Psicologia na Universidade Federal de Santa Maria e bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa "Saúde, Minorias Sociais e Comunicação".

**DANIELE DA SILVA FÉBOLE** Psicóloga formada pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Atua em atendimento clínico e atualmente é mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UEM e pesquisadora do DeVerso, grupo de pesquisa em Saúde, Sexualidade e Política. Contato: [danifebole91@gmail.com](mailto:danifebole91@gmail.com)

**EDUARDO MOURA DA COSTA** Doutorando em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (Campus Assis), Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Psicólogo formado pela Universidade Estadual Paulista (Campus Assis). Membro do grupo de pesquisa "Teoria Sócio histórica cultural".

**ELISANDRA CRISTINA DAL BOSCO** Especialista em Gestão de Pessoas pela Faculdade Sul Brasil (2016), Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2014). Experiência de trabalho com Psicologia Organizacional e do Trabalho e Psicologia Social. Contato: [elisandra\\_dalbosco@hotmail.com](mailto:elisandra_dalbosco@hotmail.com)

**ÊMILY LAIANE AGUILAR ALBUQUERQUE** Possui graduação em psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestranda em Subjetividade e práticas sociais na contemporaneidade na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro do Instituto Psicologia em Foco (IPF), atuando como redatora do Jornal Psicologia em Foco e organizadora de eventos em psicologia pela Oficina do Saber. Tem experiência na área de psicologia, com ênfase em Psicologia Clínica e Psicanálise.

**GIOVANA FERRACIN FERREIRA** Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná, mestranda em Psicologia na Universidade Estadual de Maringá, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Tem como foco de pesquisa a psicologia histórico-cultural, desenvolvimento humano, psicopatologia e álcool e outras drogas.

**GIOVANA KREUZ** Graduação em Direito - UNIVEL (2006) e graduação em Psicologia pela Universidade Católica do Paraná PUC-PR (1999). Especialização em "Psicanálise com crianças" pela UTP-PR e "Educação, políticas sociais e atendimentos a famílias" pelo ISEPE. Formação em Tanatologia (ISEPE). Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ (2009). Docente de psicologia na UNINGA (2012) e UEM (2012-2013 - Universidade Estadual de

Maringá). Psicóloga do Hospital do Câncer UOPECCAN (2001/2011). Certificada em Psicologia da Saúde pela ALAPSA e Especialista em Psicologia Hospitalar (CFP). Doutoranda em Psicologia Clínica na PUC-SP (2013-2017). Reside em Maringá PR onde atua em consultório particular e como colaboradora da ONGs Instituto Longevidade e CVV (Centro de Valorização da Vida), coordena grupo de estudos sobre suicídio; colaborou com a capacitação sobre prevenção e posvenção do suicídio, para 870 funcionários da Prefeitura de Maringá. Email de contato: [giovana\\_k@yahoo.com.br](mailto:giovana_k@yahoo.com.br)

**JAINNY BEATRIZ SILVA DUARTE** Formação em Psicologia pela Faculdade Guanambi. Especializanda em Terapia Cognitiva Comportamental pela Capacitar. Estágio extra-curricular no CRAS de Espinosa-MG. Estágio extra-curricular no CREAS de Espinosa-MG. Mediadora do Grupo de adolescentes NUCA. Psicóloga no CRAS de Espinosa-MG. Participação do Projeto de Pesquisa e Extensão: Psicologia, Direitos Humanos e Povos Indígenas. Participação no Evento de Extensão “VI CIPSI- Congresso Internacional de Psicologia da UEM. Autora do artigo: Os impactos da violência à identidade da mulher.

**JAIR IZAIAS KAPPANN** Psicólogo, Mestre e Doutor pela UNESP de Assis, Professor Assistente do curso de Psicologia da UNESP de Assis, pesquisador dos grupos de pesquisa do CNPQ: Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Ética e Sociedade do (GEPEES), Núcleo de Estudos sobre Violência e Relações de Gênero (NEVIRG) da UNESP/Assis. Pesquisador na área de políticas públicas para crianças e adolescentes, consumo de drogas, ética, educação e Psicanálise.

**LUCIA CECILIA DA SILVA** Psicóloga, Docente do curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR). Graduada em Psicologia e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR). Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP/RP), com pós-doutorado pela Université Paris-Diderot (França). E-mail: [luciacecilia@hotmail.com](mailto:luciacecilia@hotmail.com)

**MARIA EDUARDA FREITAS MORAES** Psicóloga. Mestranda em Psicologia na Universidade Federal de Santa Maria e bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa “Saúde, Minorias Sociais e Comunicação”.

**MARIA HELENA PEREIRA FRANCO** Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1975), mestrado (1986) e doutorado (1993) em Psicologia Clínica pela PUC de São Paulo. É professora titular da PUC de São Paulo, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica e na Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, fundadora (1996) e coordenadora do Laboratório de Estudos e Intervenções sobre o Luto - LELu, da PUC-SP.

Coordenadora do GT Formação e Rompimento de Vínculos na ANPEPP., de 2005 a 2011. Co-fundadora do 4 Estações Instituto de Psicologia, em São Paulo. Membro desde 1997 do International Work Group on Death, Dying and Bereavement - IWG. Autora de livros, capítulos e artigos sobre luto, terminalidade, desastres e emergências, cuidados paliativos. Membro da Comissão de Emergências e Desastres do Conselho Federal de Psicologia, de novembro de 2014 a dezembro de 2016.

**MARIA ISABEL FORMOSO CARDOSO E SILVA BATISTA** Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP (2008), Mestre em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Araraquara (2000), Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Assis (1994). Atualmente é professora associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE/Campus de Toledo-PR, estando vinculada ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Contato: [miformoso@hotmail.com](mailto:miformoso@hotmail.com)

**MARITA PEREIRA PENARIOL** Mestre em Psicologia e Sociedade pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - FCL/UNESP Assis, SP, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduada em Psicologia também pela UNESP/Assis (2012), com ênfase em Políticas Públicas e Clínica Crítica e Subjetividade, Trabalho e Administração do Social. Tem experiência nas áreas da Psicologia, Psicologia Social e Psicologia do Trabalho, com ênfase em Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia, análise institucional e gestão pública.

**MAYRA MARQUES DA SILVA GUALTIERI-KAPPANN** Psicóloga pela Univ. Presb. Mackenzie de São Paulo, Mestre e Doutora em Educação pela UNESP de Marília, pesquisadora dos grupos de pesquisa do CNPQ: Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Ética e Sociedade do (GEPEES), Núcleo de Estudos sobre Violência e Relações de Gênero (NEVIRG) da UNESP/Assis e Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Desenvolvimento Sociomoral de Crianças e Adolescentes da UNESP/São José do Rio Preto. Docente de cursos de graduação e pós-graduação, desenvolve pesquisas em ética, educação, formação de professores, psicologia do desenvolvimento, desenvolvimento moral, consumo de drogas e políticas públicas. Atua também como psicóloga na clínica psicanalítica.

**PAULO VITOR PALMA NAVASCONI** Psicólogo, membro do coletivo Yalodê-Badá e do Núcleo de Estudos Interdisciplinar Afro-Brasileiro da UEM (NEIAB). Coordenador estadual da cadeira LGBT do Fórum Paranaense de Juventude Negra. Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá

(UEM/PR) no ano de 2015. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR). Membro do grupo de pesquisa em sexualidade, saúde e política (DEVERSO). Dedicar-se atualmente a estudos relacionados a raça, gênero, genocídio da população negra e comportamento suicida. E-mail: [Paulonavasconi@hotmail.com](mailto:Paulonavasconi@hotmail.com)

**REGINA PEREZ CHRISTOFOLLI ABECHÉ** Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (1985) e doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (2003). Professora supervisora da área clínica e professora do Programa de Pós-graduação na área de concentração: Epistemologia e Práxis em Psicologia, do Departamento de Psicologia, da Universidade Estadual de Maringá; coordenadora do projeto de Pesquisa-: Os sintomas na clínica atual: uma leitura em Freud. Tem experiência na área de Psicologia Clínica (teoria Psicanalítica). Estuda as seguintes temáticas: mídia, cultura contemporânea, adolescência. Tem como embasamento teórico Freud e a Psicanálise integrada também a uma visão histórico-social.

**ROSE ANI JAROSZUK** Psicóloga, Psicoterapeuta e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR).

**SILVANA CALVO TULESKI** Psicóloga, com formação acadêmica e atuação profissional na área de Psicologia Escolar e Educacional, Especialista em Psicologia da Educação, Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá/PR e doutora em Educação Escolar pela UNESP- Campus de Araraquara/SP. É professora Associada do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá/PR. Participa dos Diretórios de Pesquisa/CNPq intitulados: Estudos Marxistas em Educação, Psicologia Histórico-Cultural e Educação e do Grupo de Estudos e Pesquisas em educação Infantil. Possui diversos artigos publicados em revistas científicas na perspectiva teórica da Psicologia Histórico-cultural. É membro do corpo docente do Mestrado em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá e orienta trabalhos ligados aos fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural, Neuropsicologia luriana e problemas de escolarização na abordagem da Escola de Vigotski. Coordenadora do LAPSIHC (Laboratório de Psicologia Histórico Cultural) da Universidade Estadual de Maringá.

**SILVIO JOSÉ BENELLI** Psicólogo e mestre em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Assis, SP. Doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia, USP, São Paulo. Professor assistente doutor no Depto. de Psicologia Clínica e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FCL/UNESP, Assis, SP. Membro do Grupo de Pesquisa “Saúde Mental e Saúde Coletiva” inscrito no diretório de grupos do CNPq, Linha de pesquisa “Subjetividade, Psicanálise e Saúde Coletiva”.

**SIMONE JÖRG** Mestre em Psicologia Social pela PUCSP e Doutoranda em Psicologia Social pela PUCSP. Especialização pelo INSTITUT DE RECHERCHE EN PSYCHOTHÉRAPIE, de Paris (2012). Experiência na área de Psicologia desde 1995, com ênfase em Psicologia Social, Clínica e Organizacional. Atendimento clínico-social a crianças, adolescentes, adultos, famílias e grupos. Docente universitária. Coordenação do Colegiado de Psicologia e Responsável técnica pela elaboração de matriz curricular. Coordenação do NEPP - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicologia. Coordenação de NDE - Núcleo Docente Estruturante. Coordenação de projeto de pesquisa e extensão com comunidades indígenas do extremo sul da Bahia.

**SYLVIA MARA PIRES DE FREITAS** Psicóloga. Docente do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR). Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR). Mestre em Psicologia Social e da Personalidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Psicologia do Trabalho pelo Centro de Ensino Universitário Celso Lisboa (CEUCEL/RJ). Formação em Psicologia Clínica Existencialista pelo Núcleo de Psicoterapia Vivencial (NPV/RJ). E-mail: [sylviamara@gmail.com](mailto:sylviamara@gmail.com)

**VANESSA DE OLIVEIRA BEGHETTO PENTEADO** Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná, mestranda em Psicologia na Universidade Estadual de Maringá, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Está cursando especialização em Teoria Histórico-Crítica na Universidade Estadual de Maringá. Tem como foco de pesquisa a psicologia histórico-cultural, psicopatologia, saúde mental e saúde pública.

**ROSE ANI JAROSZUK** Psicóloga, Psicoterapeuta e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR). E-mail: [roseanij@hotmail.com](mailto:roseanij@hotmail.com)

**VIVIAN RAFAELLA PRESTES** Possui graduação em Psicologia pelo Centro Universitário de Maringá (2011), especialização em Psicanálise: Teoria e Clínica pelo Núcleo de Educação Continuada do Paraná (2013) e mestrado pela Universidade Estadual de Maringá, linha Epistemologia e práxis em psicologia (2015). Atua como professora universitária na Universidade Paranaense (UNIPAR) e Faculdade Metropolitana de Maringá (FAMMA), também atende na clínica particular com referencial psicanalítico

**WILSILENE PEREIRA GOMES** Formação em Psicologia pela Faculdade Guanambi-BA. Estágio Extracurricular no serviço de Psicologia Jurídica junto ao NPJ (Núcleo de Prática Jurídica) da Faculdade Guanambi, com atendimentos a crianças, adolescentes, adultos e casais. Experiência no projeto Agitação Social

promovido pelo Rotaract Clube e Casa da Amizade de Guanambi-Ba com a participação do NPJ. Realizou os cursos em avaliação psicológica: testes projetivos e palográficos e Transtornos de Aprendizagem. Autora do artigo: Os impactos da violência à identidade da mulher, que foi apresentado no VI CIPSI. Dentre as qualificações profissionais, participou de vários simpósios voltados para a área da saúde, jurídica e social e atualmente atua como psicóloga do Município de Pindaí-BA.

**ZELINDA DA SILVA NONATO REIS** Formação em Psicologia pela Faculdade Guanambi-BA. Especializanda em Terapia Cognitiva Comportamental pelo Centro Universitário Amparense (UNIFIA). Psicóloga voluntária do hospital do rim em Guanambi-BA. Psicóloga do Centro de Referência de Assistência Social da cidade de Igaporã-BA. Estágio em Psicologia Hospitalar no Hospital Regional de Guanambi-BA. Estágio em Plantão Psicológico na Delegacia de Polícia Civil de Guanambi-BA. Participação da IV, V, VI Conferência Municipal de Assistência Social de Pindaí e da Capacitação para Conselheiros, gestores e lideranças em direitos da pessoa idosa no estado da Bahia. Autora do artigo: Os impactos da violência à identidade da mulher, que foi apresentado no VI CIPSI. Realização do mini-curso: Testes Projetivos na Faculdade Guanambi.